



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS E NOTAS DA CPI DAS “ONGS”

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 201, DE 2007, E ADITADO PELO REQUERIMENTO Nº 217, DE 2007, COMPOSTA DE 11 SENADORES TITULARES E 7 SUPLENTEs, DESTINADA A APURAR NO PRAZO DE SESENTA DIAS, A LIBERAÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs – E PARA ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIPs – , BEM COMO A UTILIZAÇÃO POR ESSAS ENTIDADES, DESSES RECURSOS E DE OUTROS POR ELAS RECEBIDOS DO EXTERIOR, A PARTIR DO ANO DE 1999, ATÉ O ANO DE 2006.

ANO LXIII – SUP. AO Nº 32 – QUARTA FEIRA, 26 DE MARÇO DE 2008 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
<p>PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)</p> <p>1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC)</p> <p>2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR)</p> <p>1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB)</p> <p>2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)</p>	<p>3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1)</p> <p>4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES)</p> <p>Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)</p>

LIDERANÇAS		
<p>Maioria (PMDB) - 19 Líder Valdir Raupp - PMDB Vice-Líder</p> <p>Líder do PMDB - 19 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles</p> <p>Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Exedito Júnior</p> <p>Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Demóstenes Torres - DEM Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes</p> <p>Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves</p> <p>Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena</p>
<p>PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi</p> <p>PDT - 5 Líder Jefferson Peres - PDT Vice-Líder Osmar Dias</p>	<p>PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL Vice-Líder</p>	<p>Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello</p>

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 201, DE 2007, E ADITADO PELO REQUERIMENTO Nº 217, DE 2007, COMPOSTA DE 11 SENADORES TITULARES E 7 SUPLENTEs, DESTINADA A APURAR NO PRAZO DE SESSENTA DIAS, A LIBERAÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs – E PARA ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIPs -, BEM COMO A UTILIZAÇÃO POR ESSAS ENTIDADES, DESSES	RECURSOS E DE OUTROS POR ELAS RECEBIDOS DO EXTERIOR, A PARTIR DO ANO DE 1999, ATÉ O ANO DE 2006. (CPI DAS ONGs)
	Ata da 11ª Reunião, realizada em 27 de fevereiro de 2008..... 00005
	Ata da 12ª Reunião, realizada em 4 de março de 2008..... 00032
	Ata da 13ª Reunião, realizada em 5 de março de 2008..... 00078
	Ata da 14ª Reunião, realizada em 11 de março de 2008..... 00134

ATAS E NOTAS DA CPI DAS “ONGS”

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 201, de 2007, E ADITADO PELO REQUERIMENTO Nº 217, DE 2007, COMPOSTA DE 11 SENADORES TITULARES E 7 SUPLENTEs, DESTINADA A APURAR NO PRAZO DE SESENTA DIAS, A LIBERAÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs – E PARA ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIPs -, BEM COMO A UTILIZAÇÃO POR ESSAS ENTIDADES, DESSES RECURSOS E DE OUTROS POR ELAS RECEBIDOS DO EXTERIOR, A PARTIR DO ANO DE 1999 ATÉ O ANO DE 2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 201, de 2007, E ADITADO PELOS REQUERIMENTOS Nºs 217 E 1.324, DE 2007, COMPOSTA DE 11 SENADORES TITULARES E 7 SUPLENTEs, DESTINADA A APURAR NO PRAZO DE SESSENTA DIAS, A LIBERAÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs – E PARA ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE I

INTERESSE PÚBLICO – OSCIPs -, BEM COMO A UTILIZAÇÃO POR ESSAS ENTIDADES, DESESES RECURSOS E DE OUTROS POR ELAS RECEBIDOS DO EXTERIOR, A PARTIR DO ANO DE 1999 ATÉ 8 DE NOVEMBRO DE 2007

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião de 2007, realizada em 27 de fevereiro de 2008, às onze horas e quarenta e seis minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Alexandre Costa, onde foram apreciados os seguintes Requerimentos:

**REQUERIMENTOS
CONVOCAÇÃO/CONVITE**

Número	Ementa	Autor	RESULTADO
86/07	Diretor ou representante legal da ONG voltada à assistência de saúde da tribo Yanomami.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
87/07	Representante legal pela ONG Cataventos Juventude e Cidadania.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
94/07	Mauro Dutra, ONG Agora.	Sen. Flexa Ribeiro	APROVADO
115/07	Jorge Lorenzetti, ex-dirigente da ONG UNITRABALHO.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
117/07	Procurador da República Celso Antônio Três.	Sen. Raimundo Colombo	RETIRADO PELO AUTOR
119/07	Sr. Sérgio Ronaldo da Silva, servidor da FUNASA.	Sen. Mozarildo Cavalcanti	APROVADO
122/07	Promotor de Justiça Civil Dr. Ailton Grazioli.	Sen. Sibá Machado	APROVADO
123/07	Representante legal da ABECA.	Sen. Sibá Machado	APROVADO
124/07	Sra. Carmem Rocha Dias, ex-ordenadora de despesas do Departamento de Qualificação Profissional do MTE.	Sen. Sibá Machado	APROVADO
126/07	Presidente da ADESBRAR.	Sen. Sibá Machado	APROVADO
129/07	Responsável pela ONG TERRA	Sen. Flexa Ribeiro	REJEITADO
130/07	Professor Dr. Arquimedes Diógenes Ciloni, reitor da UFU.	Sen. Sibá Machado	APROVADO
132/08	Sr. Timothy Mulholland, Reitor da UnB	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
133/08	Sr. Antônio Manoel Dias Henriques, Presidente da FINATEC	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
134/08	Representante legal da Angrhamazônica.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
136/08	Sr. Alexandre Lima da Editora da UnB	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
138/08	Sra. Aldanis Pereira Sá, Presidente da Fundação Aproniano Sá	Sen. Sibá Machado	APROVADO
139/08	Sra. Sônia Miriam Draibe, Presidente da Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária	Sen. Sibá Machado	APROVADO
140/08	Sr. Francisco Prado Oliveira Ribeiro e Walter Cavenha, ex-Secretários do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo	Sen. Sibá Machado	APROVADO
141/08	Sr. Enilson Simões De Moura, Presidente da Associação Nacional dos Sindicatos Social Democratas	Sen. Sibá Machado	APROVADO
142/08	Sr. Wagner Antônio de Oliveira, responsável pela Documentação Indigenista Ambiental (DIA)	Sen. Sibá Machado	APROVADO
143/08	Sr. Roberto Mário Schramm, Presidente da Associação Estadual dos Rondonistas de Santa Catarina	Sen. Sibá Machado	APROVADO
144/08	Sr. Ary Canguçu De Mesquita, Presidente da Associação Estadual dos Rondonistas De Santa Catarina	Sen. Sibá Machado	APROVADO
145/08	Sra. Tânia Maria Nunes De Araújo de Alencar, Presidente do Instituto de Cooperação Provida (ICPV)	Sen. Sibá Machado	APROVADO
146/08	Sr. Gladaniel Palmeira De Carvalho, do MPDFT	Sen. Sibá Machado	APROVADO
147/08	Sr. Jair Heitor Duarte, responsável pela ADEBRAC e CENEP	Sen. Sibá Machado	APROVADO
148/08	Sra. Marisa Rotenberg	Sen. Sibá Machado	APROVADO
149/08	Sr. Ricardo Rodrigues De Carvalho, responsável pela ECOM	Sen. Sibá Machado	APROVADO
150/08	Sra. Maria José Vilas Boas Pereira Da Silva, responsável pela Amanaka'a Amazon Network	Sen. Sibá Machado	APROVADO
168/08	Sr. Antonio Pereira Das Chagas e Paulo Cezar Farias, responsáveis	Sen. Raimundo Colombo	REJEITADO

	pelo Instituto de Formação e Assessoria Sindical Rural “Sebastião Rosa da Paz” (IFAS)		
170/08	Sr. Michael Ferrone Alves Pereira, dirigente do Instituto DATABRASIL	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO
176/08	O responsável pelo Instituto Nacional de Formação e Assessoria Sindical Da Agricultura Familiar Sebastião Rosa Paz.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
177/08	Sr. Antonio Manoel Dias Henriques, Presidente da FINATEC	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO

CPI ONGs
REQUERIMENTOS
REQUISIÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

Número	Ementa	Autor	RESULTADO
178/08	Requer que seja solicitada ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão a designação de dois servidores para compor a equipe técnica de assessoramento a essa CPI.	Sen. Inácio Arruda	APROVADO

REQUERIMENTOS
INFORMAÇÕES

Número	Ementa	Autor	RESULTADO
91/07	Informações do Ministério dos Esportes sobre repasses relativos ao Programa Segundo Tempo.	Sen. Álvaro Dias	RETIRADO PELO AUTOR
98/07	Cópia da auditoria realizada pelo Ministério da Educação no programa Brasil Alfabetizado.	Sen. Heráclito Fortes	APROVADO
101/07	Receita Federal encaminhe dados cadastrais das entidades sem fins lucrativos constantes da planilha da mídia em anexo.	Sen. Inácio Arruda	APROVADO
102/07	Receita Federal possibilite a servidores que assessoram esta CPI acesso aos sistemas CPF e CNPJ.	Sen. Inácio Arruda	APROVADO
103/07	Relação de todos pagamentos feito pela Fundação Banco do Brasil a Unitrabalho, com a cópia dos processos que os fundamentaram.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
104/07	Relação de todos pagamentos feito pela Fundação Banco do Brasil a ONG IBDS, com a cópia dos processos que os fundamentaram.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
105/07	Que a Fundação Banco do Brasil encaminhe os extratos dos gastos com cartões de crédito corporativos, de 2005 até a presente data.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
106/07	Contabilidade da Fundação Banco do Brasil em meio magnético.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
113/07	Secretaria Geral da Presidência da República encaminhe informações referentes ao ProJovem.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
114/07	Polícia Federal conceda acesso e direito a cópias no que for essencial a todos os documentos apreendidos em 08/11/2007 na sede da Fetraf-Sul.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
118/07	Polícia Federal encaminhe informações sobre a operação Metástase.	Sen. Mozarildo Cavalcanti	APROVADO
120/07	Sejam investigados repasses da FUNASA para assistência à saúde nas reservas indígenas prestadas por ONGs.	Sen. Mozarildo Cavalcanti	Prejudicado em virtude da aprovação do Requerimento nº77 em 31/10/2007, de autoria do Sen Raimundo Colombo.

121/07	Ministério do Desenvolvimento Agrário encaminhe cópia de convênio do MAPA.	Sen. Sibá Machado	APROVADO
127/07	Que o Ministério do Desenvolvimento Agrário encaminhe cópia de todos convênios.	Sen. Sibá Machado	APROVADO
131/08	O teor integral de todas as ações e investigações movidas contra a FINATEC	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
173/08	Processos de fiscalização existentes nas diversas Promotorias de Fundações e Entidades de Interesse Social relativos às ONGs financiadas preponderantemente por recursos federais.	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Raimundo Colombo (DEM-SC) – Presidente
 Inácio Arruda (PCdoB-CE) – Relator
 Heráclito Fortes (DEM-PI)
 Sérgio Guerra (PSDB-PE)
 Lúcia Vânia (PSDB-GO)
 Sibá Machado (PT-AC)
 Fátima Cleide (PT-RO)
 Álvaro Dias (PSBB-PR)
 Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
 Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
 Valter Pereira (PMDB-MS)
 Jefferson Péres (PDT-AM)

Estiveram presentes ainda, os Senhores Expedito Júnior, Tasso Jereissati, José Agripino, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo, não membros da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 201/2007, e o Requerimento nº. 1.324/2007 lido em 08/11/07, composta de 11 Senadores titulares e sete suplentes destinado a apurar no prazo de 180 dias a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para Organizações Não-Governamentais – ONGs – e para Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs – bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outras por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 99 até a data de 08 de novembro de 2007.

A Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa. Coloco-a em votação propondo a dispensa de sua leitura. Os que a aprovam permaneçam como estão. Fica aprovada a Ata da última reunião.

Nós temos sobre a Mesa uma série de requerimentos que devem sofrer a deliberação desse Plenário. Conversando com o Senador Inácio Arruda, nosso Relator, ontem nós queríamos propor ao Plenário um item de encaminhamento. São quatro tipos de requerimentos. A sugestão é dividir em quatro blocos. O primeiro item é aquele que diz respeito à convocação e a convite de autoridades propostas aqui. Se pudéssemos votar em bloco.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pois não, Senador Sibá Machado. Pela ordem, V.Exª tem a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, hoje nós estamos com a CCJ com duas matérias extremamente importantes, do qual sou autor de uma delas e gostaria demais de participar do debate. Fiz um apelo agora ao Senador Marco Maciel que ele disse que não podia acatar a minha sugestão que era conversar com V.Exª para que a gente transportasse o horário dessa reunião para às 14h, segundo, tem o orçamento que também sou membro daquela Comissão precisava estar lá, e estou fazendo um pedido a V.Exª que a gente pudesse transportar o horário dessa reunião para às 14h porque infelizmente com essas duas atividades eu não tenho como me partir em três pessoas para atender simultaneamente. É um pedido que faço a V.Exª e aos membros dessa Comissão, se nós pudéssemos transportar o horário da reunião para às 14h.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Primeiro o Senador Álvaro, depois o Senador José Agripino e depois o Senador

Heráclito, que levantaram a mão. Pois não. V. Ex^a tem a palavra.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, para dizer, discordando do Senador Sibá Machado que não há nada mais importante do a reunião dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. E que não há razão alguma para adiá-la em razão de outras promoções que possam estar se realizando nesse momento. Outras reuniões, outras Comissões, nada justifica o adiamento dessa reunião. Aliás, nós já adiamos demais. Nós estamos atrasados. Há requerimentos já há meses aguardando deliberação. A CPI está realmente truncada, e nós devemos em nome da boa imagem do Senado Federal fazer com que ela ande, com que ela funcione.

Por isso, Sr. Presidente, apenas para apelar a V. Ex^a que mantenha a reunião e, se possível, inicia a deliberação dos requerimentos na pauta imediatamente, Sr. Presidente. Para ganhar tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a V. Ex^a e ouço o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, a razão da minha presença aqui como a do Senador Arthur Virgílio é muito clara. Esta CPI está instalada e não está conseguindo andar. Em grande medida por falta de quórum. Eu não quero levantar suspeitas, mas parece que pelo menos até bem pouco tempo havia uma intenção clara de boicotar o funcionamento dessa CPI e das investigações a que ela se propõe. Nós estamos com quórum. V. Ex^a tem sobre a Mesa uma série de requerimentos importantes para serem votados e eu tenho certeza de que votados essa CPI vai cumprir a sua obrigação e vai trazer quórum por obrigação para as deliberações.

Com todo respeito à ponderação do Senador Sibá Machado, acho que V. Ex^a tem todo o direito e a obrigação de colocar o mais rapidamente possível os requerimentos em apreciação para que eles sejam votados e sejam apreciados e aprovados ou rejeitados. É um apelo que faço a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a V. Ex^a. Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Dentro do que foi dito pelo Senador José Agripino, a presença do Sibá Machado é muito importante principalmente para o dia de hoje, mas nós não podemos mais uma vez parar pela sua ausência. Vamos lamentar, mas vamos compreender. Mas não dá mais, Sr. Presidente, essa CPI nós estamos indo para a desmoralização pública. Por conta disso eu acho que nós não podemos adiar mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a V. Ex^a. Ouço o Relator.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, primeiro por uma questão de justiça. A CPI está paralisada não porque tem havido falta de quórum, José Agripino Maia. Nós tivemos quórum, inclusive na última Sessão que essa CPI realizou ela tinha quórum suficiente. Mas, em função de não termos acordo para votação, para o encaminhamento e deliberação dos requerimentos, o Presidente da CPI suspendeu a Sessão para que se buscasse esse entendimento. Acho que o Senador Álvaro Dias está bem lembrado desse episódio. O que permitiu que se prolongasse por todo período de recesso, digamos assim, a paralisação da CPI. Agora nós temos um conjunto muito grande de requerimentos e eu fiz uma proposição para o Presidente de que nós deliberássemos sobre todas as oitivas para que a gente pudesse ter uma bateria de pessoas de ONGs, de Organizações Não-Governamentais, de todas as matizes que existem no País. Vamos ouvi-las e em seguida, porque nós temos vários tipos de requerimento. Nós temos requerimentos que são para oitivas, nós temos requerimentos para transferências de extratos bancários que são dos convênios, das contas convênio, que na verdade a transferência dos extratos bancários, e temos também os requerimentos de quebra de sigilo.

Então, propus um ordenamento que nos fizéssemos, primeiro, vamos fazer as oitivas, segundo, fazermos a questão das transferências de conta convênio, e terceiro, faríamos as quebras de sigilo para dar um ordenamento. Isso significa um conjunto grande de trabalho. E no máximo no prazo de 30 dias nós faríamos uma apresentação de uma proposta de marco regulatório, porque é um também dos objetivos da CPI. Apresentar um conjunto de documentos que permita o funcionamento mais adequado entre as ações do Governo com Organizações Não-Governamentais, que é um leque também muito amplo de instituições. Acho que esse seria um procedimento que dá à CPI muito... Digamos assim, tem muito trabalho pela frente. Porque só de oitivas temos 34 requerimentos para serem apreciados. Se todos forem deliberados, nós vamos ter um prazo razoável de atividade da CPI só para ouvir as pessoas que estão ligadas às entidades que por alguma razão tem algum tipo de irregularidade já exposta e que precisariam ser examinadas. Então acho que seria um procedimento mais ajustado, mais adequado, e dará muito fôlego para a CPI trabalhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Ouço Senador Líder, Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, eu julgo bastante coerente a linha de raciocínio do Relator, Senador Inácio Arruda, e sugiro de maneira muito breve então pela metodologia que V.Ex^a nos sugere que comecemos imediatamente a votar agora os requerimentos que estão à Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Ok. Respondo, pela ordem, ao Senador Sibá. Eu lamento, mas não tem como. Nós estamos desde novembro sem nenhuma reunião. Houve um trabalho intenso, quer dizer, começo de dezembro, expressivo, e acho que a gente tem que deliberar. Acho que nós precisamos andar, há uma cobrança muito grande, é importante que a CPI funcione e são coisas simples que vão poder ser discutidas e eu espero que a gente possa votar em bloco e com isso vai dar bastante agilidade e vai responder interesses acho de todos os Senadores.

O Item 1 seria a deliberação sobre a convocação e também os convites daquelas 34 autoridades que estão aqui expostas, e que a gente poderia nominar um por um para que a gente pudesse deliberar se possível em bloco. O Requerimento nº. 86/2007 propõe a vinda do Diretor ou representante legal da ONG voltada à assistência de saúde da tribo Yanomami. 87... eu leria todos e pediria a votação em bloco. A representante legal pela ONG Cata-Ventos, Juventude e Cidadania, de autoria do Senador Álvaro Dias. Mauro Dutra, ONG Ágora, Flexa Ribeiro, Jorge Lorenzetti, ex-dirigente da ONG UNITRABALHO, Senador Álvaro Dias. É um convite ao Procurador da República, Sr. Celso Antônio Três, de minha autoria, Sr. Sérgio Ronaldo da Silva, servidor da FUNASA, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, Promotor de Justiça Civil, Dr. Ailton Grazioli, Senador Sibá Machado, 123 representante legal da ABECA, Senador Sibá Machado. 124, Sr^a. Carmem Rocha Dias, ex-ordenadora de despesa do Departamento de Qualificação Profissional do Ministério, Senador Sibá Machado. Presidente da ADESBRAS(F), Senador Sibá Machado, responsável pela ONG Iterra, Senador Flexa Ribeiro, 130, professor Dr. Arquimedes Diógenes Ciloni, Reitor da UFU, Senador Sibá Machado. Sr. Timothy Mulholland, Reitor da UnB, Senador Álvaro Dias, Sr. Antônio Manoel Dias Henriques, Presidente da FINATEC, Senador Álvaro Dias, 134, representante legal da Angra Amazônica, Senador Álvaro Dias. Alexandre Lima, editora da UnB, Senador Álvaro Dias. 137, Sr^a. Mara Rúbia de Abreu Lobo, da Associação Comunitária de Saúde, Senador Sibá Machado. 138, Sr^a. Aldaniza Pereira Sá, Presidente da Fundação Aproniano Sá, Senador Sibá Machado. 139, Sr^a. Sônia Mirian Draibe, Presidente da Associação de Apoio ao Programa de Capacitação Solidária, Senador Sibá Ma-

chado. 140, Sr. Francisco Prado Oliveira Ribeiro e Walter Caveanha, ex-Secretários do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo, Senador Sibá Machado. 141, Enilson Simões de Moura, Presidente da Associação Nacional do Sindicato Social Democrata, Senador Sibá Machado. 142, Sr. Wagner Antunes Ribeiro, responsável pela documentação indígena ambiental, Senador Sibá Machado. 146, Sr. Alberto Mário Schramm, Presidente da Associação Estadual dos Rondonistas de Santa Catarina, Senador Sibá Machado. 144, Sr. Ary Canguçu de Mesquita, Presidente da Associação Estadual dos Rondonistas do Estado de Santa Catarina, Senador Sibá Machado. 145, Sr^a. Tânia Maria Nunes de Araújo de Alencar, Presidente do Instituto de Cooperação Pró-Vida, Senador Sibá Machado. Gladaniel Pereira de Carvalho, do Ministério Público do Distrito Federal, Senador Sibá Machado. Jair Heitor Duarte, responsável pela ADREBAC, SENEP, Senador Sibá Machado. 148, Sr^a. Marisa Rotemberg, Senador Sibá Machado. 149, Sr. Ricardo Rodrigues de Carvalho, responsável pela ECON, também do Sibá Machado. Sr^a. Maria José Vilas Boas Pereira da Silva, responsável pela Amanacas Amazonia Torc, Senador Sibá Machado. Sr. Antônio Pereira das Chagas e Paulo César Farias responsável pelo Instituto de Formação e Assessoria Sindical Rural, Sebastião Rosa da Paz, IFAS, Sr. Michel Ferroni Alves Pereira, dirigente do Instituto Data Brasil, de minha autoria. O responsável pelo Instituto Nacional de Formação e Assessoria Sindical da Agricultura Familiar Sebastião Rosa da Paz, Senador Álvaro Dias, Antônio Manoel Dias Henriques, Presidente da FINATEC. Esses são os requerimentos. Pergunto se é possível votar em bloco e faço um apelo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Gostaria de propor também que nós incluíssemos um requerimento que eu solicito a presença de dois servidores do Ministério do Planejamento que tenham experiência no trabalho já com as Organizações Não-Governamentais para que eles possam auxiliar os trabalhos da Comissão. E também mais um servidor do Tribunal de Contas da União que fique dedicado exclusivamente à questão do marco regulatório. Porque para a parte de investigação, já tem gente suficiente do Tribunal de Contas da União. Mas na parte de regulamentação nós precisaríamos da ajuda também do Tribunal de Contas.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Fazemos a inclusão do vosso requerimento. Pela ordem a nossa Vice-Presidente... posso passar em seguida ao senhor, Senador Sibá Machado.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Ex^a incluísse o Requerimento nº. 280/82 em que nós incluímos... que eu requeiro que seja convocado para prestar depoimento no âmbito dessa Comissão os Srs. Luiz Antônio Lima e Flávia Maria Camareiro, proprietários da empresa Intercor, Consultoria Empresarial e Camareiro e Camareiro, Consultoria Empresarial Ltda. A revista Época na edição de 24 de fevereiro último traz sobre o título, contrato sob suspeita. Matéria relativa a prováveis irregularidades na contratação daquelas empresas pela FINATEC, fundação ligada à Universidade de Brasília. Afirma a matéria que as citadas empresas teriam recebido cerca de 22 milhões dos 50 milhões destinados à FINATEC.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Fazemos a inclusão desse Requerimento também com a palavra o Senador Sibá Machado, pela ordem.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, primeiro lugar todos requerimentos com menos de 24 horas que a gente não apreciasse. Manter um pouco desse critério de que tem que ter de 24 horas a mais de prazo. Não sei se algum está nessa condição. Mas se estiver, pediria que V.Ex^a colocasse para uma próxima reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Seria só esse da Senadora Lúcia Vânia?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas, eu acho que só a questão de manter um pouco do critério.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Tá ok.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Segundo, Sr. Presidente, eu gostaria... V.Ex^a fez a lista de todos os requerimentos que estão sobre a Mesa que diz respeito convocação para as oitivas, certo? Eu quero só ir lendo aqui os números que eu posso dizer a V.Ex^a de imediato a concordância até para a votação em globo. Se V.Ex^a puder ir só dando um tique aí nos números, eu vou lendo só o número aqui correspondente e V.Ex^a vai... Eu gostaria de ler aqui e V.Ex^a já ir só...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Não entendi.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas é pouca coisa, Senador. Senador, deixe-me fazer a leitura dos requerimentos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, tem uma proposição da Mesa de votação em globo. Se não houver concordância de todos os Senadores, os Senadores destacam aquele Requerimento que queira destacar, tira da lista e votamos em globo.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – É isso que o Senador Sibá quer fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Qual é que o senhor quer destacar e depois nós voltamos. Aí a gente ganha tempo. Poderia dizer os números, por favor, Senador Sibá Machado?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Um instantinho, Sr. Presidente. Nº. 148...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – 148...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não é esse não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – 148 é Marisa...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não, esse não. Está errado. Não é 148. 115...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – 115.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – 117.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – 117.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – 119.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – 119.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – 129.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Sibá, o 115 trata sobre o quê?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Por favor, continua Senador Sibá para nós concluirmos.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – São esses daí. Não, ainda falta aqui. 168... E 176.

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Srs. Senadores, não há acordo para os requerimentos 115, 117, 119, 129 e 168 e 176. Os outros todos há acordo.

Então, eu coloco em votação a aprovação de todos os requerimentos que há acordo excetuando esses que foram lidos que serão votados a partir de agora, um a um. Em discussão. Não havendo quem queira discutir coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como estão. Fica aprovado.

Agora vamos discutir pela seqüência o Requerimento nº. 115 de autoria do Senador Álvaro Dias que convoca o Sr. Jorge Lorenzetti, ex-dirigente da ONG

UNITRABALHO. Senador, tem dois minutos para fazer a justificativa do Requerimento, se desejar.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, primeiramente para que possam os Srs. Senadores identificar, o Sr. Lorenzetti é aquele que a imprensa denominou de churrasqueiro do Presidente da República e que esteve envolvido no pagamento de um dossiê que depois se verificou falso durante a campanha eleitoral em São Paulo.

Sr. Presidente, a justificativa... Estou só procurando aqui, Sr. Presidente, o requerimento. Sr. Presidente, a justificativa diz o seguinte: Essa Comissão Parlamentar de Inquérito, criada... A Organização Não-Governamental UNITRABALHO recebeu vultosos recursos governamentais, fatos que enseja uma análise mais acurada por essa Comissão Parlamentar de Inquérito. A oitiva com o representante legal da entidade será importante para dirimir dúvidas existentes além de poder prestar valiosas informações para as investigações desta Comissão. Há, Sr. Presidente, a suspeição de desvio de finalidade no que diz respeito à aplicação dos recursos através da UNITRABALHO. O próprio Tribunal de Contas da União reforça esta posição, pois reiteradamente em suas discussões a CPI... reitera que a CPI tem mais poder de investigação que o TCU. O Tribunal de Contas tem reiteradamente invocado a ausência dessa prerrogativa da quebra de sigilo para a eficiência do seu trabalho de investigação, e remete exatamente à CPI a importância dessa tarefa. A CPI tem acesso a sigilo bancário, fiscal e telefônico. A CPI pode levantar e conseguir mais informações do que o TCU, já que esses poderes maiores de investigação estão garantidos pela Constituição, como poder para rastrear o dinheiro. Como o TCU não tem acesso ao sigilo bancário, a sua atuação para detectar onde realmente foi parar o dinheiro é limitada e muitas vezes é necessário ter acesso a contas bancárias ou uma declaração Imposto de Renda, informações as quais uma CPI tem acesso.

Nós estamos requerendo também, além da convocação do Sr. Lorenzetti, estamos solicitando informações ao COAF. Certamente esse requerimento será alvo de deliberação num outro momento. Mas eu faço referência a esse outro requerimento para justificar, inclusive, a necessidade de convocação do Sr. Lorenzetti. Ele teria a oportunidade aqui de fazer esclarecimentos. Obviamente nós teríamos a oportunidade, se entendêssemos conveniente, apresentar requerimento também de quebra de sigilo bancário em razão de movimentações financeiras havidas. No entanto, nós gostaríamos inicialmente de ouvir o seu depoimento. Até por uma questão de consideração ao Senador Sibá Machado, nós preferimos que a convocação se apro-

vasse para que ele possa aqui depor, esclarecer os fatos e inclusive nos convencer de que a convocação ou a quebra do seu sigilo bancário, fiscal e telefônico não é necessária.

Portanto, Sr. Presidente, o apelo que eu faço ao Senador Sibá Machado é que considere a importância desta convocação. Não há dúvidas de que a suspeição perdurará se não houver os esclarecimentos. Há suspeitas relativamente a aplicação de recursos através da UNITRABALHO. E é esta razão da convocação. Há indícios de malversação do dinheiro público através dessa Organização Não-Governamental.

(soa a campanha)

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Passo a palavra ao Senador Sibá Machado, depois ao Líder Arthur Virgílio que já pediu, pela ordem. O Senhor tem dois minutos para poder dar agilidade e poder...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Muito rapidamente, Sr. Presidente, o requerimento no meu entendimento está confundindo ações coisas se o nome de Jorge Lorenzetti está vinculado essa situação de dossiê acho que não compete aqui a gente misturar estes problemas. Ele nunca presidiu a UNITRABALHO, jamais assumiu qualquer responsabilidade dessa natureza com a UNITRABALHO, e eu emiti um requerimento solicitando trazer a pessoa que de fato tem algo a falar da UNITRABALHO que é o seu Presidente. Então tem sim um requerimento solicitando a presença do Presidente da UNITRABALHO que vem aqui esclarecer se essa entidade tem algo a ver com estas preocupações apresentadas. No caso de Jorge Lorenzetti não há o que fazer aqui porque o problema a ele imputado trata-se de outra natureza e não da CPI das ONGs.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Apenas para esclarecer ao Senador Sibá Machado que ele é ex-dirigente da UNITRABALHO. E a CPI remonta a 99. Então a CPI alcança o período em que o Sr. Jorge Lorenzetti dirigiu à UNITRABALHO.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Passo a palavra ao Líder Arthur Virgílio. Tem dois minutos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, creio que nós devemos de maneira bastante nobre oferecer todos os subsídios para que o Relator faça o melhor Relatório possível. Tem duas hipóteses para não se convocar uma pessoa na CPI. Se for notória a irrelevância dessa convocação, ou se houver, o que não é o caso, certamente, a tentativa de blindar quem quer que seja. Nós temos a meu ver seguir a orientação do Relator. Convoca-se o Sr. Jorge Lorenzetti, não se fala o que seria uma precipita-

ção de transferência de sigilo, e após a expressão de sua senhoria, do Sr. Lorenzetti, a Comissão verificará a necessidade de tomar outras medidas ou não. Ele pode sair daqui, e acredito que teria todo interesse em fazê-lo, sair daqui de cabeça erguida. Completamente limpo diante da sociedade. Portanto, eu insisto que é passo da convocação, é o mínimo, está dentro do roteiro previsto pelo Senador Inácio Arruda que terá todo nosso apoio para investigar a fundo e apresentar um bom Relatório à sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Vamos votar então. Eu vou colher votos e como vota o Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Sérgio Guerra. Senadora Lúcia Vânia. Fátima Cleide. Senadora Fátima Cleide, por favor.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu vou me abster dessa votação por uma razão muito simples. Embora nós estejamos querendo convocar todas as pessoas que foram indicadas pelos Srs. Senadores, não há expressamente uma ligação direta no requerimento, na sustentação do requerimento de que irregularidade foi praticada, que formação foi dada para sustentar o requerimento do Senador Álvaro Dias. Apenas reporta-se ao fato do dossiê.

Então, acho que era muito interessante que isso estivesse melhor sustentado no requerimento. Sendo assim, eu vou me abster e ficar mais a vontade para poder examinar o caso do Sr. Lorenzetti, caso ele seja aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Como vota o Senador Sibá Machado?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Só em respeito ao Relator, apenas dizendo que a convocação diz respeito à gestão dele como dirigente da UNITRABALHO. E não na gestão do dossiê. A administrou o dossiê, mas a UNITRABALHO também.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – No requerimento, qualquer requerimento nosso deve se reportar se o dirigente de qualquer ONG cometeu alguma irregularidade. Porque se não houver isso fica insustentável. Como há muita controversa em relação ao Sr. Lorenzetti para a Relatoria é melhor que ela se abstenha e receba as informações que for preciso do Sr. Lorenzetti aqui presente na convocação se ele for convocado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Como vota o Senador Sibá Machado?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Como já afirmei, Sr. Presidente, o requerimento de número 122 e 130 que eu apresentei, tratam-se de duas pessoas que têm muito a falar sobre o trabalho da UNITRABALHO, e não o Sr. Jorge Lorenzetti, que jamais presidiu ou dirigiu o sistema financeiro dessa instituição. Portanto, meu voto é não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Wellington Salgado de Oliveira. Como vota V.Ex^a?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Voto não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, só para dar um esclarecimento suplementar. A UNITRABALHO recebeu recursos do Ministério do Trabalho exatamente na véspera em que ocorreu o episódio do dossiê, o pagamento do dossiê. Então é evidente que uma coisa tem relação com a outra e nós queríamos conferir isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Nós estamos em processo de votação. O Senador Valdir Raupp não está presente. Está em seu lugar o suplente Senador Leomar Quintanilha. Como vota V.Ex^a?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Voto não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Valter Pereira não está presente. O Senador... Temos agora o Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Presidente, eu quero antecipar que vou votar a favor de todos os requerimentos, mesmo que sejam entidades real ou supostamente ligadas ao PDT. O meu voto é sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Nessa condição nós temos 4 votos sim, 4 votos não e uma abstenção. Cabe ao Presidente o desempate. Eu voto sim. Fica aprovado o requerimento.

O requerimento nº. 117, que convida o Presidente... O Sr. Procurador da República, o Sr. Celso Antônio Três. Esse é um convite, e é da minha autoria, porque na imprensa do meu Estado, em Santa Catarina, o Procurador da República tem feito uma série de encaminhamentos, uma série de... Dar conhecimento público de uma série de procedimentos que ele considera equivocado. E a cobrança em cima da minha pessoa como Senador da República do meu Estado fica absolutamente complicada.

Então, esse é um convite para que ele venha aqui e faça uma exposição sobre tudo o que ele está fazendo, é um Procurador da República, autoridade de fé pública, e por essa razão não é uma convocação, mas apenas um convite para a exposição. Não sei se alguém mais deseja discutir o convite ao Sr. Procurador da República Celso Antônio Três. Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Também voto contra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Se permitir começar o processo de votação. Como vota o Senador Heráclito Fortes? Senador Sérgio Guerra, sim. Senadora Lúcia Vânia. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Não. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, na verdade até precedesse se fosse necessário um parecer do Relator nesse caso. Nesse caso o Procurador ele não está sendo convidado para dar informações, ele não está sendo convocado para fazer... Depor. É um convite. Eu sugeri, inclusive, ao autor do requerimento, propus que esse requerimento fosse retirado de pauta. Porque nós fizemos uma série de discussões a respeito de procedimentos relativos ao marco regulatório. E considerei que era mais adequado que ele situasse nesse campo. Porque nós temos um conjunto de Procuradores que vão debatendo em cima do processo que eles estão examinando. Aliás, alguns em segredo de justiça, mas são expostos publicamente. Então consideraria que era mais adequado que ele entrasse no rol de discussão sobre o marco regulatório. Até um processo que nós já ultrapassamos.

Nesse sentido, eu apelaria a V.Ex^a que esse requerimento fosse retirado de votação para que a gente pudesse examiná-lo, fazer um convite posteriormente, quando a gente fosse discutir mais aprofundadamente já o trabalho sobre o marco regulatório. Se não for retirado, eu votaria contra o requerimento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, apenas para coerência do Relator, com relação ao primeiro voto, e também tratar-se de requerimento de autoria do Presidente, eu sugeriria a V.Ex^a aprovação incluindo-se na pauta a discussão do marco regulatório. Afinal de contas, trata-se de um Procurador da República que só irá acrescentar dados a essa Comissão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Só estou propondo que se retire o requerimento da pauta de votação para que a gente examine posteriormen-

te quando formos discutir a questão do marco regulatório.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, o marco regulatório poderá ser discutido.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Claro. Se não for acatada a sugestão, a sugestão do Relator para o autor do requerimento. Se não for acatado, vou me posicionar contrariamente à vinda dele nesse.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É um direito que assiste a V.Ex^a. Em nome da coerência...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, Sr. Presidente. Quando empatar e com o voto... Aí V.Ex^a não vota, né? Ta certo. Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu coloco... Se o Senador Inácio Arruda...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Regimentalista, eu não entendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Se o Senador Inácio Arruda concordar, que ele só seja ouvido após a definição, acima de 30 dias. Pois não, Senador...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, eu percebo... Eu quero perceber e constatar a coerência do Relator, Senador Inácio Arruda. E, portanto, se eu pudesse opinar por uma solução intermediária, levando em conta a lucidez de S.Ex^a. no voto anterior, eu sugeriria que fosse acatado o ponto de vista do Relator, convidar-se-ia o Dr. Três no momento da discussão do marco regulatório. E passaríamos à terceira...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu aceito a ponderação do nosso Relator que quem quero reconhecer o esforço e eu retiro então o requerimento e apresento no momento adequado conforme sua sugestão para que a gente possa dar andamento aos trabalhos.

Então, vamos ao requerimento...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Para colocar em outra data?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Em outra data. Requerimento 119 do Senador Mozarildo Cavalcanti, que convoca o Sr. Sérgio Ronaldo da Silva, servidor da FUNASA.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Qual número agora, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – 119.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Bom, coloco então em votação

a convocação o Sr. Sérgio Ronaldo da Silva, servidor da FUNASA, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcante. Como vota o Senador Heráclito Fortes? Senador Sérgio Guerra. Senadora Lúcia Vânia. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, a Relatoria vai votar favoravelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Favoravelmente. Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Como votou o Relator?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vou acompanhar meu Relator. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Valter Pereira, ausente, Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – São seis votos sim, três votos não, fica aprovado o Requerimento 119. Requerimento 129. O responsável pela ONG Iterra de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que acaba de chegar. Seja bem-vindo. Eu pergunto se alguém quer discutir o requerimento. Se o autor deseja argumentar... Senador Sibá, V.Ex^a... O senhor pode encaminhar. Está com a palavra V.Ex^a.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só para encaminhamento contra o requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Ok. Coloco então em votação o Requerimento 129, responsável pela ONG Iterra de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Como vota o Senador Heráclito Fortes, sim, Senador Sérgio Guerra, Senadora Lúcia Vânia, Senadora Fátima Cleide, não, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, voto contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Valdir Raupp, ausente, Leomar Quintanilha. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Acho que agora aqui deu cinco a quatro, contra. Então o requerimento fica rejeitado.

Requerimento nº. 168, de autoria do Senador Sibá Machado. É esse mesmo, Senador Sibá? Antônio Pereira das Chagas e Paulo César Faria das Chagas, responsável pelo Instituto de Formação e Assessoria Sindical Rural, Sebastião Rosa da Paz. Esse é de V.Ex^a? Será que não está errado aqui?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – É de minha autoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Ah, é do Álvaro Dias. Então, Senador Álvaro...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – É que tem dois requerimentos. Um do Álvaro e um do Sibá. É o mesmo.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – É porque o Senador Sibá pediu destaque.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Do Senador Álvaro Dias. Desculpa. Achei estranho. Não teria sentido, desculpe. Aqui está...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, é o PC Farias?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Antônio Pereira... Não. Antônio Pereira da Chagas e Paulo César Farias. É verdade.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sessão espírita. Dá um azar danado.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, eu considero da maior importância a aprovação desse requerimento. Essa ONG recebeu sete milhões do INCRA em um convênio que é inclusive algo de investigação do Ministério Público Federal. Houve inclusive busca e apreensão na sede da ONG e houve um mandado judicial que promoveu essa operação de busca e apreensão, e as contas bancárias também foram bloqueadas pela justiça. Portanto, os argumentos são sólidos, são consistentes, e não vejo porque a CPI

não investigar. É necessário que essa CPI investigue esta ONG. Não há argumento que possa justificar a rejeição a esse requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Sibá, V.Ex^a deseja argumentar?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, o Requerimento de nº. 168 e 176, o de 168 é de autoria de V.Ex^a, e 176 de autoria do Senador Álvaro Dias. E eu sugiro o encaminhamento contra os dois requerimentos, porque um trata-se da natureza do outro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Perfeito. Eu vou ter que fazer a votação em separado. Mas aí a gente já colhe a votação em seguida. Vamos colocar em votação. É 168, o Requerimento 168 que está em votação. Consulto... Não, 168 e o outro é 176. Está na ordem.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Os dois dizem a mesma coisa.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É que 168 e 176 diz a mesma coisa. É o mesmo teor, trata-se da mesma pessoa. Mas V.Ex^a tem razão, voto em separado. E estou encaminhando voto contra já antecipadamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Como vota o Senador Heráclito Fortes?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Tem. O Senador Álvaro discutiu. E o Senador Sibá discutiu. O Senador Sibá já encaminhou voto contra e o Senador Álvaro já discutiu.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – O Senador Sibá não falou sobre o assunto, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Já falou, sim.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Falou?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Acho que a opinião pública está assistindo é importante que saiba por que é que é contra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É isso, Presidente? Nós queremos ouvir do Senador Sibá o motivo... Não, está em discussão e V.Ex^a...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, Questão de Ordem. O requerimento está em votação. O Senador Sibá não quer fazer nenhuma colocação, ponha em votação. Vamos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Peço desculpas ao Plenário, mas o requerimento está em votação, e eu colho o voto. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – É que não existem argumentos contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Sérgio Guerra.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senadora Lúcia Vânia. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Inácio Arruda. Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Leomar Quintanilha. Senador Wellington Salgado. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu costumo primeiro tomar conhecimento do que está se passando. Então gostaria de ouvir o Relator, ele orientou para que se votar não, e eu gostaria de ouvir a razão dele para que eu possa votar com a consciência tranquila.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Sr. Senador...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, nós temos dois requerimentos. Um de autoria do Senador Sibá, um de autoria do Senador Álvaro Dias. Nem é do Senador Álvaro Dias, é do Senador Colombo. O do Sibá é do Colombo e do Álvaro Dias é do Álvaro Dias, mesmo.

Então, em função de uma controvérsia de dois requerimentos com a mesma natureza, nós encaminhamos o voto contrário para que a gente possa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Os dois vão na mesma direção. V.Ex^a optou por um deles.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Não. Estou rejeitando os dois requerimentos. A sustentação minha é a mesma dos requerimentos anteriores. Sempre que nós tivermos um requerimento, em minha opinião, nós devemos sustentar bem, porque se trata de convocar as pessoas para dar um depoimento. Quando isso não estiver muito claro em relação à pessoa que está sendo convocada, então eu parto do princípio que nós deveremos deixar esse requerimento de lado, rejeitá-lo, e se for o caso, se for necessário, diante do conjunto já de requerimentos que nós temos e de oitivas que nós temos que realizar, nós voltamos a examinar como é o caso do Procurador Celso Três.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Permite-me um aparte, Relator?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – É que está em votação.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, o Relator disse que não há justificativa e eu pergunto se não é justificativa a investigação do Ministério Público, apreensão pela Polícia Federal os documentos constantes por Ordem Judicial...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – No requerimento 176 não tem essa justificativa.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – É no Requerimento 176 que tem essa justificativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Não, é no 168.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Está votando 168. Então V.Ex^a vai considerar o 176 posteriormente. Então ok.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Então V.Ex^a está propondo rever.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Mas discutirá aberto para o 176.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Nós temos dois requerimentos do Senador Valter Pereira. Os dois tratam do mesmo assunto. Um está com o texto na justificativa o outro. Então o que está se votando é 168, em seguida vamos votar 176 e o senhor terá oportunidade inclusive de avaliar.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Está acompanhando o voto do Relator agora eu posso rever na votação seguinte. É isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Exatamente isso.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Muito bem. Então eu acompanho o Relator agora.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, só um instantinho, para ficar bem claro, Senador Valter Pereira, os dois requerimentos tratam-se do mesmo assunto. Mas, nós resolvemos concordar em separar porque poderia votar um e prejudicar outro. Qualquer que for o resultado do primeiro. Sim ou não, poderia já prejudicar o segundo. Mas nós estamos concordando em votar separado mesmo tratando da mesma natureza.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Como vota o Senador Jefferson Peres?

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Seis não e quatro sim, fica rejeitado o requerimento e nós vamos discutir o Requerimento 176, que trata do mesmo assunto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – A bancada de oposição se tivesse sido esclarecida antes pelo Relator, ela acompanharia o Relator nesse 168. Parece-me que ele por sua vez percebe as razões fortes do 176. Até então nós estamos concordes com S.Ex^a. Creio que o nosso voto foi dado em função de não ter havido a explicação de que faltava a justificativa cabal oferecida pelo Senador Álvaro Dias e que torna irrecusável pela lógica a aprovação do Requerimento 176.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Ok. Agradeço a contribuição V.Ex^a. Está em discussão o Requerimento 176. V.Ex^a, Senador Flexa Ribeiro, deseja discutir?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Raimundo Colombo, como nós estamos ainda discutindo agora, eu gostaria de ouvir do nobre Senador Sibá Machado a justificativa para que ele encaminhe o voto não. Ele não o fez no requerimento 168 e eu solicito que ele o faça agora no Requerimento 176.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, sobre o encaminhamento do Senador Sibá Machado, tenho certeza que ele não vai (ininteligível) e acho muito oportuno. Até porque, meu caro amigo Sibá Machado, fique esclarecido aqui uma dúvida. V.Ex^a declarou hoje para o jornalista Marcelo Rocha do Correio Braziliense que os pedidos apresentados pelo DEM e pelo PSDB são requerimentos malucos, apenas criam confusão. É preciso exatamente ficar claro onde é que estão as maluquices do requerimento.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Um requerimento eu considere, e reafirmo. Um requerimento. Eu posso na hora oportuna falar sobre ele. Não falei os requerimentos. Falei um requerimento.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu como autor do requerimento eu queria fazer um apelo ao Relator, Inácio Arruda, que nos gerou essa perspectiva de votar favoravelmente e tenho a convicção de que o fará, porque o que nós desejamos é que o representante dessa ONG venha ao Plenário dessa CPI esclarecer os fatos. Já que ele é alvo de investigação pelo Ministério Público, a sua ONG está sendo investigada, a Polícia Federal, por ordem judicial fez busca e apreensão de documentos na sede dessa ONG, isso agora no final de janeiro, é fato recente, e as contas foram também por ordem judicial bloqueadas. Portanto, os argumentos são sólidos e eu tenho convicção de que o Relator bem intencionado votará favoravelmente para permitir esclarecimentos à CPI. A CPI não pode ignorar esse fato.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Não havendo quem queira discutir o requerimento... Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, eu solicitei ao Senador Sibá que ele encaminhasse a justificativa do voto contrário. Ele ainda não fez.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu não posso obrigar o Senador Sibá. Ele não demonstrou vontade.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Apenas uma ponderação. Nós estamos nessa Comissão Parlamentar de Inquérito, eu antes não estive aqui, mas agora por cessão e concessão do Senador Flexa Ribeiro eu estou aqui hoje, mas o que eu queria dizer é o seguinte, é que nós temos dois caminhos para essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Ou investigamos ou não. A investigação ela se impõe pelos fatos.

Então, nesse caso objetivamente não há como não investigarmos isso e nem como votar contra isso. Eu quero dizer que do nosso lado, diante de uma situação desse tipo, jamais votaremos contra convocação seja lá de quem for. Porque senão nós estamos dizendo que a Comissão é para não funcionar, é para proteger um grupo e não proteger outro grupo. Não dá para politizar essas coisas. Tem que ir atrás dos fatos. E que os fatos se imponham. Que a verdade apareça.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, eu sou o Relator e quero informar aqui aos nossos colegas Senadores todos de que não cabe ao Relator politizar. Mas, se houver politização, seja de que lado for, eu tenho minha opinião, tenho minha posição e tenho meu lado. Então isso tem ficar claro. Porque fica aparecendo que nós estamos aqui fazendo uma... Não, tem os bons que são a favor de convocar todo mundo e os maus que são... Querem tirar A ou B. Quando o Relator for dar opinião sobre o requerimento dará sobre a sustentação do requerimento. O requerimento... Não, o requerimento que não tiver... Quais são os fatos?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Os fatos têm que estar no requerimento. Se não estiver... Neste caso os fatos estão... Há uma sustentação. O meu voto em relação ao 168, contrário. Em relação ao 176, o meu voto é favorável. Porque há uma sustentação adequada feita com o requerimento do Senador Colombo. Eu não vou me impressionar pra gente já ter um tratamento transparente. Eu não me impressiono com nenhuma fala que tenha conteúdo político queira levar o Relator a uma posição em função de uma pressão seja que o Senado vai ficar bem, o Senado vai ficar mal. Ora, isso é uma Casa política. O debate aqui e nesses termos, nesse sentido. Na apuração,

tendo fato, não tenho o que discutir. Nós vamos votar favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O Senador Sibá e depois Senador Arthur Virgílio. Senador Sibá, deseja usar da palavra?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Minha posição com o requerimento é em relação ao 168 é o mesmo e argumento da seguinte maneira, Sr. Presidente... Sim, mas é igual ao 168. Eu quero dizer a V.Ex^a que gostaria muito de ter acesso aos documentos que o Ministério Público já tem sobre a matéria e antes de aprovar a vinda de qualquer pessoa eu gostaria de primeiro ler esses documentos. E por esta razão meu encaminhamento é contra a vida de pessoas dessas instituições nesse momento. E vou atrás de um requerimento para que acessemos os documentos concernentes a essa investigação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, acho que o Senador Sibá Machado por dever de coerência e de justiça deveria pedir a retirada de todos os documentos que ele aprovou aqui, que nós aprovamos coletivamente e que não se enquadra ao que ele propõe agora. Acho que coerência tem ida e volta. Sugiro a V.Ex^a, Senador Sibá Machado, que tome essa iniciativa de retirar os seus requerimentos que foram aprovados agora e que não se enquadram que V.Ex^a agora prega à Nação brasileira.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – V.Ex^a trata de uma maneira, só um instantinho, Presidente, que fui citado pessoalmente. Não vamos tratar dessa forma, Senador Heráclito Fortes. Temos nossas posições muito claras sobre o que diz respeito aos trabalhos dessa Comissão e eu tenho a minha e gostaria que fosse respeitada. A minha posição sobre estes requerimentos eu explicitiei e repito. Eu gostaria de ter acesso primeiro aos documentos que o Ministério Público tem sobre esta instituição. E posteriormente, com certeza, terei o maior prazer até de subscrever qualquer requerimento ou mesmo emitir. Nesse caso pediria aos demais Senadores que quiserem me acompanhar, meu voto é contra este requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Sibá, os documentos que a CPI tem ele estão à disposição de todos os Senadores todo tempo e muitos deles estão na internet, mas eu...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Arthur Virgílio para nós encaminharmos a votação.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) –

Está correta a posição do Relator, Sr. Presidente, porque no Item 3 o Relator votou contra e a informação que nos chega é que um voto coerente, conseqüente porque a CPI da terra já havia investigado o cidadão cuja convocação estava sendo solicitada. No caso do requerimento 168, estivesse havido a fala do Relator antes nós teríamos acompanhado. Teríamos votado contra a aprovação do Relatório até porque víamos as razões que levaria o Relator a aprovar o 176. Então entendo que não deve haver politização mesmo. O Senador Inácio Arruda tem um lado, eu tenho outro lado, mas temos que ter um lado só aqui que é o lado de apurar a verdade, e ao final colaborar para que saia um Relatório que perlustre o papel do Senado perante a nação brasileira. Até o momento não vi uma razão para discordar do Relator e considero que está sendo uma Sessão vitoriosa essa. Portanto, a nossa bancada votará pela aprovação do 176, seguindo o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Colho os votos então. Como vota o Senador Heráclito Fortes? Sim. Senador Sérgio Guerra? Sim. Senadora Lúcia Vânia. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Inácio Arruda. Sim. Senador Sibá Machado, não. Senador Leomar Quintanilha, sim. Senador Wellington Salgado, sim. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Também acompanho o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Jefferson Peres.

Então, são oito votos sim e dois votos não, ficam aprovados os requerimentos. Esse item da nossa pauta ele fica incluído e passamos ao segundo item. Pois não.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Apenas meus cumprimentos ao Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O segundo item da pauta são requerimentos de informações. As informações que nós, diversos Senadores da CPI encaminharam a diversos órgãos do Governo Federal. Peço a distribuição destes itens. O requerimento número... Vou passar a ler todos os requerimentos para que daí a gente possa fazer a votação em bloco. Requerimento 91/2007 informação do Ministério dos Esportes sobre repasses relativos ao Programa Segundo Tempo, de autoria do Senador Álvaro Dias. N°. 98, cópia da auditoria realizada pelo Ministério da Educação no Programa Brasil Alfabetizado. Senador Heráclito Fortes. 101, Receita Federal

encaminha dados cadastrais das entidades sem fins lucrativos constantes da planilha da mídia em anexo, Senador Inácio Arruda. 102, Receita Federal possibilita a servidores que acessaram esta CPI... assessoram esta CPI acesso ao sistema CPF, CNPJ, Senador Inácio Arruda. 103, Relação de todos os pagamentos feitos pela Fundação Banco do Brasil e UNITRABALHO com cópia dos processos que os fundamentaram. Senador Álvaro Dias. 104, relação de todos os pagamentos feitos pela Fundação Banco do Brasil e ONG IBDS com a cópia dos processos que os fundamentaram, Senador Álvaro Dias. 105, que a fundação Banco do Brasil encaminhe os gastos com cartões de créditos corporativos de 2005 até a presente data. Senador Álvaro Dias. Contabilidade da Fundação Banco do Brasil e-mail magnético, também do Senador Álvaro Dias. 113, Secretaria Geral da Presidência da República encaminha informações referente ao programa PROJOVEM, Senador Álvaro Dias. 114, Polícia Federal conceda acesso e direito a cópia no que for essencial a todos os documentos apreendidos em 8/11/2007 na sede da FETRAF-SUL. Senador Álvaro Dias. 118, Polícia Federal encaminha informações sobre a Operação Metástase, Senador Mozarildo Cavalcanti. 120, sejam investigados repasses da FUNASA para a assistência à saúde nas reservas indígenas prestadas por ONG. Senador Mozarildo Cavalcanti. 121, Ministério do Desenvolvimento Agrário encaminhe cópia do convênio do Mapa, Senador Sibá Machado. 127, que o Ministério do Desenvolvimento Agrário encaminhe cópia de todos os convênios, Senador Sibá Machado. 131, o teor integral de todas as ações e investigações movidas contra a FINATEC, Senador Álvaro Dias. 165, a disponibilização da movimentação financeira das contas bancárias abertas em razão de convênios firmados com entidades relacionadas em planilha. 172, relação de pagamentos feitos em valor superior a 50 mil reais a entidades sem fins lucrativos no período 99 a 2006. Contendo a identificação do beneficiário. Processos de fiscalização existente nas diversas promotorias de fundação e entidade de interesse social, relativa às ONGs financiadas preponderantemente por recursos federais. O 174 é o mesmo do 165 e aí a gente retira o 165 e fundamenta após o 174. Eu pergunto aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras se há consenso na votação em bloco desses requerimentos.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Peço destaque, Sr. Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Sibá, em seguida Se-

nador Wellington Salgado. Senador Sibá, V.Ex^a está com a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Pois bem, Presidente. Destaque o Requerimento de nº. 114.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Qual seria o motivo do destaque, Sr. Presidente? Sr. Presidente, esses destaques têm que ter uma justificativa, Sr. Presidente. Eu gostaria...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O 120, 165...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Depois a gente vota um por um e ele vai justificar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Tá bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – 114?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – 114. 165...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – 165 eu retirei, Senador Sibá. O 174 trata do mesmo assunto.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Tá. 172. E 174.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Bom, então... Senador Wellington Salgado, V.Ex^a tem a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria também destaque para o 91 e 98, Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – 91...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E 98. Vamos votar em separado. 91/2007 e 98/2007. Um é do Senador Heráclito. O 98 é seu, Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Há consenso nos requerimentos 101, 102, 103, 104, 105, 106, 113, 118, 120, 121, 127, 131. Fica retirado o 165. E também o 173. Se há consenso nesses, eu coloco então em votação esses e...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, o requerimento V.Ex^a retirou o 165. Mas ao manter o 174, com relação de pagamentos feitos de valor superior a 50 mil reais a entidades sem fins lucrativos no período de 99 a 2006, contendo a identificação do beneficiário. Aqui é relativo, esse 174 é relativo a todas as fundações ligadas à universidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Mas esse nós vamos discutir logo em seguida porque esse está sobrestado. Podia aprovar o restante e...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – V.Ex^a tirou o 165 então poderia retirar o 174 que resolveria o assunto aqui.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Você pediu destaque, Relator?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Então fica para ser discutido também o 91 e 98. Então coloco em votação os outros que são consenso. Os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. Então, aprovado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, só me tira uma dúvida. Os destaques ficaram 91 e 98... 114...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – 172 e 174.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – 165... Ah, foi retirado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O 165

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Então vamos pela ordem numeral. O 91 é de autoria do Senador Álvaro Dias. Ele pede informações do Ministério dos Esportes sobre repasses relativos ao Programa Segundo Tempo. V.Ex^a deseja justificar? O 91. O senhor quer substituir? Pois não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, antes da fala do Senador Wellington Salgado, em relação ao 91 do Senador Álvaro Dias, autoria do Senador Álvaro Dias, já o conteúdo do requerimento já foi absolutamente atendido com os requerimentos aprovados na Comissão. Já tem essa...

Então, digamos que é redundante. Mas se V.Ex^a quiser insistir nesse requerimento acho absolutamente desnecessário porque já foi feito requerimento até mais amplo que V.Ex^a está solicitando.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – É uma oportunidade que nós estamos oferecendo ao Ministro de apresentar (soa a campainha) esclarecimentos em razão de denúncias que ocorrem constantemente. Há necessidade de uma prestação de contas sobre recursos destinados a esse Programa Segundo Tempo. Há denúncias de que esses recursos estariam sendo aplicados com critérios meramente políticos. E nós queremos que o Ministro tenha a oportunidade de prestar esses esclarecimentos. Por isso acho importante, é um requerimento de informações.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Tudo bem, é que estou dizendo a V.Ex^a.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Muito à vontade para oferecer a resposta que julgar a mais adequada.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Estou dizendo a V.Ex^a que esse pedido de informação, sobre todos os Projetos do Segundo Tempo do Ministério dos Esportes já foi solicitado. De forma mais ampla.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Não tenho conhecimento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E já aprovamos requerimento dessa natureza.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – A Secretaria está informando que já foi aprovado requerimento.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Se houve a aprovação do requerimento não há razão para aprovar esse.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu confio na palavra do Relator. Se o requerimento está vazado nesses termos...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O outro requerimento já aprovado abarca...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Abarca. É mais amplo até.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Só estranho que requerimento aprovado anteriormente a Secretaria tenha colocado na pauta. Apenas esta minha dúvida. Mas se o Relator disse que foi aprovado, e obviamente eu confio na palavra do Relator e retiro esse requerimento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Tenho uma proposta, coloca-se como último item para dar tempo de...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Mas o Senador Álvaro Dias já retirou.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Já retirou?

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu não tenho direito de duvidar da palavra do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Vamos ouvir o Requerimento 98 do Senador Heráclito Fortes, que pede a cópia da auditoria realizada pelo Ministério da Educação no Programa Brasil Alfabetizado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Quem pediu a retirada foi o Senador Wellington Salgado, ele é que tem que explicar o porquê.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu não pedia a retirada. Eu pedi destaque porque eu queria ouvir ações explicações visto que a gente não está recebendo um resumo, pode ser até que eu não tenha me dedicado melhor ao assunto. Mas como nós estamos presentes, Senador Heráclito é uma pessoa que domina sempre o

que ele expõe, eu queria ouvi-lo para votar a favor ou contra. É essa a minha posição, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Fico muito feliz em esse requerimento partir de V.Ex^a que é um homem que conhece educação, profundamente, talvez seja o maior conhecedor da Casa, sabe o trabalho que foi feito pelo Programa Brasil Alfabetizado e vem sendo feito, mas eu fiz pelo motivo muito simples, na tentativa desesperada de fazer funcionar essa CPI, nós éramos diariamente colocados contra a parede, se é que posso dizer assim, com ameaças de que iriam fazer investigações no Brasil alfabetizado como se nós tivéssemos algo a temer. Aliás, essa é uma prática costumeira, Sr. Relator. A mesma coisa tentaram fazer nos cartões corporativos, acusando o Governo passado. Só que havia uma diferença de 120 cartões para uma administração para 11.800 de outra. Então para mostrar, Senador Arthur Virgílio, foi Líder do Governo retrasado, que nós não tememos absolutamente nada. E o que nós estamos pedindo é exatamente a documentação de uma auditoria realizada no âmbito do Ministério da Educação.

Daí porque, Senador Wellington, é esse... é esse o meu requerimento. Eu estou dando... Eu tomei essa atitude até como forma de dar exemplo de que nós temos que ter a isenção, nós temos que procurar apurar. Doa a quem doer. Não é pelo fato de eu ter participado do governo passado, de ter sido Líder do governo passado que eu não vou querer clareza nos fatos. Eu não tolero dizer que eu não sabia. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Vamos colocar em votação, não havendo... Não, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Se V.Ex^a me der a palavra, eu queria dizer o seguinte. Conheço muito bem esse projeto. A colocação desse projeto para que possa se criar o início de CPI, eu achei que nós não precisamos disso aqui. Inclusive, Senador Heráclito, vou votar contra o requerimento de V.Ex^a. Entendeu, Senador Heráclito. Vou votar contra o requerimento de V.Ex^a. A explicação que V.Ex^a me deu. Simplesmente chamar aqui... Eu conheci muito bem esse projeto à época. A universidade que a minha família dirige participou desse projeto. Sempre cedendo alunos e tudo mais. Não vou colocar simplesmente votar por um requerimento para tentar justificar uma iniciativa para a CPI continuar. De maneira alguma. Então, o meu voto, já adiantando, é contra esse requerimento.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Valter Pereira.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –

Quero esclarecer que não é uma convocação, é uma auditoria que foi realizada pelo MEC. Acesso aos documentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Valter Pereira.**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) –** Sr.

Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação. O instituto das CPIs tem sido duramente questionado. Tenho ouvido programas de rádio e às vezes até alguns comentários em emissoras de televisão, pondo dúvidas sobre objetivos e a eficácia dos trabalhos de uma CPI.

Então, eu acredito que a grande contribuição que todos nós possamos dar para revigorar esta ferramenta que é de vital importância para o Congresso e para a sociedade, a fim de investigar bem todas as mazelas que podem ocorrer na órbita do Governo, é muito importante que os nossos trabalhos tenham um balizamento com um mínimo de técnica possível. E eu acho que o requisito fundamental para que nós aproveemos esses requerimentos todos seja a existência de indícios. De indícios, de evidências que possam efetivamente abrir o caminho para a investigação. Se nós formos procurar cabelo em ovo, efetivamente a CPI corre o risco de não chegar ao resultado. Certo.

Então, há indícios... E vamos a busca desses indícios. Vamos procurar investigar onde tem indícios. Esse é o apelo que eu gostaria de fazer a esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu vou colocar em votação então o requerimento nº. 98, de autoria do Senador Heráclito Fortes. Senador Heráclito Fortes, sim. Senador Sérgio Guerra. Sim. Senadora Lúcia Vânia. Senadora Fátima Cleide. Sim. Senador Inácio Arruda. Sim. Senador Sibá Machado. Senador Leomar Quintanilha. Sim. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu voto não porque eu conheci esse projeto muito bem. À época de outro Governo que não é o que eu apoio hoje. Agora, eu não aceito esse tipo de coisa na CPI. Senador Heráclito, não fique chateado comigo. Eu conheci esse trabalho que aconteceu. Não é o Governo que apoiava antes, é o Governo anterior. Então eu não queria, Sr. Presidente, desculpe falar no momento do meu voto, eu não queria expor situações para contrabalançar situações que vão acontecer na CPI. Não merece esse tipo de projeto passar por essa situação. Meu voto é contra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O processo de votação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu

fui citado. Apenas dizer que eu me comovo com o saudosismo de V.Ex^a. As coisas boas do governo passado todas estão sendo copiadas agora. Agora, acho que não é por isso que eu vá deixar de querer que se veja com clareza o que foi feito no governo passado ou não. Perdão, retrasado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Valter Pereira, como vota V.Ex^a?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Jefferson Peres, ausente. Então nós temos sete votos favoráveis, uma abstenção e um voto contrário. Fica aprovado o Requerimento nº. 98.

Requerimento nº. 114. Pede à Polícia Federal que conceda acesso e direito a cópia do que for essencial a todos os documentos apreendidos em 8/11/2007 na sede da FRETAF-SUL. Senador Álvaro Dias.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, eu creio que nesse requerimento teremos voto favorável do Senador Sibá Machado. Porque há pouco ele adiantou que primeiramente nós deveríamos requerer os documentos para depois avaliarmos a conveniência da convocação ou não de depoentes. Portanto, neste caso, já há argumentação precedente do Senador Sibá Machado e certamente com coerência ele votará favorável ao requerimento. Mas eu esclareço que essa solicitação tem em conta o fato do Ministério Público e da Polícia Federal que, investigando esta entidade, apreendeu 120 caixas com documentos e 48 discos rígidos de computadores. Eu repito, Sr. Presidente, a documentação apreendida pela Polícia Federal de 120 caixas com documentos e 48 disco rígidos de computadores. Em razão de fraudes supostamente existentes na aplicação de dinheiro público. Essas fraudes alcançariam a cifra de seis milhões e quatrocentos mil reais. Nós estamos por hora solicitando os documentos a exemplo do que recomendou anteriormente o Senador Sibá Machado e nós esperamos a aprovação desse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Então vamos colocar em votação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Para discutir, Sr. Presidente. Acho que tudo que tiver trade de trabalhador vamos ter que abrir CPI... Tudo que tiver o trade já bota aí. Qualquer obra que tiver trade trabalhador, nós vamos ter que aprovar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Siba, por favor.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu preciso até que eu tinha colocado como destaque. Sr. Presidente, o requerimento tem todo o apoio acho que de 100% desta Comissão. Só faço uma ressalva, é por isso o destaque, porque eu considero de extrema importância a correção dos enunciados para que a gente evite aqui percalços posteriores. O que eu quero destacar no requerimento? É apenas o que diz aqui o termo “o que for essencial”. O que for essencial a juízo de quem? Então, eu quero só retirar para corrigir o requerimento, corrigir o enunciado, transferência dos documentos tem que ser todos os documentos, e a juízo de toda a Comissão ela que vai dizer o que é essencial para todos os outros documentos como também nós estamos solicitando.

Então, neste caso eu só peço ao Senador Álvaro Dias que retire essa parte. Não é que vai lá uma pessoa para escolher o que é essencial. Ou vai 100% da Comissão ou vem 100% dos documentos à Comissão. Essa é a ressalva que faço a V.Ex^a e já pedindo a aprovação do requerimento.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu retiro a palavra “essencial”. Direito a cópias a todos os documentos apreendidos. Retiro a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Com esse texto, vamos colocar.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Queria só ser mais objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Cadê as folhas das votações aqui? Colho votos. Como vota o Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Esse requerimento é unanimidade?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu recomendo voto, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Então fica aprovado o requerimento por unanimidade. Agora o Requerimento 172 de relação de pagamentos feitos de valor superior a 50 mil reais às entidades sem fins lucrativos contendo a identificação do beneficiário. O Requerimento 172, ele pede o acesso a todas as instituições que receberam valor superior a 50 mil reais a entidades sem fins lucrativos no período... contendo a identificação do beneficiário. Grupo PETROBRAS, grupo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A, ELETRONORTE, Centrais Elétricas Brasil S/A, ELETROBRÁS...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pois não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu vejo tanta lógica, e até para mantermos a linha de coerência assim. Porque o Governo pretende fiscalizar movimentação bancária anual a partir de cinco mil reais. Ora, V.Ex^a pede movimentações acima de 50 mil reais.

Então, eu considero que nós temos que aprovar isso rapidamente sem discussão, sem delongas, por unanimidade. Até por uma lógica. A outra matéria a bancada do Governo não haveria de colocar nenhum obstáculo a ela do ponto de vista da sua compreensão. Nós até...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, antes de examinar, tendo em conta a ponderação do Senador Arthur Virgílio, nós fizemos aqui no início dos trabalhos uma proposta de planos de atividades da CPI e dentro dessa proposição, claro que os fatos podem alterar a realidade, mas dentro da nossa proposição as empresas estatais e as fundações universitárias ficariam fora do objeto de investigação da CPI. Porque o leque era muito amplo. Os convênios com fundações universitárias ficariam fora por uma razão muito simples. Estatais e fundações universitárias no início das nossas atividades nós propusemos que ela ficasse fora em face do leque amplo de entidades que nós teríamos de examinar fruto dos convênios. Por qual razão? Primeiro porque as estatais, todas as entidades, eu pego o exemplo da PETROBRAS que é uma empresa que atua não só no Brasil, mas é uma empresa internacional, atua em bolsas de tudo quanto é canto do mundo, as mais importantes, e qualquer movimentação em torno de uma instituição desse porte cria alvoroço de outra ordem que não são as investigações que nós praticaríamos. Segundo, o problema das fundações. É que as fundações elas estão no rol de empresas de ONGs, estou dizendo por que é que essas duas ficaram fora na nossa proposição. É que as fundações são consideradas ONGs, mas é evidente que elas não são. Elas são fundações ligadas à universidades. São órgãos das universidades. Então elas estariam fora desse foco. Mas evidente que a CPI é soberana para decidir se pede informações de A, B, C ou D. Apenas nós fizemos esse tratamento para, digamos assim, diminuir o foco enorme que tinha a CPI.

Então considero que seria interessante a gente examinar pra gente não abrir um leque muito grande

de investigação que fica parecendo que não vamos chegar nunca ao final.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu estou pegando aqui o bonde andando, mas me refiro claramente ao seu requerimento de informações se refere a pagamentos feitos em valor superior a 50 mil reais a entidades sem fins lucrativos, em 99 a 2006. Muito bem. Eu concordo com V.Ex^a na tese de que nós não podemos ser irresponsáveis em relação a nada, muito menos em relação a uma empresa como a PETROBRAS. Eu fui contra determinadas atitudes administrativas da PETROBRAS, como por exemplo, o primeiro gesto que a meu ver foi de titubeio em relação ao Governo Evo Morales que redundou em queda de valor de ações da PETROBRAS. E os acionistas não estão muito preocupados com posição política de Governo. Estão preocupados em receber seus lucros no final. E são eles que financiam, por exemplo, a PETROBRAS poder fazer o que faz brilhantemente da aplicação de tecnologia para prospecção em águas profundas. Eu concordo plenamente quanto a isso. Agora, evidentemente que temos aí fatos novos. Primeiro PETROBRAS, eu tenho que zelar por ela, agora claro que a sua direção tem que zelar por ela também. Ela não pode dar motivos para que haja abalo. E nem pode ficar acobertada sob o manto da impunidade se porventura ela fizer algo ruim nós aqui não investigamos porque não queremos abalar o conceito dela no exterior. Agora em relação a fundações, temos coisa nova. Tem a FINATEC, nós temos em relação a universidade o Reitor Mulholland, um escândalo, morando às custas de uma universidade que é pobre, que precisa de recursos para aplicar em pesquisa, em ciência em laboratório, em tecnologia.

Em relação especificamente ao 172, eu vejo de muita lógica que nós aprovemos o requerimento do Senador Raimundo Colombo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Ele pede acesso, Senador Sérgio Guerra, aos repasses feitos por empresas tipo PETROBRAS, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Sistema Elétrico Brasileiro... Acima de 50 mil reais. Até porque nós já fizemos um requerimento anterior, nós já pedimos. Mas as informações ou não vieram ou vieram de forma deficiente, os técnicos constataram ser impossível trabalhar com aqueles daquela forma que veio. Então esse requerimento ele pede novamente o acesso a esses convênios realizados acima de 50 mil reais para poder investigar. É a função da CPI e é exatamente nessa linha que a gente se posiciona.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, sem prejuízo do mérito do requerimento de V.Ex^a, eu proponho como Relator que nós deixemos de fora as empresas estatais desses procedimentos. É um leque já muito largo de atividades que nós temos. E no caso específico das fundações que a gente trate apenas do fato concreto, e não de todas as fundações. Que nós criamos um embaraço muito grande para as fundações. Quero dar um exemplo objetivo. Nós estamos com uma empresa brasileira que trabalha não só para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas trabalha como incubadora de vários projetos de tecnologia para a PETROBRAS e para outras estatais brasileiras e trabalha por ter conquistado no exterior, na Alemanha, nos Estados Unidos, em outros países da Europa com projetos de tecnologia que é a Fundação ACOP. Dirigida pelo ex-dirigente aqui da ELETROBRÁS. O Dr. Pinguelli Rosa. Só o fato de no requerimento ter sido exposto o nome dessa fundação, e de outras tantas fundações que não tinham nenhuma irregularidade apontada sobre elas, nenhuma, apenas elas têm convênio com o Governo Federal. Só esse fato, já cria um embaraço no exterior para um conjunto de projetos de tecnologia que essas instituições estão procedendo por uma conquista grande da tecnologia brasileira.

Então quando tiver um fato concreto, tá bom, PETROBRAS. Tem um convênio que eu considero irregular então examinemos esse convênio. E não o conjunto de atividades da PETROBRAS. Por isso eu proponho a V.Ex^a, eu sugiro até que retire esse requerimento e no caso de ter uma questão objetiva, concreta, aquela fundação, aquela estatal, aí nós examinamos. Que aí seria mais interessante, não cria nenhum embaraço para as empresas brasileiras porque elas atuam no mercado. E como a maioria dos Senadores são defensores do mercado, inclusive eu em certos aspectos eu quero dizer que seria oportuno que nós retirássemos esse requerimento. Não mudei não, o mercado é muito antigo. E vai durar ainda muitos anos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Poderia substituir Senador Relator esse requerimento, eu concordo. Aí tem que haver também a concordância do Senador Sibá Machado numa demonstração de objetividade esse requerimento pela aprovação do requerimento com relação à FINATEC. Porque hoje ou amanhã nós temos que fazer uma apuração. E dentro dessa coerência, dentro do fato concreto, é preciso que se ganhe um pouco de tempo com relação a isso. Então a ponderação que eu faço, é um apelo...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – A FINATEC não foi, é o próximo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu proponho objetivamente ao nosso Presidente porque ele é o autor do requerimento. Que ele retire esse requerimento, e aí examinemos os casos particulares um a um se tiver necessidade eu tenho a maior abertura porque foi fato concreto, objetivo, se tiver irregularidade a nossa obrigação é de investigar. Mas num conjunto grande aí não dá pra gente...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Ouço o Senador Valter Pereira e após o Senador Sibá Machado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu acho que a posição do Relator é muito equilibrada. Na verdade, ele não está descartando a possibilidade de investigar. O que ele busca é a investigação pontual. Onde há sinais, onde há fumaça, aí sim. Onde há indício, vamos investigar. Acho que temos que ter essa preocupação de buscar essa objetividade até para garantir que essa Comissão vai ter começo, meio e fim. Se não ela pode correr o risco de não ter fim. Então eu acho que é equilibrada a posição dele, eu apoio. Agora, gostaria de fazer uma ponderação, Sr. Presidente, eu estou observando aqui o relógio e ele está marcando 13h11. E eu gostaria de consultar V.Ex^a se os membros da CPI, V.Ex^a, os componentes da Mesa também, se têm esse costume também de almoçar. Se realmente nós vamos ter esse direito também. Porque eu tenho esse hábito, até um hábito já antigo, desde então eu gostaria de exercer esse direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Com certeza... Tenho certeza que o senhor vai poder almoçar um pouquinho mais tarde também e dar a sua colaboração.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Sibá, só queria antes de colocar a V.Ex^a, eu sou o autor do requerimento. A razão é simples, nós temos as informações, as evidências dos estudos que são feitos pelos técnicos que essas empresas públicas repassam uma soma significativa dentro da mesma linha sem critério a número infinito de ONGs. O que nós estamos ao retirar esse requerimento é não investigando esses repasses. É essa a decisão que está sendo tomada.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Queria fazer uma proposta a V.Ex^a para que esse documento não seja retirado, seja sobrestado. Aí haverá uma discussão...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu proponho objetivamente que o requerimento seja retirado. Não há nenhum interesse de não investigar instituição nenhuma. Se for dado um requerimento com uma questão bem objetiva, bem concreta, recursos de estatal A para ONG B, investiguemos. Só estou pedin-

do que não se faça o leque aberto, porque ela coloca sob suspeição, todas. Já coloca sob suspeição. Então acho que isso não é correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Quero contra-argumentar dizendo exatamente o seguinte. Essa CPI ela não tem o fato determinante. Ninguém entregou para nós uma lista de entidades suspeitas. Nós temos que investigar. Não tem outra forma de nós podermos contribuir para o processo. Agora...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Fato determinado, sim. (pronunciamento fora do microfone) Nós temos que investigar o leque, o processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Mas eu vou retirar para apresentar num segundo momento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu poderia pedir vistas, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Pedir vistas para um requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O requerimento não tem pedido de vistas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu peço vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O requerimento ou rejeita ou se retira. Então eu vou retirar o requerimento, mas eu sinto que estamos dando um passo atrás às investigações.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Como Relator eu quero dizer a V.Ex^a que nós demos passos muito avançados, hoje.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pela ordem Senadora Lúcia Vânia, em seguida ao Senador meu Líder José Agripino.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, gostaria de chamar atenção para um momento que nós estamos vivendo nessa Comissão que eu considero importante. A quantidade de requerimentos que estão sendo apresentados, isso significa que não quer investigar nada. Nós, no começo dessa Comissão, nós tivemos um trabalho para estabelecer qual o papel da OS, qual o papel da OSCIP, qual o papel da fundação, qual o papel das estatais. E dentro dessas diversas modalidades de ONGs, a gente investigaria aquelas que ou tivesse um repasse muito grande, não constatando nenhum desvio, nenhuma dificuldade seriam abandonadas e iríamos investigar aquelas que têm indícios reais de desvios. Porque, do contrário, fazer isso que está sendo feito aqui, essa quantidade, esse

volume de requerimentos, é a mesma coisa dizer que não quer investigar nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador José Agripino, V.Ex^a tem a palavra.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, eu ouvi com muita atenção a argumentação posta pelo Relator, por V.Ex^a. Eu entendo que V.Ex^a é um homem acima de tudo equilibrado. Mas concordo com os argumentos do Senador Inácio Arruda. Eu queria fazer uma sugestão a V.Ex^a, Senador Raimundo Colombo, pela argumentação consistente e pelas suas convicções. V.Ex^a não retira o requerimento, V.Ex^a retira de pauta. Retira de pauta porque os fatos a seguir podem recomendar que essa matéria volte a pauta. Então eu recomendaria a V.Ex^a que não retirasse o requerimento. Retira a apreciação do requerimento de pauta, e aguarda a oportunidade correta para que ele seja apreciado para ser votado sim ou não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A proposta inicial que fiz foi de sobrestar exatamente para...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Ok. Vamos ao requerimento nº. 174 que requer a relação de pagamentos feitos de valor superior a 50 mil reais a entidades sem fins lucrativos no período de 99 a 2006 contendo a identificação do beneficiário. Quais são elas? Fundações de Desenvolvimento da Pesquisa. FUNDEP. Fundação de apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Fundação Artur Bernardes. Fundação e Coordenação de Projetos e Pesquisa de Estudos Tecnológicos, Fundação Universitária José Bonifácio, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco. Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade de São Paulo. Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária, FAPÉU.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Presidente, eu como Relator eu proponho a rejeição desse requerimento. Rejeição. É um requerimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Ora, esse requerimento... Eu queria fundamentar esse requerimento. Nos estudos que nós fizemos o Governo repassou cerca de dois bilhões, trezentos e trinta milhões de reais às fundações. Todo mundo está convivendo com a questão da FINATEC. Está aí a conhecimento público, geral. No dia 10 de outubro, nós deliberamos aqui que as fundações elas estariam sim sobre investigação. Tem a Ata na reunião que trata nessa questão. Os nossos técnicos levantaram as evidências que são apenas evidências, são valores vultosos e não há como aprofundarmos isso se nós não abirmos, a ter acesso a

essas contas. Isso significa na minha opinião matar a CPI num processo que está em ebulição na opinião pública nacional. Haja vista a questão da FINATEC e o que se quer sem achar nenhum culpado, sem prejudicar, sem realmente definir uma ação se precisa ter acesso a esses números. Tem instituições aqui como a de Pernambuco que recebeu mais de 60 milhões de reais. Será que fez um bom trabalho? Será que aplicou bem o dinheiro? Deu tudo certo, parabéns, vamos aqui reconhecer, dá uma carta de recomendação.

Agora, é absolutamente necessário que as práticas que se tem conhecimento e a FINATEC mostra que sejam investigadas, apuradas. Afinal de contas a CPI precisa fazer um marco regulatório e que bom que o faça, vamos todos ajudá-lo, mas a CPI significa a investigação também. E isso é essencial que ela faça. É exatamente isso que nós estamos definindo. Quer dizer, o sistema fundacional brasileiro de educação todo mundo conhece na prática, há desvios. A FINATEC está comprovando isso e é de conhecimento de opinião pública. O que é que eu estou pedindo aqui com meu requerimento? Que se faça uma investigação a fundações similares a essas que receberam uma soma de recursos extremamente significativos e que é função da CPI averiguar, sem nenhum pré-julgamento, sem nenhuma quebra de sigilo, sem entrar na vida individual de nenhum, nesse momento, dirigente. Mas estes números são extremamente expressivos. Pelo menos a meu conceito. 60 milhões, 90 milhões, 30 milhões, 70 milhões e esta é essa mais ou menos a ordem. O que precisamos é ter acesso a essas contas. Se isso for negado também, bom, aí não sei onde vamos chegar com a CPI, vamos tratar apenas do marco regulatório, então.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Quero falar como Relator da matéria, a responsabilidades que nós temos na CPI. V.Ex^a é uma pessoa muito ponderada, muito responsável, eu compreendo perfeitamente o mérito do requerimento de V.Ex^a. Qual a questão que eu já argumentei em relação ao problema das estatais? Eu já incluí os dois. Os dois argumentos em relação às fundações. No caso das fundações, as fundações elas têm uma legislação própria. A legislação ela não é ONG. Quer dizer, é você... A gente querer... Vamos expandir o que é ONG ao máximo. Fundação de universidade... Todos nós aqui tivemos acesso à universidade. Estudamos nas universidades brasileiras. Nós sabemos o que são as fundações das universidades. Elas não são Organizações Não-Governamentais.

Então, vamos examinar quando você tiver o fato concreto. Eu abrir para um conjunto de instituições pelo volume de recursos, seria o caso de a gente abrir a Fundação Butantã em São Paulo. É que tem maior volume de recursos repassado pelo Governo Federal.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pelo menos veneno tem muito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Veneno e dinheiro, é mais grave. Se for juntar os dois. A Fundação Butantã tem volume enorme de recursos. Se for por esse princípio teria que também botar a Fundação Butantã. Eu não coloco a Fundação Butantã, eu não coloco a Fundação Zerbini que também está no mesmo rol, é também uma fundação do mesmo teor. E várias outras que atuam no Hospital das Clínicas de São Paulo, que atuam na UNICAMP, que atuam em várias universidades brasileiras. Por quê? Primeiro, elas não são Organização Não-Governamental. Segundo, você abre um leque ao propor as informações, os dados sobre os procedimentos dessas instituições, elas lidam diretamente com pesquisas. Pesquisas brasileiras que nós temos interesses o máximo de proteger essas pesquisas. Acho que não é proteger irregularidade. Quando há irregularidade, porque elas são investigadas. Não são ONG, já são investigadas, tem legislação própria, num fato concreto, digamos assim, a gente separa forçando a barra na CPI porque ela não é para isso. A CPI não é para isso. Não é para investigar essas instituições. A gente força um pouco a barra. Forçando a barra no caso bem concreto e bem objetivo, acho que poderíamos examinar. Mas a gente abrir um leque para um conjunto grande de instituições de pesquisa brasileira, porque isso que nós estamos falando aqui, são as instituições de pesquisa todas por uma, vamos dizer assim, por uma vamos tirar todas. Todas merecem a nossa investigação, merecem ficar sobre suspeição porque uma cometeu um delito que é público e tem mecanismo já do Governo e também da sociedade para investigá-las e elas tem legislação própria não são Organizações Não-Governamentais. Por isso, Sr. Presidente, eu sou contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu concedo a palavra...

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Senador Relator, me concede um aparte? Apenas para esclarecer. No dia 10 de outubro, V.Ex^a afirmou o seguinte. Esse conjunto tem muita responsabilidade com o mundo das Organizações Não-Governamentais e das OSCIPs e de muitas fundações que a rigor também são Organizações Não-Governamentais. Fundações privadas ligadas a instituições das mais variadas, empresariais

ou não. Portanto, eu creio que até fico dispensado de emitir minha opinião porque considero estas fundações Organizações Não-Governamentais. E me louvo até da palavra de V.Ex^a no dia 10 de outubro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Se V.Ex^a alargar o leque, tudo que não for o Governo vai ser ONG. Mas evidente que isso não é verdade. Nós poderíamos ampliar o leque porque quando criamos as OSCIPs, nós ampliamos o leque. E quando criamos as OS, digamos que nós também ampliamos o leque. Só que essas elas nem estão em OSCIPs, nem estão em OS, elas têm uma outra natureza, elas têm uma legislação própria... Claro, todas elas são de direito privado? São. Todas são de direito Privado. Mas seria um pouco a forçação de barra de nossa parte.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, em seguida o Senador Tasso Jereissati. Depois o Senador José Agripino.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O PMDB pede também, Senador Raimundo Colombo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu vejo que nós estabelecemos aqui com muita sensatez uma hierarquia para os trabalhos investigativos. Primeiro, fomos favoráveis os Senadores da oposição a não tratarmos nesse momento e seguindo a orientação do Relator de quebras de sigilos, transferências de sigilos. Poderia parecer uma precipitação mesmo. Então primeiro as convocações e depois transferências ou quebras ou não a depender do desempenho, das razões, das contra razões aqui arroladas, aqui apresentadas. E finalmente, dentro dessa hierarquia vem como terceiro ponto os requerimentos de informações que eu penso que se o Relator se refere ao Instituto Butantã, a Fundação Zerbini, a Fundação Hospital das Clínicas. Eu tenho a impressão que se nós ligarmos para qualquer um dos três agora eles vão ter o maior orgulho de mandar para cá, eles mandarão em poucos minutos porque pelo que eu conheço do que fazem na Fundação Zerbini, na Fundação Hospital das Clínicas e Instituto Butantã.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Claro, conheço todos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – ...eles não têm nada a dever, nada a esconder. Lá pessoas sérias se revezam no comando dessas instituições há muitas décadas. De maneira imemorial. E o requerimento do Senador Raimundo Colombo ele revela a preocupação que eu julgo justa com a aplicação de quantias vultosas. Então não está tratando aqui de convocar quem quer que seja dessas fundações. Muito menos se pedir aquilo que nós estamos abrindo

mão nesse momento que era a transferência de sigilos. Estamos apenas solicitando requerimento de informações, estas instituições mandarão esses requerimentos se forem lisas, limpas, corretas, mandarão os requerimentos imediatamente como eu tenho certeza que o Hospital das Clínicas atenderia, o Butantã também, a Zerbini também. Eu não vejo assim sinceramente nada por que é que nós... Eu posso pedir agora um Ministro de Estado um requerimento sob pena de ele ser enquadrado em crime de responsabilidade se não me responder no prazo de 30 dias. Eu posso me dirigir assim ao Ministro de Estado. Por que é que eu não poderia fazer um requerimento a uma dessas fundações? Acabamos de ver sair lagarto e cobra desse episódio da FINATEC. Não podemos fazer vistas grossas ao que aconteceu na FINATEC.

Eu vejo, Senador Inácio Arruda e nós estamos chegando ao final com praticamente 100% de concordância que não teria sentido nós nos esquivarmos de fazer um requerimento de informações. Porque é abaixo do que concordamos que seriam as convocações e muito abaixo da transferência de recursos. Queremos saber se as informações prestadas são convincentes, se forem, não terão nem contato físico conosco... Eu não vejo sinceramente por que é que nós daríamos como lícitas todas as operações feitas por esses institutos se nós podemos no meio de várias maçãs boas eventualmente encontrarmos alguma outra maçã podre. Espero que não, como foi o caso da FINATEC. Por isso é que eu endosso a idéia de que a CPI deveria neste momento endossar ela própria por unanimidade, uma possível revisão da posição do Relator o requerimento solicitado pelo Senador Raimundo Colombo porque eu simplesmente eu não vejo que ele signifique nada de comprometedor para essas instituições. Meramente pede que elas façam aquilo que é dever delas fazerem. Transparência. Que elas digam: olha, gastamos nisso, e aquilo outro. E vamos ver se aquilo bate com o nosso sentimento de verdade procurando criar uma unidade de pensamento aqui na CPI, acima de partidos, acima de ideologias, enfim, buscando simplesmente se ver se a aplicação de dinheiro público que falta aos cidadãos pobres desse País, se está sendo feita de maneira correta para criarmos o País que seja capaz de criar oportunidades justas para que os pobres deixem de ser pobres ao longo dos tempos de suas vidas e da vida de seus filhos.

Sinceramente eu defendo de coração porque creio que é uma atitude que não há contra-indicação. É aquele remédio que não tem contra-indicação, não se trata de antibiótico. Antibiótico seria nós convocarmos. A cirurgia seria nós quebrarmos o sigilo. Não estamos fazendo isso. Estamos dando um remedinho tipo Ma-

racugina, uma coisa levinha e não faz mal a ninguém. Homeopática. Não vejo sentido. Sinceramente não vejo que a gente esteja extrapolando de coisa alguma... E faço esse apelo no sentido de que nós recebamos dessas instituições até pela pressa que nos mandaríamos íamos perceber quais delas estão seguras dos seus comportamentos, das suas posturas. Tenho a impressão que muitas delas irão imediatamente dizer: As ordens. Está aqui, se quiser esclarecimento iremos lá. Tenho a impressão que assim que agiria uma pessoa que está cuidando do dinheiro público como um bom zelador.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pela ordem, sou obrigado a passar pelo Senador Tasso Jereissati que está inscrito, depois Senador José Agripino, Wellington, e Senador Sibá. Senador Valter Pereira também?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Também.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Por favor, Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Senador Raimundo Colombo, Senador Inácio Arruda, eu gostaria apenas aqui de fazer um esclarecimento que a meu ver é importante. Estou de acordo com a argumentação de V.Ex^a, e evidentemente que não tem sentido se investigar todas as fundações. Todas... Mas, as fundações são ONGs. São Organizações Não-Governamentais, e as fundações ligadas a universidade tem características diferentes. Nem todas são iguais. Como V.Ex^a disse, todas são instituições de direito privado e algumas delas nem sequer têm patrimônio da universidade vinculado à fundação. Portanto, elas não pertencem à universidade, não são sequer controladas pela universidade, e são instituições de direito privado que têm todas as características para serem definidas tecnicamente como ONG.

Então, é necessário até que se separe as instituições que são ligadas às universidades com envolvimento do patrimônio das universidades, às aquelas que não são. E, mesmo as que têm ligação com o patrimônio da universidade, se tiver direito, características de instituição de direito privado, elas são organismo não-governamental. Todos esses organismos que obtém recursos de uma maneira ou de outra sem fins lucrativos e não são fiscalizadas diretamente pelo Poder Público, pelos instrumentos, pelo aparato do Poder Público, são Organizações Não-Governamentais.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O Senador José Agripino havia pedido a palavra, pela ordem. V.Ex^a tem a palavra.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação aos membros da Comissão. E ao Relator. Eu acolhi com... Como muito procedente a ponderação que V.Ex^a fez, Senador Inácio, com relação ao não dar um tiro de 12. Porque pode ficar ineficaz a investigação. Acho que V.Ex^a tem razão. Todos os requerimentos que foram apresentados, evidentemente que tem um fundamento. Tem uma suspeita, tem alguma razão de ser. O Senador Raimundo Colombo pode ser tudo menos um radical. E seguramente ele deve estar interpretando algumas suspeitas ou algumas denúncias ou algumas dúvidas focadas, especificamente em entidades. Não é tiro de 12. Aqui são coisas específicas. Se nós não aprovarmos esse requerimento, e aqui eu falo para todos os membros da Comissão, nós estaremos no mínimo faltando com as suspeitas que, com certeza, chegaram ao Presidente da Comissão e que ensejaram a ele apresentar o requerimento que nada mais pede do que que estas entidades informem por escrito para onde foram destinados os recursos, transferidos para estas entidades, e pagos em valor superior a 50 mil reais. A partir daí, em função das dúvidas que porventura ele tenha e os membros tenham, poder aprofundar ou não a investigação. Aprofundar ou não.

Então, não dar o direito a investigar este assunto, eu acho que será um ponto negativo para essa Comissão. Razão pela qual eu quero fazer um apelo a V.Ex^a, Relator, e aos membros da Comissão para que dêem a oportunidade à investigação. É a oportunidade à investigação. É o apelo que faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço V.Ex^a. Senador Wellington Salgado. V.Ex^a pediu pela ordem, o senhor tem a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu lamento estar em posição contrária a V.Ex^a porque tenho uma admiração muito grande a V.Ex^a inclusive tem conduzido essa CPI muito bem. Mas eu não posso concordar com esse requerimento. V.Ex^a sabe como é conhecido o Recife? É conhecido como o vale do silício brasileiro. Sabe por quê? Porque lá são desenvolvidos os melhores projetos na área de informática, de convênios da Universidade Federal com órgãos estrangeiros, inclusive com o micro software(F), com outras instituições. E passa por essa fundação toda Universidade Federal, Sr. Presidente, tem uma fundação desse tipo. Sabe por que é que tem, e aqui vou falar, tem porque o Governo não consegue pagar bem para os professores. Os professores criam essa fundação para ter uma outra fonte de recursos. Por quê? Para não saírem, homens que dedicaram a vida inteira à iniciativa pública. E se

sentem orgulhosos de terem trabalhado, e olhe que eu sou da iniciativa privada, da educação privada. Essas pessoas têm como principal bandeira trabalhar para a universidade pública. Isso você vai em Uberlândia você vê o orgulho... Outro dia estávamos numa reunião e falaram, “eu sempre trabalhei para universidade pública, sempre trabalhei para o povo. Nunca trabalhei na iniciativa privada”. Quem paga ele é o Governo. E o Governo não tem condições de pagar dignamente um cérebro desse. Então foram criadas em todas as universidades federais, as fundações. São as fundações que fazem os concursos vestibulares das universidades federais. E aí colocar 50 mil, Sr. Presidente, vai pegar todo mundo. Porque só de inscrição de vestibular para fazer o concurso é muito mais que 50 mil. E no momento que nós criarmos aqui para a Universidade de Pernambuco, para uma universidade qualquer como tem também a de São Paulo, esses convênios com institutos internacionais vão estar, como bem colocou o Relator, vão estar sob suspeita. Nós não podemos fazer isso. Nós não podemos fazer isso. Nós vamos afetar esses cérebros que já são poucos, que ainda estão na ideologia de que tem que trabalhar para o setor público. E olha que sou totalmente ligado à iniciativa privada. Discordo dessas fundações concorrerem, como aconteceu na daqui de Brasília. Aqui de Brasília, não pense que é só daqui não. Ele está pagando a conta por todo mundo. Agora, tem órgão no Ministério Público para fiscalizar. E é o que ele está fazendo. Fiscalizando e vai tomar as decisões.

Agora, se nós colocarmos isso, Sr. Presidente, eu acho muito perigoso. Os convênios internacionais que essa fundação que está ligada a Universidade Federal de Pernambuco tem, imediatamente vai sofrer. Nós não podemos fazer isso. E outra coisa, no momento que nós vamos selecionar oito fundações, nós estamos sendo injustos com essas oito, porque todas estão na mesma situação. Isso aqui vai parecer que alguém numa situação política, usando a CPI para acertar alguém que é o concorrente político nessas fundações. Porque todas são iguais. Nós precisamos pensar melhor sobre isso. Nós não podemos deixar isso acontecer. O meu voto é contra. Sinto muito V.Ex^a que eu tenho uma admiração incrível...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Permite um aparte, Senador Wellington? O Senador Colombo arrolou tantas fundações de tantos Estados que se ele quisesse acertar alguém, seria “alguéns”. Seriam vários os “acertandos”. Eu não senti ânimo...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Retiro o que eu disse nesse sentido porque eu coloquei como se fosse vários que tivessem induzido a V.Ex^a pegar o requerimento. Retira essa

parte, Senador Arthur Virgílio. Coloquei mal. Quando a gente coloca mal tem que retirar imediatamente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu agradeço. Reitero, Sr. Presidente, que não vejo contra-indicação. Porque se eu presido uma função dessas...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu sou do ramo, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu não sou do ramo da prestação de contas. Se eu fosse do ramo da educação e Presidente de uma fundação dessas, eu teria orgulho em relatar ao público através da CPI ou através do que fosse, a minha prestação de contas. Gastei nisso, gastei naquilo, naquilo outro. Construir uma política de preservar cérebros no Brasil aplicando dinheiro aqui, aqui e acolá. Não consigo entender que a tecnologia Brasil se desenvolva se escondendo onde se aplicou o dinheiro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Surgiu a todos uma biografia espetacular do Marechal Montenegro feita pelo Fernando Moraes, acerca da criação dos centros reais de vida para compreender o que é que nós estamos discutindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Antes de passar ao Senador Sibá, o critério da definição das oito foi valor recebido. Não há nenhum direcionamento já coloquei o montante recebido. Passo ao Senador Sibá Machado, por favor.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, agora são 54 universidades no Brasil, e o leque, a preocupação é o seguinte. Fundações, não importa se sejam universitárias, aí nós teríamos que considerar que todas as empresas privadas no Brasil de alto faturamento também têm fundações e que operam com recurso público e que operam com renúncia fiscal que é a Lei Rouanet.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Mas há evidência também sobre isso.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu sei, mas estou fazendo um exemplo a V.Ex^a. Porque se vale as fundações universitárias, poderá haver um requerimento pedindo indistintamente qualquer natureza de fundação. Então acho que o Relator está coberto de razão, nós não vamos poder aqui porque ao ouvir para esta CPI, por mais que todos nós façamos rasgados elogios, o que sai lá fora a imagem não é essa. Infelizmente.

Portanto, concordo plenamente com o Relator que se há algo que possa comprovar a necessidade de que qualquer uma fundação, e aí já digo a V.Ex^a, se estender além das universitárias seria um caso de

analisar. Porque o item fundação que está em discussão, e não apenas as fundações ligadas às universidades. Portanto, 54. Se alguma universidade tem mais de uma, nós podemos ter mais de 100 fundações ligadas às universidades federais do Brasil inteiro.

Portanto, concordo plenamente com o Relator, pediria que V.Ex^a... Apenas... Não vamos votar o requerimento hoje. E analisemos melhor, porque este assunto fundação me chama atenção agora que empresas privadas de alto porte e alto faturamento também operam com recursos públicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Sim Valter Pereira e em seguida o senhor.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Há até uma certa quebra de hierarquia, porque nós podemos nos dirigir de maneira muito enfática ao Ministro de Estado. E o Ministro responde por crime de responsabilidade se não nos atender no prazo de 30 dias. Se houver numa fundação dessa alguém com uma mentalidade que dirigir a FINATEC nós estamos de certa forma, quase dizendo a eles: Vocês são inimputáveis. Vocês não são investigáveis. Porque o pretexto seria de que investigando vocês nós criamos problemas institucionais para a política tecnológica do Brasil no exterior. Enfim, eu não vejo assim, eu vejo que as boas terão orgulho em imediatamente mandar seus relatórios, esclarecendo isso com muita tranquilidade, com muita lisura.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, apenas rapidamente para opinar a respeito, eu creio que está havendo excesso de zelo da parte de Senadores da base governista. O requerimento de V.Ex^a não coloca sob suspeita nenhuma das fundações. Apenas deseja conhecer a aplicação dos recursos. E obviamente esses relatórios não serão divulgados. Não haverá uma exposição desses relatórios para a opinião pública. O que será divulgado é uma eventual irregularidade. Obviamente se constatar que recursos destinados a pesquisa científica e tecnológica como ocorreu com a UnB foram desviados para decorar o apartamento de alguém, é evidente que a CPI terá que expor à opinião pública.

Portanto eu creio que uma CPI ela se instala para investigar, colocar o mal à luz, denunciar, e se possível condenar, mas também para oferecer atestado de boa conduta àqueles que se comportaram cor-

retamente. O requerimento de V.Ex^a tem exatamente esse objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Antes de passar ao Senador Valter Pereira e em seguida Senador Heráclito Fortes, eu queria só colocar o princípio da publicidade, Senador Valter. São recursos públicos. É um convênio específico com conta fechada. É um convênio de uma conta para outra conta. O que precisa se acessar é isso. Isso é um princípio, é um direito da sociedade, quer dizer, não está se invadindo a privacidade, não está quebrando o sigilo de nenhum dirigente, não está se investigando nada além desse convênio específico que repassa recursos. Isso no meu entendimento, o Relator é que tem a função de investigar, é absolutamente essencial para que a CPI cumpra bem seu papel. Mas concedo a palavra a V.Ex^a.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, acho que a gente tem que ter um pouquinho de coerência na condução desses trabalhos. Veja o seguinte. Foi sobrestado o Item 172 onde se pedia as mesmas informações à PETROBRAS, Banco do Brasil, Caixa Econômica, ELETRONORTE, ELETROBRÁS, CHESF, ELETROSUL, FURNAS, CORREIOS, e o Instituto de Resseguros do Brasil. Pois bem. Todos nós sabemos que a grande maioria dessas instituições, dessas empresas, celebram convênios, fazem patrocínios para eventos, contribuem com entidades não-governamentais, e nós tivemos aqui uma postura, sobrestar. No caso das fundações, o pedido é o mesmo. E existe uma distinção entre uma... Entre essas empresas e essas fundações. É que no caso das fundações todas elas estão subordinadas ao controle do Ministério Público. O Ministério Público examina anualmente, quer dizer, além do Tribunal de Contas, além do Tribunal de Contas da União, no caso das universidades federais, existe ainda o controle do Ministério Público. (soa a campainha) Portanto, eu acho que está havendo aqui dois pesos e duas medidas na apreciação dessas matérias. Eu entendo que a CPI não deve fechar as suas portas para a investigação. Eu acho que tem que investigar. Tem que investigar em cima de indícios. Em cima de evidências. Sob pena de se perder.

Então, acho que é preciso ter um pouquinho mais de cuidado com relação a isso aqui. Eu acho que nós precisamos ter um cuidado, ver se isso aqui é prioritário. A sugestão que eu daria a V.Ex^a, que é autor, seria a mesma que foi encaminhada para o Item 172. Ou seja, não retirar, mas deixar sobrestado. Porque na medida em que aparece indícios, tanto essas entidades

como outras poderão ser investigadas. Acho que não deve descartar a possibilidade de investigar. Mas não deve colocar como prioridade. Acho que a prioridade desta CPI é apreciar aquelas denúncias que oferecem efetivamente evidências de irregularidades. Não sair atirando no escuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Ok. Senador Heráclito, V.Ex^a está...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, acho que nós avançamos mais do que esperávamos. E temos que...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Quem propôs? Que pague. Eu gostaria...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu quero ponderar que não é questão de ser faminto. É que 14h começa a Sessão do Plenário.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A questão não é bem essa. Nós estamos aqui dentro de uma ponderação do Relator que precisamos refletir sobre ela. O Senador Wellington Salgado mostrou um lado verdadeiro que envolve as fundações. É o reforço salarial que nós sabemos que existe. Mas não foi isso que chamou atenção, não foi essa prática muitas vezes discutida, mas necessária para um País como o nosso. O que chamou atenção foi exatamente o desvio para a compra de objetos supérfluos, e que scandalizou o País como um todo. Daí porque se começa a receber nos gabinetes solicitações de denúncias quase que no Brasil inteiro.

Eu quero fazer uma proposta ao nosso Presidente, ao nosso Relator. Nós já avançamos demais. Eu sugeriria a V.Ex^a que sobrestasse também esse requerimento para que fosse feito uma análise mais detalhada sobre essas fundações, e nós encerrássemos a Sessão hoje, marcando V.Ex^a uma Sessão próxima já com atividade bastante intensa, o calendário começa a funcionar, então era a sugestão que eu faria. Como também gostaria de sugerir a V.Ex^a uma medida. A partir de agora, Sr. Relator, a Comissão começa a ficar atribulada. Nós temos a questão do marco regulatório que V.Ex^a devidamente combinado com o Relator fizesse a indicação na próxima Sessão de dois Sub-Relatores até para que desse tempo de se discutir marco regulatório, de se discutir a apuração, de fazer uma divisão das tarefas para não deixar o Relator sobrecarregado nessa questão. É uma sugestão que lhe faço, Sr. Presidente, no sentido de que a coisa...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – V.Ex^a é um homem zeloso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Preocupado com V.Ex^a, e não quero que V.Ex^a perca

o fio da meada no marco regulatório. Acho que esse é um trabalho fantástico que tem que ser feito e V.Ex^a será auxiliado pelos companheiros evidentemente como Relator que irá fazer a distribuição das funções. Mas acho imprescindível como se fez em outras CPIs a distribuição desse trabalho para que nós possamos dar conta a todo esse material que começa a chegar. Portanto, proponho, Sr. Presidente, que V.Ex^a acate minha proposta e em seguida encerre a Sessão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – A inscrição da Senadora Fátima Cleide e em seguida ouço V.Ex^a.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu quero dar uma sugestão objetiva.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Uma recomendação final. Dizer a V.Ex^a o seguinte, para ser muito sincero. Eu pedi encarecidamente que nós começássemos a reunião às 14h e por dois fatos: Primeiro da CCJ que foi suspenso, o assunto vai para amanhã. Mas o prejuízo que a bancada do Acre teve na Comissão de Orçamento foi muito grande. Eu sou coordenador da bancada do Estado do Acre, por isso que eu pedi que me desse a possibilidade de ir lá, foi... Mas os Estados foram apreciados. E eu perdi a oportunidade de ir lá defendendo minimamente os interesses de meu Estado. Pronto. Perdi. Tomei esse prejuízo. Vou ter que arcar com isso diante da minha bancada e diante da minha população do meu Estado. Digo a V.Ex^a, suspendendo a reunião agora, podemos até suspender, mas eu quero fazer esse registro, porque aqui não pode se tratar também quando tem maioria. A reunião começou, nós em minoria. E agora nós temos maioria. Para votar e derrotar todos os requerimentos. Mas eu estou dizendo a V.Ex^a com toda tranquilidade. Eu preciso fazer esse registro porque o Estado do Acre tomou um prejuízo hoje. Mas muito bem, estamos aqui, passou, vou me explicar quando chegar no meu Estado. Agora a gente pode suspender essa reunião sim. Concordamos em suspender a reunião. Mas eu preciso fazer esse registro porque não pode a nossa CPI também tratar quando se tem maioria ou minoria. Daqui para frente eu só gostaria de quando a gente tivesse problemas que não são pequenos, era justificada a minha dificuldade de estar aqui presente, e represento a minha bancada nessa Comissão, por isso que eu fiz o pedido. Mas neste caso, sem nenhum problema avançada a hora, daqui a pouco Sessão, gostaria de estar lá também para tratar de outros assuntos, mas eu precisava registrar esse momento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro. O Senador Sibá Machado falou das maluquices, mas acho que as maluquices estão sendo cometidas por outro departamento. Eu antes de fazer essa proposta consultei a ele pelo encerramento. E ele me disse: “Tá bom. Pode pedir o encerramento”.

Então, Senador Sibá Machado, V.Ex^a não vai botar na minha conta não. Eu tenho uma vida Parlamentar de responsabilidade, eu não tenho tradição de molecagem, consultei V.Ex^a e V.Ex^a concordou que eu pedisse o adiamento. Essa imagem...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Senador Heráclito Fortes, eu sou da bancada da maioria e já tinha pedido.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pedi a V.Ex^a, consultei a V.Ex^a pelo apreço e pela amizade que eu lhe tenho, e V.Ex^a concordou. Agora querer jogar nas costas da oposição porque o pedido foi de minha iniciativa, essa eu não aceito e não concordo. V.Ex^a concordou com que eu pedisse o levantamento. Usou o termo bem prático. Está bom. Tem razão. Pode pedir. E eu exatamente baseado no que me disse foi que eu tomei essa atitude.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Senador, eu já havia pedido o levantamento da Sessão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Muito antes.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Muito antes. Há uma hora.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Está feito o meu registro, Sr. Presidente. Está feito meu registro, até porque no início da Sessão eu acho que a Comissão não compreendeu a minha situação. Eu estou com grave prejuízo, mas respondo por ele. Estou aqui para isso. Por isso eu precisava deixar isso registrado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Surgiu que a Mesa a partir de agora faça um calendário baseado nos compromissos do Sibá Machado. Se ele pode, tem reunião, se não pode, não tem.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, há um pedido de levantar a Sessão da CPI, mas eu considero que era importante nós resolvermos o problema do requerimento do Senador Colombo. Se está sobrestado, se foi retirada de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Evidentemente se há tantos argumentos e se há essa disposição, a gente retira. Só quero colocar ao Senador Sibá Machado, talvez ele não me conheça bem, eu não vou me prestar a jogo de minoria ou maioria. Pretendo ser e sempre fui na minha vida um homem sério. Então vou conduzir com

absoluto equilíbrio e nós marcamos às 11h e todo mundo tem seus compromisso. Eu tenho tinha. Por essa razão a gente definiu horário e aí nós temos que cumprir o nosso cronograma de trabalho. E acho que avançamos bastante.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – V.Ex^a tem razão. A preocupação é porque outras atividades vão surgindo e coincide esse choque. Por isso que é salutar que de vez em quando a gente negocie algumas alterações. Foi só isso. Foi só por isso. Mas V.Ex^a tem razão. O horário já estava marcado, mas pintou essa novidade lá e eu fiquei na situação difícil.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só o seguinte, nós que temos maioria tem que estar aqui na hora certa. Não pode reclamar, Sibá. Eu estava aqui na hora certa. Larguei meu... para vir aqui. Agora, a maioria não está presente, bota em votação e a gente vai perder. Quem é maioria não discute, vota.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, fica então encerrada a reunião e nós vamos marcar data para a semana que vem da próxima reunião. Agradeço a todos e muito obrigado.

(Sessão encerrada às 13h53.)

Senador **Raimundo Colombo**, Presidente.

Ata Circunstanciada da 12ª Reunião de 2007, realizada em 4 de março de 2008, às onze horas e quarenta e três minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a oitiva dos Senhores: Timothy Mulholland, Reitor da UNB; e dos Senhores Gladaniel Palmeira de Carvalho, Ricardo Antônio de Souza e Nelson Faro de Freitas, Promotores de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Raimundo Colombo (DEM-SC) – Presidente
Inácio Arruda (PCdoB-CE) – Relator
Heráclito Fortes (DEM-PI)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)
Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Sibá Machado (PT-AC)
Jefferson Péres (PDT-AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Álvaro Dias (PSBB-PR)
Valter Pereira (PMDB-MS)
Eduardo Suplicy (PT-SP)

Estiveram presentes ainda, os Senhores José Agripino, Arthur Virgílio, e Marconi Perillo, não membros da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Cumprimentando a todos os Srs. Senadores e Sr^a. Senadora, e havendo número regimental eu declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 201/2007, e aditada pelos requerimentos 1.324/2007, lido em 8/11/07, composta de 11 Senadores titulares e sete suplentes, destinada a apurar no prazo de 180 dias a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para Organizações Não-Governamentais, as ONGs, e para organizações de sociedade civil de interesse público, as OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por ela recebido no exterior, a partir do ano 99 até a data de 8 de novembro de 2007.

A Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa. Eu a coloco em votação propondo a dispensa de sua leitura. Os que a aprovam permaneçam como estão. Fica aprovada.

Esclareço que na presente reunião ouviremos os Srs. Timothy Mulholland, Dr. Gladaniel Palmeira de Carvalho, que é o Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal, e quero aqui dar conhecimento a todos os Srs. Senadores e a todos, a justificativa do Sr. Antônio Manoel Dias Henrique, da FINATEC. Ele encaminhou a esta CPI, a Sr^a. Vice-Presidente, a Senadora Lúcia Vânia, um Ofício cumprimentando V. Ex^a e na oportunidade veio requerer o adiamento para a semana do dia 10/03 do meu depoimento perante a Comissão acima referenciado em virtude de estar acompanhando minha irmã em cirurgia a ser realizada no hospital alemão Oswaldo Cruz, localizado na cidade de São Paulo. A declaração e o parecer dos médicos estão em anexo na data marcada inicialmente para o meu depoimento. Certo de poder contar com o apoio de V. Ex^a, para solicitação questão de espécime apresentando votos de estima e consideração.

Então eu informo a todos os senhores que o Sr. Antônio Manoel Dias Henrique ele será convocado para a próxima reunião desta Comissão, e fica autorizado por motivos relevantes de conhecimento geral.

Eu queria convidar então o Dr. Gladaniel Palmeira de Carvalho, Promotor de Justiça para se dirigir e fazer parte da Mesa, ao lado da Senadora Lúcia Vânia, nossa Vice-Presidente. Gostaria de justificar aqui o nosso Relator, Senador Inácio Arruda, ele está relatando um projeto de extrema importância agora na Comissão de Educação e em seguida ele estará se dirigindo aqui para essa Comissão. Eu peço a gentileza ao Senador Valter Pereira que nos ajude relatando enquanto da

ausência do Senador Inácio Arruda para... Agradeço a disposição de V. Ex^a, Sr. Senador, e passo a palavra então ao Sr. Dr. Gladaniel Palmeira de Carvalho que é o nosso Promotor de Justiça. O senhor tem um prazo de 20 minutos. Se o senhor precisar mais também a gente vai poder negociar.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Eminentíssimo Senador Raimundo Colombo, demais integrantes desta Mesa, demais Senadores, colegas do Ministério Público, minhas senhoras e meus senhores.

Eu, mais uma vez estou aqui nesta Casa, e agora para falar de forma mais específica a respeito das questões que envolvem as fundações de apoio aqui no Distrito Federal. Mas, antes de entrar em algumas questões que são relevantes para esta Comissão, eu gostaria de tratar rapidamente sobre a questão das fundações privadas, dizer aos senhores que as fundações privadas elas são fiscalizadas por força do ordenamento pátrio, o atual art. 66 do Código Civil pelo Ministério Público, e é esse aspecto que impõe o nosso velamento. Se as fundações privadas não fossem fiscalizadas pelo Ministério Público, não justificaria a atuação ministerial.

No tocante às fundações de apoio, é também importante destacar que elas são entidades privadas, criadas com autorização do Ministério Público, que estão obrigadas a prestar contas ao Ministério Público. Ou seja, desde a sua criação até a sua extinção elas necessariamente têm que prestar conta aos ministérios públicos.

Bem, estas fundações de apoio elas, na forma da Lei 8.958, elas devem restringir-se ao apoio a projetos de pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das universidades, das IFES. Eu diria aos senhores que essas fundações, elas necessariamente devem no seu trabalho e na sua atuação elas devem ter sempre em foco as universidades. Os motivos que nortearam a edição da Lei 8.958, já citado agora, ao contrário do que se alardeia, principalmente a dirigentes de universidades e fundações de apoio não foi a captação, o motivo não foi à captação de recursos públicos via dispensa de licitação. Pelo contrário, a lei ela objetivou criar mecanismos que facilitassem a captação de recursos privados extra-orçamentários para serem canalizados para as universidades públicas financiarem as pesquisas científicas, e possivelmente possibilitar a transferência dessa tecnologia para o setor privado, que é o destinatário dos conhecimentos e das inovações produzidas nas universidades. O que ocorre? Os dirigentes das universidades e fundações de apoio, eles inverteram essa lógica. Ao invés de captarem recursos privados, iniciaram uma prática manifestamen-

te ilícita ao utilizarem essas entidades privadas para burlar a obrigatoriedade da licitação e desempenhar atividades tipicamente empresariais. E agora, senhores, qual é a realidade na atuação das fundações de apoio sediadas no âmbito do Distrito Federal? Hoje nós temos cinco fundações de apoio credenciadas junto ao Ministério da Educação e o Ministério de Ciência e Tecnologia. FINATEC, FUBRA, FEPADE, FUNSAÚDE e FAHUB. Todas essas fundações vêm apresentando indícios de irregularidades no seu funcionamento. As fundações... No momento, Senador, nós temos cinco fundações. FINATEC, FUBRA, FEPADE, FUNSAÚDE e FAHUB. E todas essas fundações de apoio aqui no âmbito vinculadas à Universidade de Brasília apresentam irregularidades. As investigações na conta da FINATEC, que é que está em evidência, estão mais adiantadas. Porque é importante V.Ex^{as}. entenderem que as fundações, como eu falei no início, por elas estarem obrigadas a prestar contas ao Ministério Público, anualmente elas têm que apresentar o seu trabalho, a sua atuação, para que nós possamos verificar se essas fundações estão agindo de acordo com as suas finalidades, e no caso das fundações de apoio de acordo com a Lei 8.958. Então todas essas fundações elas estão em exame na Promotoria, mas o caso mais grave sem dúvida alguma é o da FINATEC. Em que nós estamos adotando várias medidas de cunho judicial. Quais são as principais irregularidades até agora apurada no âmbito dessas fundações de apoio? Primeiro, o desenvolvimento de atividades empresariais pelas fundações de apoio dentro de um espaço público, em cujo contrato a expressiva participação dos docentes sujeitos ao regime de dedicação exclusiva.

Então, o que ocorre nessas fundações de apoio? Elas ocupam o espaço da universidade, os professores, ou seja, servidores públicos que não podem ser remunerados de acordo com a LDO, não podem obter outra remuneração, se remuneram através de projetos estabelecidos. E o mais grave é isso, professores com dedicação exclusiva. Esse é um aspecto de extrema gravidade, na medida em que o próprio TCU já recomendou que dirigentes de fundação de apoio não deveriam ser servidores públicos, que é uma medida efetivamente importante.

Bem, outro aspecto, o segundo aspecto é a utilização das fundações de apoio para burlar o princípio da licitação: Uma vez que essas entidades celebram contratos com o Poder Público, entretanto, a execução dos ajustes são integralmente repassados a empresas privadas na forma de subcontratação. É outro aspecto grave que nós estamos observando no caso dessa fundação, a FINATEC, lamentavelmente. Porque ela serve apenas de intermediário e fundação não pode

servir de intermediário. Quer dizer, ela não tem estrutura para realizar determinados serviços, mas ela consegue, tomando por base a dispensa de licitação, mas quem vai se beneficiar são outras empresas. E aí é o que nós vemos: Cadê a pesquisa, cadê o desenvolvimento institucional, cadê o ensino. Muito pouco nós apuramos, é o retorno para as universidades.

Outro aspecto também, o terceiro aspecto, e eu já antecipei o pagamento de remuneração indireta a dirigentes das fundações de apoio, docentes integrantes dos quadros da universidade utilizando-se de vários subterfúgios, como reembolso de gastos pessoais, restaurantes, passagens aéreas, roupas, combustíveis, ou pagamento de bolsas de estudo que também lamentavelmente estão sendo deturpados. Envolvimento dessas fundações em esquemas ilegais de dispensa indevida de licitação junto a órgãos públicos com a finalidade de beneficiar empresas e agentes públicos em órgãos e Prefeituras de âmbito federal, estadual e municipal. E aí nós temos o caso da INFRAERO, Estado do Piauí, Prefeituras de São Paulo, Recife, Vitória, etc. A aplicação de parcela íntima, como já falei também, nas atividades de fomento a pesquisa, estudo e desenvolvimento científico e tecnológico, finalidade básica dessas fundações de apoio. Aplicação de recursos do chamado fundo de apoio institucional em atividade que não guardam qualquer relação com a pesquisa, o ensino, o desenvolvimento científico e tecnológico. Essas irregularidades vêm sendo praticadas com o incentivo do Conselho Diretor da FUB, ou seja, da Universidade de Brasília, lamentavelmente, que editou uma resolução manifestamente ilegal, que é a Resolução nº. 15 ao incentivar as fundações a desenvolverem atividade empresarial e contribuir para o recurso desses fundos, cujos gastos ocorrem sem qualquer controle pelos órgãos de fiscalização, o TCU. Ou seja, nós temos uma situação de manifesto caixa 2 em que o dinheiro público que teria que ir para o a conta do Tesouro Nacional não é destinado para lá, e isso gira uma situação em que há uma apropriação da propriedade do patrimônio público por poucas pessoas, mas que para esses indivíduos que estão vinculados certamente o benefício é muito grande. Todas essas irregularidades foram apuradas de forma exaustiva pelo TCU, pela Controladoria-Geral da União, e pelos Ministérios Públicos dos Estados, Distrito Federal e territórios.

A intervenção na administração da FINATEC foi a única forma que nós encontramos como medida suficiente para apurar todas as irregularidades às medidas cabíveis. Ou seja, chegamos à conclusão que era fundamental intervirmos na FINATEC. Não tínhamos mais condições de administrativamente resolvermos

tal a gravidade das irregularidades que ocorria no âmbito dessa pessoa jurídica de direito privado. No ano de 2004, algumas medidas foram adotadas relativamente aos dirigentes da FINATEC, com o afastamento de dois dirigentes e a sugestão de firmar-se um PAC, objetivando delimitar a atuação da fundação apenas aos fins que nortearam a sua criação. Os dirigentes da FINATEC eles se recusaram terminantemente a assinar o TAC, e ajuizaram uma ação declaratória perante a Justiça Federal aqui do Distrito Federal e durante mais de três anos o Ministério Público ficou impossibilitado de ajuizar qualquer medida de intervenção uma vez que a discussão do desvirtuamento ainda estava aguardando julgamento do mérito da referida ação.

Outro fato que postergou a atuação do Ministério Público foi o julgamento de uma ADIN no Supremo Tribunal Federal que tinha como objeto a inconstitucionalidade do § 1º do art. 66. É porque quando o Código Civil foi editado, quando ele entrou no mundo jurídico, dizia que as fundações aqui no âmbito do Distrito Federal seriam... Sofreriam o velamento pelo Ministério Público Federal. Isso foi um erro do legislador porque, naturalmente, como nós temos uma equiparação com o Ministério Público dos Estados, e historicamente sempre nós tivemos essa atuação, nós tivemos que ajuizar essa ADIN que só recentemente obtivemos êxito. Então isso também foi uma questão que postergou as nossas ações.

Bem, eu queria... Eu queria ainda voltar à questão da Lei 8.958 e os critérios de credenciamento das fundações de apoio. Que eles necessitam ser revistos com urgência. O primeiro aspecto eu diria aos senhores é o seguinte, essa questão agora do credenciamento. O credenciamento ele está na Lei 8.958. Ou seja, a fundação ela é instituída, ela é criada, ela é autorizada, o seu funcionamento pelo Ministério Público e depois ela obtém o seu credenciamento como fundação de apoio junto ao Ministério da Educação e Ministério de Ciência e Tecnologia.

Então, quais são as nossas observações sobre essa questão do credenciamento? Não há mais sentido em permitir que essas fundações de apoio ocupem o espaço público e desempenhem atividade empresarial utilizando-se de forma indevida e desvirtuada dos preceitos da Lei 8.958 e da Lei 8.666, a Lei de Licitações. Outro aspecto é a questão da flexibilização na atuação das fundações públicas. Que poderá ser contornado por via adequada, talvez uma discussão as universidades elas poderiam, isso é uma idéia que ainda precisa de um maior amadurecimento, ao invés de hoje as fundações públicas, elas são autarquias... São consideradas como autarquias. Isso é uma decisão do Supremo, do Ministro Moreira Alves. Então

o pensamento é transformar essas fundações públicas, no caso a FUB, a Universidade de Brasília em Agências Executivas, o que permitiria a celebração de contratos de gestão com os órgãos de administração direta. Comprometendo-se a apresentar resultados e possibilitando que haja uma flexibilização. Isso seria uma idéia dentro desse momento tumultuado em que estamos vivendo no nosso País com relação às fundações de apoio.

Outro aspecto é a questão dos docentes e servidores. Não se justifica que esses servidores públicos sejam dirigentes de fundações privadas. Ainda mais quando há dinheiro público envolvido na questão, tanto por via de convênios e contratos, e no caso das fundações de apoio os mais graves são esses contratos. Nós precisamos também criar um tipo penal específico para esses agentes públicos, que utilizam entidades sem fins lucrativos como instrumento para dispensa indevida de licitação em contratos celebrados com o Poder Público. Eu queria dizer aos senhores também, Senadores, que sob a minha ótica esse sistema de fundações de apoio é um sistema manifestamente falido. É um sistema que... é um sistema ultrapassado, que não se justifica mais na realidade que nós vivemos no nosso País. Essas fundações elas surgiram durante o regime autoritário, durante o regime militar e conseguiram chegar até aos nossos dias. Porque naquele contexto era uma forma, e lamentavelmente continua sendo, de os mais completos desvirtuamentos à Lei de Licitação. Na época nós tínhamos o Decreto-Lei 200, mas essas fundações que ficavam na órbita das entidades públicas, elas serviam lamentavelmente para tudo quanto era tipo de falcaturas, os mais antigos lembram uma situação de uma fundação que ainda hoje é fiscalizada pelo Ministério Público e virou até um livro de um jornalista Gilberto Dimenstein, chamado Conexão Cabo Frio. Era um escândalo, foi um dos maiores escândalos da República. Só que também ali nós tínhamos servidores públicos lamentavelmente não quero comprometer uma classe que eu tenho a mais profunda... O mais profundo respeito, mas ali envolviam Diplomatas. E agora nós temos esses escândalos envolvendo professores universitários, pessoas que deviam dar o maior respeito, ter a maior consideração com a coisa pública, mas há este desvirtuamento. Então eu quero dizer aos senhores com plena consciência que esse sistema é um sistema que necessariamente precisa passar por uma urgente reforma. Não se justificam essas fundações de apoio. O resultado, o que nós temos apurado, isso eu diria aos senhores, do Acre ao Rio Grande do Sul, ou seja, em toda a Nação, essas fundações elas não contribuem para pesquisa, não contribuem para as universidades,

e nós podemos ver esse aspecto fático, esse aspecto claro ao ingressarmos nas universidades, a deficiência dos laboratórios, a dificuldade dos pesquisadores enquanto essas universidades com essa visão empresarial enriquecendo alguns poucos, e o pior, trazendo uma contribuição nefasta para a Nação brasileira.

Então, Senador Raimundo Colombo, e demais Senadores, era isso que eu teria a trazer até o presente momento. Agradeço e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu agradeço a exposição do Dr. Gladaniel Palmeira de Carvalho, e passo a palavra ao Sr. Relator para proceder a sua participação.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, nossa atividade aqui no Parlamento ela é sempre muito interessante porque há pouco eu tive que estar relatando dois projetos na Comissão de Educação, e ao mesmo tempo tivemos que iniciar os nossos trabalhos aqui mesmo sem a presença do Relator, em função desse conjunto de atividades que os Parlamentares exercem no Brasil. Muitas vezes os Plenários são mostrados vazios. Fotos e Plenários vazios. Era bom que se tivesse atenção ao exercício Parlamentar como é que ele se desenvolve, como é que ele ocorre no Brasil. Sempre se quer dar a idéia de que o Parlamento tem que funcionar como uma fábrica, que começa às 7 horas e termina às 5 da tarde. Às vezes nós começamos uma oitiva aqui ao meio-dia e temos que ir até a meia-noite e a madrugada.

Então, há uma atitude de querer desinformar às vezes a população a respeito desse aspecto da atividade do Congresso Nacional e de outras instituições públicas brasileiras. Mas Sr. Presidente, Sr. Promotor Gladaniel Palmeira de Carvalho. Eu queria solicitar a V.Ex^a uma informação que eu considero simples e bem objetiva. Desde quando o Ministério Público analisa as contas da FINATEC?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O senhor, por favor, pode responder.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – O Ministério Público ele fiscaliza a atuação da FINATEC, Senador, desde a sua criação. Ou seja, desde o ano 92. Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Encontra-se na Secretaria da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito documento enviado pelo Ministério Público tratando de parecer contábil da FINATEC nº. 002/04, relativo aos exercícios de 99, que é o objeto da nossa CPI. CPI de 99 a 2002. O procedimento nº. 08190.001110/02-55. V.S^a conhece tal documento? Encontra-se na Secretaria dessa CPI

documento enviado pelo Ministério Público tratando de parecer contábil da FINATEC. É o parecer nº. 002/04. O senhor tem conhecimento desse parecer? Conhece esse documento?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Senador, assim de cabeça eu lhe confesso... Porque nós assinamos muitos relatórios lá. Especificamente esse... Se o senhor falar o teor ou alguma coisa assim... Não sei se eu mesmo que encaminhei...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE) – Trata exatamente do exame das contas da FINATEC do período de 99 até 2002. Se V.S^a não tiver condições de responder agora o teor do documento, evidentemente logo em seguida V.Ex^a pode nos informar de que trata e quais são as conclusões que têm esse documento.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Pois não.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE) – Em quais aspectos a atuação da FINATEC... V.S^a já expôs aqui os pontos de que o senhor considera que a FINATEC extrapola suas competências, mas eu gostaria apenas que o senhor reafirmasse para efeito de um exercício da Relatoria. Em quais aspectos a atuação da FINATEC extrapola suas finalidades?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Senador, essas questões do desvio de finalidades, como eu falei há pouco, eles estão centrados no desenvolvimento de atividades empresariais, porque o que ocorre é o seguinte. O estatuto da FINATEC, a forma como ele foi aprovado inclusive pelo Ministério Público, dá aos dirigentes a sensação de que eles podem fazer tudo. Mas o que ocorre é que o dirigente de uma entidade sem fins lucrativos ele tem que entender o seguinte. Primeiro lugar, é uma entidade sem fins lucrativos. O próprio legislador do Código Civil ele veio dizendo: São sem fins lucrativos as associações, as fundações, os partidos políticos, as organizações religiosas.

Então, não se pode conceber que essas entidades elas atuem como uma sociedade em que se busque o lucro. Tem que haver a sustentabilidade da entidade, claro, ela não pode encontrar digamos assim óbice à sua atuação, mas tem que haver uma relação de pertinência. Ou seja, entre as atividades desenvolvidas e os fins da fundação.

Então, o primeiro aspecto é esse. Por exemplo, lá tem a questão... E eu estou aqui com o estatuto, tem a questão da prestação de serviço que eu acho que isso é o maior problema no nosso País em todas as entidades sem fins lucrativos. Esta forma de prestar serviço não pode ser como de uma empresa. Até mesmo porque, Senador, o que ocorre? O empresá-

rio ele paga tributos diferentes de uma entidade sem fins lucrativos. A entidade ela é isenta. Alguns casos ela é imune. Então nós não podemos conceber que a prestação de serviço seja dessa mesma forma. E o que ocorre é que essas entidades, essas fundações de apoio apoiadas principalmente, lamentavelmente na dispensa de licitação parte para essa visão nitidamente empresarial, e o que é pior, e não traz o retorno para a universidade. Então esse é um aspecto, né?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE) – No caso de tratar-se de uma empresa como o senhor está conferindo a elas essa condição, esses recursos auferidos que seriam o lucro, digamos assim, a mais valia tirada pelas mãos das fundações, onde que está se dando a aplicação desses recursos? Os senhores tiveram a oportunidade de examinar. Esses recursos eles são colocados só na remuneração de professores? Eles são destinados a universidades? A universidade utiliza porque meio esses recursos?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Senador, o que é que ocorre? Essas fundações elas criaram uma estrutura administrativa tão grande que grande parte desses recursos é para manter essa estrutura. Então um dos grandes desvirtuamentos é esse. Ou seja, elas têm uma... Um cotidiano que é como eu falei, é um cotidiano de uma empresa. Não é um cotidiano de uma entidade sem fins lucrativos. Então esse recurso que é captado, ele vai primeiro para manter essa estrutura. E acho que é uma das formas que leva a elas agirem fora de suas finalidades. Também um desses aspectos. E no caso das fundações de apoio, grande parte desse recurso ele é desvirtuado, porque o que é que ocorre? Esse recurso principalmente quando envolve dinheiro público, e há uma coisa também que é importante salientar aqui nessa Casa, que ao contrário das fundações de apoio apoiarem as universidades, ao contrário. São as universidades que apóiam as fundações de apoio. Isso é um ponto que é de fundamental importância. As universidades é que apóiam as fundações de apoio. Por quê? Porque se esses recursos forem cortados, elas não têm capacidade, elas não demonstram capacidade de ter uma atuação como uma fundação qualquer. Ou seja, elas se apóiam basicamente na dispensa de licitação para tirar a grande vantagem. E o outro aspecto, Senador, ainda com relação a esses recursos, é que nós apuramos o que é destinado efetivamente à pesquisa é um recurso muito ínfimo. Dentro da captação da fundação de apoio, o que vai efetivamente para a pesquisa e para o ensino é muito ínfimo. Entendeu? Então esse é o grande desvirtuamento. Nós no Ministério Público chegamos a essa conclusão. Elas não conseguem re-

alizar aquilo que efetivamente estão dentro dos seus fins e de acordo com a Lei 8.958.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor podia citar então alguns... Um ou mais exemplos dessa desvirtuação da competência da FINATEC? Que não estão dentro das suas finalidades?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – A questão da subcontratação, Senador, é o caso mais grave que nós temos observado e nós apuramos no âmbito aqui da Promotoria a questão da INFRAERO, da subcontratação, temos também o caso do INSS, as fundações elas subcontratando com a utilização de locação de mão-de-obra. Isso é uma coisa que nós percebemos que não existe razão. Onde é que está a pesquisa nisso aí? O ensino? Então não tem. Esses casos assim são os mais relevantes dentre outros que nós estamos apurando. Mas eu diria, esse caso da INFRAERO e o caso do INSS, por exemplo, até mesmo porque o que eu estou falando aqui isso é público, isso está no site do TCU. O TCU recomenda que as fundações não tomem esse tipo de medida, procurem agir dentro de suas finalidades, mas até hoje não surtiu efeito.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Nesse caso aqui são duas instituições, digamos assim, sob o controle do Governo Federal. O INSS e a INFRAERO, embora seja uma economia mista, mas uma empresa do Governo.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Empresa pública. Uma autarquia.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Uma autarquia do Governo Federal. O INSS também é instituição do Governo Federal. Que mais instituições estão...?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Prefeituras, o caso de Prefeituras. Nós temos o caso da Prefeitura de... Como eu falei, de Teresina, Prefeitura de São Paulo, Prefeitura de Recife, Vitória, Prefeitura de Fortaleza... São situações em que no caso a FINATEC ela ainda teve uma postura manifestamente apoiada na dispensa de licitação, partiu para a subcontratação, e como eu falei, no desvirtuamento total de uma entidade sem fins lucrativos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O Ministério Público tem convênios e contratos com a FINATEC?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Senador, é o seguinte. O Ministério Público, que eu tenha conhecimento, eu acredito que não. Agora, uma fundação que eu diria inclusive é de membros do Ministério Público, me parece que fez um contrato ou um convênio inclusive com a FINATEC.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Algum outro órgão do Poder Judiciário, que o senhor tenha conhecimento?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – O próprio Poder Judiciário sim, tenho conhecimento. Tribunais... Me parece que o próprio TCU, não sei se esta Casa... Vários órgãos da administração pública fizeram... Estabeleceram contratos com eles. Porque eles agem, eles têm... Realmente eles... é lamentável, mas nós temos que reconhecer que eles têm uma atuação de notar a sul do País.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E com os Governos Estaduais?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Governos Estaduais, Ex^a, deixa eu ver aqui. Com Governos Estaduais assim, eu não tenho convicção, não. Os Municípios, sim.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Bancos, agências reguladoras...

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Sim, Governo Estadual sim. Eu peguei aqui ELETRONORTE, empresas de engenharia, Galvão Engenharia, Fortaleza, que eu já falei a Prefeitura, Município de Goiânia, Governo, deixa eu ver, Governo do Piauí, Prefeitura de Maringá, Prefeitura de Campina Grande, São Paulo, João Pessoa, DETRAN do Rio Grande do Sul, Caixa Estadual, Prefeitura do Recife, Araraquara, Banrisul...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Embaixadas?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Deixa eu ver se tem Embaixada aqui. Embaixada não tenho. Pelo menos não tenho essa convicção nessa... Eu, pessoalmente. Porque nós somos três colegas que atuam nessa área de atuação. Então eu pessoalmente Embaixada não tenho convicção.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – No caso de todos esses convênios e contratos, ela atuou diretamente? Ela subcontratou todos? Quais foram as empresas que foram subcontratadas? O senhor tem a relação de todas?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, só para pedir que o Dr. Gladaniel fale mais próximo do microfone porque estamos com dificuldade de ouvi-lo.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Eu efetivamente, Senador, eu não saberia dizer. V.Ex^a quer saber exatamente a...?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Se em todos esses contratos com Prefeituras, com Governos dos Estados, com Bancos, com Ministérios, com Ministério Público, com o Supremo Tribunal Federal, com o Senado Federal, TCU... Se

todos esses contratos, se é subempreita, e quais são as empresas que são subcontratadas?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Eu não saberia dizer se... Eu não saberia dizer exatamente a V.Ex^a quais esses contratos. Porque o que ocorre, Senador, deixa eu lhe explicar. Nós lá no Ministério Público, se for lá até nesse relatório contábil, nós temos um corpo de contadores. Quando vem a prestação de contas, são eles que têm essa preocupação, são pessoas da nossa extrema confiança, servidores altamente capacitados. Então o que ocorre? Fica impossível o senhor observar hoje como é o volume de... Principalmente no âmbito da FINATEC, de situações que nós estamos enfrentando. Então fica impossível lhe dizer detidamente tal, tal... Fica assim um pouco complicado. Agora, isso tudo nós podemos esclarecer. Isso não é... No momento...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria, pela ordem, Sr. Relator, gostaria que esclarecesse que o que ele não tiver de dados poderá remeter para a Comissão.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Exatamente isso que eu concluir dizendo ao Senador isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V.Ex^a não pode se comprometer a ponto de passar alguma informação que não tenha... Então, mandaria para posteriormente para a Comissão.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Exatamente. É isso que eu concluir dizendo ao Senador isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a contribuição de V.Ex^a.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor poderia nos informar... Essas empresas todas, a maioria são governos, são Prefeituras, são órgãos... Ministérios... São todas instituições... Salvo uma ou outra empresa que o senhor já citou, a maioria esmagadora dos convênios são realizados com empresas públicas, com instituições públicas.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Sim.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Essas instituições elas cometem algum equívoco ao pleitear serviços da FINATEC? Do ponto de vista legal o senhor considera que...

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Senador, eu acredito que sim. Veja bem, tem que haver uma relação de pertinência entre...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – É que estou falando assim. Está aqui o Ministério Público. Aí o Ministério Público vai e contrata

a FINATEC. Quer dizer, qual o erro que está cometendo o Ministério Público nesse aspecto? Isso que eu quero considerar. Se há um vício em quem contrata.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Nós estamos numa Sessão hipotética aqui. Veja bem...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Com base na legislação.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Veja bem o que ocorre. Evidentemente o que a nossa experiência tem demonstrado com relação a essa questão da dispensa de licitação? O que eu ia esclarecer? A fundação ela é voltada para pesquisa, ensino, de acordo com a Lei 8.958 extensão, então na hora de fazer a dispensa... Porque a dispensa é uma situação excepcional. O que é que ocorre? O servidor ele tem que ter a cautela para ver se aquilo que a fundação pretende realizar se ela se ajusta àquela hipótese. Se é possível aquilo. E não um caso de ser uma hipótese, uma mera prestação de serviço que é isso que nós estamos aqui condenando. Uma mera prestação de serviço e o que é pior, muitas das vezes nós observamos, a fundação ela não tem condições de... Não tem estrutura para realizar aquele serviço e o que ela faz? Ela imediatamente ela subcontrata.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE) – Com base tanto na Lei 8.666, como na legislação que criou as fundações, então, quer dizer, a rigor ficaria... Digamos assim, nós ficaríamos na subjetividade ao contratar.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Mas Excelência, dá para perceber claramente que não é uma hipótese... O servidor público lá na ponta ele está percebendo que aquilo ali não é pesquisa, não é ensino, não é extensão. É prestação de serviço pura. Isso dá para perceber.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE) – No caso dos convênios que a fundação realizou com instituições públicas, o Ministério Público examinou a aplicação desse contrato com Prefeituras, Governo do Estado, já houve uma... Ampliou o espaço de... O exame dessas...

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO –

Deixo eu explicar uma coisa que ocorre. A fundação ela tem plena autonomia para realizar as suas ações.

Então, nós... Nós não estamos no momento que o dirigente de uma fundação ele vai realizar um negócio, vamos dizer assim, nós do Ministério Público não temos conhecimento disso. Nós o que com nós confiamos porque há um ônus... No caso de uma fundação, e poucas pessoas percebem isso, o dirigente ele tem um ônus. Porque o que está em jogo ali é o patrimônio da sociedade. Esse é o aspecto relevante dessa questão.

A justificar inclusive a intervenção do Ministério Público. Então o que ocorre? Nós só vamos tomar conhecimento, salvo se houver uma denúncia, no momento da prestação de contas. Então é naquele momento que vamos verificar se há pertinência, se aquela dispensa foi correta, se não foi... Para que nós possamos efetivamente aprovar a prestação ou rejeitá-la.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Nesses casos públicos e enfáticos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pela ordem, V.Ex^a tem a palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Apenas no sentido da colaboração, eu me dirijo ao Senador Inácio Arruda, V.Ex^a fez indagações que não puderam ser respondidas porque não cabia ao convidado respondê-las.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Porque não tinha, mas pode oferecer.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Exato. Mas está presente também nesta sala o Dr. Ricardo Antônio de Sousa, que é o outro promotor público que cuida dessa questão. E poderia certamente responder algumas das indagações formuladas por V.Ex^a. Eu apenas sugiro que se V.Ex^a poderia convidá-lo para Mesa a fim de que pudesse participar também já que o depoente é convidado e nós teríamos o outro promotor fazendo a interface podendo solucionar algumas questões ainda em aberto.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, me pronuncio da seguinte maneira. Acho que a colaboração do Dr. Palmeira poderia continuar da forma que está. Acho que não há nenhum impeditivo de em seguida, qualquer informação complementar ao interesse do Relator e talvez de qualquer um dos membros dessa Comissão ser remetida a esta Comissão. Se fizer necessário inclusive um Requerimento específico para complementar informações por parte da colaboração dos demais Procuradores nós faremos de bom grado. Mas eu temo que podemos perder a linha do diálogo que já está sendo montada para o dia de hoje. Então sugeriria a V.Ex^a que sem o Requerimento que não convidássemos ninguém sem por estar por força de Requerimento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente. Eu tenho certeza que o Senador Sibá Machado...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É só por economia processual, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Na tese da economia processual. Ora, se o outro Procu-

rador está aqui, naturalmente a falha foi nossa, foi da Comissão de não ter incluído ele no convite. Acho que não há nenhum impedimento do Procurador vir aqui. Nós ganharíamos tempo e seria apenas uma complementação de informações que iria ajudar exatamente o Relator naquilo que ele está indagando. Nós ganharíamos tempo, Senador Sibá. Queimaríamos uma etapa. E acho que esse é um dos objetivos nosso. Daí porque a proposta que eu faço de que o Procurador seja convidado para a Mesa e também se manifeste naquilo que for da sua especialidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Consulto o Relator.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, para que não tenhamos nenhum embaraço, talvez seja melhor que a gente conclua o debate com o nosso convidado. Se houver necessidade, eu recorro ao Senador Sibá que argüiu contrariamente, se houver necessidade ao final das perguntas, que forem feitas ao nosso promotor, nosso Procurador, nós poderemos ouvir o Dr. Ricardo que está aqui presente. Mas deixemos para... Vamos concluir a fase com o Dr. Gladaniel porque vão ter outras perguntas dos Senadores que podem...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Relator, permita só para colaborar com V.Ex^a.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Claro.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É que o Dr. Gladaniel Palmeira é quem assina toda a documentação, é o Procurador Chefe, é quem encaminha a documentação das quais esta CPI tem posse também de cópias. Portanto, acredito que qualquer informação... Por isso que ele veio. Porque é a pessoa que responde pelo órgão e que assina substancialmente a documentação que nós temos posse nessa CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu consulto ao Dr. Gladaniel se deseja a Assessoria do Dr. Ricardo, e ele poderá ficar ao seu lado e lhe ajudar nas respostas. Eu acho que isso...

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Eu acredito que sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O senhor continuaria respondendo, mas ele poderá assessorar dando as informações.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Existe um princípio, Senador, existe um princípio no Ministério Público que é o princípio da indivisibilidade. Então nós trabalhamos em conjunto. E Dr. Ricardo e o Dr. Nelson também está ao lado, se V.Ex^a permitir o Dr. Ricardo pode...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu queria então de convidar o Dr. Ricardo para assessorar o Dr. Gladaniel, sendo que a resposta será dada pelo Dr. Gladaniel...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, eu apelaria para o Senador Sibá Machado de concordar até por uma questão de isonomia. Nós vimos aqui o Senador Sibá Machado sentado ali e atrás dele a maior Assessoria que tem no Ocidente sobre o assunto. E a cochichá-lo toda hora e a dá-lo informação. Então seria uma maneira isonômica de... De ele ter também o convidado...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Acho que V.Ex^a encaminha bem, Sr. Presidente, e acho que assim tranqüilo a colaborar com os trabalhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Peço à Secretaria da CPI que providencie uma cadeira para que ele possa sentá-lo ao lado do Dr. Gladaniel, e assim vamos continuar os trabalhos com a palavra o Sr. Relator Senador Inácio Arruda.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Senador Inácio, agora se V.Ex^a aquelas perguntas que eu não tive condições de responder, acho que o senhor poderia voltar que agora com a chegada aqui do nosso colega vai ficar mais...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Voltarei mas vou fazer uma pergunta que talvez não necessite da Assessoria agora.

Sr. Gladaniel, qual é a argumentação que tem sido feita pela FINATEC para justificar no caso as subcontratações? Por que é que ela... Qual é a argumentação? O que ela tem dito nos contratos? Ela tem que argumentar. Não estou podendo fazendo diretamente por essa razão, até poderia, mas estou com dificuldade pessoal. Onde é que está a justificativa para essas...

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Deixa o colega Ricardo responder essa pergunta porque é uma pergunta mais específica. Porque o seguinte, Senador, este caso da FINATEC, como eu falei, nós somos três colegas e nós estamos distribuídos...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Como vocês viram a Promotoria é indivisível.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – É indivisível. É um princípio. Então nós estamos atuando, veja bem, em questões, por exemplo, na área judicial, o colega Ricardo ele está mais à frente das questões de apuração dessas irregularidades, e o colega Nelson nós estamos fazendo essa ligação de todo esse conjunto de irregularidades de apuração. Então, eu... Se V.Ex^a permitir eu preferia que o colega...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu considero questão de elucidar. Se tivermos oportunidade, Sibá, vamos dar a palavra...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Fica a aprovação do Plenário e V.Ex^a pode responder.

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Senador, é importante frisar o seguinte. O art. 2.413 da Lei 8.666, é o artigo que faculta dispensa de licitação a essas entidades. Desde que o objeto, ou seja, a pesquisa, ensino e desenvolvimento institucional, esse objeto do contrato tem que coincidir com o art. 2.413 da Lei 8.666, e também coincidir com a finalidade estatutária prevista, por exemplo, na FINATEC. Ou na fundação contratada. O art. 2.413 importa numa dispensa licitação *intuitu persone*, ou seja, em razão da pessoa jurídica que é contratada.

Então, não se pode em hipótese alguma essa tributação do TCU, Ministério Público Federal, do Ministério Público do Distrito Federal e diversos tribunais espalhados pelo País todo haver subcontratação.

Então, sempre que o administrador público contrata com dispensa de licitações com base no art. 2.413 ele tem que se ater e olhar a estrutura do órgão da entidade contratada para se certificar que aquela contratada dispõe de estruturada para executar o objeto do contrato. Senão, objetivamente será caso de subcontratação ou de incorporação de novos funcionários a um quadro de uma fundação que não dispõe desse serviço para prestar com exceção à norma constitucional de licitação. Ou seja, se o administrador público não tomar essas duas cautelas de se analisar o objeto estrito se coincidentes finalidade fundacional, o art. 2.413 e o objeto de contrato, ele erra. Se ele não presta a devida atenção, se essa fundação tem a devida estrutura para executar esse contrato, ou seja, obviamente haverá subcontratação ilegal, ele erra. Então nós temos a seguinte forma. A dispensa com base nesse artigo em fundações que têm essa faculdade excepcionalíssima e ter que ser tratada efetivamente porque vai ao encontro de uma norma, uma regra constitucional, se ele age dessa forma sem essas cautelas, incide *prima facie* em proibidade administrativa por violação dos princípios da administração pública, de plano, e violação do art. 89, caput da Lei 8.666 que dispõe dispensar indevidamente contrato público.

Além disso, a subcontratação nessas hipóteses, como já disse, viola mais uma vez essa norma. E ademais, quando a fundação de apoio trata com contratos, convênios, com recursos públicos, ela obrigatoriamente por força do art. 13 da Lei 8.958 que rege fundações de apoio deve obedecer o regime de direito público. Ou seja, nós estamos aqui diante de um quadro onde se

busca a contratação dessas pessoas, jurídicas, dessas fundações de apoio, somente para se transformar a obrigatoriedade do regime jurídico de direito público que impõe legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, e mais do que isso, impõe as regras licitatórias, a regra de contratação por concurso público de servidores, então nós estamos diante de um quadro onde se transforma dinheiro público que deve ser tutelado de acordo com que determina a Constituição Federal, com parâmetros e formas e controles que possam ser aferidos e se transforme esse dinheiro público numa situação onde se tem o controle extremamente distitucionário onde se subcontrata quem as empresas, as fundações de apoio quiserem, ou seja, estamos num quadro onde há a violação do art. 89 na primeira contratação, o órgão público fundação de apoio. E depois, se a fundação de apoio subcontratada, estamos de novo com mais uma violação do art. 89 combinado com o art. 3 da Lei 8.958/94. Então nesse quadro não há o que se falar em subcontratação. A subcontratação é grave para os cofres públicos, é grave para o patrimônio público. É grave. A sistemática da subcontratação onera o serviço público que é necessário ao contribuinte porque no mínimo ele está pagando uma taxa de administração que faz com que a fundação pague os seus quadros. E mais do que isso, ainda paga uma taxa de 6 a 10% que faz fundo por força da Resolução 15 do Conselho Superior da Universidade de Brasília.

Então, no mínimo para intermediar isso o contribuinte está pagando 16% a mais pelo serviço que deveria ter sido licitado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Vou voltar aqui à pergunta anterior, que é sobre os convênios praticados entre a FINATEC e o Ministério Público Federal, STF, TCU e Senado. Se os senhores sabem qual o objeto desses convênios, se houve licitação, ou se os serviços são executados... Se são executados diretamente pela FINATEC ou se foram terceirizados.

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Senador, nós estamos aí diante de outro quadro. Outra fonte de irregularidades. Estamos aí na seguinte situação. Vamos mudar o panorama. Que não é o panorama da subcontratação, do uso indevido do 2.413 da Lei 8.666. Estamos num panorama onde pessoas jurídicas que não se confundem com órgãos dos quais ela leva o nome, por exemplo, não se confunde Ministério Público do Distrito Federal com Fundação Escola do Ministério Público. Não se confunde fundação Escola do Tribunal de Justiça do Distrito Federal com Tribunal de Justiça. É uma fundação de Direito Privado e dentre esses órgãos o que há...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Estão nos mesmo molde das fundações universitárias?

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Não, Excelência.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – elas também podem contratar serviços de terceiros?

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Não, Excelência. Ela não é facultada... ela não se enquadra nessa hipótese. O que acontece? Essas irregularidades que o senhor está mencionando diz respeito ao seguinte. Que essas pessoas pretendem, por exemplo, na maioria das vezes, curso de especialização, e daí usa uma fundação de apoio para se tirar um professor de dedicação exclusiva dos quadros da UnB para que se preste o serviço público. Isso já foi detectado e representado ao Tribunal de Contas de parecer de minha lavra, representação de minha lavra, da própria promotoria de fundações, Distrito Federal e territórios, onde a gente questiona dois pontos nessa espécie de contratação, deixar bem claro. Como se a gente estivesse falando num fato maior que é a questão devida, e aqui outro fato também de igual da gravidade que diz respeito do professor de dedicação exclusiva estar prestando serviços de cursos de especialização pagos. Ou seja, isso viola norma constitucional da gratuidade do serviço público e viola dedicação exclusiva do professor. Isso já foi atacado, já foi objeto de representação e de forma clara. A gente não está aqui para proteger ninguém, não está aqui para proteger seja lá quem for, seja órgão interno, órgão externo, seja qualquer partido político que for. Nós estamos trabalhando, fiscalizando a fundação de apoio para que ela não utilize dessas facilidades legais em detrimento dos cofres públicos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Neste período de trabalho, que é uma pergunta também anterior, se o senhor tiver informação porque o Dr. Gladaniel não tinha informação, esses contratos todos neste período de existência da FINATEC que os senhores estão examinando desde o início da fundação, quais foram as empresas que foram subcontratadas?

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Sr. Senador, nós estamos no seguinte. Nós temos, por exemplo, ali o orçamento 2008. Nós temos a lista de órgãos públicos contratados, os objetos de contratação, por exemplo, nós temos o orçamento 2007. Assim por diante. Nós temos o objeto, nós temos o órgão público contratado. Só que assim, nós estamos no curso de uma intervenção. Foi oficiado dia 25 de janeiro desse ano ao interventor e comunicado ao Juiz que cuida da intervenção sob administração judicial que está o in-

terventor para que ele nos remeta o completo quadro de contratos, subcontratos, você pensa o seguinte, no âmbito de uma investigação, que correu por dez meses, nós tivemos o desenho completo de todas as subcontratações. A questão, por exemplo, dos contratos de Prefeituras e Governo no ramo de consultoria. Nós tivemos esse quadro e daí sim apareceu a empresa subcontratada, INTERCORP e CAMARERO no mais das vezes. Agora, nos outros quadros nós temos conhecimento e assim muito simples você olhar se há subcontratação. Se você olhar a estrutura da fundação, olhar aquela placa no começo dela, que ela tem uma gerência de projetos, uma gerência financeira, mas aqui na estrutura da fundação você não verifica estrutura que possa executar serviços públicos. Logicamente então, por conclusão óbvia, se ela não pode executar ela vai ter que subcontratar. A lista completa das empresas subcontratadas será colocada a disposição no Ministério Público atendendo esse Ofício de 25 de janeiro de 2007. Uma vez atendido isso, nós temos todos os quadros de empresas subcontratadas, todos os quadros de contratação de órgãos públicos, todos os procedimentos de dispensa de licitação com base no art. 24 e a documentação completa para ter essa visão geral da situação especificamente da FINATEC.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, eu gostaria de suspender aqui minhas indagações. Se no curso do debate surgirem outras questões eu voltarei a arguir o nosso convidado para que o senhor possa também permitir que um conjunto de Senadores que estão aqui desde o início também possam se manifestar perguntando ao Dr. Gladaniel.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a V.Ex^a, Sr. Senador Inácio Arruda, e passo então ao primeiro inscrito. É o Senador Alvaro Dias e o segundo é o Senador Sibá Machado, após o Senador Alvaro Dias nós passamos então ao Senador Sibá Machado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores convidados, primeiramente os nossos cumprimentos ao Ministério Público pela competente ação que vem desenvolvendo em nome da moralidade pública.

Eu indago inicialmente como se dá esse processo de escolha das fundações para que sejam utilizadas como esse instrumento destinado a driblar a Lei de Licitações Públicas. A UnB, por exemplo, o Ministério Público já entendeu qual a forma de escolha adota a universidade para chegar à FINATEC, por exemplo? Eu faço essa indagação inicialmente, e depois eu acho importante colocar nomes, para que nós possamos contribuir na sequência com o Ministério Público

através da investigação política, inclusive através de quebra de sigilos, se for o caso. Então, primeiramente é essa a indagação.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– O que ocorre é o seguinte. Nós temos no âmbito da UnB cinco fundações de apoio. E o que nós observamos durante essas nossas... Esses exames das contas dessas entidades e também de outras situações que nos chegaram ao Ministério Público. Existem fundações que são... Que recebem, digamos assim, uma melhor atenção do que outras. E eu diria claramente, a FINATEC e a FUBRA.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E qual é a força política que o Ministério Público identificou? Qual a razão desse prestígio da FINATEC? Especialmente da FINATEC.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– O que ocorre, Senador, isso é um aspecto que eu diria que é nacional, é a relação da classe de dirigentes das universidades que têm interesse em estar perto dessas fundações. Se o senhor entrar no site do TCU o senhor vai ver lá, tem uma decisão, há um caso de uma unidade aqui da federação do Brasil em que o próprio reitor ele é o Presidente, é o Diretor de uma fundação de apoio.

Então, percebe como é que existe essa relação entre as universidades e essas fundações.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O primeiro nome que eu cito é do Sr. Antônio Manoel Dias Henrique, que deveria hoje depor, e justificou a sua ausência, não é Presidente? Alegando doença da irmã.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – É uma cirurgia da irmã.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu acho isso uma justificativa muito importante. Evidente que a saúde da irmã é fundamental. Mas é óbvio que neste caso, especificamente, a saúde da irmã não impediria a presença dele aqui. Certamente ele não quis estabelecer esse contraponto com os promotores públicos que aqui se encontram hoje. E o Senador Heráclito Fortes indaga bem. Ele é médico, faria falta a irmã nesse momento? Mas a indagação que eu faço...

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Senador, se V.Ex^a permite, o colega queria fazer só um complemento com relação à primeira pergunta.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não.

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Excelência, o que nós temos é o seguinte. Se a escolha se dá pela estrutura, na hora de executar esse contrato, ou seja, o que a fundação faz se verifica uma situação de que recebe, paga. Recebe dinheiro público, repassa. Então, não há algo complexo. Você tem lá o extrato...

Por exemplo, o extrato do contrato celebrado com o Governo do Piauí. Para não nos atermos somente às Prefeituras do PT. Então, nós temos. Recebe dinheiro público, repassa.

Então, isso faz a FINATEC, isso faz a FUBRA, isso faz fundações todas elas que circulam a estrutura da UnB. Agora, por que se escolhe uma ou outra, essa resposta é um tanto quanto complexa porque tem que ver o seguinte. Quem se beneficia no final da linha da dispensa, quem faz a prospecção desse negócio, quem vai negociar lá com o administrador público para oferecer a FINATEC como uma estrutura que se favorece com o art. 2.413. Essas questões são questões que transpassam uma agremiação. São questões que dizem respeito, que têm que ser questionadas em todas as fundações porventura que venham a ser investigadas por essa Comissão.

Então, a questão é o seguinte. Se na FINATEC aparecer uma figura que fazia essa ligação, isso é mérito na investigação. Porque a ligação fez esse liame. A figura da prospecção com a figura no final da linha. Com o conjunto completo disso nós poderemos começar a traçar essas outras linhas de quem prospecta, quem oferece serviço de determinada fundação e quem se favorece no final da linha. E mais do que isso, é importante questionar também não só o Ministério Público, mas questionar o administrador público porque escolhe aquela fundação? Por que o administrador público do nordeste escolhe uma fundação de Brasília? Por que o administrador público do Paraná escolhe uma fundação aqui de Brasília? Será que no Paraná, ou no Rio Grande do Sul, no Acre, não existem fundações de apoio, não existem serviços da mesma espécie? Será que lá nesses cantos do Brasil não existem esses serviços que deveriam mais uma vez ser sempre citados porque há hipótese de concorrência, não se trata de inegibilidade. A questão específica das consultorias foi levantado uma questão muito interessante pela imprensa de que esse serviço era prestado gratuitamente por órgãos vinculados a grandes empresas públicas. Então todas as questões, se há possibilidade de concorrência, se há possibilidade de isso ser licitado, se há possibilidade desses cantos do País... A questão deve ser perguntada, o administrador público, quem fez a prospecção, quem lhe ofereceu o serviço dessa ou daquela fundação, e quem no final da linha está sendo favorecido com esse aporte desses critérios(F) em recursos públicos com empresas que deveria estar lá contratando com órgão público, licitando, respeitando princípios previstos na Constituição de impessoalidade, moralidade, economicidade, eficiência... E é isso, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pode prosseguir.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O que se depreende dessa narrativa é que os vínculos fortes da FINATEC com o poder central é que justificam essa relação continental. Do norte a sul, de leste a oeste. Certamente são os vínculos. E eu vou chegar a esse vínculo com alguém que foi responsável pelo portal do Governo de transição. Mas antes a indagação é sobre o Sr. Antônio Manoel Dias Henrique. Eu já havia iniciado. Pelo que o Ministério Público já descobriu, os senhores acham importante que esta CPI quebre o sigilo bancário, fiscal, do Sr. Antônio Manoel Dias como colaboração para a investigação judiciária em curso?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Sim, Excelência, é importante.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então, Sr. Presidente, nós vamos encaminhar o pedido de quebra de sigilo do Sr. Manoel Dias Henrique. Sigilo bancário e fiscal.

Eu chego agora ao Sr. Luís Lima, em matéria da revista Época desse final de semana o Sr. Luís Lima em curtíssimo espaço de tempo, de 2001 a 2005 faturou cerca de 20 milhões de reais. E os vínculos a que me referi anteriormente naturalmente nos fazem chegar ao Sr. Luís Lima porque ele foi o responsável pelo portal do Governo de transição. Ele é da empresa INTERCORP. É tão competente que o Sr. Paulo Ferreira, que é tesoureiro do PT declarou o seguinte. “Eu não os indicaria. O trabalho deles é muito ruim. É uma picaretagem. O trabalho deles é muito ruim. O portal que eles fizeram para a transição não serve para nada. Era chamado de portal das ilusões”. Disse o tesoureiro petista em seu gabinete na sede do partido, em Brasília. E arrematou: “é uma picaretagem”.

Portanto até elementos do PT julgam ser picaretagem o que nós estamos investigando agora. E eu indago: O Ministério Público já investigou o Sr. Luís Lima nesta ação de investigação que empreende?

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Excelência, o Sr. Luís Lima aparece logo no início da investigação, uma pessoa que tem um escritório dentro da FINATEC, uma pessoa que aparece como responsável pelas prospecções desses contratos, uma pessoa que aparece ligada intrinsecamente com a direção da FINATEC. Depois no curso da investigação...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Aliás, consta que ele tem um escritório dentro da FINATEC.

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Sim. O escritório do senhor... A sala do Sr. Luís Lima foi mantida no período de 2000 a 2005 no bloco H da FINATEC. Ou seja, é mantido lá esse escritório, foi mantido lá de 2000 a 2005. Após o Sr. Luís Lima encerrar o seu período de... O período de prospecção trazendo contratos para a FINATEC para que ela subcontrate em todas as vezes, sucedeu o Sr. Eduardo Green(F), que pelo que se tem da investigação era funcionário da INTERCORP que depois se manteve na atribuição de fazer a prospecção ou não com o mesmo, entre aspas, eficiência que o Sr. Luís Lima apresentava. O Sr. Luís Lima nunca foi ouvido no Ministério Público. Porque a visão que eu tinha na investigação é que não adiantava ouvi-lo porque ele não ia acrescentar naquele momento ele podia simplesmente se silenciar e as informações estavam embasadas em documentos e demais provas. Então a oitiva dele naquele momento não era necessária. A questão daqui para frente é o seguinte. É necessário sim verificar a evolução patrimonial desse cidadão. Verificar quais as relações...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – V.S^a considera importante a CPI também quebrar o sigilo bancário e fiscal?

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Excelência, os senhores sabem muito bem que assim o Ministério Público não pode sozinho quebrar sigilo fiscal e bancário.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Exatamente por isso que estou indagando.

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: A CPI tem esse poder. Então, assim, nesses caminhos de evolução da investigação, de acrescentar a investigação do Ministério Público dados que nós ainda não temos, sem dúvida é importantíssima esse poder que a CPI detém.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não. Infelizmente o tempo é muito escasso, Sr. Presidente. As indagações jorram aqui como cascata. Mas eu vou colocar alguns nomes e indagar qual a participação dessas pessoas nesta investigação. O Ministério Público já chegou a determinados nomes, e nós gostaríamos de saber quais os ilícitos praticados por essas pessoas. Se nós já poderemos saber disso. O Sr. Antônio Manoel Dias, o Sr. Nelson Martins, o Sr. Carlos Alberto Bezerra, o Sr. Guilherme Sales e André Pacheco. São os nomes que me parecem estão envolvidos nas denúncias feitas relativamente à FINATEC. Apenas vou colocar as indagações todas para que os convidados possam responder. Por favor, a energia acabou.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Por favor, alguém se encostou

ao interruptor de luz. Peço à Secretaria que providencie...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A voz de V.Ex^a está boa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A voz não apagou. Só apagou a luz. Então a indagação, vou colaborar com os colegas que também têm indagações a formular, e vou encurtar, só colocando algumas questões aqui para que possam responder em bloco. Refiro-me ao que denuncia Andes, Sindicato Andes Nacional. “Universidade pública versus fundações ditas de apoio”. “Educação não é mercadoria”. E há algumas indagações fundamentais. “Contratos ou convênios com objetos não relacionados a pesquisa, ensino, extensão ou desenvolvimento institucional”. Nós gostaríamos de alguns esclarecimentos a respeito. “Cobranças de taxas de administração”. “Inobservância de cláusula de lei de licitações”. “Ausência de prestação de contas”. “Ausência de orçamentos detalhados”. “Intermediação irregular em atividades que poderiam e deveriam ser executadas pelas próprias universidades”. “Subcontratação”. São temas extensos, eu sei, mas o que considerarem fundamental que entenderem ser essencial para o trabalho da CPI eu gostaria que fizesse um Relatório a respeito E para finalizar, essas fundações obtêm lucros, obviamente. Para onde vão esses lucros destas fundações, embora, entre aspas, se constituam como instituições não lucrativas?

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Excelência, eu tento transformar a linguagem técnica, jurídica de forma mais compreensível. Mas acho que isso eu não tenho essa capacidade. Vou te explicar, mas basicamente como funciona a contratação e a subcontratação. Todos esses argumentos explanados nesse Relatório da Andes diz respeito assim. O órgão público dispensa licitação com base em 2.413 com a fundação de apoio. A fundação de apoio reserva 10% para sua taxa de administração, ma 6% a 10% faz FUB, depois mais uma vez subcontrata uma empresa privada.

Aqui nós temos violação do art. 89, caput, e ali também nós temos essa violação. Então essa sistemática causa prejuízo ao mercado que deveria estar participando de licitação, aos cofres públicos porque pagam mais caro pelo serviço público, e ao ensino porque os objetos desses contratos, por exemplo, endomarketing, consultoria, venda a varejo de combustível nada tem a ver com pesquisa. A interpretação melhor de pesquisa pelos tribunais se tem um acórdão do TCU onde se diz: Pesquisa é busca do novo. O que não se tem no mercado é buscar o que é inovador no mercado. E assim endomarketing, consultoria, diz respeito somente à aplicação do conhecimento humano ao determinado fato concreto. Isso está fora das atribuições

dessas fundações. Basicamente é essa a leitura que eu faço desse aspecto.

Acerca dos crimes, Excelência, eu me reservo no momento da propositura das ações penais tipificar as condutas. A gente pode falar em tese trabalhando com esse sistema na violação do art. 89, talvez 8.666... Mas assim, outros tipos penais. Mas eu me reservo no momento da propositura...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Os nomes citados todos estão envolvidos e ilícitos?

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Excelência, no momento da propositura da ação penal, aí sim posso afirmar... Nós, assim, nesse total de documentação nós temos muito trabalho pela frente de ajuizamento de diversas ações de diversas naturezas, tanto civil quanto criminal. No momento do ajuizamento da ação, daí sim eu tipifico a conduta. E aí posso responder...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E na outra ponta, as Prefeituras municipais que celebram esses convênios e governos estaduais eles estão também sendo investigados pelo Ministério Público?

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Excelência, ministérios públicos estaduais alguns deles já tinham... que eram os serviços públicos contestando esse contrato. Por exemplo, nós entramos em contato com a Promotoria de Maringá, com a Promotoria de Vitória, salvo engano, e com as outras promotorias. O que vamos fazer é o seguinte. Pegar essa documentação que em suma é o contrato, a subcontratação, os pagamentos a INTERCORP, esse desenho e daí enviar aos ministérios públicos estaduais para que eles, se entender cabível, ajuízem as ações pertinentes. E nessas duas cidades, em Vitória, salvo engano, já há um inquérito civil público, só falta o fecho final que é o repasse INTERCORP que isso nós, no âmbito da investigação do Ministério Público acabamos por fechar essa linha. Então basicamente é isso. A partir de agora vai ser distribuído aos Ministérios Públicos Estaduais para que analisem essa documentação e proponham as ações, seja ela, ações de improbidade e ações criminais em cada esfera de competência da justiça estaduais. Porque nós estamos falando de dinheiro do Município. Ou encaminhado ao Ministério Público Federal quando se tratar de recursos federais. E daí essa primeira linha contrato, órgão público, FINATEC, será tratada por esses órgãos do Ministério Público.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLMBO (DEM-SC) – Quero agradecer ao Senador Alvaro Dias e pedir a todos os Srs. Senadores e também aos senhores promotores agilidade possível. Nós temos

ainda mais sete inscritos e depois temos em seguida que ouvir o Sr. Reitor da UnB.

Passo a palavra ao Senador Sibá Machado anunciando que o próximo será o Senador Valter Pereira.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Gladaniel Palmeira, V.Ex^a afirma... acho que a grande contribuição que traz para o dia de hoje é afirmar que a natureza destes contratos não é permitida. Que são contratos capengas desprovidos de legalidade. Mas eu queria saber concretamente de V.Ex^a há quanto tempo o Ministério Público acompanha esse tipo de contrato? Quantos contratos são firmados de 1999 a 2007 com qualquer entidade da natureza da FINATEC, não apenas a FINATEC, e com quantos entes públicos do ponto de vista federal, estadual e municipal? Porque foi lembrado algumas Prefeituras e um Governo de Estado, mas já vendo os documentos do próprio Ministério Público nós vimos que tem o Senado Federal, o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Contas da União, e tantos entes que inclusive são da fiscalização que no meu entendimento discordam frontalmente de V.Ex^a porque firmaram este tipo de contratos e que, portanto, nós temos aqui diante de uma crise de identidade jurídica de terem firmado este contrato. Portanto se V.Ex^a pode me responder essa pergunta inicialmente.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Senador, o que ocorre é o seguinte. É como eu estava explicando. O Ministério Público ele tem uma atuação sobre as prestações de contas, ou seja, uma atuação a posteriori. Eu expliquei inicialmente que os dirigentes eles têm plena autonomia, e claro, isso é uma relação de confiabilidade para eles fazerem as suas contratações. E o que é que ocorre? Claro, o dirigente... Um dos aspectos relevantes com relação à figura do dirigente é, primeiro, ele conhecer o estatuto da entidade. E segundo, no caso das entidades qualificadas como fundação de apoio, eles têm que agir de acordo com a Lei 8.958. Então veja bem o que ocorre. A FINATEC, que é a entidade que está aqui mais em foco, ela não tem sua prestação de contas aprovada desde 1999. E eu relatei aqui as razões pelas quais o Ministério Público não tomou logo essas medidas de cunho judicial. Porque existe outro aspecto, Excelência. Nós temos no nosso velamento, nós podemos atuar de forma administrativa. Porque se a fundação foi criada, foi autorizada o seu funcionamento pelo Ministério Público nós podemos evidentemente tomar todas as medidas pertinentes de acordo com que o legislador nos assegura. A Constituição, a Lei Complementar, a nossa Lei Complementar do nosso Ministério Público e o Código Civil.

Então, desde 2003 a FINATEC... Veja bem, desde 1999 ela não tem mais prestação de contas aprovada. E desde 2003 ela não mais prestou contas ao Ministério Público. Então o que ocorreu isso? Simplesmente fez com que acionasse um sinal vermelho. Ou seja, está existindo uma situação de anormalidade nessa fundação.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas me deixa só reprisar a minha preocupação, doutor. É que nós estamos diante de um problema localizado chamado FINATEC. A pergunta que eu faço é: Quantas outras instituições dos moldes de FINATEC têm contratos idênticos? Porque V.Ex^a afirmou textualmente que o problema aqui é de legalidade ponto pacífico. Segundo, nós vamos tratar de outros problemas, se tem desvio de conduta ou não. Mas estamos diante de uma ilegalidade. Quantas ilegalidades foram cometidas por outras fundações. Essa é uma pergunta que eu gostaria de ter respondido.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Eu vou passar essa pergunta, que é como eu expliquei, nós no Ministério Público atuamos em conjunto. O colega Ricardo ele está, digamos assim, mais perto do que eu principalmente dessas questões porque isso envolve também questões de perícia contábil... Pois não, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –

Para facilitar o companheiro, ele quer outras fundações, por exemplo, fundação Banco do Brasil.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Todas.

Fundação Universidade de São Paulo, fundações todas. Eu queria saber... Eu pediria para a gente ter um pouco de cuidado porque senão...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu pediria, sinceramente, doutor, porque nós temos 54 fundações universitárias federais. Se contarmos as estaduais deve ter outro bocado. E quantas instituições dessas existem no plano são muitas. São muitas fundações. Nós estamos pegando um caso aqui chamado FINATEC. E eu queria concretamente se V.Ex^a sabe através do Ministério Público quantas fundações no Brasil de 1999 para cá tratam de uma maneira ilegal que V.Ex^a afirma que é ilegal de contratos dessa natureza? E depois disso eu tenho outras perguntas sobre a ilicitude.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É

o mesmo raciocínio. Eu sou, mas quem não é?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Como eu estava explicando a V.Ex^a, eu prefiro passar essa pergunta de forma detida ao colega Ricardo até mesmo por uma questão de honestidade e de sinceridade nessa relação que deve existir. Porque nós como servidores públicos membros do Ministério Público e

V.Ex^{as}. também servidores nós temos que ter acima de tudo honestidade e a própria sociedade que aqui está presente também tem uma compreensão desta relação. Então, especificamente vou passar ao colega Ricardo ele vai responder a V.Ex^a.

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Excelência, primeiramente o seguinte. Não se pode confundir repasse, por exemplo, de algum Tribunal para a FINATEC concluir que isso seja um contrato. Isso pode ter sido simplesmente, por exemplo, a reserva de vagas nesses cursos de especialização. Então a planilha que o senhor está se baseando, provavelmente, que tem esses repasses de órgão públicos federais, não dizem respeito especificamente a contratos.

Depois, a pergunta que eu faço não é a V.Ex^a, e sim ao administrador público. Será que... Assim, se há...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Pediria que V.Ex^a fosse direto e objetivo. Se não me responder a pergunta, Presidente, queria passar para outro que meu tempo vai passar...

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Excelência, eu só vou responder...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Concretamente. Não precisa argumentar. Só me responda uma coisa. De 1999 a 2007, que é o objeto dessa CPI, quantas fundações do nível da FINATEC prestaram contratos com entes públicos a qualquer esfera, estadual, municipal e federal. Pronto. Se tem essa informação se não tem, paciência. Vamos para outras.

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Excelência, primeiramente não há confusão, ou choque de intervenção jurídica. O que se há a respeito a norma constitucional de licitação em respeito é o seguinte: Que a dispensa de licitação *intuitu persone* não pode ser subcontratada. Tem que se verificar o administrador se contrata uma estrutura jurídica...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E quantas estão nesses moldes?

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Por que o administrador vai contratar uma estrutura jurídica intermediária, colocar o serviço lá na ponta? Por que é que vai pagar mais caro se ele pode licitar? Esse é o caminho que o Ministério Público contesta. O caminho de respeito ao patrimônio público. Então, o senhor quer perguntar quantas fundações...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Quantas fundações?

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Nós somos lá uma Promotoria de Justiça que fiscaliza as fundações de apoio. E outra Promotoria de Justiça que fiscaliza 200 fundações de apoio. As nossas atribuições diz respeito à fundações de apoio sediadas no Distrito

Federal. De forma nenhuma posso responder ao senhor quantas fundações no Brasil existem. Por quê? Porque estou focado na minha órbita de fiscalização. Que são as fundações de apoio do Distrito Federal. Essas sim vão ter se coadunar com que diz a lei. Diz o seguinte, dispensa de licitação, 2.413, é vedada a subcontratação. Dispensa de licitação 2.413, tem que estar no objeto de pesquisa ensino desenvolvimento institucional.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Muito bem. Perfeito. Vamos para as próximas. O senhor pode nos informar, Dr. Gladaniel, o senhor pode nos informar se nos contratos celebrados para a captação de recursos, se a fundação tem a obrigação de abrir contas específicas para a natureza do contrato?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Sim, Excelência. É obrigado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É o caso? É o caso da investigação?

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Tem que respeitar o art. 3º da Lei 8.954 que diz recurso público em fundação tem que se tratar do regime jurídico de direito público submetido ao órgão de fiscalização do TCU, se o dinheiro é federal, e também submetido à apreciação da instituição superior de ensino.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mesmo de origem privada e o que diz respeito ao caso em tela?

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Excelência, é só observar o que diz o art. 3º da lei que rege as fundações de apoio. A dicção do artigo é muito clara.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não me senti respondido, mas vamos para próxima, Presidente. O senhor afirmou, Dr. Gladaniel, o senhor afirmou ainda há pouco debate com o nosso Relator, que só tem conhecimento das empresas subcontratadas no momento da prestação de contas. E o relatório do qual nós temos também aqui em mãos é que foi apresentado pelo Ministério Público data de uma série de indagações que faz com que V.Ex^a pudesse explicar melhor para nós o que diz no Relatório que V.Ex^a afirmou ainda há pouco pra gente?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Eu não entendi. Qual é o Relatório mesmo que V.Ex^a está...?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Que está de posse da Comissão. Assinado por V.Ex^a.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Excelência, vou dizer uma coisa, assino tanta coisa que não me lembro desse Relatório especificamente. Mas queria que o senhor fosse mais objetivo qual é o ponto que V.Ex^a quer...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – A Secretaria pode dar cópia do Relatório ao...

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – É exatamente para eu poder...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Ou se pudesse fornecer essa para que ele...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Que está escrito aqui. Cuida do presente procedimento e seus apensos das prestações de contas da fundação de empreendimento científico e tecnológico FINATEC relativo ao exercício de 1999 a 2002 os quais foram encaminhados a esse setor de apoio para análise e elaboração do respectivo parecer. Parecer assinado por V.Ex^a.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Pois não, Senador. O que eu assinei é a verdade. Mas eu gostaria de saber de V.Ex^a especificamente V.Ex^a queria saber... Deseja saber o que exatamente?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Vou ler o texto aqui rapidamente para esclarecer melhor. “Pelo que foi tornado público nas denúncias que envolvem a FINATEC, há uma construção doutrinária no entendimento do Ministério Público do Distrito Federal e territórios sobre o conceito de fundação pública, tanto no que tange aos critérios de dispensa de licitação quanto nos limites em que deve atuar a fundação pública de apoio que seria primordialmente o de promover ou apoiar o desenvolvimento institucional da instituição de ensino superior. De acordo com o relatório que consta no procedimento de número 08190.001110/0255 e seus apensos, o Ministério Público do Distrito Federal, sob a prestação de contas da FINATEC nos exercícios de 1999 a 2002 existem projetos executados que não guardam pertinências com as finalidades da FINATEC e nem com as atividades de apoio. A análise de contratos demonstra que no entendimento do Ministério Público do Distrito Federal e territórios, além dos objetos contratados requerem a realização de licitação pública, a fundação contava com serviços de empresas. No caso do contrato, por exemplo, entre a FINATEC e a INFRAERO, no contrato de nº. 125-SP/97001, julgado pelo Tribunal de Contas em agosto de 2001, o Ministério Público denuncia que para executar o projeto a FINATEC usou os serviços das empresas SILOGIC, Sistemas e Serviços de Informática Ltda. denominada IOS Informática, organizações e sistemas Ltda.”.

Portanto, dentro desse e verificados que os contratos analisados de 99 a 2002 há terceirização dos serviços e a pergunta que fica é a seguinte. O Ministério Público considera ser uma prática comum desde sempre a FINATEC terceirizar os serviços que presta?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria apenas fazer o registro para que fique nos anais desta Casa. Há três meses a base do Governo, de maneira bem peremptória, proibiu que se chegasse a uma finalização com relação a irregularidades na INFRAERO. Hoje a mesma base do Governo vem a esta Casa pedir ou colocar sob suspeita atividade da INFRAERO. Eu queria apenas fazer esse registro para saber onde está a base do Governo? Quer apurar a INFRAERO e não apurou quando era possível? O que a base do Governo afinal quer? É bagunçar a CPI ou arrependeu-se do que fez há três meses?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, me permita por favor. Eu estou tranqüilo, vamos conduzir os trabalhos de forma muito tranqüila. Eu não ouvi o que estou ouvindo. Estou apenas dizendo o seguinte. A FINATEC com outras fundações estão fazendo contrato com entes públicos de qualquer natureza, seja municipal, estadual ou federal. E a pergunta que eu fiz foi muito clara que diz respeito a mais um dos contratos, e segunda que eu quero dizer, insistir, quantas outras fundações estão no caráter da ilegalidade. Não estou falando ainda se a prestação de contas tem indícios ou não de ilicitudes. Estou fazendo uma pergunta clara. O Ministério Público vem aqui e nos diz claramente que os contratos são ilegais resguardado a falta de amparo legal. E eu estou dizendo que tantos entes públicos que firmaram esse tipo de contrato então estão todos praticando ilegalidades como também o conjunto de outras fundações nos moldes da FINATEC. Portanto essas são minhas perguntas e eu gostaria de tê-las respondidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Dr. Gladaniel, o senhor tem a palavra.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Veja bem, Excelência, para ficar uma coisa bem clara. Nós no Ministério Público na nossa Promotoria o nosso foco de atuação isso tem que ficar de maneira bem clara nesta Casa, é a própria fundação. Tudo que ocorre, todos esses desvios, todas essas anomalias elas entram *en passant*, é no momento da prestação de contas que nós vamos verificar que a FINATEC contratou de forma irregular, por exemplo, com a INFRAERO, com o INSS, com as Prefeituras, e esses aspectos, veja bem Excelências, eles nos interessam sob o ângulo de que está havendo desvio de finalidade, mas a nós o que nos interessa efetivamente essas outras questões se há crime, se não há crime, as irregularidades isso foge da nossa atuação do Distrito Federal, isso vai para o Ministério Público do Distrito

Federal ou para um Ministério Público Estadual. Dependendo da situação.

Agora, a nossa preocupação é com a fundação. Porque nós temos a nossa forma de... O nosso foco é sobre o que ela faz. O que nos interessa é isso. Aí nós vamos verificar se ela agiu dentro de suas finalidades ou não. Ou seja, o que nos preocupa é o nosso velamento só sob o ângulo da fundação.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mais duas perguntas rápidas e já encerro, Presidente, sei que V.Exª já foi muito tolerante comigo. Mas primeiro é o seguinte, se o Ministério Público tomou alguma iniciativa também quanto a quebra de sigilo e até onde pode fazer e por que não o fez.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Essa questão do sigilo, Excelência, foi até... veja bem, nós não somos o Poder Judiciário. Nós somos um órgão, assim como os Advogados, um órgão de postulação.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É porque se foi falado de alguns nomes por que é que não pediu a quebra de sigilo e vi que o nosso colaborador Procurador foi... Eu só perguntei isso. O Ministério Público tomou iniciativa, se não tomou, porque não tomou... Essas são as razões.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Porque é como nós esclarecemos. Na verdade nós dependemos, toda a nossa atuação ela depende muitas vezes do Poder Judiciário.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas foi pedido? Tomou iniciativa de pedir?

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Excelência, deixa eu só lhe perguntar uma coisa. Há aspectos da investigação que devem ser guardados em sigilo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim, mas se V.Exª aconselha essa CPI a quebrar... Só me responda isso. Foi tomada a iniciativa de pedir ou não? Sim ou não. Pronto.

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Se não foi divulgado, Excelência, é porque não poderia ter sido divulgado. É uma pergunta que não posso responder a V.Exª.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas aqui também é uma coisa séria. Não podemos divulgar nada aqui também. Trata-se de investigação. É só uma pergunta, foi tomada iniciativa de quebrar sigilo? Não importa de quem ou quando. Só se sim ou não.

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Excelência, não vou responder essa pergunta.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Então V.Exª não podia recomendar essa CPI de quebrar sigilo. Então cada um no seu lugar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pela ordem V.Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu me retiro por um tempo, volto daqui a pouco. Tenho uma inadiável reunião, mas eu espero voltar sem ter o desprazer de ver o sigilo dos dois Promotores quebrado. Está quase nisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Acho que a gente pode prosseguir. O próximo orador é o Senador Valter Pereira e após ...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Já observei que ele não teve dificuldade de quebrar o sigilo, viu Arthur.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V.Ex^a concorda com o seu também? Vamos quebrar de todo mundo logo aqui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Ok. Vamos ouvir o Senador Valter Pereira, por favor. Obrigado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de fazer uma pergunta pontual só para me situar, ao Dr. Gladaniel. Os senhores pertencem ao Ministério Público Federal.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Está dentro do Ministério Público da União.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Muito bem. E V.Ex^a se reportou a algumas... A algumas infrações que teriam sido cometidas por outros órgãos além do Distrito Federal. Por isso que fiz essa indagação. Queria saber exatamente da jurisdição para poder me situar.

Pontualmente, o que foi apurado pelo Ministério Público até o momento em relação aos gastos da FINATEC para decorar o apartamento da Reitoria da Universidade de Brasília? Que está sendo tão decantado.

Segunda indagação pontual. O que foi apurado pelo Ministério Público até o presente momento em relação à subcontratação das firmas de consultoria INTERCORP e CAMARERO & CAMARERO para cumprir objetos de contratos firmados entre a FINATEC e órgãos da administração pública?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Excelência, posso... Com relação, veja bem, o Ministério Público, para V.Ex^a se situar melhor, o Ministério Público nós temos o Ministério Público dos Estados e o Ministério Público da União. O Ministério Público da União nós temos o Ministério Público Federal, Minis-

tério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o nosso Ministério Público aqui do Distrito Federal e territórios. Então a nossa área de atribuições se restringe ao Distrito Federal. Por que é que surgiu toda essa questão quando nós falamos de contrato de notar a sul? É porque esta entidade, no caso a FINATEC, ela faz contrato envolvendo praticamente todas as unidades da federação. E como eu falei, o velamento é nosso.

Então, claro que em razão deste aspecto isso nos atrai a nossa atuação. Mas nós só podemos efetivamente, por exemplo, nós não podemos investigar uma fundação de São Paulo. Não temos atribuição. Ou aqui de Goiás, Mato Grosso. Não podemos. A nossa atuação é do Distrito Federal.

Então, esse aspecto é porque a fundação ela tem sua sede aqui em Brasília. Agora, com relação às demais indagações, vou passar aqui para o nosso colega Ricardo que é o... Está por dentro.

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Excelência, para entender o apartamento, esse gasto com móvel, é necessário estender a sistemática do Fundo de Apoio Institucional, chamado FAI-FUB. Cada contrato público celebrado com a FINATEC ou qualquer fundação de apoio obedece a Resolução 15 com o Conselho Diretor da UnB. Presidido pelo magnífico reitor. Desse valor total do contrato tem que ser reservado de concordo com o art. 3º dessa resolução 6% se a UnB não participa do contrato. Ou 10% se a UnB participa do contrato. Esse recurso fica numa conta gerida pela fundação apoiadora. Então existe FAI-FUB FINATEC, FAI-FUB FUBRA, FAI-FUB fundação apoiador. Esse dinheiro de origem pública que o administrador pretendia um contrato de serviço 6 a 10% fica reservado ali. Como é gerido esse FAI-FUB? Algum órgão da UnB pleiteia aquisição de algo. Por exemplo, o coordenador do projeto de decoração de compra de móveis do apartamento do reitor é o senhor decano de administração, Sr. Érico Weidle. Sr. Érico Weidle faz uma solicitação de compra. Por exemplo, a compra de um sofá. Vem até a FINATEC já uma cotação de preço e a indicação de qual empresa oferece o melhor bem pelo preço mais ajustado ao projeto de decoração desse imóvel. Os diretores da fundação assinam o de acordo. E daí o cheque sai da conta FAI-FUB FINATEC e chega até a loja onde foi adquirido esse bem. De lá, esse bem foi entregue até o apartamento. Então esse procedimento de compra foi repetido diversas vezes dentro desse projeto que é... Que o solicitante, aparece o Sr. Érico Weidle que era vinculado à arquitetura e atual decano de administração da Reitoria. Acabou meu tempo?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O senhor pode responder a segunda pergunta.

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Obrigado. Acerca da questão INTERCORP e CAMARERO, o que se constatou foi a subcontratação de diversos contratos de Prefeituras, se constatou também que a maioria... Aquilo que eu te falo, falo a V.Ex^a, da estrutura, da administração de contrato a FINATEC tem ali um recebimento de dinheiro público, e o repasse... Dinheiro público. A hora que tem a visão desse documento, se verifica exatamente que a FINATEC só serviria ali como base de recebimento de dinheiro público e repasse para a INTERCORP e CAMARERO nos mais das vezes. Nessas questões Prefeituras, consultorias, é ela a preferida na subcontratação. O que nós temos? A lista completa do recurso público colocado na FINATEC e do repasse. Muitos dos extratos, dos projetos, alguns... Algumas situações de verificação final onde se constata que essa consultoria não serviu em nada ao órgão público contratante.

Então, esse desenho se demonstra o seguinte: O extrato, o repasse, que a consultoria deveria ter sido licitada. Então essa questão que... Como se pode interpretar essa norma dessa forma de falar assim: Então é lícito se subcontratar algo que não é pesquisa, que não é ensino, que não é desenvolvimento institucional através de uma fundação de apoio, pagar um sobrepreço de no mínimo 16% e depois a fundação de apoio contratar quem ela quiser para executar essa avença. Ou seja, toda essa sistemática de atuação, se você olhar sem averiguação do preço da consultoria somente olhando a sistemática, se tem no mínimo ali o sobrepreço de taxa de administração de algo que deveria ter sido licitado. O desenho completo coincidentemente bateu em algumas promotorias da qual o Sr. Luís Lima tinha sucesso na prospecção. Assim, em resumo, a averiguação da vinculação política do prospector não foi feita pela Promotoria. A averiguação se concluiu pelo desenho, pelas coincidências que apontavam. Ninguém foi ver se o Luís Lima tinha vinculação com alguma outra pessoa. Mas sim, a investigação prova que quando o Luís Lima estava à frente da INTERCORP com o escritório dentro da FINATEC, na direção do Sr. Antônio Manoel e dos outros réus já citados, essa estrutura ilícita que causa prejuízo aos órgãos públicos, que deve ser repelida e tomara que o exemplo da FINATEC sirva para que esse tipo de estrutura seja cabalmente combatida, porque isso causa extremamente prejuízo ao patrimônio público.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Outra indagação ao Dr. Gladaniel, o que se afigura mais grave no seu ponto de vista. O desvio de finalidade que foi muito largamente suscitado aqui, ou os favorecimentos que também aparecem com bastante proeminência?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Excelência, na verdade é o seguinte: Como eu falei, as principais irregularidades elas estão dentro do desenvolvimento das atividades, quer dizer, aí está dentro do desvio de finalidade. Agora, essa questão do favorecimento também. Porque como o colega aqui estava expondo, tudo isso gera o quê? Prejuízo ao erário. Toda essa... A cobrança de taxas, situações como, por exemplo, o uso indevido da universidade, a remuneração indireta de professores... Tudo isso... Claro que é prejuízo ao erário público, à sociedade. Então eu diria que existe um conjunto, nós poderíamos dizer um conjunto de prejuízos manifestos à administração pública. Porque essas fundações ela têm o seu limite de atuação, elas têm que necessariamente ter um foco a partir do Ministério Público e nada disso começou a ocorrer. Elas agem de forma autônoma ao seu bel-prazer e isso fica uma situação configurada de manifesta... Nós diríamos assim uma atuação como se elas pudessem agir de forma desvinculada tanto da administração, tanto dos seus fins como se não sofressem nenhum tipo de fiscalização. É uma situação perfeitamente esdrúxula.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – V.Ex^a...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Senador Valter, se V.Ex^a me permitir uma pergunta, se permitir... Se não... Posso fazer? Obrigado. Dr. Gladaniel, é que no Relatório que nós temos em mãos, de V.Ex^a, diz que desde 1999 que a FINATEC faz esse tipo de contrato. Terceiriza esse tipo de contrato. E V.Ex^a tem insistido numa única entidade, INTERCORP. A pergunta que eu faço: Foi apenas ela, a INTERCORP que terceirizou serviços da FINATEC nesse período inteiro, se têm outras e se tem, por favor, os nomes.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Há outras entidades, Excelência. Agora, veja bem o que é que ocorre. Há situações que inclusive podem até prejudicar a nossa apuração. Porque os senhores têm que entender o seguinte. No momento, inclusive, nós estamos já com uma atuação judicial. Então nós estamos trazendo esse esclarecimento, o cerne aqui da nossa vinda a esta Casa, Excelência, nós não podemos divulgar certas condutas que estamos adotando. O cerne da questão é trazer à Nação essa situação calamitosa que está ocorrendo com essas entidades.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Questão de Ordem. Eu poderia ajudar o colega? Por exemplo, de 1999 para cá tem várias empresas que estão aí chamada Gushiken Associados. Examine se tem alguma dessas aqui e por gentileza remeta a essa Comissão. V.Ex^a não pode de cabeça ter isso.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Dr. Gladaniel, seria importante nessas alturas essa história do sigilo da justiça acho que já encerrou porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Siba, vou pedir que V.Exª...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – ...na medida em que essa CPI está tratando do assunto, seria muito importante que V.Exª citasse alguma porque senão não podia ter citado a nenhuma. Não podia ter citado a nenhuma, teria que citava a todas ou a nenhuma. Portanto seria bom citar as demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Vou pedir a compreensão dos Srs. Senadores e assegurar a palavra ao Senador Valter Pereira para prosseguimento.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – V.Exª, Dr. Gladaniel, fez uma associação da INFRAERO com essa fundação. E eu gostaria de fazer a seguinte indagação. Nesses processos todos que andaram por aí e que V.Exª teve conhecimento, apareceram outras empresas estatais, ou paraestatais fazendo... Celebrando esses tipos de convênios que possam contar algum tipo de irregularidade?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Sim, Excelência. Há outras entidades, há outras autarquias envolvidas nesse tipo de contratos. Agora, eu não sei se... V.Exª quer o nome dessas entidades?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Isso.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Vou passar para o colega Ricardo.

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Por exemplo, os órgãos públicos federais...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Ricardo, parece que você é a caixa vermelha.

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Existe uma série de órgãos públicos federais, estadual, municipais, que celebram dessa espécie com a FINATEC. Quer dizer, a reiteração de conduta não se torna lícita. Pelo contrário, se usa subterfúgio mais das vezes apontados como ilegal. Acho que já expliquei claramente isso. Citar os órgãos públicos. Por exemplo, havia...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – PETROBRAS tem? ELETROBRÁS, PETROBRAS, CAIXA ECONÔMICA, BANCO DO BRASIL...

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Temos que distinguir alguma coisa. Por exemplo, há projetos de pesquisa que estão dentro da finalidade que podem ser executados... Daí sim, está dentro da lei.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu digo inquinado de algum tipo de irregularidade ou com suspeita de alguma irregularidade.

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Excelência, vou citar um exemplo. No começo desse ano o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Distrito Federal fizeram uma recomendação a todos os órgãos públicos da administração direta e indireta que eram apontados com inegociação com a FINATEC. Por exemplo, alguns Ministérios, apontavam... Que estavam em negociação. A recomendação diz basicamente o seguinte. Se o objeto do contrato não é pesquisa, ensino desenvolvimento institucional, se não há possibilidade da fundação executar esse contrato, então vai haver subcontratação, recomenda-se ao administrador público que não contrate sob pena de incorrer no crime de peculato e estelionato qualificado e na improbidade administrativa. Eu encaminho a V.Exª se for necessário essas recomendações. São oito ou nove de órgãos públicos que...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – A recomendação acho salutar, o Ministério Público...

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Nos exercícios anteriores, Excelência, não vou citar o nome aqui sob pena de poder estar errando. Que a gente não está com a documentação aqui. Se o senhor tiver documentação, tem esse contrato tal objeto, talvez a minha memória auxilie responder. Esse contrato está sendo investigado ou não. O senhor quer um órgão público, é isso?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu gostaria que o Ministério Público remetesse para a CPI uma relação de todas aquelas entidades estatais ou paraestatais cujos atos tenham ensejado algum tipo de suspeita ou algum procedimento licitatório.

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Excelência, a reunião de toda documentação está sendo feita no curso da intervenção. A intervenção foi determinada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal exatamente para isso. Para que o Ministério Público tomasse todo conhecimento da situação e dessa documentação. Contratos, subcontratos, quais as empresas estão sendo subcontratadas, quais órgãos públicos contrataram com dispensa de licitação. O prazo para... Dessa requisição que foi informado ao Juiz e foi encaminhada ao interventor, foi dia 25, foi dado prazo de 20 dias, está para se inspirar. No momento da reunião dessa documentação nós encaminharemos à CPI para que ela tome conhecimento de todo esse acervo documental que demonstra basicamente essa sistemática e que essa sistemática se repetiu em diversos contratos públicos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) –

Muito obrigado. Outro questionamento que eu gostaria de fazer também ao Dr. Gladaniel, é o seguinte. Eu observei atentamente suas palavras quando fez aquela sua primeira exposição e V.Ex^a foi lacônico e até pessimista com relação à serventia das fundações. Essas fundações públicas, especialmente vinculadas às universidades. V.Ex^a criticou a pouca produção científica, a pouca pesquisa... E deu muita ênfase também à questão dessa utilização das fundações como se fora barriga de aluguel para outros tipos de estripulias.

Então, eu gostaria que V.Ex^a emitisse um juízo de valor. Compensa manter essas fundações? Ou seria melhor extingui-las ou a recomendação seria uma reestruturação radical?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Excelência, na verdade é o seguinte. Eu realmente tenho refletido muito sobre essa questão. Principalmente considerando esses dados que nós temos na medida em que o dinheiro público ele não está atingindo o seu objetivo na captação de recursos dessas fundações, há esse desvirtuamento todo que nós estamos apreciando. Eu poderia num primeiro momento dizer que efetivamente como eu falei, eu entendo que esse sistema fundações de apoio à universidade sob a minha ótica é um sistema falido, como eu disse inicialmente. Porque é um sistema que vem do regime autoritário, quando várias fundações foram criadas e que o objetivo era de contratar empregados... O que não se podia fazer se buscava dispensa de licitação, essas fundações faziam esse papel. E lamentavelmente essas fundações chamadas, dita de apoio qualificado, elas surgiram na década de 70. Só que elas escaparam porque essas outras fundações elas conseguiram se ajustar e hoje em dia nós mesmos fiscalizamos fundações antigas, mas que elas conseguem efetivamente atuar dentro das suas finalidades. As fundações de apoio, não. Elas vieram ao regime democrático e com aquelas mazelas todas, ou seja, professores sendo pagos de forma indevida, como complementação salarial, utilização de espaço público e essas situações que tomaram uma outra proporção.

Então, eu entendo que é preciso ser revisto esse sistema. A extinção seria realmente uma medida drástica, mas é preciso nós revermos inclusive a Lei 8.958, acabar com essa contratação como a lei prevê. Eu entendo, Excelência, que a melhor forma dessas fundações se relacionarem seria via convênio, porque eu acho que é a forma mais honesta, mais adequada que deve ocorrer. Acaba com esse credenciamento, elas perdem essa qualificação e elas se relacionam via convênio. Porque o convênio, existe uma identidade

de de pensamento, uma identidade de objetivo entre a universidade e a fundação.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) –

Quando é que foi fundada a FINATEC?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Em 1992.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr.

Presidente eu encerrei minha participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO CO-

LOMBO (DEM-SC) – Senador Heráclito, em seguida Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não chegamos sequer ainda no final do primeiro tempo. Tem o segundo. E nós estamos vendo a importância da instalação dessa CPI, Sr. Relator. Lamento que já se tenha perdido algum tempo, mas é chegado o momento de recuperá-lo. Porque nós estamos começando a ver nesse primeiro depoimento efetivo um mecanismo de driblar o cofre público muitas vezes sem nenhum cuidado. Eu quero ser bem objetivo. Queria perguntar a um dos dois como se justifica a UnB ter cinco fundações? Elas prestam o mesmo tipo de serviço? Elas se conflitam nas suas atividades? Porque veja bem, isso é como quem tem cinco CPF. Está tentando de alguma maneira um subterfúgio. Para um leigo, a primeira idéia que me passa é essa. O porquê da UnB possuir cinco fundações. Qual o objetivo de cada uma? Elas atendem a esse objetivo? Se há necessidade. Senão, por que é que não se faz uma fusão e fica apenas uma fundação? É algo, no meu modo de ver, incompreensível. Era a primeira pergunta.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Excelência, na verdade, essa questão de V.Ex^a ela está dentro da própria administração pública. O que é que se alega quando se pensa em criar uma fundação de apoio? Qual é o pensamento do instituidor e eu observei, algumas fundações foram por mim autorizadas. Eles dizem a facilidade em, por exemplo, realizar determinados projetos. Dizem que a universidade ela seria lenta, a universidade é inoperante.

Então, a verba pública indo para a fundação privada, que eles pensam que no momento que entra na fundação privada, passa a ser privada, isso não é verdade. A verba pública indo para a fundação privada ela continua sendo pública. Tem que ser pela 8.666. Então o raciocínio deles é esse, que é um raciocínio equivocado. Nós não precisamos. Imagine se os senhores aqui no Senado criam uma fundação. Vamos criar uma fundação... O raciocínio deles é esse. Quer dizer, que é um raciocínio equivocado. Nós não precisamos... Imagine se os senhores, aqui no Senado cria uma fundação. Nós não podemos resolver, vamos criar

uma fundação para resolver... O raciocínio deles é esse. Quer dizer um raciocínio manifestamente equivocado. A administração pública tem que resolver seus problemas de acordo com o ordenamento jurídico vigente. É essa a questão. Agora, no dia que nós tivermos um outro ordenamento em que a Lei 8.666 não mais prevalecer, perfeito. Temos que obedecer. Mas no momento o que tem que prevalecer é este aspecto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –

Porque veja bem, o caso dessas cinco fundações, tem algum serviço que uma presta e que a outra não presta?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Veja bem, essas fundações elas têm atuações realmente distintas. Uma, por exemplo, todas deveriam... Veja bem, a essência pela lei todas devem se voltar para a pesquisa. Agora, existem peculiaridades no estatuto de cada uma dessas fundações. Por exemplo, a FUNSAÚDE, ela se volta mais para questões, vamos dizer assim...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –

Da Unb.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Não, é tudo UnB. Elas ficam na órbita da UnB, mas elas têm, como eu estava explicando, a FUNSAÚDE é mais uma questão, por exemplo, de pesquisa nessa área da saúde. Tem a FAHUB, que atua junto ao hospital da UnB. Mas tudo tem que ser dentro do espírito da Lei 8.958. Se vai haver realmente pesquisa, se há ensino, se há extensão. O sentido é esse. E não porque, outra questão também equivocada é pensar que essas fundações podem resolver problemas das universidades. E muitas das vezes as universidades têm interesse nisso. Em trazer questões que são de seu foro íntimo e que são voltadas para essas universidades. Aí vemos as anomalias. Contratação de empregados, locação de mão-de-obra, tudo está dentro dessas anomalias existentes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –

Porque na verdade na prática o que ocorre é que muitas vezes a fundação financeiramente é mais forte que a própria reitoria e o Reitor se transforma num dependente da fundação. Isso na prática acontece. Quando quer comprar um carro, quer trocar um carro, não pode comprar pela universidade, e começa essa relação, eu já não diria promíscua, mas começa uma relação pelo menos estranha entre as partes. V.Ex^a citou o caso de um Estado da federação aonde o Reitor é o próprio Presidente da fundação. Naturalmente para não ter o constrangimento de estar sempre com o pires na mão atrás do Presidente da fundação.

Mas o que me causa muita espécie e estranheza é o fato dessas contratações no caso específico

com a FINATEC. E gostaríamos até de saber se com as outras ocorre também. Exemplo, vamos começar por Fortaleza que é o nosso Relator. A Prefeitura de Fortaleza contratou a Fundação de Brasília para fazer um determinado trabalho. Eu não acredito que nos quadros da universidade do Ceará, no corpo técnico da universidade do Ceará não tenha gente qualificada para fazer. Quer dizer, é um desprestígio inclusive para a mão-de-obra local. Imagine o constrangimento que estão, Senador, os cearenses num momento como esse quando sabem que esse convênio foi feito, sendo que eles podiam fazer. E o Brasil inteiro conhece a capacidade do cearense. V.Ex^a que é cearense sabe muito bem o que é isso. É um fato inaceitável. Prefeitura do Recife. A mesma coisa.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Povo sabe muito bem a capacidade dos piauienses. Que fizeram a troca da Parnaíba por Canteús, que nós recebemos de muito bom grado. Aquele delta espetacular. Acho que foi um chamado para o Piauí.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A grande vitória do Piauí foi quando a Iracema atravessa a Serra do Ibiapaba para se secar no sol quente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Foi quando nós mandamos uma turma para defender a pátria na Batalha do Jenipapo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Também. Nós somos irmãos, nós nos unimos. E o Piauí é solidário com a humilhação que o cearense deve ter sentido nesse fato. Como é que vai contratar gente de Brasília e não lá? Os custos mais baratos, não tinha passagem aérea, não tinha nada, Senador. Então é isso. Recife, minha gente, a universidade de Pernambuco não ter nos seus quadros pessoas para suprir essas dúvidas desse contrato que a Prefeitura fez? E aí foram citadas algumas cidades. Eu tinha feito um compromisso aqui de não falar no Piauí, mas o Dr. Gladaniel falou três vezes. E eu fiquei contando aqui, até disse para o Relator. Uma vez, uma quarta, acho que cometeu uma falha, falou na Prefeitura de Teresina, quando na realidade o contrato é com o Estado. Eu queria que fosse esclarecido um pouco esse contrato. E que pesquisa tão perfeita foi essa que foi feita? O que é que fizeram que nós não tínhamos tecnologia própria? Como é que se deu esse tipo de contrato? Se há indício de que esse contrato realmente foi prestado. Apenas para eu prestar conta daquele que está nos ouvindo, lá na minha terra, vê-se falar no meu Estado e não posso passar batido.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO
– Vou passar para o meu colega Ricardo, Senador.

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Excelência, a questão mais uma vez é aquilo. Quer dizer, o órgão público, o Governo do Piauí, por exemplo, objetivamente, pagou no mínimo 16% mais caro pela consultoria prestada por uma empresa chamada INTERCORP e empresa chamada CAMARERO. E essa consultoria deveria ter sido feita mediante licitação se houvesse a necessidade de serviço ao órgão público buscando o princípio da economicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade... Mas não. Se utiliza uma estrutura de uma fundação de apoio uma estrutura onde assim, a fundação basicamente é um patrimônio voltado para uma finalidade. Essas fundações o patrimônio delas ela se reserva e não aplica a sua finalidade. Então ela erra por dois motivos. Faz o que não deveria fazer e deixa de fazer o que deveria fazer. Que era apoiar a pesquisa, a pós-graduação, concedeu bolsa inclusive para a graduação. A Novidade parece-me que nesse âmbito apareceu nessa questão de que havia bolsa FINATEC inclusive para o Sr. Antônio Manoel. Bolsa para seu doutorado, surpreendeu até a comunidade acadêmica. Mas ótimo. O que o Governo especificamente do Piauí, a questão de esse contrato foi realmente proveitoso para lá, foi oficiado a todos os órgãos públicos contratados para que mandem ao Ministério Público do Distrito Federal toda a documentação envolvendo a averiguação e o controle desse contrato. Porque a maioria desses contratos são pagos hora de trabalho. Então, por exemplo, são 40 consultores trabalhando a 200 reais a hora de trabalho, então é necessário se ver ali se esses consultores realmente trabalharam, onde que trabalharam, qual foi o proveito ao órgão público desse trabalho. Mas assim, mesmo se for constatada a perfeição da prestação de serviço público, há o sobrepreço pela intermediação indevida, com violação das normas constitucionais que regem a licitação, e da norma do art. 2.413 da Lei 8.666.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Agradeço e... é porque a matéria publicada cita que entre o Estado receber a proposta analisar a proposta, aprovar a proposta e iniciar o pagamento, na burocracia brasileira bateu todos os recordes. 24 horas.

Então, só esse fato já causa espécie. Eu nunca vi nada tão rápido nesse País. Imagine se o Governo do Piauí fosse rápido em outras atividades como foi nesse contrato. Daí porque nós gostaríamos de mais informações sobre isso. Como também nós tivemos aqui o ano passado, Dr. Ricardo, a presença do Presidente da Fundação Banco do Brasil. Os senhores têm investigações sobre a Fundação Banco do Brasil e têm também sobre o Segundo Tempo, que tem sido motivo de noticiário nos jornais, eu quero crer até que estejam sendo injustiçado, não acredito que alguém

vai pegar o esporte e vai desvirtuar com outras finalidades. Eu gostaria que se possível alguma coisa sobre isso fosse esclarecido aqui na Comissão.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Excelência, é uma entidade, o Segundo Tempo que V.Ex^a... Eu não entendi.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É uma fundação.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Isso está dentro da Fundação Banco do Brasil?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)

– Não, a Fundação Segundo Tempo é ligado ao Ministério dos Esportes e Turismo... um programa, e as denúncias que foram feitas...

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Não, Excelência, com relação a esse aspecto nós não podemos contribuir com nada.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –

Os contratos sobre investigação da Fundação Banco do Brasil.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Teremos que chamar o terceiro colega aí.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –

Pode consultar o universitário.

SR. NELSON FARACO DE FREITAS: A Funda-

ção Banco do Brasil ela está (interrupção no áudio) é a segunda Promotoria de (interrupção no áudio) e entidades de interesse (interrupção no áudio) No momento (interrupção no áudio) No atual momento (interrupção no áudio) foi feito um estudo pelo nosso (interrupção no áudio) a respeito de (interrupção no áudio).

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA

(PCdoB-CE) – Passa para esse outro microfone, por favor, porque ninguém conseguiu...

SR. NELSON FARACO DE FREITAS: A Fun-

dação Banco do Brasil está sujeita ao violamento da Promotoria de Justiça da qual eu sou o titular, que é a Segunda Promotoria de Fundações e Entidade de Interesse Social. No momento toda e qualquer atividade exercida pela fundação, relativo ao exercício passado está sendo analisada pelo nosso setor de apoio contábil. Cada um dos contratos que foi celebrado, cada um dos convênios, cada uma das atividades por ela exercida. Mas não há nada conclusivo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu

queria sugerir que a Comissão solicitasse esse material para acompanhamento aqui e queria passar... Como é o nome do seu terceiro...

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Dr. Nelson Faraco.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Dr.

Nelson, o depoimento prestado aqui pelo Presidente da fundação... Como é o nome dele? Jacques de Oli-

veira Pena. V.Ex^a poderia prestar um grande serviço ao Congresso e a esta Comissão no sentido de depois de analisar saber se foram verídicas as informações aqui prestadas e comunicar a essa Comissão, por favor, se houve em algum momento o Presidente da fundação faltou com a verdade para que a Comissão tomasse...

SR. NELSON FARACO DE FREITAS: Com certeza nós apuraremos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu passo a palavra então...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, pela ordem. Só para tomar o seguinte cuidado. Porque ao afirmar algumas perguntas que eu fiz que não me foram respondidas porque trata-se de sigilo da investigação e eu respeito. Mas, eu gostaria que se tem ou não tem o sigilo. Porque se não tem eu quero as minhas respostas. E se tem é não responder absolutamente mais nada sobre esse tipo de pergunta.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Desculpa, eu não entendi...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu gostaria que o Senador Sibá traduzisse o que ele ouviu e está transmitindo pra gente porque eu não consegui nada. Eu não entendi nada.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Muito bem. Eu acredito que o doutor entendeu, e era isso que eu gostaria de ser respondido.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O doutor entendeu?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu vou pedir a compreensão dos Srs. Senadores, vamos tentar encerrar essa primeira parte da nossa reunião...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas era fundamental saber exatamente o que ...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu concordo, Presidente. Mas é só porque nós estamos numa CPI e por mais que estamos aqui todos nós dizendo e acredito que fazendo, insistindo que tem uma investigação respeitando todos os nossos limites e as das demais entidades, eu concordo com isso. Mas eu não posso ter meia resposta quando para outra resposta é 100%. Ou é 100 ou zero para todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Mas especificamente Senador Sibá eu não...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sobre o que ele me disse que tem segredo de justiça. O que tem segredo de justiça eu acato a resposta. Porém, se há segredo de justiça para a minha pergunta, ela é segredo de justiça para todas as demais.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Bom, vamos prosseguir.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu gostaria de ficar bem claro o que é isso. Nós estamos aqui, o Brasil inteiro está ouvindo. Eu não entendi o porquê...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Acho que o que se quer é que o Senador Sibá Machado objetive a perguntada.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em nenhum momento ele falou que o que está apurando, por exemplo, da Fundação Banco do Brasil é segredo de justiça. Disse apenas que não tem conclusão. Há uma diferença bem...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O Senador Sibá não está se referindo a isso. Absolutamente não está se referindo a pergunta de nenhum dos Senadores. Está se referindo à pergunta que ele fez para os convidados e que os convidados consideraram que aquelas perguntas não poderiam ser respondidas porque os processos ainda estão sendo preparados e haveria sigilo dessas informações. Contudo, em outras... Para outras informações não haveria sigilo.

Então, por que é que há sigilo para umas e outras não. Não tem nada a ver com a pergunta de nenhum Senador. É uma pergunta para os convidados. Se há segredo de justiça na condução dos trabalhos do Ministério Público. Se ele está exercendo isso sobre segredo de justiça. Porque se é sobre segredo de justiça, então o segredo já foi desvendado para muita coisa, e para outras não. E isso que Senador Sibá está querendo informação.

Eu estou querendo sugerir a Presidência dos trabalhos que a gente conclua as perguntas dos outros Senadores e voltemos ao final a indagação do Senador Siba para os nossos convidados. Porque senão os nossos Senadores estão preocupados em falar não conseguem se manifestar.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Presidente, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Jefferson Peres, por favor.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – O Senador Sibá Machado fez uma indagação aos depoentes. Diz o Senador... O Senador Heráclito não entendeu. Eu também não. O Senador Relator, Arruda, disse que não tem... A pergunta do Senador Sibá não tem relação com as perguntas dos outros. Então eu pergunto: Tem relação com o quê?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Com a pergunta que ele fez. Ele está

querendo que a pergunta que ele fez seja respondida. Porque foi argüido que haveria sigilo para responder uma das questões que ele fez. Ele está querendo saber se tem sigilo para todas ou só para algumas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu quero apenas fazer um registro proveitoso. A partir de agora vou andar mais próximo de V.Ex^a. Essa sua capacidade telepática de entender o que o companheiro quis dizer que ninguém entendeu. V.Ex^a tem um dom que...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu posso ajudar V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Peço só um minutinho de atenção, Dr. Gladaniel deseja esclarecer ao Senador Siba e eu acho que deve dar a ele essa oportunidade. Por favor.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Sim. Na verdade, está havendo o quê? Essa expressão “segredo de justiça” não é o caso. Ela está sendo indevidamente utilizada aqui. O que eu afirmei foi o seguinte, nós estamos apurando, isso já está em juízo com relação à fundação de apoio FINATEC. E então nós temos situações que nós estamos apurando e que obviamente nós somos parte nessa demanda e que nós não podemos ainda trazer a público. Isso faz parte do nosso mundo, da nossa atuação. Agora, essas outras questões, não. Não me pareceu... Eu desconheço, por exemplo, se alguma questão judicial envolvendo ou se não há. Mas com relação a alguns pontos dessa fundação, sim. Nós temos que nos reservar...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Vamos ser muito precisos, doutor, é que V.Ex^a foi muito enfático quando se diz respeito a determinados nomes de Prefeituras e a determinado nome como a INTERCORP. E eu fiz uma pergunta, se tem outras entidades nas mesmas situações e outras Prefeituras, e eu recebi a resposta que tem sigilo da investigação. Portanto, para ser bem direto e objetivo, gostaria que V.Ex^a ou fosse claro como a luz do dia sobre tudo, ou dissesse a mesma resposta que me disse qualquer outra pergunta nessa direção.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Vamos prosseguir. Vou passar a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares e depois a Senadora Lúcia Vânia, nossa Vice-Presidente. V.Ex^a tem a palavra, por favor.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, inegavelmente é importantíssima a participação do Ministério Público de Brasília nas investigações que estão sendo feitas, e o papel das fundações na aplicação de dinheiro público. O que nós devemos nos preocupar nesta Comissão, o ponto

crucial desta Comissão não é apenas destacar um ou outro ponto, mas de uma forma ampla e irrestrita e ilimitada fazermos uma investigação pormenorizada da aplicação do dinheiro público através de fundações que se utilizaram de entidades de caráter privado na tentativa de contornarem a Lei das Licitações que exige transparência e a boa aplicação do dinheiro do contribuinte. A CPI tem qualquer caráter, ela tem a finalidade também de ao seu final apresentar um relatório propondo inclusive mudança na legislação. Se o que nós estamos investigando decorre de uma investigação de uma legislação frágil, que dá vazão à prática de irregularidades, de fraudes, ou de atos de corrupção, o que nós temos que fazer é deixar muito mais clara a Lei das Licitações, a 6.699, como também outras legislações correlatas que tratam das atividades das fundações. Que são fiscalizadas, como diz a lei, pelo próprio Ministério Público. Nenhuma fundação é criada sem interveniência do Ministério Público. E tem o dever de fazer essa investigação e eu louvo o que vem fazendo o Ministério Público aqui em Brasília.

Agora, nós temos levantamentos, através do Portal da Transparência, de que no Ministério da Educação, por exemplo, nas reitorias existem nada menos de 85 fundações ligadas ao Ministério da Educação. Ou seja, às reitorias das universidades que pelo menos 825 milhões de reais são despendidos, são transferidos para essas fundações que se utilizam desse expediente, não vou dizer que são todas as fundações, mas que de um modo geral isso acontece, elas se utilizam desse expediente livrando-se da Lei de Licitações contratando instituições, empresas como a FINATEC.

Então, eu perguntaria o seguinte aos promotores que aqui estão presentes nos honrando com a sua participação. Se com as investigações que já estão sendo feitas, procedidas ao longo do tempo, o que aconselha o Ministério Público de Brasília no que diz respeito a uma modificação da legislação, visando tapar esses ralos, visando evitar uma roupagem diferente que os gestores das universidades e de outras fundações aplicam no sentido de dizerem: Não, nós estamos contratando aqui uma entidade privada e a 6.699 diz que em se tratando de contratação de uma entidade privada não se exige licitação. Ora, mas se o dinheiro é público, se o dinheiro vem do contribuinte, eu acho que esta justificativa é insustentável, de vez que o dinheiro que foi transferido para a fundação e da fundação para aquela entidade que se encarregou de fazer o serviço, é um dinheiro que veio do povo. Veio do contribuinte. Então nós devemos fazer tudo o que for possível, não só Ministério Público, Tribunal de Contas da União, para evitar esse... Quer dizer... A palavra está me faltando. Contorcionismo, no sentido

de evitar a prática ou emprego da Lei das Licitações. Fugir da Lei de Licitações. Gostaria como primeira pergunta de saber onde é que está o defeito? Já que algumas fundações insistem de que o dinheiro público pode ser aplicado sem a exigência de licitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Ok. V.Ex^a tem a palavra, por favor.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Excelência, eu diria que a grande questão está em primeiro lugar na não obediência ao estatuto da entidade. O primeiro aspecto é este. O segundo é a compreensão da Lei 8.958. A entidade ela tem, como eu já falei anteriormente, ela tem uma forma limitada de atuar. E ela tem que se prender... Limitada, a palavra mais adequada é vinculada à entidade. Ela tem que estar vinculada a seu estatuto e à lei. E na verdade é uma situação que os dirigentes muitas vezes não têm essa visão. Eles entendem que a entidade pode ter uma visão de uma sociedade, que ela pode agir de forma livre, sem respeitar o mercado, e isso é que causa o desvirtuamento. Porque como eu falei, as sociedades sem fins lucrativos, isso não é da minha cabeça, nem aqui do Ministério Público. Isso está na lei. O Código Civil vem lá elencando que são entidades sem fins lucrativos. Então tem que haver uma compreensão, Excelência, de que uma entidade sem fins lucrativos ela não pode agir como age uma entidade que atua no mercado. Isso não é um ponto adequado, não é um ponto salutar. Porque veja bem, se uma fundação cobra, presta serviços o mesmo preço que cobra uma entidade que está no mercado, não justifica ela ter isenção em algumas hipóteses ela ter imunidade, porque o empresário ele arca com toda essa tributação. Isso que é um ponto que eu entendo é fundamental nessa questão. Ela tem que agir de acordo... Tem a isenção, a fundação ela é isenta, ou dependendo do caso ela é imune, ela tem que agir de acordo com aquele parâmetro. E não como age uma empresa. Porque isso nitidamente se configura em concorrência desleal.

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Excelência, sobre as questões de mudança legislativa, as dispensas de licitações *intuitu persone* são muito claramente tratadas pela doutrina em jurisprudência do Tribunal de Contas como impossível de subcontratar. Então essa interpretação que se faz em conformidade com a Constituição usando princípios de que a exceção tem que ser interpretada restritivamente, a norma é a licitação, se favorece uma pessoa jurídica razão da sua personalidade jurídica é ela que tem que prestar o serviço. Isso é muito claro, no Tribunal de Contas da União, na doutrina, etc. Mas como mudança legislativa, talvez... o Dr. Gladaniel já deu algumas sugestões,

e assim, talvez aclarar isso, aclarar essa vedação expressa, estaria o Poder Legislativo fazendo um grande préstimo ao administrador desatento que trata pessoas jurídicas que não tem capacidade de executar.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Como, por exemplo, seria clarear a legislação a esse respeito?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Excelência, por exemplo, foi uma sugestão que eu vejo que seria em tese a realização de convênios entre essas fundações, claro que evidentemente isso passaria por uma desqualificação dessa entidade. Esse modelo teria que passar por uma reformulação. Porque o convênio ele não permite remunerar o servido público, o convênio ele é específico... Ora, se a universidade ela tem interesse em realizar aquele projeto, perfeito. E se aquela fundação ela pelo seu estatuto ela tem condições de realizar, eu não vejo nenhum óbice. E aí eu em tese eu entendo que aí o dinheiro público poderia estar mais bem preservado. Ao contrário...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E evitaria a sublocação ou subempreitada, seja lá o que for.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Exatamente. Uma coisa que eu já refleti muito. Uma hipótese, vamos revogar, que seja revogado o art. 2.413. É uma medida muito drástica. Porque realmente a 2.413 que permite esse tipo de situação anômala, essa anomalia. Mas nós temos que refletir que também há entidades que procuram agir corretamente, nós não podemos, digamos assim, ser tão rigorosos.

Por outro lado, esse 2.413 ele vem como eu falei anteriormente, ele vem de longos tempos, vem desde o regime autoritário. Quem se lembra do Decreto-Lei 200... Se bem que lá já responsabilizava o Decreto-Lei 200 tinha esse aspecto positivo. Ele responsabilizava o servidor público se essa dispensa fosse indevida.

Então, é um aspecto que nós podemos também aperfeiçoar a legislação nesse sentido, de responsabilizar o servidor público. Porque não é possível. Ele está vendo a relação entre a fundação e o Estado, o projeto que vai ser realizado e perfeitamente é nítido ele ver que não é possível aquela entidade realizar aquele serviço e dar margem à subcontratação. Então é uma questão também que nós temos que refletir com relação ao 2.413.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço ao Senador Antônio Carlos Valadares e passo a palavra à nossa Vice-Presidente, Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Promotores. O meu questionamento vai muito na linha do Senador Valadares. Pela

exposição de V.S.^a ficou claro que a combinação entre a licitação, a dispensa de licitação para as entidades com fins filantrópicos... Sem fins lucrativos, com a questão do desvio de finalidade, essas duas combinações, pelo que foi colocado aqui, o desvio de finalidade e a dispensa de licitação em função de serem entidades sem fins lucrativos, sem dúvida nenhuma é o grande gargalo apresentado até agora. Eu perguntaria, primeiro, e quero dizer que na minha visão que trabalho, que já fui gestora pública, eu acredito que isso que nós estamos discutindo aqui seja talvez a coisa mais importante para um gestor público. Hoje essa questão está generalizada na administração pública, esse jeitinho, esse desvio de função. Isso faz parte da nossa cultura. E quando há aquele gestor que é exigente, que é quer cumprir a lei, ele é muitas vezes mal interpretado. Então o que eu entendo é o seguinte. Primeiro, quem controla essas fundações? Segundo, quem fiscaliza essas fundações? Porque, na verdade, o papel do Ministério Público é fiscalizar depois que o fato já se realizou. Dessa forma, fica difícil e elas passam a usufruir de uma liberdade de ação muito grande. Eu não posso entender, foi colocado aqui pelo Senador Valadares, como gestor público sabe que ele não pode subcontratar, e ele está limitado à contratação principalmente pessoal por uma lei, ele usa desse artifício para buscar uma fundação e prestar o seu serviço. Isso acontece em todos os Municípios deste País. Nós sabemos disso. E tem aqui um exemplo concreto de um programa que é o Programa Saúde da Família, cujos agentes comunitários, médicos, etc., não podem ser contratados pelas Prefeituras, são contratados pelas fundações, e isso sob a omissão de todos aqueles que sabem que isso não é possível.

Então eu perguntaria: O que é que o Ministério Público poderia fazer nesta questão? Primeiro, quem controla essas fundações? Quem fiscaliza durante o período de execução do projeto? E terceiro, quem avalia o impacto dos resultados dessas fundações? Porque na verdade a gente tem que ver que as coisas estão correndo. Se nós formos realmente apurar tudo que está acontecendo dentro desse jeitinho de desvio de função, nós temos que penalizar quase que o País inteiro.

Então, eu perguntaria se o Ministério Público já atinou, já pensou em pedir uma reformulação de maneira a poder fazer essa fiscalização mais continua, e fazer a medição desses impactos custo/benefícios dessas ações que são contratadas.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO

– Veja bem, Excelência. Como eu afirmei. No momento em que a fundação ela contrata com o Poder Público, com o Estado, o Ministério Público, como bem V.Ex.^a

afirmou, ele não está presente. A nossa atuação é a posteriori. Então eu entendo que precisa haver uma maior conscientização por parte do servidor público. Que é uma área crítica, nós sabemos que a dispensa com de licitação é uma situação excepcional. O próprio legislador na 8.666 ele vem dizendo a situação de dispensa, então cabe àquele funcionário ter essa consciência de que não é possível em certas situações que aquela entidade não tens condições, não se ajusta àquela hipótese de ser agraciado com a dispensa. Agora, o que nós do Ministério Público temos feito? Dependendo da situação, é o que nós estamos fazendo agora com esta fundação, a FINATEC. Nós pedimos afastamento dos dirigentes, e dependendo da situação, pode ser o caso de nós requerermos sim, é uma medida mais drástica, a extinção dessa fusão, mas responsabilizando esses dirigentes.

Então, no nosso... Na nossa forma de atuar, nós estaríamos dentro deste contexto. Ou seja, nós afastamos esses dirigentes que estão permitindo esse tipo de situação, se for o caso extinguirmos a fundação e por fim responsabilizamos também esses dirigentes para que seja ressarcido. Muitas vezes há um prejuízo ao patrimônio da própria fundação, para que esse patrimônio seja ressarcido. Se outras situações surgirem no âmbito, por exemplo, do emprego da verba pública, outro... Por exemplo, se for verba pública federal, o Ministério Público Federal tomará as medidas ou então nós mesmos no Ministério Público tomaremos as medidas no âmbito criminal.

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Excelência, há de se olhar a legislação que trata de administração de contratos públicos como sistemática, uma interpretação sistemática, onde se vê o seguinte. Tem lá a exigência mesmo que o órgão licitante, órgão que vai fazer uma licitação, que aquela empresa contratada tenha a capacidade técnica de execução desse contrato.

Então, se na licitação se exija pela análise sistemática dessa legislação há a capacidade técnica, quanto mais ainda no caso de dispensa. Então tem que se analisar no caso de dispensa também essa pessoa contratada tem que ter capacidade para execução desse contrato. Mais do que isso, nós temos o seguinte. Como norma constitucional de regra da licitação, a dispensa analisada como subcontratação, vou falar só uma hipótese. Será que seria constitucional um parágrafo no art. 24 onde fale lá as subcontratações são permitidas no caso de dispensa? Será que essa norma que é o que muitos administradores públicos vêem como vigente é possível a subcontratação? Seria constitucional? A resposta é taxativamente não. Então, pela legislação vigente respeitando-se a Constituição

e o sistema jurídico vigente, a subcontratação hoje não é permitida. Uma interpretação contrária a isso é ilegal e mais do que isso, inconstitucional.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu só gostaria de colocar o seguinte. Eu acho que na parte repressiva, digamos assim, leite derramado, o Ministério atua de acordo com a legislação. Mas acho que a legislação falha ao não prevenir. Chegar nesse ponto. É isso que eu queria colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu queria propor então aos Srs. Senadores a...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, antes de suspender, eu queria fazer uma indagação ainda ao nosso promotor... Nosso Procurador Gladaniel. A respeito da utilização dos recursos provenientes do pagamento que é feito pela fundação à universidade. Que há uma variação entre 6 e 15%, podendo chegar até a valores maiores. Essa utilização desses recursos a universidade está livre para utilizar esses recursos? Ou está presa a um objeto? Cada convênio determina como utilizar esse recurso ou as universidades têm ampla liberdade de utilização desses recursos?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Excelência, essa pergunta a resposta ela é muito simples. As universidades federais elas são partes integrantes da administração pública. Então, o gestor público ele está vinculado ao princípio da legalidade. É o primeiro princípio. Ou seja, ele só pode fazer o que está dentro da lei e essa interpretação ela é restritiva. Ele não pode ampliar a sua forma de atuação.

Então, é muito simples. Eles só podem fazer o que está dentro da lei. E nós temos o caso desse fundo que eles criaram para gerir junto com as fundações de apoio que é um fundo manifestamente ilegal, foi criado no âmbito da Universidade de Brasília, porque toda a despesa pública ela não pode ser feita através de sistemas, de situações que permitam a burla aos princípios da Constituição. Ou seja, toda despesa pública tem que ser feita por lei. E é o que não está ocorrendo. O colega...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Nesse caso então os recursos dentro desse fundo, esse fundo foi criado, ele existe e os recursos do fundo tem... Digamos assim, a universidade hoje tem ampla liberdade de utilização desse recurso.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Eu não veria assim.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu não estou tratando de que ela tem que agir nos termos da lei. Ela já age nos termos da lei, digamos assim, porque considerou que tinha condição

de criar aquele fundo, criou o fundo e esses recursos são destinados a esse fundo que a universidade vai gerir esse fundo. Ela está presa a alguma função específica, só pode utilizar, tem que ir para o orçamento da universidade... Tem que especificar no orçamento...

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Teria.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Como é que... Isso que eu estou perguntando.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Veja bem, tudo que entra para o Estado tem que ir para a conta do Tesouro. Não existe outra forma. O que está fora disso é manifestamente ilegal. Então esse fundo, veja bem essa situação do apartamento aí do Reitor, essa crise toda que está acontecendo. Quer dizer, se usou um fundo de forma ilegítima, e outras situações também que estão sendo apuradas, para se obter vantagem que não é vantagem do interesse público. Aonde é que está o interesse público? Que nós sabemos que nós servidores públicos nós estamos vinculados ao interesse público. Onde está o interesse público em mobiliar o apartamento de uma autoridade. Está de forma, inclusive utilizando...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu não estou perguntando isso. É outra questão. Estou perguntando se tem liberdade ou não tem liberdade de usar?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Veja bem, não tem. Porque esse fundo é ilegal. Tem que ser feito por lei, porque fica muito tranquilo nós recebermos...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Pronto. O senhor considera o seguinte, esse fundo só poderia existir se fosse como as fundações só poderiam existir se tivesse sido criado por lei.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sequer poderia utilizar os recursos, digamos?

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Não poderia. Porque fica uma situação ao bel-prazer, aí entra a questão da discricionariedade que não é permitida nessa hipótese.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu teria uma outra questão. Acho que há um debate que os senhores Procuradores estão levantando. É diferente da... Não é apenas de identificar irregularidades e ilícitos em relação à legislação. Que é em relação à Lei 8.666 e a lei que criou as fundações, inclusive esta fundação que não é do período

do regime militar. É agora. Elas são novas. São novas fundações. Tem as fundações antigas, muitas ainda perduram, existem nas universidades, e tem as fundações novas. Essas novas é que estão realizando esses contratos. Não são as do tempo do regime militar, não. São essas novas. Então há uma controvérsia então entre o Ministério Público e a utilização da legislação. Da Lei de Licitações e da Lei das Fundações. Dessas fundações. Quer dizer, na opinião do Ministério Público, as universidades, com estas fundações, extrapolam os termos da lei. Quer dizer, vão além. Fogem ao que está dito na Lei de Licitações. Esse entendimento é o entendimento pacífico no Ministério Público? Unânime? Ou há controvérsia sobre essa matéria porque é uma matéria que também a CPI tem esse objetivo. Nós podemos também, como os senhores podem propor, nós podemos propor modificações na Lei de Licitações e na Lei das Fundações. Ou criando rigidez ou em caso porque a lei o Dr. Gladaniel acaba de tratar desse assunto por poucos minutos falando a respeito da rigidez. Se a Lei de Licitações tivesse sido ainda mais rígida, aí que nós teríamos mais dificuldades. Porque as fundações foram fugas, ou serve até como fugas à Lei de Licitações, porque ela tem determinada rigidez. E mesmo na questão do 2.413, há uma certa controvérsia também se nós extinguirmos esse artigo, se tirarmos esse artigo de cena ou não. Porque a lei ficaria mais rígida ainda. Teria mais dificuldades para que a gente pudesse em casos bem claros e específicos de dispensa de licitação o Poder Público poder agir. Então existem essas dificuldades. Eu considero que não é nem o problema do jeitinho, isso é no mundo inteiro. Não é particularidade do Brasil. Isso é no mundo inteiro. Como flexibilizar a legislação, mantendo o poder de fiscalização. Não é impossível fazer uma contratação com dispensa de licitação, mas no caso de dispensa de licitação, o controle tem que ser maior. Tem que ter mais rigidez no processo fiscalizatório do que uma rigidez na legislação tornando totalmente impeditiva essa questão. Então acho que há um debate. Quer dizer, o Ministério Público propõe um debate sobre a mudança da legislação. Acho que é conveniente. A CPI deve sim entrar nisso. E a pergunta final é porque como a fundação é de 92 para cá, e os senhores estão fazendo um processo de investigação de 92 para cá, ficou parecendo que a investigação começou de trás para frente. Começou do ano que nós estamos para trás, porque as questões que emergiram foram as questões presentes. Quer dizer, em razão de que só tivemos episódios considerados, digamos assim, irregulares atualmente, ou porque de fato começou-se a investigação procedendo que é um problema de critério, que o Ministério Público estabelece, vou

começar do ano de 2007, 2008 para trás ou de 92 para frente. Quer dizer, foi um critério estabelecido no Ministério Público ou porque as irregularidades só se apresentaram agora, nesses contratos, nesses convênios? Porque senão, para não deixar transparecer para a opinião pública, porque todos nós aqui temos posições políticas, ideológicas, etc., para não deixar transparecer para a opinião pública que é muito ciosa, principalmente aqueles que publicam as opiniões, são muito ciosos, da verdade, para não deixar transparecer que há um grau de politização do Ministério Público do tratamento da questão que é relativo à legislação, e não a um processo de politização. Então faço essa indagação para deixar claro que o Ministério Público, a meu ver, tem que agir nesse sentido, sempre no sentido da mais franca transparência, impessoalidade, os seus membros não são a políticos. Eles agem sem essa conotação. Embora cada um possa ter seu partido, sua opinião, seu sentimento, o que é diferente. Então essa indagação final para o Sr. Gladaniel.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pois não, pela ordem. V.Ex^a tem a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu queria pedir ao Dr. Gladaniel que prestasse para essa Comissão até para registro de esclarecimento, houve a intervenção. Foi nomeado o primeiro interventor, e o interventor foi substituído. Pudessem explicar o porquê da substituição e que circunstância se deu, se possível? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Por favor, o senhor pode responder.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Com relação à indagação do Senador Inácio Arruda, eu diria o seguinte, o que eu quis dizer, quando eu falei das fundações de apoio e falei da questão do regime militar, é o sistema...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Modelo.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Exatamente. O modelo é que vem de lá. Claro que essas fundações muitas foram criadas a posteriori. Mas o modelo é o mesmo. A linha de pensamento é o mesmo que ocorria anteriormente. Então, é nesse sentido que eu estou falando. E aí que eu diria, Senador, como eu falei, na minha ótica é um sistema falido. É um sistema que não deve mais prevalecer por essas circunstâncias até mesmo por nós estarmos hoje aqui debatendo essa situação. E a outra questão que V.Ex^a levanta, no que tange se há uma politização no

Ministério Público, é uma questão muito complexa. Eu entendo que não. Até mesmo porque nós somos um órgão de atuação diferenciada dentro do contexto do Estado. Nós não podemos ser filiados a partidos políticos. Eu mesmo nunca fui filiado a nenhum partido político, e nós temos uma atuação dentro daquele contexto em que se apresenta a nossa, digamos assim, a nossa linha de atuação.

Então, o que está ocorrendo, lamentavelmente, como eu falei, várias situações elas vão por força, por exemplo, dessa entidade. Se essa entidade tivesse uma atuação restrita a Brasília, naturalmente que a repercussão seria bem menor. Mas essa fundação ela tem uma atuação nacional.

Então, isso acabou trazendo outras questões, mas no momento em que nós fomos fazer, digamos assim, a apuração final, o que vai nos interessar é como eu disse, efetivamente o que é desvio, o que não é, o que é irregular e o que não é, e se der para corrigir será corrigido, se não der para ser corrigido e aquilo que nós falamos, ou vamos responsabilizar os dirigentes ou vamos extinguir a fundação e acabou a nossa atuação. Com relação a essa...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Só um instantinho. Acho que deixou de responder uma coisa que é fundamental. Que é a interpretação em relação à ausência de licitação para as entidades sem fins lucrativos. Se há uma unanimidade em torno da questão ou se há uma interpretação diferenciada entre os próprios membros do Ministério.

SR. RICARDO ANTÔNIO DE SOUSA: Excelência, é tranqüila a interpretação pelo Tribunal de Contas da União, pela doutrina especializada, pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público do Distrito Federal, pela jurisprudência. Se aceitar a subcontratação nesses casos, é se aceitar um sistema extremamente pernicioso para o erário. Não há a possibilidade, não se precisa inovação na ordem jurídica. A subcontratação nessas espécies de dispensa com base de dispensa inexigibilidade, mormente no caso específico no art. 2.413 é vedada pela ordem jurídica vigente, a qual o Ministério Público tem que se ater. Nossos compromissos são com a Constituição, com as leis e com os nossos deveres funcionais. Nós não temos compromissos políticos com nenhum partido. Todos os contratos da FINATEC são abertos para qualquer pessoa que tiver interesse de saber os detalhes. Não é da culpa do Ministério Público, não é a escolha de o Ministério Público divulgar esse ou aquele conjunto de contratos. Esses conjuntos de contratos se uniram pela sua similaridade. Os demais contratos celebrados em todo o período investigatório estão abertos para a verificação.

Então, só para concluir, primeiro, não há necessidade de inovação legislativa. Você pode utilizar, por exemplo, o direito penal, que não cria uma proibição, mas utiliza da sua natureza de *ultima ratio* para sancionar uma conduta já considerada ilícita por outros anos, no caso direito administrativo, você pode tutelar isso deixando, por exemplo, um tipo penal do art. 89, por exemplo, alínea “A”, 89 A. Subcontratar empresas ou objeto contratado órgão público no caso de dispensa de inexigibilidade. Se em sancionando a meu ver, no caso específico da fundação de apoio, a hora que ela subcontrata ela já incide no tipo penal do 89, caput, porquanto ela é obrigada ao respeitar o art. 3º da Lei de Fundação de Apoio e também a aí toda a legislação acerca da licitação.

Então, o resumo, primeiro, não há sigilo, Excelência, sobre contratos de qualquer espécie. O que a resposta... Não há quebra de sigilo bancário e fiscal. Quantos demais tipos de sigilo me reservo ao direito de não responder. Para não prejudicar a investigação. Depois, não há necessidade de mudança legislativa. Sim, talvez usar de *ultima ratio*, o direito penal, sancionando essas medidas principalmente em hipótese de outras fundações. Depois, não há escolha político-partidária. O Ministério Público, e eu tenho o dever com a Constituição, com as leis e com os meus deveres funcionais. Insinuações do tipo Ministério Público tem função partidária e está agindo partidariamente, são inadmissíveis.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Então para proteger o Ministério Público, Sr. Presidente, fica claro que não é o Ministério Público que está interpretando as próprias investigações que têm realizado. Cada um interprete, cada um vá a par das instituições e faça a sua interpretação. Para não parecer. Porque aqui tem uma tese do ser e parecer. Para não parecer que é, então fica claro que o Ministério Público não fez nenhuma interpretação e nenhuma escolha para fazer divulgação, para fazer publicidade do material que ele mesmo produziu no processo de investigação. Porque é um processo de investigação do Ministério Público que começou em 92. Não começou em 2008, 2007, 2006, nem 99. Começou em 92. No entanto, quem quiser publicar, poder publicar de 92. Quem quiser 93, pode publicar 93, eu considero que o Ministério Público está disponibilizando toda a investigação para quem quiser possa utilizar e publicar o nome das empresas, das pessoas, das instituições que foram contratadas pela FINATEC.

E por último, Sr. Presidente, acho que cabe uma diferenciação aqui em relação à questão das fundações porque no caso da FINATEC apareceu essa abrangência nacional. Outras fundações também têm abrangência

cia nacional. Mas elas estão muito caracterizadas na sua atuação. Como instituições ligadas a pesquisa, realização de pesquisa, e que há um desejo mesmo que na Universidade Federal do Ceará, do Piauí, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, você tenha instituições de pesquisa de grande potencial nos seus quadros, há um desejo, por exemplo, de que a FIOCRUZ possa fazer um convênio com a Universidade Federal do Ceará e com a fundação de amparo à pesquisa no Estado do Ceará. A mesma coisa em Santa Catarina e outros Estados. Eu citei aqui na semana passada o caso da Fundação Butantã, que é uma fundação de pesquisa extraordinária, e que é requisitada. Quer dizer, todo mundo requisita. Então ela também tem abrangência nacional, está muito vinculada à questão da pesquisa. E um conjunto grande de fundações está muito voltada para suas próprias instituições. Elas não têm contrato para não ficar uma generalização de que todas são iguais, está tudo igual. Acho que para não começar condenando todo mundo. Porque quando se dá publicidade escolhida, então você não só escolhe quem vai ser publicado como ao mesmo tempo generaliza. Quer dizer, todos são maus. Não. Há uma legislação que pode estar tendo uma interpretação das universidades equivocada, precisa ser alterada, precisa ajustar, e tanto que o próprio Ministério Público tem feito um ajuste de conduta para o funcionamento com determinadas fundações, o termo de conduta vai ser esse, algumas no caso da FINATEC ela resolveu não acatar o termo de conduta. Mas quando o Ministério Público fez o termo de conduta é porque tem uma legislação e você pode agir com aquela legislação. Corretamente. Então acho que é preciso a gente ter essa idéia, essa noção de que não há uma generalização nem uma escolha por parte do Ministério Público. O Ministério Público, digamos assim, está isento em relação a isso. Quem quiser publicar publique do ano que quiser, está todo mundo liberado para fazer a publicação do material de pesquisa, de estudo de exame, de processo que o Ministério Público está realizando. É o que eu entendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLMBO (DEM-SC) – Para responder a pergunta do Senador Inácio e em seguida nos vamos suspender.

SR. GLADANIEL PALMEIRA DE CARVALHO – Rapidamente, Senador, eu diria o seguinte. Essa intervenção ela foi pedida pelo Ministério Público no bojo do pedido de afastamento dos dirigentes da fundação da FINATEC. E em primeira instância o Juiz ele não concordou, não nos deu a tutela com relação a nomeação deste interventor, nós entramos com recurso com agravo de instrumento, e no Tribunal de Justiça nós obtivemos êxito tendo sido nomeado um interventor.

Para a nossa surpresa, o Juiz logo em seguida após a intervenção, o termo de compromisso o Juiz ele entendeu que aquele interventor nomeado ele não estaria atendendo a certas expectativas do próprio juízo. E em razão disso ele foi destituído e o Juiz nomeou uma Comissão que agora está à frente um perito, um perito da justiça que está à frente dessa Comissão e que atualmente se encontra lá na entidade fazendo o trabalho de interventor.

Por outro lado, nós entramos com outro recurso e já não obtivemos êxito porque nós... O desejo do Ministério Público, o objetivo era que fosse mantido o interventor anteriormente nomeado. Mas isso não foi possível, então a situação é esta. Temos um novo interventor e que nós estamos aguardando...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu quero agradecer o esclarecimento e dizer, Sr. Presidente, que hoje nós tivemos aqui um exemplo de uma Sessão positiva. Com essa oitiva dos três representantes do Ministério Público. Acho que isso inclusive vai servir para quebrar um pouco aquele pavor que alguns têm de ouvir aqui o Procurador Celso Três de Santa Catarina. Ele virá para cá dar uma explicação pedagógica. Como foi dado aqui. Apenas vamos conhecer a experiência do Procurador em apurações dessa natureza. E é preciso que não haja mais aquele confronto político para a não vinda do Sr. Celso Três. Até porque num passado já um pouco distante, uns cinco ou seis anos o Sr. Celso Freitas era citado pelos que hoje não querem a vinda dele hoje aqui, como exemplo de homem que investigava, a mesma coisa faziam com Luís Francisco, e que de repente passou a ser o patinho feio para alguns. Aí sim é politizar. De minha parte tenho plena confiança da atuação no Ministério Público no Brasil. Há exagero? Há. Mas como há em qualquer atividade, até a igreja que antigamente não cometia exagero do pecado, de vez em quando você vê hoje umas acusações serem feitas.

De forma que isso faz parte da vida. Agora, que nós temos e nós precisamos e o Brasil precisa do Ministério Público nesse momento para passar a limpo essa questão das ONGs, porque ONG é um instrumento fantástico. As ONGs prestarão um grande serviço no momento em que o País aprender de fato o que é ONG. A Organização Não-Governamental é para viver sem recurso público. O recurso público é eventualidade, é uma exceção. Nós temos talvez uma ONG no Brasil que é exemplo que é aquela Acelera Brasil da família do Ayrton Senna. Não tem um tostão de recurso público desse País e presta extraordinário serviço no campo de educação. Agora, no Brasil virou moda, virou regra. ONG só funciona às custas do dinheiro

público. Se fosse bem aplicado, vá lá. Infelizmente não é. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senhores, eu quero agradecer muito a presença, a participação, a aceitação do convite do Dr. Gladaniel Palmeira de Carvalho, também do Dr. Ricardo, também do Dr. Nelson, pedir que os senhores permaneçam aqui na segunda parte que será ouvido o depoimento do nosso magnífico Reitor Sr. Timothy Mulholland, então a proposta é que a gente suspenda por 15 minutos e a gente retorna então os trabalhos daqui a 15 minutos daí já com a presença do magnífico Reitor da UnB.

Sessão suspensa às 15h09.

Sessão reaberta às 15h32.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Cumprimentando a todos, reabrimos os trabalhos da nossa CPI... Eu peço a presença do Dr. Timothy Mulholland.

Tenho em mãos o termo de compromisso assinado pelo Dr. Timothy. O depoente compromete nos termos do art. 230, do Código de Processo Penal sob as penas de a lei dizer a verdade no que souber e no que for perguntado se compromete em dizer a verdade no que souber e o que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio. Nos termos do art. 5º, inciso LXIII da Constituição Federal. Acompanha o Dr. Timothy o Advogado Geral da União, Procurador Federal Dr. Fernando Gustavo. Está aqui presente à Mesa.

Eu concedo ao Dr. Timothy o tempo de 20 minutos para fazer sua exposição e se houver necessidade de ampliação a gente fica à sua disposição. O senhor está com a palavra.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Boa tarde. Sr. Presidente, Senador Raimundo Colombo, Sr. Relator, Senador Inácio Arruda, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores. Primeiro lugar gostaria de agradecer a oportunidade de poder falar em nome da Universidade de Brasília nesta Casa. Quero deixar claro que eu tenho um papel duplo na universidade. Eu sou Reitor da universidade e Presidente da Fundação Universidade de Brasília. Que é a pessoa jurídica pública, fundação pública que mantém a UnB. Não pertencem a qualquer outra organização, qualquer outro tipo de fundação ou qualquer outro tipo de entidade.

Acredito que eu posso contribuir para os trabalhos dessa Comissão falando um pouco sobre as fundações que são ligadas às universidades públicas. Sobre as demais tenho pouco conhecimento, mas sobre essas eu poderia, Sr. Presidente, oferecer algumas informações. Elas nasceram, apareceram com certa frequência no Brasil nos anos 50, em volta das uni-

versidades públicas autárquicas que estavam sendo criadas. Elas preenchiam um espaço importante entre a universidade e a sociedade dessas universidades de estrutura autárquica, especialmente nas áreas mais de tecnologia, saúde, etc. Isso em parte se justificava pelas dificuldades da burocracia que essas entidades autárquicas tinham para executar funções ligadas a projetos, principalmente projetos de pesquisa, ou projetos tecnológicos ou de intervenção na sociedade. E assim essas fundações proliferaram junto também com a proliferação de universidades federais e públicas no Brasil, sendo que hoje registrados no Ministério da Educação as 110 fundações ligadas às universidades federais.

É interessante notar historicamente que quando Darcy Ribeiro criou a UnB, ele já previa as dificuldades que a estrutura autárquica trazia às universidades para o seu funcionamento, então ele propôs a UnB como uma universidade fundação. Ou seja, a universidade seria a sua própria fundação, sem intermediários. Ela teria o seu trabalho de contato direto com a sociedade sem a necessidade de fundações terceiras para fazer isso. Subseqüentemente várias fundações, universidades federais fundacionais foram criadas. Depois da Constituição de 1988, a situação organizativa e administrativa das universidades federais começou a se tornar mais difícil, especialmente aquelas como a UnB que funcionavam autonomamente como fundações. E apesar do art. 207 afirmar com clareza que as universidades gozariam de autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira patrimonial, o que se implementou foi essencialmente a autonomia didático científica e no Estado de São Paulo as outras modalidades se implantaram de forma muito mais abrangente. Mas para as universidades federais, entre elas a UnB, as exigências da estrutura do Estado que se estabelecia removiam atribuições administrativas e decisões dessas instituições e transferia para outras instâncias do Estado Brasileiro. As fundações hoje criam espaços de eficiência e agilidade junto às universidades, mas se houvesse e se viesse a existir o pleno exercício da autonomia universitária prevista na Constituição essas fundações teriam boa parte do seu papel assumida pela própria instituição. Esse é o nosso desejo como universidade. Queremos nós sermos a nossa própria fundação. Ou seja, nós termos agilidade e a capacidade de interagir diretamente com a sociedade e nos esforçamos para fazer isso dentro da estrutura existente. Fundações ligadas à UnB, portanto, só apareceram depois da Constituição. Antes nós éramos a nossa própria fundação. E na medida em que se diminuiu a universidade aumentaram as fundações. A primeira foi criada em 1992. Essas fundações têm

uma legislação própria. Isso é muito importante frisar para os Srs. Senadores. A fundação ligada à Universidade Federal tem uma legislação específica que rege o seu relacionamento com a universidade. Em primeiro lugar é a Lei 8.958, de 1994, que eu queria passar uma cópia aqui para as mãos do Sr. Presidente. Essa lei é de 94. É extensa, e relaciona, diz como as fundações de apoio chamadas são vinculadas às universidades, em que circunstâncias e de que maneira. E essa lei foi regulamentada em 2004 pelo Decreto 5.205. E, além disso, as universidades podem ter normas próprias que estabelecem o seu relacionamento com as fundações, como é o caso da UnB. A grosso modo, o que a lei diz? Que uma fundação para se vincular à universidade nessa modalidade de fundação de apoio primeiro ela tem que ser recomendada pela própria universidade. Seus conselhos superiores têm que apreciar a proposta de trabalhar com essa fundação e aprovar essa proposta para que isso possa se dar. Em segundo lugar, essa fundação tem que se submeter a uma série de exigências do Ministério da Educação e do Ministério de Ciência e Tecnologia. E aí é registrado como fundação de apoio nesses Ministérios. Além disso, evidentemente, é fiscalizada cada fundação dessa pelo Ministério Público local. O que diz essa lei? Essa lei diz que as fundações de apoio existem para dar apoio a projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional. É a função dessas fundações junto às universidades. E o Decreto que regulamenta a Lei 5.205/04 ainda vai além. Diz: Entende-se por desenvolvimento institucional os programas, ações, projetos e atividades inclusive aqueles de natureza infra-estrutural que levam à melhoria das condições das instituições federais de ensino superior aprovado pelo órgão superior da instituição. Então aqui vai se definindo em lei e no Decreto exatamente como nós nos relacionamos, podemos nos relacionar com as fundações e de que maneira e com que finalidade. Esse é o marco legal sobre o qual nós trabalhamos. Nós da UnB e nós Universidade Federal brasileira. Esses dois diplomas legais estabelecem com clareza essa relação além das orientações que vêm do Tribunal de Contas da União. Importante também frisar que as fundações de apoio ligadas à UnB são totalmente independentes da universidade. A universidade não escolhe dirigentes, não indica membros de Conselho, não estabelece as políticas daquelas instituições. Elas são autônomas no sentido pleno da palavra. E respondem perante o Ministério Público pela sua atuação. De forma que a UnB se relaciona com elas de parceiro para parceiro ou de nós cá, eles lá. E essa relação se dá de maneira formal. Por escrito. Preto no branco. São contratos, são convênios, acor-

dos, diversos tipos de termos legais que então estabelecem as ações que serão desenvolvidas pelas instituições em conjunto. Esses acordos ou termos eles são... Passam pela Procuradoria da universidade, que examina o aspecto legal e também são publicados no Diário Oficial e sujeitos a fiscalização do Tribunal de Contas da União. Muitas vezes há terceiros nessas parcerias, outras entidades tipicamente públicas que são o parceiro que financia esse trabalho. Um exemplo é a FINEP. A FINEP assina um convênio conosco e com uma fundação para executar seus projetos. A PETROBRAS... Enfim, é um vasto número de entidades inclusive do setor privado podem firmar um convênio ou um contrato com a UnB e uma fundação como também pode celebrá-lo somente com a fundação ou somente com a UnB. No caso dos contratos, a Universidade de Brasília não repassa ou antecipa recursos financeiros para as fundações. O que se faz são pagamentos de parcelas vencidas na execução do contrato. Na medida em que um contrato apresenta os seus resultados, estão previstos os pagamentos contra a prestação de serviço. Não se repassa ou deposita recursos nas fundações. Pelo contrário, o esforço é no sentido de que as fundações, sim, tragam recursos para a universidade. Que elas subsidiem a universidade, apoiem no sentido não só técnico, mas também financeiro para a universidade. No plano interno da UnB, a resolução do Conselho Diretor nº. 15/05 estabelece em seu art. 2º para operar com a UnB as fundações de apoio deverão obrigatoriamente constituir um Fundo de Apoio Institucional à UnB, a ser utilizado exclusivamente no financiamento de programas e projetos da UnB. Portanto, a fundação, ao se associar conosco como fundação de apoio, ela cria na sua estrutura financeira ou contábil o fundo de apoio institucional. Esse fundo consiste de recursos correspondentes a uma taxa de 6 a 10% sobre os valores de contratos executados pelas fundações na modalidade de prestações de serviços. Ou seja, a fundação na medida em que ela presta serviços a terceiros, ela se obriga a recolher parte desse recurso para esse fundo de apoio institucional à UnB. A verba de pesquisa é aplicada exclusivamente em pesquisa, e a taxa FAI não é cobrada sobre projetos de pesquisa ou sobre convênios. Somente para contratos de prestações de serviços. É importante salientar que os recursos do fundo de apoio institucional têm aplicação ampla. Não se confundem com verbas destinadas a pesquisa embora possam também ser utilizada para esse fim. Elas podem ser usadas para pagar as contas da universidade, para fazer qualquer tipo de investimento que interesse à instituição com esse recurso. E a resolução nossa vai além. No art. 6º diz: Os bens adquiridos, os serviços prestados ou as obras reali-

zadas por fundações de apoio serão transferidos por essas instituições à UnB na forma de doação.

Então, se a UnB solicitar uma fundação que adquira um bem, seja qual for, o ponto final dessa aquisição que é feito pela fundação é a doação desse equipamento ou desse bem para a UnB e incorpora ao seu patrimônio. Para se ter uma idéia de quanto isso representa para a UnB, em 2007 houve uma arrecadação global da taxa FAI de cerca de 25 milhões. Então esses são recursos sérios que a universidade usa para sua manutenção, para o seu funcionamento, para as suas necessidades. E fica muito claro que a universidade recebe aporte de recursos e de patrimônio com atuação as fundações de apoio nessa modalidade.

Agora eu acredito, Sr. Presidente, que V.Ex^{as}. gostariam de ouvir o Reitor da UnB falar sobre a polêmica criada em torno do imóvel destinado aos Reitores da nossa universidade. O Conselho Diretor da UnB que é o órgão máximo responsável pela gestão, pelas finanças, pelo patrimônio da UnB gere mais de 1.600 imóveis residenciais em Brasília. Oriundos do legado da lei de criação da UnB quando terras foram doadas à universidade para a sua construção e manutenção.

Em março de 2006 este Conselho decidiu que os reitores da UnB deveriam dispor de uma residência oficial de representação. Para cumprir a decisão do Conselho Diretor foi escolhido um desses 1.600 imóveis e acionada a área de administração e desenvolvimento da universidade que adotou as providências necessárias para mobilhá-lo. A pedido da nossa área administrativa, de acordo com a resolução que citamos, os móveis e equipamentos especificados foram comprados pela FINATEC com recursos do seu fundo de apoio institucional da UnB. Na modalidade desenvolvimento institucional. E foram doados à UnB sendo tombados como patrimônio da universidade. A preparação do imóvel não se deu em prejuízo de qualquer outro programa previsto na universidade, muito menos o de pesquisa. Os programas orçamentários da UnB foram financiados em 2007, alguns deles alcançando níveis até inesperado. Eu vou dar apenas alguns exemplos. Assistência estudantil, nós investimos 13 milhões e 900 o ano passado. Nós temos 15 construções hoje em andamento na universidade, Sr. Presidente, no valor total de 73 milhões. O ano passado emitimos dois editais de apoio à pesquisa com recursos da UnB, da ordem de dois milhões e ainda captamos mais quatro milhões de reais para o apoio à pesquisa institucionalmente além dos projetos individuais dos professores e dos grupos que trouxeram outros tantos recursos. Mais de cinco milhões foram gastos em reformas nas diversas instalações da UnB e aí pela frente. Pessoalmente eu lamento profunda-

mente o abalo à imagem da UnB que resultou da polêmica gerada por esse episódio. Temos feito um esforço imenso, Sr. Presidente, para esclarecer à sociedade o que é que se deu e como se deu esse processo, e ficamos muito felizes de poder apresentá-lo hoje aqui publicamente perante esta Comissão. Mas nós temos a convicção de que esse incidente em nada diminui o relevo social da nossa universidade que junto com as demais universidades federais desenvolvem o papel central no desenvolvimento econômico científico e social do País. Reitero o agradecimento a V.Ex^{as}. colocando-me à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários. Gostaria de passar as mãos de V.Ex^a cópias dos instrumentos normativos que amparam as relações da UnB e até de outras universidades públicas com as fundações de apoio, colaborando na instrução do feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço ao Dr. Timothy pela exposição e passo a palavra a S.Ex^a, o Relator Senador Inácio Arruda.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, a primeira pergunta que eu faria ao Sr. Reitor, Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, o senhor já era o Reitor quando da decisão do Conselho da Universidade?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Sim.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Essa decisão foi unânime?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Ela foi tomada na minha ausência. Entendo que foi unânime.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O episódio... Porque acho que nós deveríamos começar logo pelo que trata da polêmica que se viu no País inteiro frente aquisição de móveis que foi a partir daí que até se teve conhecimento sobre os processos de análise de contas e de investigação que o Ministério Público realiza no âmbito da FINATEC.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Pois não.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Há uma discussão sobre a utilização dos recursos. Se a universidade tem ampla liberdade para utilizar os recursos provenientes das taxas que ela cobra pelos serviços prestados pelas fundações, digamos assim, que assistem a universidade. O senhor considera que a universidade tem essa ampla liberdade para utilizar os recursos?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – A lei que eu citei aqui estabelece que as fundações devem apoiar o ensino, a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento institucional. Então, essa taxa que eles recolhem para poderem trabalhar conosco pode ser aplicadas nessas áreas todas. E a maioria vai para as questões do

dia-a-dia da própria universidade, ajudando a pagar as contas e fazendo os investimentos de pequeno porte que a universidade faz no dia-a-dia.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E aquisição de bens para a universidade a partir desses recursos através das instituições? Mesmo que haja controvérsia sobre a questão que levantou-se sobre uma suposta questão moral em relação à aquisição de bens para ser utilizados pelo Reitor? Para que a gente possa esclarecer, esse imóvel é um imóvel do Reitor, é um imóvel privado ou é um imóvel da universidade? Pertence à universidade ou é um imóvel privado?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – O imóvel pertence à Universidade de Brasília. Eu tenho uma escritura aqui que posso passar às mãos de V.Ex^a. Ele foi fruto de uma parceria de anos atrás, como os outros imóveis que a universidade possui. E o investimento que foi feito foi no imóvel, e em bens que se encontram hoje tombados e presentes naquele imóvel.

Então, no sentido pessoal, não há qualquer mistura dessas duas coisas. Inclusive eu desocupeei o imóvel porque eu via no debate público que não se conseguia separar o público e o privado. Então o imóvel é da universidade, os bens que ali estão são da universidade. Nenhum deles é meu ou pode ser usado por mim a não ser no exercício da Reitoria da UnB.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O mesmo ocorre com a aquisição do automóvel da universidade? É um bem da universidade?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Sim. O automóvel foi comprado para servir à Reitoria da UnB. Ele é doado pela fundação para a universidade. O automóvel brasileiro de tamanho médio que substituiu outro que foi destruído num acidente alguns meses atrás.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A FINATEC, qual é a relação? Como é que se dá essa relação da UnB com a FINATEC? O senhor já disse que há uma separação. A universidade não interfere. Mas o corpo de pessoal da FINATEC, pesquisadores... São todos da Universidade de Brasília?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Quando falo que é separado, é a gestão é separada. A reitoria da UnB, os órgãos de gestão da UnB não têm ingerência na fundação e vice-versa. Agora, ela se estrutura de acordo com o estatuto dela, e de acordo com as leis que eventualmente incidem. Então como qualquer fundação ela tem seus conselheiros que elege a sua Diretoria e conduz os seus negócios lá na localidade ou na sede daquela fundação. Então nesse sentido

podem ser professores como podem não ser, mas é um ente independente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Há uma discussão intensa entre todos, e acho que talvez uma das principais questões levantadas pelo Ministério Público, como responsável em fiscalizar as fundações, sobre as fundações estariam se desviando da legislação, na verdade, digamos assim, as universidades e as fundações em conjunto tratam de burlar as Leis de Licitações. Quer dizer, na verdade são criadas para dar-se um jeitinho. Como é que vamos resolver o problema da contratação, digamos assim, de um professor de uma universidade européia ou americana, que nós queremos trazer aqui para a Universidade de Brasília. No caso específico da Universidade de Brasília como ela é uma fundação digamos que ela teria essa possibilidade. Mas no caso de não termos essa possibilidade, não termos uma fundação, seria por meio das fundações que se fariam esses contratos. Isso estou falando com professores. Mas o mesmo pode acontecer com a contratação de serviços e até mesmo de pesquisas. Se encontrar uma maneira que ao invés de contratar no mercado que está cheio de instituições, de consultorias, empresas que prestam esse serviço, se estaria utilizando um instrumento que seria a fundação para burlar a licitação e via de regra isso aumentaria o custo. Porque se eu tenho que passar de 6% a 10% para a Universidade de Brasília eu já estou aumentando os custos dos serviços extraordinariamente. Se nós licitássemos isso no mercado, eu poderia ver também não só a capacitação técnica, mas também as condições de preço que seriam oferecidos no mercado através de um processo licitatório.

Então, essa relação, as universidades, elas usam hoje basicamente as fundações para fugir da Lei de Licitações? Poder contratar, poder ter serviços, e até mesmo pesquisas e poder também prestar o seu serviço quando na base da extensão universitária esses serviços seriam praticamente não remunerados? E na base da contratação da fundação esses serviços são remunerados são feitos pelos professores da universidade que receberiam assim uma remuneração dupla. Eles recebem como professores da Universidade de Brasília e recebem também uma remuneração ou para fazer pesquisa ou para prestar um serviço a uma instituição, a Prefeitura, um Governo do Estado, ou outro órgão público ou privado? Quer dizer, essas fundações elas são instrumento dessa burla?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Eu creio que de um modo geral isso não se aplica. Eu digo por quê. Nós temos nas nossas relações com as fundações elas são amarradas em termos legais. Em termos de contratos

e convênios. De modo que alguma tentativa de usar esse instrumento para burlar a legislação seria detectado no primeiro momento. O tipo de contrato que é comum é para realizar atividade de apoio à atividade de pesquisa da própria universidade. Inclusive órgãos como a FINEP exigem a presença de uma fundação para apoiar a pesquisa na universidade, em parte possivelmente ou duvidar que a universidade dê conta da gestão desse processo.

Então, esses são... Essas relações são abertas, elas são públicas, elas estão no Diário Oficial da União, e elas são passíveis de fiscalização a qualquer momento pelo Ministério Público, pelo lado da fundação, e pelo Tribunal de Contas e outras entidades pelo lado da universidade. O nosso esforço tem sido, e as nossas normas internas elas têm buscado cada vez mais estabelecer clareza nessas relações justamente para evitar esse tipo de situação. E na lei que rege as fundações de apoio, se elas recebem recursos públicos, elas se obrigam a proceder a licitação na forma da lei. Da mesma maneira que nós o fariamos. De maneira que não tem como alguém repassar o recurso e ele ser gasto de outra forma. Aquele recurso público que vai para uma fundação ele é acompanhado pelos órgãos de fiscalização federais, e por nós também que somos responsáveis por ele no caso, que dissemos nós a origem.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Mesmo do ponto de vista da gestão a universidade estando separada das fundações que atuam no âmbito da universidade, quer dizer, estamos separados na gestão, mas as fundações estão dentro da Universidade de Brasília. Elas têm essa ligação física já direta com a Universidade de Brasília. A universidade, ela acompanha a atuação dessas fundações? Porque o Ministério Público tem a sua responsabilidade, o Tribunal de Contas tem a sua responsabilidade, mas sendo essas fundações todas atuando dentro da universidade, digamos assim, a universidade tem acompanhado, ela tem estabelecido um grau de controle mínimo? E seguindo, tem sido colocado aqui publicamente que a universidade ao invés de estar se beneficiando dessas fundações, como o senhor já colocou que uma parte de patrimônio é transferido já nos convênios para a universidade, ao contrário, a universidade tem sido talvez o principal financiador no caso da FINATEC, seria o principal financiador dessa instituição, dessa fundação. Em prejuízo da universidade, em prejuízo da pesquisa, em prejuízo da finalidade da universidade. Quer dizer, nós estaríamos, a universidade estaria retirando recursos da universidade e transferindo para a FINATEC. Um dos requerimentos que nós apreciamos aqui trata especificamente de recursos entre 2002 e 2007 que

dá conta que a universidade transferiu 23,1 milhões à FINATEC e que isso representaria nesse tempo 30% de toda a verba recebida pela entidade no período. Seria muito importante para nós que o senhor esclarecesse esse episódio de que a universidade está financiando a FINATEC também no âmbito desse conjunto de informações que eu estou oferecendo agora.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Eu não posso confirmar o valor que o senhor citou assim sem ter os documentos. Mas certamente ele se desdobra em termos formais, contratos e convênios em termos e acordos entre as duas instituições. Mas em nenhum momento se pode imaginar que ao contratar uma fundação para desenvolver um projeto ou apoiar um projeto, se está repassando recursos para financiá-la. Ela tem que se financiar com os recursos que ela levanta no mercado, com os recursos que ela obtém de outra forma. Nós fiscalizamos, somos obrigados e temos como fiscalizar as relações estabelecidas nos termos que nós assinamos com eles.

Então, se um contrato está sendo executado por uma fundação da UnB, nós temos como acompanhar diretamente todos os detalhes desse processo. O que nós não acompanhamos e não temos o conhecimento direto são eventuais contratos que ela celebre com terceiros, sem a participação da universidade. Essa parte realmente é o Ministério Público que tem um papel mais importante. Mas no caso da UnB e creio que das outras universidades, esses contratos são fiscalizados até porque nos interessa sobremaneira o resultado deles. Desses contratos. E há situações onde as fundações, que não é o nosso caso, mas onde as fundações operam os hospitais das universidades. Há situações onde eles operam um laboratório específico ou dão apoio específico a algum laboratório. E há outras que são mais genéricas. A FIPE, por exemplo, da Universidade de São Paulo é uma grande fundação ligada à universidade que faz a pesquisa econômica, parte sensível, parte importante dela para o País.

Então, as situações são muito variadas, mas o que eu posso afirmar com toda certeza é o esforço das universidades de cada vez mais cercar essas questões e no nosso caso de termos tudo no preto e no branco. Então nós pudemos levantar os recursos que o senhor eventualmente se refere saber de onde vem, para que é que servem para onde foram e poder prestar contas à sociedade.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Então o senhor considera que a universidade não é uma instituição que financia esta fundação?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Nosso papel... O papel da fundação é de apoiar a universidade. Então,

ela tem esse dever e esse é o objetivo de cada termo, cada contrato que se firma e que pode ser avaliado individualmente e coletivamente nesse sentido.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Quanto ao leque de atuação da FINATEC? Porque embora essa seja uma pergunta que nós queremos fazer ao dirigente da FINATEC, mas como ela é uma instituição ligada intimamente à universidade, e o senhor está na Reitoria já algum tempo, então tem condições de nos esclarecer nesse aspecto. Então a FINATEC ela estabeleceu um raio de atuação largo. Ela atua com Prefeituras, com Governos dos Estados, com estatais, com empresas públicas, autarquias, empresas privadas, embaixadas, ela atua no exterior com outras universidades estrangeiras... Esse leque de atuação se deve ao papel da Universidade de Brasília, ou ao utilizar a FINATEC como um instrumento para mais uma vez voltarmos ao problema central do debate que é a burla à legislação que exigiria para um Município, para um Estado, para uma empresa estatal contratar esse serviço através de um processo de licitação? Quer dizer, é a capacidade, quer dizer, é o conhecimento, é o domínio do saber da Universidade de Brasília ou nós estamos diante de um episódio também de tentativa de se burlar o processo licitatório por Prefeituras, Governos dos Estados e outras instituições através da FINATEC?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Eu não saberia comentar as relações da FINATEC com outros parceiros. Só tenho de segunda mão essa coisa das Prefeituras, etc. O que eu sei é que nas relações entre a FINATEC e terceiros que nós participamos, formalmente da parceria, nós temos como fiscalizar e assegurar de que isso são... Se dá em cumprimento à função da universidade. Esse é o nosso dever. A universidade tem um papel extremamente amplo na sociedade. Se diferencia cada vez mais especialmente na medida em que as tecnologias surgem, as pesquisas se ampliam. O Brasil hoje é um País pesquisador. É o 15º produtor de conhecimento no mundo. E isso exige universidades fortes, universidades com recursos, e exige mecanismo para que essas pesquisas se dêem.

Então, nós podemos responder por aquilo que a nossa universidade se envolve com essas fundações, mas sobre as relações com terceiros não teria condições de informar à Comissão.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O Ministério Público está investigando a universidade? Diretamente? A Fundação Universidade de Brasília?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Bom, nós somos órgão federal. Então cabe... Nós somos fiscalizados pelo Ministério Público Federal...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A respeito desses casos que simultaneamente está sendo investigado a FINATEC junto com a Universidade de Brasília.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Nós não estamos notificados de nenhuma investigação. Até porque o Ministério Público do Distrito Federal não tem jurisdição sobre a UnB. Tem jurisdição sobre as fundações e outras áreas, mas nós somos órgão federal, portanto cabe ao Tribunal de Contas, Ministério da Educação, e outros também...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Ministério Público Federal não...

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Sim, tem todo direito de...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Mas ele tem promovido investigação a respeito desse?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Não fomos notificados.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A UnB a respeito desses gastos, mesmo praticado pela FINATEC, ela acompanha a execução desses projetos? Voltemos ao episódio. No caso de uma reforma da Reitoria da universidade, da Casa do Reitor, da compra de equipamentos como automóveis, é a universidade que especifica o que deseja da FINATEC ou a FINATEC por sua conta resolve...

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Não. A relação a universidade especifica na sua esfera administrativa ...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu quero esse tipo de automóvel, eu quero esse tipo de reforma...

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Especificação técnica da forma de qualquer... Não saberia dizer especificamente caso a caso. Mas há uma especificação técnica, se encaminhada à fundação ela promove um processo de aquisição e aí depois faz a doação do equipamento para a universidade.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E vocês acompanham também... Há um instrumento de fiscalização interno da universidade?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Nós temos uma auditoria própria, nós temos... Que audita internamente as atividades da administração, faz relatórios para a Relatoria e emite documentos de administração para a unidade administrativa da Universidade de Brasília.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A universidade poderia transferir essas informações para a Comissão Parlamentar de Inquérito?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – O relatório de auditorias? Podemos, sim, com certeza sim.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Seria conveniente para que nós pudéssemos fazer ao nosso juízo como Relator que o senhor pudesse transferir essas informações. Eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – (pronunciamento fora do microfone) Senador Inácio Arruda, eu vou seguir então passando a palavra pela ordem de inscrição aos Srs. Senadores. O primeiro inscrito é o Senador Alvaro Dias. Logo após o Senador Sibá Machado. Tem a palavra o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Reitor. Eu creio que inicialmente é prudente apartar a instituição dos eventuais escândalos que ocorrem. Distinguir os que integram a instituição da instituição. Especialmente uma instituição de história importante para o País como é a Universidade Nacional de Brasília. A história tem que ser preservada, a grandeza da instituição tem que ser reconhecida, e os eventuais equívocos praticados por seus integrantes é que devem ser condenados, e não a instituição. Eu de início, Sr. Presidente, Sr. Reitor, eu gostaria de indagar sobre a Secretaria de Empreendimentos que foi instituída em 2005, por V.S^a, que gastou 10 milhões no ano de 2005, e foi extinta no ano seguinte. No total, seis milhões foram para fazer 600 pagamentos a pessoas físicas e três milhões para diversas ONGs. E nós temos aqui a lista das principais ONGs que receberam esses recursos. A ONG que mais recebeu foi a Saber Soluções Eficazes e Criativas em Políticas Públicas e Sociais. Eu pergunto ao Sr. Reitor: O senhor sabe quem era o proprietário desta ONG que promete soluções eficazes?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Eu assumi a Reitoria em novembro de 2005. Em seguida esse órgão foi extinto. Eu não tenho conhecimento da sua atuação, órgão Secretaria de Empreendimentos anterior àquela data e posteriormente ela não atuou mais.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Ela foi extinta no ano de 2006, a Secretaria. O senhor sabe por que é que ela foi extinta? Qual foi a razão da sua extinção?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Na minha avaliação ela não estava prestando o serviço que se esperava dela para a universidade, que era de oferecer apoio às iniciativas dos diversos órgãos da UnB, e oferecer estrutura para que essas iniciativas pudessem se levar adiante.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O senhor afirma que não conhecia, não sabia quem era o responsável por essa ONG. Ela pertencia a Raimundo

Ferreira da Silva Júnior. Evidente, a menos que seja homônimo, mas Raimundo Ferreira da Silva Júnior é um cidadão que na época do escândalo do Mensalão era Vice-Presidente do PT no Distrito Federal, e Assessor de um Deputado. Ele renunciou o cargo depois de confessar que sacou 100 mil reais na boca do caixa do BANCO RURAL. E tem alguma relação com a extinção dessa secretaria?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Não sabia da relação com essa ONG nem da sua direção. Nada sobre esse assunto, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Além dessa ONG, outras duas também estavam ligadas a políticos. A ONG Cata-Ventos e Cidade Viva, cujo nome oficial é ONG Cidadão do Futuro. V.S^a não tinha conhecimento disso?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Eu não tenho conhecimento de detalhes sobre esses projetos não, senhor.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E o senhor sabe nos dizer... As ONGs são... As três principais são essa Saber, a Cidade Viva e a ONG Cata-Ventos, são ONGs ligadas a políticos do partido do Governo. Há nomes de pessoas que receberam valores acima de 100 mil reais. E eu gostaria de saber se o senhor tem explicação para isso. Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – É professor da universidade.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Recebeu valores acima de cem mil reais em função do quê?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Não sei, Senador. Teria que levantar isso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E Danilo Nolasco Cortez Marinho?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Também professor da UnB.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Ou seja, essa Secretaria fazia pagamentos a professores da universidade, né?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Aparentemente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Há uma justificativa para esses pagamentos... Pagamento a que serviço prestado...

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Os professores das universidades federais podem atuar dentro da legislação em conexão com projetos que a própria universidade desenvolve e há toda uma legislação inclusive interna nossa a respeito disso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu creio, Sr. Relator, que seria interessante que o Reitor encaminhasse à CPI o Relatório especificando a razão

desses pagamentos. Até porque a Secretaria foi extinta e deve ter alguma razão que justificou a sua extinção. E obviamente há suspeitas sobre a destinação de recursos que nós queremos esclarecer. Eu quero também indagar... Isso é desconfortável fazer isso tipo de indagação, mas é uma indagação necessária. A imprensa divulgou que em 2007 o seu cartão corporativo foi responsável por compras em supermercados, mercearias, lojas de quitutes sofisticados no valor de 70 mil reais. O seu Assessor que fez parte das compras declarou que eram compras para recepções e homenagens a autoridades. A decoração de seu apartamento... Eu antes indagaria do Reitor o seguinte. O senhor acha que os recursos destinados pelo Poder Público à universidade para pesquisa científica e tecnológica são recursos suficientes? Ou são escassos?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Senador, eu nunca possuí cartão corporativo...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu fiz outra indagação agora.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Sim, mas gostaria de esclarecer...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Vai esclarecer em seguida. Mas essa é uma indagação importante para que eu possa prosseguir na indagação que pretendo formular ao senhor.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Não. Os recursos públicos são escassos, com certeza, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – São escassos.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Sim.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então o que justifica desviar, por exemplo, 470 mil reais, conforme a imprensa divulgou na decoração de um apartamento, recursos oriundos de uma fundação que tem como foco a pesquisa científica e tecnológica? Há escassez de recursos para Ciência e Tecnologia. E apesar disso se utiliza... Isso é prioridade? Na visão estratégica do Reitor, a prioridade é decorar o apartamento ou sustentar pesquisas científicas e tecnológicas a bem do País?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – O apartamento foi preparado por decisão do Conselho máximo da universidade, Senador. Não por decisão pessoal.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Que o senhor preside.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Eu presido só um voto em seis, e inclusive não estava presente quando esse assunto foi discutido.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É uma prioridade no mínimo esdrúxula. Mas eu prossigo na indagação sobre a utilização do cartão. Outra CPI será instalada, provavelmente esse assunto será revivido.

Mas há aqui despesas como lixeira de mil reais, saca rolhas, cinco TVs de plasma, decoração do apartamento, etc. Eu creio que é que há aí no mínimo um exagero em matéria de conforto diante da pobreza que há relativamente às necessidades do ensino superior no País. O ex-diretor da FINATEC, Francisco Ricardo da Cunha, declarou que tinha medo de assinar essas despesas e acabou renunciando e denunciando o fato ao Ministério Público. Ele tinha medo de assinar essas despesas. O senhor não tinha receio de executar?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – O material foi especificado na área técnica da universidade e encaminhado para a FINATEC. A FINATEC tinha toda a liberdade de recusar ou de entender que não seria dentro da finalidade dela fazer esse tipo de despesa. Toda a liberdade para isso e então a universidade teria que encontrar outra solução.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É exatamente em razão da liberdade que se praticou o abuso. E nós achamos que tem que haver responsabilidade no exercício da liberdade. Dois apartamentos para o Reitor da universidade, há justificativa também para isso? Cinco TVs plasma caríssimas?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – O material que foi comprado foi especificado pela área técnica, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas qual a razão das 5 TVs no apartamento?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Não sei explicar, Senador. Não foi decisão minha.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Era uma em cada apartamento, enfim...?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Não sei explicar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A quem o senhor acha que nós devemos buscar explicações?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Isso foi definido na área técnica da universidade, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu acho que é impressionante que a área técnica adote uma decisão dessa natureza. Eu quero indagar sobre a editora da Universidade Nacional de Brasília. Ela deveria produzir livros, mas não me parece ser essa a sua função. Desde o início da sua gestão os recursos para a editora cresceram mais de 100%. Em 2007 os gastos somaram o dobro do que foi gasto com o hospital universitário. A editora gastou quase 50 milhões de reais em 2007. Desse montante 13 milhões foram repassados para FUNSAÚDE, outra ONG da UnB. Quase tudo destinado a saúde de povos indígenas em Mato Grosso. No total foram 18 milhões de reais. Nós deparamos com diversas ONGs da FUNASA envolvidas

com irregularidades nessa mesma atividade. E evidente que nós esperamos que não seja este o caso. Mas eu pergunto: O senhor assinou convênio com o Ministério da Saúde ou FUNASA relativo a esses recursos? E quais eram as partes desse convênio?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Eu creio que esse convênio antecede a minha gestão. Eu não tenho certeza, Senador, mas...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – 2007.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Não, 2007 então sou eu o responsável. Mas esses detalhes eu não sei. Mas eu posso providenciar...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Nós vamos pedir ao senhor que nos encaminhe os detalhes desse convênio.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Pois não. Com todo prazer.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Quem era o coordenador responsável pela execução? O senhor sabe?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – O Diretor Executivo da editora chama Alexandre Lima.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Alexandre Lima. E o senhor sabe que o Sr. Alexandre Lima responde a um processo de improbidade administrativa?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Eu sei que ele foi... Que processo foi encaminhado à justiça sobre isso. Sim. É questão de 15 dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E o senhor sabe que o patrimônio dele teve um aumento sete vezes sem origem, sem comprovação? Aumento patrimonial.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Não sei, Sr. Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Porque tanto dinheiro para a editora? Quantos livros foram produzidos em 2007 com esses 50 milhões?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – A editora da UnB é financeiramente autônoma em relação à universidade. Ou seja, a universidade não repassa recursos para ela. Ela levanta recursos da venda dos seus produtos, dos seus livros, etc., e de outros projetos para subsidiar justamente a produção dos livros. Além disso, ela paga essa taxa FAI para a universidade de projetos que ela levanta de forma que ela também ajuda a sustentar a UnB com esses projetos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Nós estamos convocando o responsável pela editora, mas eu quero dizer ao senhor, o senhor não diz quantos livros foram editados, quer dizer, sei que foram editados somente 50 livros. Ou seja, um milhão de reais por livro. Se foram repassados 50 milhões, se a edi-

tora gastou 50 milhões em 2007 e foram editados 50 livros, ela gastou um milhão de reais por livro. O que o senhor acha disso?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Com certeza o recurso de contrato e convênio é gasto grande parte na sua execução. Então, se a editora atuou na esfera de saúde indígena esse recurso foi gasto com a saúde indígena. Não com as publicações.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas o senhor não sabe desses gastos para a saúde indígena no Mato Grosso, né? Já disse antes. O senhor não sabia quantos livros foram editados. Essa editora não está sob a esfera administrativa da reitoria da universidade?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Com certeza, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O senhor é responsável pela editora.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Com certeza.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E o senhor não autorizou esse desvio de função?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – A editora está num processo já há vários meses de desmembramento justamente para separar a parte de editoração da parte que busca levantar recursos através de projetos de trabalho.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu não consigo entender como uma editora possa investir em saúde dos povos indígenas do Mato Grosso. E o Reitor não ter notícia, não ter conhecimento das razões desse investimento, quantos milhões foram investidos e de que forma em função do que, qual foi a exigência... Isso não se discute na universidade?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – A editora foi contratada pela FUNASA para fazer esse trabalho. E desenvolveu com a equipe inclusive envolvendo médicos da própria instituição. Então a editora atuou com uma infra-estrutura administrativa para um projeto de cunho social de interesse do Ministério da Saúde, que é o caso aí da saúde indígena. Tudo isso está registrado, Senador, eu não tenho memória de detalhes...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Não sabe quantos funcionários existiam no serviço dessa editora, da FUNSAUDE?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Não, senhor.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Não sabe se eles tinham condições de assumir essas funções lá no Mato Grosso?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Sei que os serviços foram prestados e os relatórios feitos para a FUNASA.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Agora para seu conhecimento o que se sabe, o que se divulgou é que por coincidência a malária explodiu entre os índios depois de firmados esses convênios. O senhor sabe desse fato?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Os relatórios que eu vi, Senador, eram alvissareiros, não tinham esse tipo de teor. Mas não tenho memória de detalhes, não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O senhor não tomou conhecimento então das irregularidades havidas da FUNASA com esse programa de saúde indígena? Não chegou ao seu conhecimento essas irregularidades?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Da FUNASA, não senhor.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Bem, nós vamos ouvir na CPI o Diretor desta editora exatamente para tentar buscar esses esclarecimentos. Eu estou chegando ao final, Sr. Presidente, o senhor me concede mais uns minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Por favor.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O senhor conheceu a Sr^a. Dóris que trabalha na UnB?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Senhora...?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Dóris.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Tem mais de uma pessoa com esse nome, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A UnB paga a residência de funcionários ou não?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A TV de Brasília divulgou que o hospital universitário, mantido pela UnB, não pagava a conta de água desde junho de 2005. A dívida chegava a quatro milhões. Não houve o corte de água por se tratar de um hospital. A água não poderia ser cortada, evidentemente. E os professores e alunos se queixam do abandono das instalações da universidade e dos seus centros de pesquisa. A universidade alega que há falta de verbas. É essa a alegação da universidade ou eu estou equivocado?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Eu concordei com o senhor quando disse que a verba pública é escassa, Senador. Agora, os trabalhos da universidade são organizados em programas e em... Que se cumprem ao longo do tempo. E os investimentos na área acadêmica têm sido expressivos ao longo dos últimos anos a ponto de podermos contar com 15 prédios em construção nesse momento alguns deles sendo inaugurados nos próximos meses para área de biologia, de química, de administração, de economia, de odontologia, farmácia, a universidade está em plena expansão,

Senador e com recursos públicos que ela própria gere que ela própria investe.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, eu não vou abusar da generosidade de V.Ex^a, vou encerrar, mas registrando apenas que não somos nós que desejamos, não. A sociedade brasileira exige que se explique porque uma universidade não tem recursos para pagar água no hospital universitário e tem recursos para a decoração luxuosa no apartamento do Reitor. É a pergunta que certamente paira e gostaria a sociedade fazer ao Sr. Reitor. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Senador, as contas de água e luz do hospital foram renegociados de forma que a dívida foi estendida no tempo e elas estão sendo colocadas em dia mês a mês pela universidade.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Agora, o apartamento foi pago a vista.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – O apartamento levou vários meses, Senador, para ser montado. Pelo que eu sei. Vários meses.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço ao Senador Alvaro Dias, e concedo a palavra ao Senador Sibá Machado anunciando como próximo orador o Senador Jefferson Peres. Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, Dr. Timothy Mulholland, eu gostaria de saber em primeiro lugar de V.Ex^a, se já foi respondido, mas é bom frisar, quem de fato forma a FINATEC, quem são as pessoas que compõem a FINATEC. São professores, são pessoas de fora do ambiente da universidade, quem de fato forma a FINATEC e consecutivamente as demais fundações.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Bem, elas são entidades de direito privado com estatutos e regimentos próprios. E a princípio qualquer pessoa pode compor o Conselho ou a direção dessas fundações. Predomina hoje estatisticamente, predomina a presença de professores da UnB nessas funções.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E o próprio Reitor, Dr. Timothy participa de alguma dessas fundações?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Não. E nem indico membros para conselho e nem para direção deles.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O senhor não é membro de nenhuma delas.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Não. Nunca fui, Senador.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Foi dito aqui hoje ao longo dos debates que a FINATEC faz con-

trato de serviços com muitos entes públicos, inclusive aparece o nome do próprio Senado Federal, de outras instituições. E eu pergunto: Tem alguns dos programas da universidade que porventura a FINATEC ou uma das outras fundações contrata serviços?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Me perdoe, eu não entendi a pergunta.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – A FINATEC tem contratado serviço de muitos entes públicos.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Ela tem sido contratada.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim. Tem sido contratada. Aí eu pergunto que se dentro dos programas da universidade ela também tem contratado para executar alguns desses programas?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – A universidade tem contratos e convênios com as diversas fundações dentro dos diversos propósitos...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Que executa esses programas?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Isso. Agora também tem situações que eu mencionei aonde a universidade e uma fundação é contratado por um terceiro para desenvolver algum projeto.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Foi dito também que essas fundações têm por obrigação fazer um repasse do valor do contrato que varia até 10%.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Elas têm obrigação de criar um fundo de apoio institucional à UnB na sua contabilidade para essa finalidade.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas esse recurso entra na contabilidade formal da instituição Universidade de Brasília?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Ela entra como bens e serviços doados à universidade?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas em espécie?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Em objetos comprados ou serviços prestados.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não entra recursos financeiros?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Recursos financeiros não, senhor.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas o senhor poderia nos mensurar uma espécie de média em valores financeiros embora que não em espécie dessas transferências?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Das fundações?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Das fundações para a universidade.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Supera com certeza um milhão de reais por ano das fundações.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – A somatória das fundações todas varia em média um milhão de reais?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Posso fornecer esses dados precisamente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Em bens e serviços. Isso seria muito importante. Quero insistir numa outra pergunta porque eu fui até desafiado pela imprensa a visitar as instalações da UnB que eu conheço muito pouco. As preocupações apresentadas por muitas pessoas de que determinados ambientes da universidade estão em franca depreciação e a exemplo a residência dos alunos, e foi-me pedido até para visitar o refeitório e tantas outras coisas que eu acabei por falta de tempo não fazendo. E a pergunta que eu quero fazer é como se dá as reuniões que decidem as prioridades dos investimentos da universidade. Por exemplo, como se decidiu que faria o melhoramento deste apartamento e não o melhoramento de outras instalações que venha a facilitar a vida dos estudantes?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Uma coisa não excluiu a outra, Senador, inclusive...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas a preocupação é: Onde é que se reúnem, quem decide, quem toma essa decisão?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – No orçamento da universidade estão previstos todos os programas ligados a essas áreas.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas quem é o colegiado que decide?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Vários colegiados que opinam e o Conselho Universitário e depois o Conselho Diretor.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas no Conselho Universitário estão lá todas as partes, o docente, o funcionário de apoio e os estudantes?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Estão. Eu gostaria...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Os estudantes concordam então que essa prioridade também foi importante?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – O orçamento foi aprovado, Senador. Ele não se aprova detalhadamente em cada projeto. Ele se aprova em programas. E se o senhor permitir eu gostaria de falar sobre a casa do estudante, são instalações como muitos de Brasília que são de 30 e 35 anos atrás, e eles estão mostrando a sua idade. E quando caiu uma placa de concreto lá no ano passado nós mandamos fazer uma perícia detalhada do prédio, os engenheiros da própria universidade fizeram e essa perícia mostra que a estrutura

tem solidez, mas que exige reformas. Então está sendo feito agora o projeto das reformas em que a casa do estudante que são duas edificações terão sua estrutura reforçada e então concluída a reforma será novamente entregue à moradia dos estudantes.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu quero usar como exemplo, como as fundações não podem transferir recursos financeiros em espécie, transfere ou por serviço ou por bens, se porventura tivesse tido um entendimento que dos repasses do ano X seria transferido para recuperar esses ambientes, isso teria sido aceito e é uma coisa legal dentro da universidade?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Perfeitamente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Se isso ocorrer agora, por exemplo, agora em 2008 os repasses concernentes de 6 a 10% das fundações para recuperar esses espaços, residência estudantis e outras coisas mais, isso é plenamente possível?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Com certeza. Apenas não há a necessidade da vinculação do recurso. Se tem que ter é o programa aprovado, estabelecido quais são suas metas e a administração tem que buscar os recursos para financiar. E assim vem fazendo, Senador. O ano passado só em reformas de natureza local, etc., foram mais de cinco milhões de reais.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Olha, nós tivemos aqui um farto debate hoje sobre a legalidade desses contratos. E se viu que a FINATEC já opera com esses contratos há muito tempo. Foi falado até de desde 1992 para cá. E o que o Ministério Público nos trouxe aqui foi uma vasta legislação contestando essa legalidade. E eu fiz uma pergunta que eu gostaria de reproduzir. Até mesmo porque a UnB tem um curso de direito, e a instituição como um todo tem um respeito muito grande de todos os brasileiros. E a pergunta que eu faço é: Seja a procuradoria interna da universidade, seja o curso de direito da universidade, não observou que estes contratos são viciados de legalidade assim como afirmou o Ministério Público Federal que aqui nos tratou deste problema hoje de manhã?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Bem, os contratos que a FINATEC ou qualquer fundação faça com terceiros nós não temos conhecimento nem como julgar. Mas os contratos que são feitos conosco passam pela nossa Procuradoria que faz parte da Advocacia-Geral de União.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas tem um vínculo aqui que é nele que eu quero me apegar. Se o contrato A, ou B ou C é de natureza viciada com o contratante e o contratado, que é a FINATEC mais o contratante. Ela repassa do valor desse contrato um valor X para a instituição em forma de bens e serviços como V.Ex^a afirmou. Esse valor no meu entendimento

ele vem eivado de vício, de ilegalidade, porque o contrato já é uma ilegalidade. Assim afirmou o Ministério Público. E, portanto, a minha pergunta volta à tona. Se é de natureza viciada a universidade não poderia receber nenhum centavo fruto desses contratos.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Concordo com a lógica do Senador, porém não tem vício em qualquer um desses contratos.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu preciso dessa resposta um pouco mais clara, por quê? Porque nós estamos diante das pessoas aqui do Congresso que faz a lei. O legislador. Estamos diante de fiscais da lei que são aqui os representantes do Ministério Público. E estamos diante de uma instituição que forma os pensadores da interpretação da lei que é o curso de direito da universidade. E se estas partes estão diante de uma contestação que não é pequena, sobre a natureza do vício desse contrato que vicia na legalidade. Isto quer dizer, que a UnB acaba sendo beneficiada por estes vícios. E eu estou aqui dizendo que se é uma verdade que o Ministério Público nos diz, a universidade inteira recebeu durante muito tempo recursos de vícios legais. E, portanto, eu queria dizer se V.Ex^a concorda que o Ministro tem razão ou discorda da razão do Ministério Público?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Senador, eu não me cabe opinar sobre questões jurídicas. Eu não sou jurista. O que eu posso dizer como gestor é que contratos dos quais nós participamos passam por um crivo para a segurança ou legalidade, antes, durante ou depois da sua execução. De forma que nós nos sentimos bastante seguros com os contratos que nós firmamos. Se há ilegalidade em outros contratos firmados por fundações ou quem quer que seja, eu creio que é possível recorrer a justiça, ou alguém encaminhar à justiça algo que interrompa ou de alguma maneira impeça a realização desses contratos. Mas eu não sou jurista, não saberia comentar além disso.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Quando a universidade faz... A universidade, desculpa. A FINATEC ou outra fundação faz um contrato com qualquer ente para a prestação de serviços e aí no caso foi visto aqui pela investigação do Ministério Público que em geral a FINATEC sub-rogou, ela recontratou, ela terceirizou o serviço ao longo de todas as experiências que ela fez, dita aqui também pelo Ministério Público, a pergunta que eu faço é: Professores da universidade, membros do quadro da universidade ao participar da execução do trabalho eles estão participando pela FINATEC ou estão participando como se fossem terceirizados dessa ação?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Formalmente eu não saberia lhe dizer, Senador. Se eles participam legalmente, eles passam por uma autorização da própria universidade para participar de atividades desse tipo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É legal um professor da universidade... Eu não gosto de usar essa expressão, mas não pegue ela ao pé da letra. Vou pegar só porque não estou encontrando outra frase. Ele pode vender serviços? A instituição UnB, o professor pode vender um serviço para uma instituição outra?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – O professor em dedicação exclusiva não pode atuar como autônomo. Ele pode trabalhar em projetos que a universidade seja contratada. Aí a legislação interna estabelece as circunstâncias. E isso exige autorização da parte do seu departamento.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – A pergunta que eu faço, por exemplo, pode empresa privada que está desenvolvendo, por exemplo, um liquidificador, e pagar a universidade para desenvolver esta tecnologia ou coisa parecida? Isso que eu quero perguntar.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Sim. A empresa pode contratar a universidade para prestar...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E não a FINATEC?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Pode contratar a FINATEC também.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não, mas essa resposta tem que estar clara. A UnB, enquanto instituição, pode vender esse tipo de serviço?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Pode e faz e vende.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E como é que o professor é remunerado nela?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – De acordo com a norma interna. Tem que ser atividade realizada fora do seu horário de expediente, há uma série de restrições aí.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E a remuneração via FINATEC ocorre?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Aí tem que perguntar à FINATEC. Porque a remuneração que nós podemos autorizar é feita por nós mesmos. Pela própria universidade.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Vou encerrar, Sr. Presidente, mas perguntaria, como é que se mensura o valor de um valor contrato extemporâneo? O professor ao fazer um trabalho dessa natureza como é que justifica o pagamento dele? Baseado em quê?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Tem uma tabela que qualifica as atividades.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Essa tabela é do sindicato ou da própria instituição?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Não, ela é da própria instituição seguindo orientação do TCU.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu que agradeço ao Senador Sibá Machado. Passo a palavra ao Senador Jefferson Peres sendo a próxima oradora a Senadora Lúcia Vânia. Senador Jefferson Peres, está com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Boa tarde, Sr. Reitor. Sr. Presidente, o Senador Alvaro Dias já fez, se antecipou e fez três perguntas que eu ia fazer. A pergunta fundamental, acho que o Senador também fez, por qual critério numa escala de prioridades um apartamento do Reitor de qualquer universidade deveria ser reformado e decorado luxuosamente? Acho que não há resposta para essa pergunta aceitável. Não é. Eu sou... Eu me sinto até constrangido porque eu sou professor aposentado da Universidade Federal do Amazonas. E eu nem vou crucificar o meu colega que está depondo hoje. Eu acho que ele é parte de uma cultura dominante no País. E que no fundo é o que a falta de zelo com a coisa pública. É a triste verdade, e que contaminou até parte do meio acadêmico. Nos anos 70, já vou terminar, Sr. Presidente, que eu não vou fazer perguntas.

Nos anos 70 um brasileiro genial Mário Henrique Simon tão genial que ele decifrava fórmulas matemáticas complexas e fazia artigos brilhantes sobre música erudita, tão ponto ia a sua largueza mental num livro 2002 profético. Ele dizia o seguinte, no capítulo referente à educação. “É um engano pensar que no Brasil se gasta pouco com educação. Em termos de PIB. Não se gasta pouco. Se gasta é brutalmente mal”. É com muita tristeza que eu constato isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a participação do Senador Jefferson Peres e passo à Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as}. Senadoras, Sr. Relator, Sr. Reitor. A minha pergunta é apenas para complementar o que já foi feito aqui, é no sentido de esclarecer uma colocação que foi feita aqui, pode ser que eu esteja equivocada, pelo Ministério Público. Em que nós podemos perceber que a legislação que rege as fundações é uma legislação caótica. Ela confunde um pouco a questão da licitação, da falta de... Da ausência de licitação, e, ao mesmo tempo, desvio de função. Isso aí deu pra gente perceber que o grande gargalo está aí. Mas, no meio dessa discussão, foi colocado que foi emitida uma resolução pela universidade em relação à fundação. Eu perguntaria: Pode a universidade emitir uma resolução para uma entidade de direito privado?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Nós nos baseamos na lei, e foi citado por mim no início aqui... 8.958 de 1994. Essa lei estabelece, Senadora, as relações entre as universidades federais e as fundações que são chamadas fundações de apoio. É uma lei extensa com bastante detalhe e é nela que nos baseamos para nos relacionarmos com as fundações. Ela foi regulamentada pelo Decreto 5.205/04, que também é razoavelmente extensa e detalha como nós devemos proceder, além de orientações emanadas do Tribunal de Contas da União sobre essas relações. E parte do que essa lei estabelece é que para uma fundação ser considerada uma fundação de apoio à universidade, a própria universidade tem que acolher a sua proposta. Ela não é criada pela universidade, ela é criada na sociedade e a universidade pode acolher ou não. E na UnB para acolher entre outros critérios nós exigimos que hajam uma... Que a fundação ajude a financiar a própria universidade, através dos projetos que ela desenvolve e que auferem receitas para ela. Que são projetos de consultoria, contratos de um modo geral. Não no caso de projetos de pesquisa nem de convênios, nem de contratos com a própria UnB, mas na sociedade onde ela prestar serviços ela é obrigada a recolher uma parte do recurso e disponibilizar para a Unb. Então, a força se tem para cumprir isso para que seja aceita como fundação de apoio à Universidade de Brasília.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Considera que essa resolução flexibilizou ainda mais a legislação que rege as fundações?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Eu acho que ela estreitou, Senadora, ela estabelece estreitas exigências de prestações de contas. As fundações ligadas à UnB prestam contas trimestralmente para a universidade. E elas têm que provar que reservaram esse recurso que está previsto nessa resolução. Então é um esforço da UnB de estabelecer mais controle e que as finalidades da universidade sejam cumpridas com o apoio das fundações.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLMBO (DEM-SC) – Senador José Agripino, o senhor é o próximo.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Timothy Mulholland, eu infelizmente não pude participar por inteira da exposição que o senhor pôde fazer aos membros da Comissão, e por isso me vali de algumas informações que pedi em privado aos membros do Ministério Público.

Veja, aqui na minha frente está sentado o Reitor da principal universidade da Capital da República. Um senhor de aparência digna, certamente com uma carreira acadêmica expressiva que está sob dúvidas

de alguns fatos. Eu devo dizer ao senhor que a minha preocupação não é com o desempenho do senhor como Reitor. É com o uso do dinheiro público através de artifícios onde a universidade que o senhor dirige se insere. Do que eu vi, eu estou preocupado com um fato que está posto. A FUNASA, que é uma instituição meritória, com grandes serviços prestados ao País como um todo, eu reconheço que tem dificuldades para cumprir as suas tarefas. Eu conversava agora a poucos dias com o Presidente da FUNASA, um cearense, meu vizinho, que me dizia das dificuldades que ele tem em contratar pessoas para levar a efeito a missão da fundação que ele dirige. É uma fundação. E a FUNASA me parece que contrata, ou usa fundações outras para atingir os seus objetivos. E vai a minha preocupação.

Senador Inácio Arruda, o cuidado com a saúde dos índios Xavante e Yanomamis levou a FUNASA a contatar a UnB, a FUB, que através da FUBRA num momento e a FUNSAÚDE num momento pudesse chegar no outro momento em matéria de saúde pública aos índios. Não quero aqui discutir se o êxito do atendimento de saúde foi completo ou não, e parece que não. Mas o que me preocupa é a forma. Eu tenho duas perguntas e uma colocação a fazer aos membros da Comissão e ao Relator. Quando a FUNASA recorre à UnB, e a UnB determina a sua coligada FUNSAÚDE para cuidar da saúde dos xavantes, a UnB tem o cuidado de exigir que a FUNSAÚDE tenha meios para prestar o serviço que a FUNASA não tinha, e por isso recorreu à UnB, que recorreu à FUNSAÚDE ou admite que a FUNSAÚDE possa subcontratar serviço? Numa escalada que aí começa a me preocupar, porque me parece um artifício inconveniente ao interesse público. Então essa é a minha primeira pergunta. Se quando a UnB recorre à FUBRA ou à FUNSAÚDE para que ela preste o serviço que a FUNASA não pôde prestar e recorreu a ela. Se exige que essa fundação possa e deva prestar o serviço diretamente ou admite que ela possa subcontratar? Porque subcontratou, abriu espaço para uso questionável de recurso público.

O segundo ponto, a informação que eu tenho é que o valor dos recursos envolvidos em 2006 e 2007, na prestação desses serviços de saúde da FUNASA envolvendo inclusive os índios Yanomamis, atingiu a 170 milhões de reais. Em 2006 e 2007. Se procede ou não.

E por último, se o funcionário gestor das operações de conexão entre UnB, FUBRA, FUNSAÚDE e a ação de saúde pública, com os índios, era o Sr. Alexandre Lima. Essas são inicialmente as perguntas que eu tenho a fazer ao senhor.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Eu não tenho detalhes de como foi executado esse convênio, Senador. Eu creio, porém, que através das fundações que o senhor citou, quer FUBRA, quer FUNSAÚDE, que dali partiu a complementação necessária à realização desse trabalho. Mas isso é uma opinião, não é... Eu posso solicitar as informações que o senhor desejar sobre essas... Esse trabalho e apresentar à Comissão se assim o desejar.

O responsável por esse projeto foi o Sr. Alexandre Lima, sim, e ele conduziu esse processo durante toda a sua extensão até onde me é possível lembrar.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – O valor dos recursos envolvidos, supõe-se...?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Não sei informar, Senador, com certeza não.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Dr. Timothy aí está a minha grande preocupação que devo revelar ao senhor. O Sr. Alexandre Lima que aqui foi mencionado, me parece que ficou confirmado, responde por ação de improbidade e há uma acusação que tem que ser esclarecida, claro, de que ele tenha crescido o patrimônio no espaço de tempo curto em mais ou menos dez vezes. Eu não quero levantar nenhuma suspeita, mas é um fato curioso. Me parece... Me parece, não, ele é dentro da estrutura administrativa da UnB, ele é o responsável pela editora da UnB.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Ele é o Diretor Executivo, sim.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Da editora.

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Tem o Diretor-Geral e tem o Diretor Executivo.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Bom, a minha dúvida, minha preocupação, com o volume de recursos dessa ordem, num programa que envolve saúde pública, por que é que se atribui a um funcionário que nem Diretor é, a um Executivo da editora que tem a missão de editar livros, a função de coordenar um programa dessa natureza? É pessoa da confiança do senhor? O Alexandre Lima?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Ele exerce um cargo da minha confiança.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Mas é amigo pessoal do senhor?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – É meu colega de trabalho desde 1980.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Há alguma explicação especial para que ele seja responsável pela execução desse programa de saúde?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Ele articulou esse programa, Senador. Foi ele que articulou junto à FUNASA, ele que estabeleceu as bases do funcio-

namento do programa é natural que ele o administrasse.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Presidente Senador Raimundo Colombo, Relator Inácio Arruda, veja, é nossa obrigação, penosa obrigação procurar investigar. Nós estamos aqui sob várias suspeitas. Não é com o Dr. Timothy. Numa instituição respeitável como a UnB, que tem uma relação com outra instituição respeitável que é a FUNASA, num objetivo mais do que respeitável, que é levar a saúde pública aos índios Yanomamis e xavantes, envolvendo um volume de recursos enorme, um homem encarregado de operar duas subfundações, é o Executivo de uma editora. Essa pessoa chamada Alexandre Lima que eu não conheço, não é da área, é o executor do programa, está acusado de ter enriquecido ilícitamente e responde a ação de improbidade administrativa.

Senador Inácio Arruda, é claro que nós vamos ter que convocar o Sr. Alexandre Lima. Ele vai dar explicações. Agora, será que a Comissão não vai quebrar o sigilo bancário do Sr. Alexandre Lima? Diante dessas suspeitas todas, dessas evidências todas, será que vai ficar sob a responsabilidade dos membros dessa Comissão não chegar ao fim das conclusões da investigação? Não é possível, não é possível. Não é possível!

Então, eu quero com essa constatação rápida, chamar atenção da Comissão. Nós estamos começando o nosso trabalho de investigação para a responsabilidade que nós temos. E para as atitudes drásticas que nós vamos ser obrigados a tomar a bem do esclarecimento de um fato que incomoda, que está indignando a opinião pública. Eu quero lembrar ao Relator que breve vai haver convocação para as pessoas devidas e vai haver pedido de quebra de sigilo bancário para que o processo de investigação se complete. Era só isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço ao meu líder, Senador José Agripino. E embora aceite a justificativa do Sr. Antônio Manoel Henriques pela sua ausência, dada a relevância, o estado de saúde da sua irmã, eu lamento muito porque realmente nós precisávamos ouvir porque a FINATEC é quem realmente opera esse sistema.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, eu sugeriria a V.Ex^a que já o convocasse para a próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Exatamente isso que nós vamos fazer. A gente sente realmente uma angustia muito grande, a gente conhece o modelo universitário brasileiro e sabe as conseqüências disso e particularmente eu sinto que as pessoas mais pobres estão fora da escola

pública, não têm acesso a ela. Lamento muito também as informações que a gente tem é que apenas 1% desse valor arrecadado vai de fato para a pesquisa e ensino. Na verdade esse tipo de fundação, na operação elas servem para eliminar a necessidade da licitação. Em consequência disso começam alguns vícios a serem praticados de tal forma que até, e lamento dizer isso como brasileiro, até o sistema universitário entra nesse comprometimento ético.

Mas Sr. Reitor, apenas uma pergunta. O senhor é o Reitor da UnB. O senhor tem um quadro de pessoas que prestam serviços à universidade. E as informações que a gente tem são de que mesmo aqueles com dedicação exclusiva prestam serviço à FINATEC e recebem com isso. Como é possível que o Reitor não saiba desses fatos? Absolutamente ilegal, imoral e que compromete a instituição? O senhor de fato não sabe?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Senador, há normas que estabelecem em que condições o professor pode prestar serviços. E a UnB pode ser a única universidade brasileira que já demitiu professor por violação da dedicação exclusiva, e esse processo foi conduzido por mim, ainda vice-Reitor da UnB.

Então, o que se quer, o que se exige dos docentes é que cumpra a legislação interna e externa e qualquer indício de irregularidades será investigado assim como vem sendo e já foi. Tem um professor hoje que está também se explicando por conta da violação da sua dedicação exclusiva. Nós não fugimos a essa responsabilidade de forma alguma.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu quero informar que já há um requerimento do Senador Alvaro Dias de nº 136 que foi aprovado na reunião anterior que convoca o Sr. Alexandre Lima da editora da UnB. Já está convocado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Apenas para retirar uma dúvida com todo respeito que merece o Reitor e a sua família, não há propósito nenhum em colocá-lo em situação de desconforto, mas só para tirar uma dúvida. A esposa do Reitor participa desse programa de saúde no Mato Grosso? Participou desse programa ou não?

SR. TIMOTHY MULHOLLAND – Não. A minha esposa trabalha nesta Casa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Srs. Senadores, eu quero, cumprimentando a todos, agradecer a presença e a participação do S. Magnífico Reitor Dr. Timothy, muito obrigado pela sua participação cumprimentando a todos eu declaro encerrada essa Sessão convocando nova

Sessão para amanhã, quarta-feira, às 9h30 com a presença do Sr. Jorge Lorenzetti, Dr. Arquimedes Ciloni, ambos da Unitrabalho e Dr. Airton Grazioli.

Está encerrada a presente Sessão. Muito obrigado a todos.

(Sessão encerrada às 17h06.)

Senador **Raimundo Colombo**, Presidente.

Ata Circunstanciada da 13ª Reunião de 2007, realizada em 5 de março de 2008, às nove horas e cinquenta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a oitiva dos Senhores: Jorge Lorenzetti, Arquimedes Ciloni – Presidente da Unitrabalho e Francisco Mazzeu – UNESP.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Raimundo Colombo (DEM-SC) – Presidente
Inácio Arruda (PCdoB-CE) – Relator
Heráclito Fortes (DEM-PI)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)
Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Sibá Machado (PT-AC)
Jefferson Péres (PDT-AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Álvaro Dias (PSBB-PR)
Valter Pereira (PMDB-MS)
Eduardo Suplicy (PT-SP)

Estiveram presentes ainda, os Senhores José Agripino, Arthur Virgílio, Tião Viana, Augusto Botelho, Expedito Júnior e Eliseu Resende, não membros da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Cumprimentando a todos e havendo número regimental declaro aberta à 13ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo requerimento nº 201 de 2007 e aditada pelos requerimentos nº 217 também de 2007 e o requerimento nº 1324, lido em 08/11/2007, composta de onze Senadores titulares e sete suplentes destinadas, destinada a apurar no prazo de 180 dias a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para Organizações Não-Governamentais, as ONGs, e para organizações de Sociedade Civil de interesse público, as OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros, por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 99 até a data de 08 de novembro de 2007. A Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa, coloco-a em votação. Proponho a dispensa de sua leitura. Os que a aprovam, permaneçam como estão. Está aprovada. Esclareço que na presente reunião ouviremos os senhores: Dr. Jorge Lorenzetti, da Unitrabalho e Dr. Arquimedes Ciloni, Presidente da Unitrabalho. Informo

que o Dr. Airton Grazioli, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo, também convidado, ele teve dificuldades operacionais para chegar aqui, talvez ainda chegue até o desenvolvimento dessa sessão. Caso isso não seja possível, nós renovaremos o convite para outra reunião que nós promoveremos em breve. Peço, então, à Secretaria que conduza o Sr. Jorge Lorenzetti até a mesa, juntamente com seu advogado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pois não, pela ordem o senhor tem a palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Aproveitando esse tempo até que tome assento o depoente, eu gostaria de comunicar V. Ex^a, o Sr. Senador Inácio Arruda, Relator da Comissão, que acabo de receber um documento importante do Tribunal de Contas que realizou uma auditoria na fundação Banco do Brasil. Foi a primeira Audiência pública que esta CPI realizou ouvindo o Sr. Jaques Pena, a respeito da administração desta fundação do Banco do Brasil. E pela gravidade das revelações eu encaminharei aos senhores, já tenho o ofício redigido para encaminhar aos senhores Promotores públicos que estiveram ontem nesta CPI, depondo, encaminharei ao Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Território, Daniel Palmeira, esse documento que acabo de receber, em resposta a um requerimento de informação que formulamos ao Tribunal de Contas.

Eu faço a leitura rapidamente, Sr. Presidente, de algumas conclusões essenciais. A fundação Banco do Brasil fere o princípio da publicidade quando não publica os extratos dos convênios por ela celebrados. O princípio da impessoalidade, em especial a Lei 8666 quando não fiscaliza os procedimentos adotados pelas convenientes na contratação das prestadoras de serviços. A Lei 8666 de boa prática administrativa, quando não fiscaliza e atesta a execução dos serviços, quando não verifica a regularidade fiscal dos convenientes e daqueles contratados para a prestação de serviços pagos com recursos públicos. O princípio da eficiência quando não fiscaliza a aplicação por parte do conveniente das contrapartidas previstas nos convênios. O princípio da economicidade quando não verifica a compatibilidade dos preços contratados com os praticados no mercado. A ausência de informações sobre os procedimentos adotados com relação aos materiais adquiridos e não utilizados, ausência de documentação referente à prestação de contas, inexistência no dossiê das razões que inviabilizaram a continuidade do projeto. A situação encontrada nesse processo demonstra a

falta de controle e zelo por parte da Fundação Banco do Brasil com aplicação dos recursos públicos.

Como podemos observar, nos documentos 914 volume 4 do anexo, os Srs. Jamil Messias Sales, Jorge Alfredo (ininteligível) sugeriram o cancelamento do saldo remanescente do convênio, no entanto, não tomaram nenhuma providência quanto a instauração de tomada de contas, convênio, não tomaram nenhuma providência quanto a instauração da tomada de contas especial, embora, tivesse o dever legal de agir.

Sr. Presidente, há várias irregularidades apontadas e por economia de tempo eu apenas lerei um resumo final aqui. Pagamentos efetuados em desacordo com os valores comprovados no período de 2001 a 2004, programa escola campeã; pagamentos efetuados em valores superiores aos comprovados durante a execução do contrato na prestação de contas mensais encaminhadas pela executora; pagamentos efetuados em valores superiores aos comprovados nas prestações de contas mensais durante a execução do contrato; pagamentos de despesas não comprovados no valor de 34 mil e 900, como pode ser verificado pela liberação total dos recursos deferidos em confronto com as despesas comprovadas; pagamentos efetuados aos de valores superiores aos comprovados nas prestações de contas mensais durante a execução do contrato; pagamentos efetuados, valores superiores aos comprovados nas prestações de contas mensais durante a execução do contrato. Sr. Presidente, eu vou encaminhar à imprensa esse documento para que ela possa divulgar este fato e vamos verificar quais as providências que devemos tomar nessa CPI, e ao mesmo tempo encaminhar ao Ministério Público como já acentuei de início. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Esse requerimento já está na Secretaria da CPI?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Esse foi um requerimento pessoal que fiz ao Tribunal de Contas e eu encaminharei agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pedir a gentileza.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Deixa uma cópia para nós antes da imprensa, simultâneo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Essa parceria é importante, vamos encaminhar à imprensa e à V.Ex^a ao mesmo tempo. Sem definir bem a prioridade.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só para pedir a informação ao Senador Alvaro Dias, qual é o número do acórdão?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, até aproveito, o Senador Sibá Machado, quando daquele depoimento, achou que eu tinha sido muito duro com o depoente. Eu vi que eu fui é muito terno.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Ele foi mais duro depois?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Fui muito carinhoso com o depoente diante dos fatos revelados agora pelo Tribunal de Contas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Nós vamos encaminhar também ao Senador Sibá Machado a cópia, mas o requerimento de minha autoria, nº 1326 de 2007 e o processo no TC é o 030714/2007-2. Relatório relativo ao TC 012773 de 2006/7.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a V.Ex.^a e cumprimentando o Dr. Jorge Lorenzetti e também seu advogado, Aldo de Campos Costa, eu gostaria de ler os termos de compromisso, o depoente compromete-se nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal sob as penas de a lei dizer a verdade, no que souber e do que for lhe perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXIII da Constituição Federal, termo de compromisso já está assinado e eu, então, passo a palavra ao Dr. Jorge Lorenzetti que tem o tempo...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, só para tirar uma dúvida. V.Ex.^a o convocou como investigado?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – É uma convocação, não é um convite.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Como investigado?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Sim, foi aprovado requerimento pelo plenário, não como testemunha, não é?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não, como investigado?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – É uma convocação, não é, mas eu já lhe informo se é... acho que foi como testemunha, não é? Peço só um minutinho que eu já lhe informo. Em seguida eu lhe informo, Senador Sibá se foi como testemunha, ou como investigado. Passo a palavra, então, ao Dr. Jorge Lorenzetti. V.Ex.^a tem a palavra por até 20 minutos.

SR. JORGE LORENZETTI – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores. Antes de tudo eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui presente, para poder prestar todos os esclarecimentos que estiverem na minha alçada e que forem necessá-

rios à título de abertura. Eu apenas gostaria de registrar que a Unitrabalho, ela foi vítima de uma denúncia falsa, de uma denúncia vazia nesse período recente, que depois todos os... a transparência da instituição e toda a investigação que foi feita se mostrou, que não existia nenhum tipo de irregularidade, nenhum tipo de pendências em relação à organização. Também gostaria de registrar nessa minha abertura que da mesma forma, eu também fui vítima, principalmente na imprensa de um prejulgamento de criminalização, de condenação prévia, de um amplo leque de denúncias que são calúnias, difamação. E também a minha vida foi, amplamente investigada, profundamente investigada, e finalmente se mostrou como eu esperava, que não foi encontrada nenhuma irregularidade, nenhum tipo de delito, nenhum tipo de crime. Portanto, eu estou aqui bastante tranqüilo, nessa CPI para dar os esclarecimentos que forem necessários.

A Unitrabalho, eu fiquei muito triste com o envolvimento da forma que foi feito da Unitrabalho na sociedade brasileira, porque eu considero a Unitrabalho uma das iniciativas mais importantes, não a mais importante, uma das boas iniciativas nesse período do Brasil pós ditadura Militar, aonde a sociedade buscou se mobilizar, se organizar para resgatar uma grande dívida social que o país tem, por ser um país dos grandes contrastes, das grandes desigualdades, um país com uma incidência de pobreza enorme. Então, eu acho que a Unitrabalho ela vem nesse movimento, pós ditadura Militar, para contribuir para o resgate desta dívida social. A Unitrabalho é uma instituição das Universidades, felizmente nós vamos ter aqui hoje, fico feliz também com isso que o reitor Arquimedes, Presidente da Unitrabalho, vai poder ter uma oportunidade de falar sobre a instituição, ele que é o atual Presidente da Unitrabalho, uma organização que envolve hoje mais de 100 Universidades brasileiras, mas quando eu estava ainda no Movimento Sindical, como dirigente nacional da Central Única dos Trabalhadores, como responsável de educação, como responsável de capacitação dos trabalhadores para o trabalho, mas também para a vida, para a militância, para tudo isso, para a consciência de cidadania, eu achei que era muito importante que as Universidades criassem canais direto com os trabalhadores e com as organizações dos trabalhadores.

Felizmente, Sr. Presidente, Sr. Relator, tive uma oportunidade, o privilégio de conhecer a experiência de vários outros países, especialmente da Europa, dos Estados Unidos, aonde a gente viu, em minha opinião, na época, até com uma grande surpresa, o quanto que as Universidades tinham uma relação estreita com os trabalhadores, as organizações dos trabalhadores em

diversas dimensões. E foi por isso que eu organizei uma viagem de seis, sete reitores, não lembro bem na época, de 1993, para conhecer essas experiências na Europa, como que as Universidades se relacionam com as organizações dos trabalhadores. Encontramos centros de formação maravilhosos, curso de Doutorado onde trabalhadores que não tinham a formação regular, poderiam fazer os cursos formais de alcançar títulos, tudo isso, e os reitores ficaram muito impressionados com essa viagem. E disseram: “Não, realmente nós temos que fazer alguma coisa no Brasil que seja uma ponte e em que as Universidades se abram para os interesses dos trabalhadores de uma forma direta, de uma forma efetiva.” E foi daí que nasceu a Unitrabalho que foi fundada em 1996. Eu estou falando até um pouquinho disso porque o professor Arquimedes ainda não estava nessa época, ele vai poder efetivamente completar a isso e falar da história recente da Unitrabalho, mas sei que ele não tem esses detalhes da Fundação, fizemos na PUC de São Paulo em 1996 um ato maravilhoso, coordenado pelo professor Florestan Fernandes, que sempre foi um símbolo, um emblemático da importância de academia, do saber, está socializado, está também distribuído na sociedade. E lá na PUC, com a coordenação do professor Florestan Fernandes em 1996, nós criamos a Unitrabalho. E de 96 a 98 eu foi Diretor Executivo, portanto, eu fui o primeiro Diretor Executivo da Unitrabalho de 96 a 98. Depois eu me desliguei da Unitrabalho, não de coração, nem de cabeça, mas por razões profissionais e voltei em 2001. Nesse período de 96 a 98, quando eu fui o primeiro Diretor Executivo foi um período de implantação da Unitrabalho, onde nós fizemos uma ampla Maratona no Brasil, de sensibilização das Universidades, de criação dos núcleos da Unitrabalho em todas as Universidades, tanto que a gente saiu desses dois anos com cerca de quase 100 Universidades, não lembro bem, mas mais de 80 já na época, Universidades com núcleos constituídos com a Unitrabalho, implantada nessa rede das Universidades. E não são os professores que são associados da Unitrabalho, não são as Pessoas Físicas das Universidades, não são os docentes, é a própria instituição, é a Unitrabalho que são as Universidades que são sócias da Unitrabalho.

Então, de 96 a 98 nós fizemos esse trabalho de implantação, onde como eu disse já teve esse grau de abrangência, esse grau de capilaridade no Brasil inteiro, e depois eu me desliguei, por razões profissionais, e voltei em 2001, convidado para assumir a assessoria de relações internacionais da Unitrabalho. Então, de 2001 a fevereiro de 2005, eu fui responsável pelos contatos, pelo relacionamento internacional da Unitrabalho. Portanto, e, inclusive, de 2003 a 2004 a

maior parte do meu tempo, eu morei na Holanda, aonde eu pude intensificar esse trabalho, já que também a minha mulher estava fazendo um pós-Doutorado lá, e com isso eu pude, então, aprofundar isso, 2003, 2004, a maior parte do meu tempo nós moramos na Europa, eu morei na Holanda, aonde eu pude aprofundar esse trabalho.

Portanto, eu quero, para concluir essa minha abertura, Sr. Presidente, Sr. Relator, dizer que no período, inclusive, do Governo anterior, do Governo Fernando Henrique, eu tive oportunidade pela Unitrabalho de ajudar, fazer contatos com o Governo para apresentar a Unitrabalho nesse processo de sensibilização. De 2001 para cá, quando eu fiquei responsável de relações internacionais, e no Governo Lula, eu não fiz nenhuma gestão em relação a projetos específicos da Unitrabalho junto ao Governo Federal, nenhuma gestão. Quero pedir a compreensão de vocês porque não fiz uma reunião, não fiz um e-mail, não participei de nada. Então, eu estava cuidando especificamente das relações internacionais. Por isso, eu agradeço, então, a oportunidade, novamente, de poder estar aqui e contribuir no que tiver ao nosso alcance para os esclarecimentos que forem necessários.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço ao Dr. Jorge Lorenzetti e passo, então, a palavra ao nosso Relator Senador Inácio Arruda.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, Sr. Jorge Lorenzetti, o senhor já anunciou que foi dirigente da Central Única dos Trabalhadores, que ali, ocupou a função de trabalhar na área de formação de trabalhadores, que criou a Unitrabalho, participou da Fundação da Unitrabalho, foi Diretor Executivo durante os anos de 96 a 98, quando foi feita a sua implantação. O senhor também dirigiu o banco de Santa Catarina?

SR. JORGE LORENZETTI – Sim.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Qual período?

SR. JORGE LORENZETTI – para complementar essa trajetória, em fevereiro de 2005, portanto, em fevereiro de 2005 eu me desliguei de todas as minhas funções na Unitrabalho e outras funções, e assumi o cargo de diretor de administração do Banco do Estado de Santa Catarina, onde passei a me dedicar, exclusivamente, a esse cargo de diretor de administração do Banco do Estado, até 31 de julho de 2006.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E o senhor, atualmente, exerce qual atividade?

SR. JORGE LORENZETTI – Eu sou professor licenciado da Universidade Federal de Santa Catarina por essa trajetória aí que eu já expliquei um pouco. E, portanto, eu continuo nessa condição de professor licenciado, sem vencimentos, da Universidade Federal. E essa licença, ela vai vencer em março do ano que vem. Então, eu estou aguardando o vencimento dessas eleições e nesse período eu estou me dedicando à atividades privadas.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Quais atividades privadas?

SR. JORGE LORENZETTI – Eu colaboro na gestão de uma lanchonete na cidade de Balneário Camboriú, aonde é uma rede, aonde minha filha atua, e é basicamente isso.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor exerceu outras funções na Unitrabalho, além daquela que o senhor já citou, de Gerente Executivo de 96 a 98?

SR. JORGE LORENZETTI – Como eu já fiz referência, no período de 2001, não lembro bem o mês, mas eu acredito que seja maio/junho de 2001, até fevereiro de 2005, eu fui o assessor de relações internacionais da Unitrabalho. Portanto, cuidei dessa... desses contatos, dessas relações com outros países para a Unitrabalho.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Basicamente as relações com ONGs e...

SR. JORGE LORENZETTI – Nessa relação, no meu trabalho de relações internacionais, eu fiz, aproveitei a experiência que, eu adquiri na época ainda de sindicalista, de dirigente nacional da CUT, e aonde a gente, tivemos contato com várias organizações de cooperação internacional na Europa, Estados Unidos, mas, nesse caso aqui da Unitrabalho, principalmente na Europa e principalmente na Holanda e na Alemanha, aonde nós fizemos vários contatos e apresentamos a Unitrabalho para Universidades, várias Universidades nesse mundo aí, propiciamos contatos, organizamos missões do Brasil, outras missões de reitores, de docentes, foram organizadas nesse período para conhecer, para fazer esse intercâmbio. Então, foi uma dimensão de intercâmbio e também uma dimensão de cooperação. Então, alguns projetos foram apresentados, discutidos e aprovados especialmente por uma agência de cooperação holandesa, a ICCO, ICCO que é uma Agência Inter-Eclesiástica de Cooperação, porque eu acredito que os senhores sabem muito bem que a Holanda, é o único país do mundo que cumpre uma resolução da ONU que 0.7% do PIB do país deve ser destinada à cooperação internacional. E uma parte desses recursos do Governo holandês, ele destina para organizações

da sociedade holandesa, para que essas organizações possam fazer cooperação com o chamado mundo em desenvolvimento, mundo subdesenvolvido ou Terceiro Mundo como a gente quiser, ainda usar uma linguagem antiga, mas sempre focado no combate à pobreza e desigualdades no mundo. Então, portanto, todo o trabalho de relacionamento, de projetos de cooperação com esta agência de cooperação holandesa foi focado no combate à pobreza, e em especial, nesse período 2001/2005, ele foi focado na geração de trabalho e renda para pessoas excluídas no Brasil. Por isso, inclusive, que a gente teve uma inserção no Norte, no Nordeste, onde estão concentradas regiões de maior pobreza, para que a gente pudesse desenvolver projetos de inserção econômica sustentável de populações pobres, e esse foi o foco efetivamente do trabalho nesse ano de 2001/2005, dos projetos que foram todos em torno disso, de organizar cooperativas, fomentar, etc., para que elas pudessem fazer inclusão econômica sustentável dessas populações. E esse foco que se desenvolveu e todo o trabalho foi feito em torno dele.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O trabalho era remunerado?

SR. JORGE LORENZETTI – Meu trabalho sim, como assessor de relações internacionais, é um trabalho profissional, técnico, profissional remunerado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor assinava convênios em nome da Unitrabalho?

SR. JORGE LORENZETTI – Não. Posso ter assinado algum convênio em conjunto, algum convênio internacional em conjunto com o Diretor Executivo, ou com o presidente, por exigência, mas sempre em condição de assessor de relações internacionais. Como eu disse, as responsabilidades institucionais, a representação da Unitrabalho, sempre foi exercida pelo seu Presidente e pelo Diretor Executivo da Unitrabalho, e o Presidente vai estar aqui depois, ele pode confirmar e falar com detalhes sobre essa divisão do trabalho. E meu trabalho sempre foi técnico, profissional.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Do período que o senhor era Diretor Executivo?

SR. JORGE LORENZETTI – Não, no período que eu fui Diretor Executivo de 96 a 98, eu tive um papel de representação da Unitrabalho. Então, 96, 98 eu era o Diretor Executivo. Então, eu era o responsável pela elaboração e pela execução do planejamento e das ações do plano de trabalho da Unitrabalho. Como eu disse, nesse período de 96, 98, ele foi concentrado em torno da implantação da Unitrabalho. Então, ele, foi feito um trabalho interno na academia, nas Universidades,

para sensibilizar, para, a criação da Unitrabalho. Então, nesse período que eu me lembre, salvo engano, portanto, nós não assinamos nenhum convênio e eu tenho quase, absoluta certeza, que nesse período a Unitrabalho... Mas o Presidente vai poder confirmar aqui depois, não assinou... não recebeu nenhum recurso público.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor exerceu...

SR. JORGE LORENZETTI – Federal, porque as Universidades Públicas são...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor exerceu algum cargo na escola Sul da CUT?

SR. JORGE LORENZETTI – Sim.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Qual?

SR. JORGE LORENZETTI – Eu fui de 86, deixa eu rememorar aqui. De 1986 até 1994, eu fui Secretário Nacional de educação da Central Única dos Trabalhadores, então, era membro da Executiva e era responsável por todo o trabalho da educação, que foi um período muito importante, porque é um período de consolidação do novo sindicalismo, um período de inserção do novo sindicalismo brasileiro no contexto internacional, no contexto nacional. Então, por isso esse... o trabalho de educação é um trabalho chave para que a gente pudesse capacitar, preparar, envolver as lideranças nesses novos desafios no Brasil e para os próprios sindicatos. E, portanto, nesse período eu coordenei a criação de uma rede de escolas da CUT no Brasil. São: Uma escola para o Norte do país, duas escolas para o Norte do país, uma escola para o Nordeste, duas escolas no Centro-Oeste e uma escola para o Sul do Brasil. E essa escola para o Sul do Brasil foi a Escola Sul, com sede em Florianópolis, mas abrangendo os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e depois que eu me desliguei da Executiva Nacional da CUT, em 1994, eu voltei para Santa Catarina e eu assumi a direção geral, a responsabilidade, portanto, Executiva, Diretor geral da escola sindical Sul em Florianópolis. Então, de 94 até 2001, eu fui Diretor Geral da escola sindical Sul.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – As atividades eram somente de formação na Escola Sul?

SR. JORGE LORENZETTI – Não... a Escola Sul é um complexo que foi criado em Florianópolis que envolve o centro, é uma escola sindical, escola sindical Sul, mas também foi feito um... foi construído um hotel para alojamento de... o Hotel Canto da Ilha, aonde se pode, então, hospedar as pessoas, dos sindicatos para os cursos, e ao mesmo tempo também trabalhar

comercialmente, para arrecadar fundos para ajudar a sustentar os custos da escola porque um dos grandes problemas dessas escolas é a sua manutenção e, portanto, nós criamos ali uma possibilidade para isso. E depois com o apoio de recursos do PROEP, na época, em 99, 2000, 2000... nós, 99/2000, do programa, inclusive, na época do Governo Fernando Henrique com apoio de um projeto do PROEP nós transformamos o hotel, num hotel escola, para combinar com essa concepção, de tudo ali ser um centro de formação, ser um centro de capacitação. Agora, não só mais sindical, mas também um centro de capacitação técnica, de formação de técnicos em turismo e hotelaria. Então, com o apoio do PROEP, do MEC, nós fizemos um complexo de laboratórios e de espaços capacitados também com intercâmbio, com a Suíça, para conhecer melhor as escolas de turismo e hotelaria na Suíça, essa escola também foi construída com a solidariedade dos trabalhadores europeus, de modo que teve um amplo processo de envolvimento nacional e internacional nesse complexo que foi construído lá, e que continua lá funcionando. Mas eu me desliguei em março de 2001 da Escola Sul.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Qual a relação da Unitrabalho, no período que o senhor atuou como Diretor Executivo com o Governo Central, com a Presidência, com os órgãos da Presidência da República? Ministérios... Ministério da Educação? Como é que foi essa relação? Como é que eram os repasses de recursos, quais os convênios que o senhor...?

SR. JORGE LORENZETTI – Como eu expliquei, peço a compreensão dos senhores para que o Presidente da Unitrabalho possa falar com clareza sobre isso, como eu expliquei, de 96 a 98, 96/98, foi o período que eu fui diretor. Só aquele período eu fui diretor. Naquele período nós fizemos um trabalho interno nas Universidades. Não foi assinado, nenhum convênio, nenhum contrato, como eu repito, que eu me lembre de sessão de recursos Federais ou de qualquer tipo de recursos públicos para a Unitrabalho. Nenhum. Então, por quê? Porque era um trabalho interno de implantação da Unitrabalho.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – No Governo... entre o Governo passado e o Governo atual, fica claro que a Unitrabalho recebeu mais recursos no Governo atual. O senhor considera que se deve à relação estreita da Unitrabalho com a presença do senhor, como ex-dirigente executivo, e depois como membro da Unitrabalho...

SR. JORGE LORENZETTI – Sinceramente...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Atuando em relação a captação de

recursos para Unitrabalho, quer dizer, esse grau de recursos se deve a uma nova política de Governo, ou se deve a articulação que a Unitrabalho passou a ter com o Governo em função da relação com V.Ex^a?

SR. JORGE LORENZETTI – Com certeza, a minha participação não foi. Eu acredito que se teve alguma motivação maior, foi exatamente a política do Governo de fortalecer esse tipo de cooperação, esse tipo de projeto. Porque como eu já mencionei aqui, eu não tive nenhuma participação em qualquer projeto da Unitrabalho em nível nacional, no Governo Lula. Nenhum tipo de participação. Como eu disse, eu cuidava das relações internacionais, 2003/2004, maior parte do meu tempo eu morei no exterior e não fiz nenhum tipo de participação. Então, eu acho que o Presidente da Unitrabalho, o atual Diretor Executivo, é que tem esse mérito, junto com as políticas do Governo, porque eu não tive nenhum envolvimento.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sabe que o nosso requerimento, que convoca V. Sa., ele menciona, exclusivamente, a participação de V. S^a na Unitrabalho. Mas é evidente que a convocação do senhor, e também do Presidente atual da Unitrabalho, se deve a um conjunto de informações que se apresentam como denúncias, tanto na mídia como, muitas vezes, nos órgãos de controle do Estado, Tribunal de Contas, Controladoria Geral da União. Seria muito significativo para nós, que o senhor pudesse nos informar por qual razão a Unitrabalho acabou sendo envolvida na discussão e no debate do famoso dossiê contra os candidatos do Governo de São Paulo, José Serra e Geraldo Alckmin. O senhor pode nos informar por que isso se deu?

SR. JORGE LORENZETTI – Bem, eu já tive a oportunidade de falar isso na minha abertura, que eu acho que ficou claro que isso foi uma denúncia vazia. A Unitrabalho foi vítima. E eu, como eu já disse, eu sinto muito porque passou para a sociedade uma, uma... uma suspeita sobre uma organização da importância, da qualidade, do valor da Unitrabalho. E se provou, posteriormente, que essa denúncia era uma falsa denúncia. O Ministério Público de São Paulo, eu quero reforçar aqui, nós vamos ter aqui depois, pelo que eu entendi da pauta, a presença do Presidente da Unitrabalho e do Procurador, do Grazioli, lá de São Paulo, talvez ele não venha hoje, mas isso foi... porque isso é muito importante por quê? Porque o Ministério Público Estadual de São Paulo, ele abriu um inquérito contra a Unitrabalho, em função dessa falsa denúncia, dessa denúncia vazia, porque a Unitrabalho já tinha colocado todas as suas contas em transparência para a imprensa, mostrado... Os convênios foram todos abertos, os extratos bancários foram todos abertos, se provou que

não tinha nenhum tipo de ligação. Mesmo assim, foi aberto um inquérito do Ministério Público Estadual de São Paulo, que ficou com auditores durante três meses dentro da Unitrabalho, fazendo um levantamento profundo de nota fiscal por nota fiscal. E depois, espero que Promotores venham para cá, possam estar aqui, o Presidente também pode falar, mas eu trouxe aqui, Sr. Presidente, o resultado de que esse inquérito foi arquivado por unanimidade no conselho do Ministério Público Estadual de São Paulo, é claro que encontrou irregularidades administrativas, pequenos problemas, não irregularidades, mas pequenos problemas administrativos, fez um termo de conduta como faz com todas as fundações, mas, nenhum tipo de irregularidade. E está aqui o arquivamento do inquérito por unanimidade do conselho do Ministério Público Estadual de São Paulo. Então, é muito bom que o Presidente da Unitrabalho vai estar aqui e que o membro do Ministério Público que coordenou esse inquérito, também possa estar aqui para dar detalhes, porque eles é que conhecem os detalhes.

Então, isso, quer dizer, foi a comprovação efetiva de que a denúncia contra a Unitrabalho, a Unitrabalho foi vítima, foi uma denúncia vazia, foi uma falsa denúncia. E eu acho que a oportunidade hoje aqui, que eu peço a compreensão dos senhores, é da gente recuperar minimamente esse erro, porque quanto de prejuízo isso trouxe para a organização, e o reitor vai falar aqui. Eu falo com tristeza porque eu sinto muito, tem coisas valorosas no Brasil que elas são destruídas por essas injustiças. Então, realmente eu fico feliz de que o reitor, Presidente Arquimedes, que também é Presidente de todas as instituições Federais de ensino hoje no Brasil, da entidade, da ANDIFES, e o Promotor possam estar aqui para fazer os esclarecimentos detalhados.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Esses... essas denúncias, embora, o senhor afirme que já, o Ministério Público já tratou, mas como nós temos a oportunidade de discutir e trata-se de uma CPI para investigar irregularidades em ONGs, é importante que o esclarecimento, que esse esclarecimento aqui é público, é para os Srs. Senadores, mas é para a nação brasileira inteira, todo mundo tem a sorte de, ou examinar o depoimento do senhor ao vivo, ou depois gravado. Isso vai ser repassado. Então, as informações são importantes, mesmo que elas sejam repisadas. Mas uma das argumentações que foram utilizadas para essa denúncia e para o exame posterior do Ministério Público, são relativos aos repasses considerados vultosos do Governo Federal neste período, para a Unitrabalho. Especialmente, digamos assim, durante o Governo Lula a Unitrabalho recebeu muitíssimo mais recursos do que no período anterior.

E no caso do famoso dossiê, que baseou e sustentou a denúncia contra a Unitrabalho, de que esses repasses teriam sido feitos, exatamente às vésperas dos fatos que se transformaram como sendo o escândalo do dossiê. Então, é importante que o senhor possa esclarecer essas questões porque o nome do senhor foi envolvido neste... nesta denúncia.

Então, a Unitrabalho teria recebido durante o período de Lula cerca de 18,5 milhões de reais, no Governo, o Ministério, o próprio Ministério contestou essa informação, dizendo que não teria sido 18, teria sido 14, mesmo assim era um volume muitíssimo maior do que no Governo anterior. Os repasses eram para programas de qualificação e treinamento de trabalhadores, mas então, ficou a suspeita, e eu pergunto ao senhor, de que o ex-Secretário de relações do trabalho, Oswaldo Borges, tenha auxiliado a remessas desses recursos, que por final, não teriam ido atender aos objetivos que a Unitrabalho tem, de relações com o mundo do trabalho no nosso país, mas sim, atender a interesses escusos que seria, exatamente, a compra desse tal dossiê. O senhor conhece o Sr. Oswaldo Borges?

SR. JORGE LORENZETTI – Conheço o Oswaldo Bargas.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Oswaldo Borges Bargas?

SR. JORGE LORENZETTI – Não, Oswaldo Bargas.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Que era Secretário de relação de trabalho?

SR. JORGE LORENZETTI – Isso. Conheço, fomos contemporâneos na Direção Nacional da CUT, conheço bem ele, agora, como eu disse, eu... desconheço, desconheço não, eu fico, o advogado sempre pede aqui, cuidado, fica calmo. Eu estou calmo. É que a ilação ela é... ela é... ela é revoltante. Mas porque a Unitrabalho, como eu tentei mostrar aqui, e o Ministério Público já comprovou, é uma organização, não é só de uma seriedade, de uma importância, de uma transparência, de um envolvimento de mais de 100 Universidades brasileiras. Então, essa é uma coisa que não tem cabimento. Então, é um contra-senso, é um verdadeiro absurdo, quer dizer, essa ilação. Então, felizmente isso ficou tudo esclarecido. Como eu falei na minha abertura, eu também fui vítima na mídia de prejulgamento, condenação, foi feita uma ampla investigação sobre a minha vida, da minha família, são prejuízos irreparáveis, são coisas que eu fico emocionado de relembrar e de estar presente ainda com isso. Mas felizmente eu fui inocentado, não foi encontrada nenhuma irregularidade. Eu não tenho nenhum tipo de indiciamento, não tenho nenhum tipo de envolvimento

to irregular, a minha vida é marcada, por uma vida de profissionalismo e compromisso social, e a nossa vida a gente sempre viveu dos nossos salários. Exclusivamente dos nossos salários.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Então, o seu advogado já pediu para o senhor ficar tranquilo, pode ficar tranquilo que aqui nós temos que cumprir o nosso dever, o nosso papel, eu sou Relator e tenho que examinar, quer dizer, há uma denúncia, mesmo que ela possa ser considerada vazia nós vamos examinar, para no futuro, o senhor pode, até ficar mais tranquilo, se considerarmos que as informações que o senhor prestou ajudou a esclarecer um fato, que é uma denúncia vazia. E ao contrário, aí sim, o senhor poderia perder a tranquilidade. Espero que o senhor se mantenha sempre, muito tranquilo. O senhor pode informar, então, se o senhor tem conhecimento dos valores que a Unitrabalho recebeu durante o Governo, Fernando Henrique?

SR. JORGE LORENZETTI – Não. Não tenho. Como eu disse, não era da minha atribuição, eu cuidava das relações internacionais. Eu sei que a Unitrabalho fez um... iniciou um programa de grande importância que foi fazer a avaliação externa dos programas de capacitação profissional que envolviam recursos públicos Federais no Brasil inteiro, foi montado uma rede de professores especialistas em avaliação de projetos, em avaliação de resultados. Então, isso é uma contribuição que eu acho que continua até hoje e isso, eu lembro do início lá, de ainda do Governo Fernando Henrique, mas eu não conheço os projetos, e como eu disse, no Governo Lula eu não conheço nenhum projeto. Nenhum. Nenhum. Não é que eu conheça, não saiba os números, não conheço nenhum projeto da Unitrabalho com o Governo Lula. Eu estou falando de absoluta sinceridade. Por quê? Porque eu estava cuidando, absolutamente, de outra coisa. E felizmente, eu acho que o Presidente da Unitrabalho, a seguir, vai poder dar todos os detalhes, quais são os projetos, quantos são os valores, quais são os resultados, que é muito importante. Como eu disse, a Unitrabalho, o que eu ajudei a fazer, foi trazer a Unitrabalho no Governo Fernando Henrique, para fazer a avaliação do resultado dos projetos de capacitação, ajudar porque a gente tinha essa possibilidade de apresentar a Unitrabalho. Mas, exclusivamente, isso. No Governo Lula eu não conheço nenhum projeto do Governo Federal com a Unitrabalho. Nenhum.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor conhece o, Sr. André Oliveira, foi Executivo do Fórum Nacional do Trabalho?

SR. JORGE LORENZETTI – Não conheço.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Não conhece? Não tem relação?

SR. JORGE LORENZETTI – Nunca conheci, nunca estive com ele.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A ICCO, são ONGs holandesas, o senhor esteve na Holanda, conheceu essas organizações, elas produzem programas de que ordem, de que natureza, como eles se relacionaram com a Unitrabalho?

SR. JORGE LORENZETTI – Bom, como eu já falei um pouco, essa agência...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Ela... vocês captam recursos?

SR. JORGE LORENZETTI – É uma agência de cooperação, da sociedade holandesa, portanto, ela é ICCO, quer dizer, é (ininteligível) *Corporation Organization*, ela é uma Organização Inter-Eclesiástica, ela é uma organização ecumênica, das igrejas holandesas, que acessam recursos públicos do Governo holandês, que como eu disse o Governo holandês aporta volumes, os maiores, proporcionalmente, do mundo, para a cooperação internacional, para recursos de doação, recursos não retornáveis, do ponto de vista de que não são empréstimos. E essa organização é uma, das organizações holandesas, que acessam esses recursos, têm várias lá. Como eu disse, a sociedade holandesa é muito interessante, desse ponto de vista porque ela faz com que a sociedade possa conversar, cooperar com a sociedade dos outros países no foco do combate à pobreza. E ela é uma das organizações que acessa recursos públicos holandeses. E nós desenvolvemos projetos com ICCO desde a época da CUT.

E quando eu fiquei responsável de assessorar as relações internacionais da CUT, da Unitrabalho, digo, eu vou, automaticamente, eu voltei a apresentar a Unitrabalho para esses parceiros como ICCO, e aí começaram a nascer, então, uma relação de cooperação e parceria entre a ICCO e a Unitrabalho, que a partir de 2001 deu frutos com projetos, com recursos aprovados que vieram transferidos para a Unitrabalho, que eu também não sei os montantes, como eu disse, nunca fui responsável pela gestão financeira dos projetos, nunca fui o responsável por qualquer gestão administrativa financeira dos projetos. Eu fazia parte profissional de elaboração dos projetos, apresentação dos projetos, discussão desses projetos com os parceiros e depois a conclusão, e a gestão era feita pela Unitrabalho. Então, recursos internacionais vieram para a Unitrabalho que o Presidente vai poder certamente dizer o quanto, eu não sei o quanto, como eu já expliquei, não era responsável pela gestão deles, e vieram todos, via o Banco Central, como doação específica para esses projetos, todos foram no foco de geração

de trabalho e renda quase 99% desses projetos foram no foco de geração de trabalho e renda para populações pobres no Brasil, especialmente na região Norte e Nordeste, e eu nunca tive nenhuma participação financeira por esses projetos, eu sempre recebi o meu salário como profissional.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor sabe se...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Relator, apenas um esclarecimento.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Só um segundo, é da própria ICCO.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Ele falou em receber recursos do Banco Central.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Não, os recursos do ICCO eram dirigidos ao Banco Central.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Repassados ao Banco Central.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor sabe informar se o ICCO, por alguma razão, ou remuneração de serviços, ou pagamento de pessoal, recebeu algum recurso da Unitrabalho, se a Unitrabalho fez alguma remessa para o exterior via ICCO?

SR. JORGE LORENZETTI – Absolutamente, nenhuma, que eu saiba. Não é esse o papel, isso seria irregular. Porque... ou não normal. O que acontece? Eu vou explicar bem para não me entenderem mal, por favor, prestem atenção. Nos projetos internacionais, como também nos nacionais, pelo que eu saiba, sempre você tem uma contrapartida do parceiro local. Então, o quê que é? O parceiro local tem que também, ele não pode receber 100% dos recursos para um projeto e ele não contribuir com nada, isso não é educativo, não ajuda. Então, é uma exigência de que haja uma determinada contrapartida local, que pode ser em dinheiro, pode ser uma pessoal, pode ser em infra-estrutura, pode ser em despesas diversas. Isso é tudo colocado no orçamento do projeto, o projeto tem uma parte de objetivos, de objeto, de planos de ação e depois tem uma parte orçamentária, ali nessa parte orçamentária, normalmente, sempre tem uma contraparte, mas nunca de transferência de recursos daqui para lá, os recursos são sempre de lá para cá.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor podia nos informar: O senhor aqui em Brasília, teve escritório no edifício *Number One*?

SR. JORGE LORENZETTI – Não entendi senhor Senador.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Há um prédio chamado: Edifício *Number*

One, que se tem essa mania de colocar os nomes dos prédios em língua estrangeira e o pessoal gosta.

SR. JORGE LORENZETTI – Deve ter o *number two*, *number three*, também.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Deve ter. Então, o senhor possuiu escritório nesse edifício?

SR. JORGE LORENZETTI – Não, de forma nenhuma. Não possuí escritório lá. Acho que eu entendi o sentido da pergunta e quero falar sobre isso porque eu acho que pode ser, pode ajudar em alguns esclarecimentos. Nesse processo da minha atuação internacional, eu também fiz um trabalho de aproximação desses parceiros holandeses, inclusive, empresários holandeses que queriam investir no Brasil, com organizações brasileiras. Então, a ICCO mesmo me pediu. “Lorenzetti, você pode abrir contatos no Brasil para nós podermos levantar possibilidades de outros projetos, outros parceiros”, nesse processo ICCO, a ICCO, ICCO, desenvolveu um grande interesse no mundo, ela atua muito na Ásia, na América Latina inteira, ela atua em mais de 150 países, a ICCO, então, ela desenvolveu um grande interesse pelo movimento de responsabilidade social. Então, nesse movimento de responsabilidade social e empresarial, ela... eu fiz uma apresentação da ICCO para o instituto Ethos, que é a maior organização de responsabilidade social no Brasil, onde as grandes empresas estão lá associadas. Na época o Presidente era o Oded Grajew, com quem fiz várias missões dele para a Holanda, com ele e com... buscamos outras organizações no Brasil para criar um grupo permanente de trabalho que se chamou GT, Responsabilidade Social e Pobreza, esse GT foi implantado, funciona para dar suporte a essa cooperação e aos diversos projetos, como o Ethos e várias outras organizações, e também, nesse processo fizemos uma apresentação da ICCO à Unitrabalho, e a Unitrabalho pediu que eu fizesse também essa apresentação da ICCO, para a Fundação Banco do Brasil. E na Fundação Banco do Brasil, nesse contato com a Fundação Banco do Brasil, se viu uma grande identidade desses objetivos.

Então, a Fundação Banco do Brasil passou a integrar esse grupo de trabalho, responsabilidade social e pobreza, a Fundação Banco do Brasil tinha nas suas prioridades, não sei hoje, tinha nas suas prioridades esse mesmo foco, geração de trabalho e renda para as populações pobres, nós estávamos em 2003, em toda a mobilização do Fome Zero, aonde o foco do Fome Zero tinha que estar centrado nisso, era mais importante a gente pensar como é que as famílias vão sair do bolsa-família, do que como é que elas vão ficar no bolsa-família, e isso tem que ser geração sustentável

de renda. Então, a fundação, a Unitrabalho, pediu a partir disso, a fundação...

Sr. Presidente. Não sei se... a fundação, a fundação pediu a Unitrabalho, deixar bem claro, a Unitrabalho pediu que eu fizesse uma cooperação como profissional da Unitrabalho com a Fundação Banco do Brasil. Eu participei de um grupo de trabalho junto com o SEBRAE nacional, fundação Banco do Brasil que em 2003 nós criamos um referencial metodológico para suporte a esses projetos de geração de trabalho e renda e esse referencial metodológico foi, então, depois, transformado num grupo de trabalho de assessoria a esses projetos e eu trabalhei na implantação, Senador, desse grupo de trabalho de outubro, quero repetir, de outubro de 2004, quando eu voltei da Holanda, até fevereiro de 2005. Nesse período, reuniões para esse referencial metodológico e de implantação desse grupo técnico de assessoria, nós utilizamos as instalações da Fundação Banco do Brasil, que fica no *Number One*. E, inclusive, aproveito para passar às suas mãos, à mão do Presidente, um livro que saiu como resultado desse referencial metodológico de assessoria a esses projetos em que sistematiza o quê que é o resultado desse trabalho porque, se nós imaginamos que o SEBRAE faz um trabalho fantástico com as pequenas e médias empresas formalizadas, vocês podem imaginar o que é as dificuldades de você constituir organizações de geração de trabalho e renda, com populações pobres, com populações analfabetas, semi analfabetas, precisa do suporte, e esse livro é exatamente um referencial metodológico para ajudar dar apoio a essas iniciativas econômicas chamada, solidárias, dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável e solidário.

Então, dentro de uma concepção que se difundiu muito no Brasil, tem mais de um milhão de pessoas envolvidas nisso, da chamada economia solidária, que envolve toda a cadeia do lixo, cadeia de pequenos produtores, cadeia de excluídos. Então, esse é uma proposta que nós formatamos, implantamos um grupo para dar assessoria, foi de agosto de outubro de 2004 até fevereiro de 2005.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor sabe qual o valor, então, dos convênios praticados entre a Fundação Banco do Brasil e a Unitrabalho?

SR. JORGE LORENZETTI – Não sei, como eu disse, eu fazia um trabalho técnico profissional, o Presidente da Unitrabalho certamente vai poder esclarecer e detalhar esses valores.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor poderia nos informar qual foi o papel de V. S^a na recuperação econômica e financeira

da Nova Amafrutas, central de cooperativa de fruticultores localizado em Benevides, no Estado do Pará?

SR. JORGE LORENZETTI – Bom, essa aí também poderia ser uma longa história. Então, eu vou tentar resumir. A Nova Amafrutas, é uma central de cooperativas que ela entrou nesse contexto, de foco no apoio à populações pobres gerarem trabalho e renda, e com apoio da ICCO, essa agência holandesa, apoiou diretamente, a aquisição da fábrica que estava fechada e a retomada das atividades, inclusive, com apoio financeiro da ICCO, para que ela pudesse ser um projeto que nós consideramos um projeto emblemático de trabalho em cadeias produtivas, envolvendo populações pobres. E, portanto, nós... foram organizadas três cooperativas: uma cooperativa de pequenos produtores; uma cooperativa de pequenos produtores pobres da Amazônia com mais de mil famílias; uma cooperativa de alguns produtores já estabelecidos, com mais de 100 famílias e uma cooperativa dos trabalhadores que foram operar a retomada do funcionamento da fábrica. Isso constituiu uma central. No final quase duas mil famílias estavam envolvidas nessa cadeia produtiva que como eu disse, tinha esse objetivo, de melhorar a renda dessas populações pobres na Amazônia, preservar meio ambiente, não desmatar, tudo isso eu acho que é uma agenda da maior importância, infelizmente a gente não vai poder se aprofundar aqui. E eu fiquei, eu fui na central de cooperativas, diretor de relações internacionais, de 2001 até fevereiro de 2005 também.

Como eu disse, fevereiro de 2005 me desliguei de todas as minhas atividades, fui me dedicar, exclusivamente, a diretoria de administração do Banco do Estado de Santa Catarina. Então, de 2001 a fevereiro de 2005 eu fui diretor internacional da Nova Amafrutas e fui responsável pela recuperação do mercado internacional para os produtos da Nova Amafrutas, num primeiro momento apenas suco concentrado de maracujá, e retomamos os contratos de exportação porque foi um projeto formatado, que ele já era anteriormente, exclusivamente para a exportação. E fizemos um programa amplo de suporte de qualificação para essas famílias para que elas pudessem produzir e gerar renda e, infelizmente o projeto quando eu saí, ele estava funcionando perfeitamente, e depois, infelizmente, eu tive notícias que o projeto não frutificou, quero também registrar aqui que, talvez, pelo que saiu na mídia, os Srs. Senadores não conheçam a minha história, mas ela é uma história de um trânsito de compromisso social acima dos partidos, sempre tive um excelente trabalho com todos os partidos, o maior incentivador da Nova Amafrutas se chama: Simão Jatene, Governador do Pará. Foi o maior... ele pode falar muito da Nova Ama-

frutas, organizamos, fez “n” visitas lá para nós, fizemos “n” discussões, organizei uma missão do Governador à Holanda para estreitar essa cooperação, para criar novas possibilidades, o Governador foi comigo para Holanda para a gente poder gerar novas possibilidades e, realmente, para mim, também é profundamente lamentável que o projeto não tenha frutificado.

Agora, tem, vamos discutir aqui as razões, podemos, eu posso apontar duas, resumidamente.

Uma é que, quantas empresas brasileiras voltadas para exportação quebraram nesse período? Que eram só exportação? Os que tiveram, os empresários que tiveram capital para fazer reconversão produtiva, mudar o foco, mudar para o mercado interno, mudar o produto, sobreviveram, os que não conseguiram fazer, faliram, gente. Nós sabemos disso. Quando eu saí da Nova Amafrutas, em fevereiro de 2005, o dólar estava 3 ponto alguma coisa, essa é uma realidade brasileira, como eu disse, como a Nova Amafrutas não teve o suporte necessário, infelizmente, não frutificou. Outra coisa é o seguinte: não deu tempo de amadurecer com as famílias a qualificação para a produção. Então, essa é a realidade, infelizmente, porque era um projeto exemplar que outros estão seguindo hoje, com sucesso, como o projeto que eu tenho conhecimento que a Nova Amafrutas vai falar aqui se puder com detalhes, dos apicultores no Piauí, um projeto de sucesso, segue o caminho da Nova Amafrutas, a Nova Amafrutas forneceu a metodologia para que se pudesse formar o PROMEL (F), na rede do caju, etc. Então, isso é um projeto que tem essa importância, essa relevância. Infelizmente não deu certo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor pode...

SR. JORGE LORENZETTI – Mas teve um apoio enorme do Governador Simão Jatene, um apoio enorme do Governo Estadual, foi um empenho coletivo de fazer sucesso, mas infelizmente, deu esses resultados por esse motivo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor pode informar os valores de repasses de recursos do Banco da Amazônia, para o projeto?

SR. JORGE LORENZETTI – Não sei.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E se foi necessário alterações, por parte do Conselho Monetário Nacional, para que tal operação se realizasse em face dos volumes elevados?

SR. JORGE LORENZETTI – Eu não sei o valor dos volumes dos recursos porque como eu disse, eu era diretor de relações internacionais. Meu trabalho qual é que era? Fazer os contratos lá fora de venda do produto e trazer recursos não retornáveis, mesmo

a fundo perdido, para capacitação dos produtores, então eu não sei...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor não teve nenhuma participação nessa negociação com o Banco da Amazônia?

SR. JORGE LORENZETTI – Não, tive, tive de estar junto na diretoria, inclusive, assinei lá, como membro da diretoria. Mas como eu disse, eu não fiz, o Diretor Geral da Nova Amafrutas, é que coordenava toda a parte dessa negociação, toda a parte da preparação dos projetos, tudo. Eu cuidava da parte internacional.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E neste período o senhor acumulou a sua função na Unitrabalho com a função na Amafrutas?

SR. JORGE LORENZETTI – Perfeitamente. 2001, volto aqui, para a gente lembrar, primeiro semestre de 2001, fevereiro de 2005, eu fiz dois trabalhos na minha vida, metade do meu tempo eu me dedicava à Nova Amafrutas, como diretor internacional, a outra metade do meu tempo eu me dedicava à Unitrabalho, como assessor de relações internacionais.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, eu concluo aqui essa primeira parte, se aparecer mais alguma indagação no curso das informações do Sr. Lorenzetti, eu pediria à V.Ex^a, permissão para fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Cumprimento V.Ex^a e passo, então, a palavra ao Senador Alvaro Dias que é o primeiro inscrito. E informo aos Srs. Senadores que está aberta, o Senador Heráclito se inscreve em seguida e eu peço para passar a lista àqueles que desejarem se inscrever. V.Ex^a está com a palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, primeiramente, eu quero comunicar à Comissão, que a fundação do Banco do Brasil foi rápida, já encaminhou uma nota de esclarecimento sobre o relatório que apresentei a essa Comissão no início dos trabalhos. Informa a fundação Banco do Brasil que elucidou a maioria dos apontamentos do relatório do TCU, faltando apenas quatro deles, portanto, ainda quatro apontamentos registrados, não foram devidamente esclarecidos pela Fundação Banco do Brasil, de qualquer maneira eu faço esse registro que demonstra aí, o desejo de esclarecer, rapidamente, este assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a V.Ex^a.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu, primeiramente quero dizer ao Sr. Lorenzetti que vou fazer algumas indagações, em função do noticiário a respeito da sua figura que é um fato gerador de notícias, desde algum tempo. O Relator já perpassou por

alguns caminhos que eu iria caminhar, mas de qualquer forma, nós vamos aprofundar algumas questões, sempre com o objetivo do esclarecimento, nenhum propósito de prejudicar, eu cultivo o espírito de justiça, isso... o desejo de ser justo me preocupa muito e eu não quero ser injusto com ninguém, absolutamente, ninguém. O que eu sinto, no início dos trabalhos desta CPI, é que prevalece sobre prioridades, a influência política, aquilo que se chama de tráfico de influência, está presente na vida nacional, especialmente, nos últimos anos. Os recursos da Fundação Banco do Brasil são repassados, tendo em vista critérios de prioridade estabelecidos, ou porque há uma relação de amizade, uma relação até, de interesse partidários, que aproxima pessoas e favorece instituições.

O senhor disse que na Unitrabalho só desempenhou a função de relações internacionais, na área de relações internacionais. Eu tenho dúvida de que seja apenas isso, até na esteira dessa exposição inicial que fiz, pela amizade pessoal com o Presidente da República, a imprensa até, carinhosamente, não é, sem nenhum sentido de deboche, mas carinhosamente o denominou de “o churrasqueiro” do Presidente Lula. Isso demonstra a relação de intimidade que o senhor tem com o Presidente. E a partir daí passou a exercer uma grande influência em várias áreas, do setor privado, inclusive, o que nos leva a analisar aí, essa confusão que há sempre entre o que é público e o que é privado, há sempre uma mistura do que é público e do que é privado, é a razão até da indagação do Relator Inácio Arruda a respeito de empréstimos de banco público a uma instituição de caráter privado. Mas o senhor disse que só atuava nessa área de relações internacionais. E eu tenho aqui a agenda do Prefeito de Recife, e o senhor disse também que encerrou as suas atividades na Unitrabalho em 96, né, 1996?

SR. JORGE LORENZETTI – Não, Senador, desculpa, eu falei que de 96 a 98, eu fui Diretor Executivo, de 2001 a fevereiro de 2005, eu fui assessor de relações internacionais.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então, participou até 2005. Aqui na agenda do Prefeito de Recife, do dia 3 de novembro de 2003, consta o seguinte. Às 15 horas recebe o representante nacional da Unitrabalho Jorge Lorenzetti. É evidente que como Prefeito de Recife o senhor não estaria tratando de assuntos internacionais, provavelmente, deliberação de recursos, convênios, etc.

SR. JORGE LORENZETTI – Posso responder?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não.

SR. JORGE LORENZETTI – Estava. Estava tratando de assuntos internacionais, eu estava lá dentro

desse contexto, dessa cooperação com essa agência holandesa, um dos temas que apareceu, fortemente nesse foco de geração de trabalho e renda, foi a cadeia do lixo, a situação dos catadores em Recife, é uma situação, era, pelo menos, na época uma situação dramática, uma situação de alta precariedade, como em geral é em vários lugares do Brasil. O Brasil tem um grande atraso nessa área do tratamento da reciclagem e do saneamento. E isso virou uma agenda nossa, e eu fiz vários contatos na Holanda para conhecer a realidade da holandesa, que é o país mais avançado do mundo em saneamento e tratamento de lixo, na frente dos Estados Unidos, na frente da Alemanha, inclusive. E, então, nesse processo nós fizemos... eu conheci um grande centro de...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A Unitrabalho realizou algum convênio com a Prefeitura, em Recife.

SR. JORGE LORENZETTI – Não, fez um termo de compromisso sobre os catadores, não convênio, não envolvia dinheiro. Não envolveu nenhum centavo, um termo de compromisso sobre a questão do lixo. E aí, sim, eu mostrei interesse ao Prefeito João Paulo, de que ele pudesse conhecer essa realidade do tratamento do lixo na Holanda. E organizei uma missão da Prefeitura de Recife com o Prefeito à frente, que eu não me lembro certamente, seguramente a data, mas é 2004, não sei precisar o mês, e acompanhei essa agenda dele lá na Holanda e visitamos esse grande centro de reciclagem de lixo lá, nesse país e, inclusive, depois eles ficaram conversando, a própria ICCO e a Prefeitura, e foi feito um projeto, foi feito com apoio da ICCO, a KPMG, uma grande consultoria mundial, fez um diagnóstico da situação do lixo em Recife, pago por essa agência holandesa, a partir desse diagnóstico se fez um projeto que poderia ser um projeto para Recife. E, também, adianto, que também foi feito isso com o Prefeito Marcelo Déda em Aracaju. Então, organizei essas duas missões. Uma missão porque o nosso, o foco da agência era trabalhar com o Nordeste, lá a situação é mais precária, em que pese que eu ache que o Brasil no lixo está atrasado como um todo e, portanto, eu organizei essas duas missões. Então, tinha exclusivamente, relação com o meu papel de cooperação internacional.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O Relator já indagou de V. S^a sobre repasse de recursos da Fundação Banco do Brasil à Unitrabalho. Mas há uma coincidência aí. A denúncia divulgada pela imprensa a respeito do dossiê da campanha eleitoral que envolveu um pagamento de um milhão e 700 mil reais, se não me falha a memória, e que à véspera, a Unitrabalho recebia um valor superior a este, há uma coincidência

que a relação dos nomes indicados na questão do dossiê e que envolve também esta área de influência no setor do Banco do Brasil, Unitrabalho e V. S^a. Jacques Pena, ex-Presidente da Fundação do Banco do Brasil, o diretor de gestão de risco do Banco do Brasil, Expedito Afonso Veloso(F) e o Secretário de Relações do Trabalho, Oswaldo Borges.

SR. JORGE LORENZETTI – Bargas.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Aqui está Borges, o Relator também citou Borges, de qualquer maneira, Secretário de Relações do Trabalho. Esses nomes todos, juntamente com o seu, foram apontados como responsáveis pelo dossiê e pelo pagamento do dossiê no valor de um milhão e 700 mil. O senhor já desmentiu o fato aí, há pouco, mas há esta coincidência, uma relação muito estreita, solidária, fraterna mesmo, que envolve fundações, Fundação Banco do Brasil, Unitrabalho. E neste caso esse envolvimento numa notícia com características, eminentemente policiais, não é, que é a compra de um dossiê, pagamento, mala com dinheiro, que escandalizou o país e até hoje não se esclareceu, levou o Presidente Lula a irritação, de chamar de alopados, aqueles que se envolveram neste episódio. Eu não sei se o senhor quer dizer alguma coisa a respeito dessa coincidência a que me refiro, recursos de Fundação Banco do Brasil, Unitrabalho, dossiê, petistas envolvidos, não sei se o senhor gostaria de fazer mais algum esclarecimento a respeito.

SR. JORGE LORENZETTI – Senador, o... até tenho aqui, se depois dos trabalhos, se a Presidência achar conveniente, depois meu advogado pode encaminhar, se a Mesa achar necessário. Mas eu em setembro eu fiz um depoimento na Polícia Federal e que eu reafirmo todos os termos desse depoimento, eu fiz um depoimento extenso na CPI Mista, desta... aqui do Congresso, sobre o escândalo, a máfia dos sanguessugas e, portanto, está bem consignado, está tudo consignado nesses depoimentos. E como eu já disse também, eu não tive nenhum indiciamento de qualquer irregularidade. E quero falar...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Só...

SR. JORGE LORENZETTI – Só para completar também, desculpe, Senador, completar o seguinte. Em 2006, em 2006, eu estava, exclusivamente, dedicado ao banco de Estado de Santa Catarina, que por sinal foi feito também lá uma ampla investigação, felizmente ficou satisfeito, só se encontrou notícias boas da minha gestão no banco.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Desculpe a brincadeira...

SR. JORGE LORENZETTI – Eu não tinha nenhum vínculo nesse período e nem encontrava essas

peessoas, nenhum vínculo, perguntar para a Unitrabalho, eu não sei quais eram os projetos dessa época. Eu não encontrava o Oswaldo Bargas nesse período, não encontrava, não conhecia o Expedito Veloso, só para dizer que isso se criou uma situação que não tem fundamento, eu estava, totalmente, dedicado a diretoria administrativa do Banco do Estado de Santa Catarina, comprometido 24 horas para fazer uma gestão de sucesso lá.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu vejo nossa Polícia Federal muito competente solucionando crimes incríveis, não é, e me surpreende o fato de até agora não termos solução para esse crime. Eu até ia fazer uma brincadeira, mas não sou muito afeito a brincadeiras, eu ia perguntar se esse recurso do pagamento do dossiê não saiu lá do banco de Santa Catarina, mas era só uma brincadeira, eu não estou fazendo nenhuma acusação, não gosto de brincar com coisa séria, mas, às vezes é preciso quebrar o gelo. O nosso Relator, até parece que nossa relatoria conversou, mas ele fez indagações sobre a Amafrutas, eu começo indagando se... O senhor chegou a acumular as funções de... (soa a campainha) Diretor do banco de Santa Catarina, a Unitrabalho e a Nova Amafrutas? Ou não acumulou?

SR. JORGE LORENZETTI – De forma nenhuma, de forma nenhuma. Quer dizer que em fevereiro quando eu recebi o convite para assumir a diretoria do banco, e a reunião do Conselho de Administração do banco ia acontecer no dia 4 de março eu me desliguei totalmente...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Já estou satisfeito.

SR. JORGE LORENZETTI – Mudei de mala e cuia para Florianópolis.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É que o meu tempo está esgotando e eu tenho ainda alguma coisa para perguntar. Os valores repassados, o Relator não fez referência, do banco Amazônia, foi de 15 milhões, aliás, 20 milhões do Banco da Amazônia e mais 15 milhões do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 15 milhões. Foram os recursos públicos para a Nova Amafrutas. Eu tenho dificuldade de compreender como é possível uma instituição privada, embora necessária, importante, fundamental para o Estado do Pará, possa ter esse privilégio de receber 35 milhões. V.Ex^a, V. S^a tem muita força com o atual Governo, V. S^a tem muita força com o Presidente da República. É da intimidade dele.

SR. JORGE LORENZETTI – Já esclareci que eu não tive nenhuma relação com isso, não conheço valores.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Ele afirma que não tem relação nenhuma.

SR. JORGE LORENZETTI – E o Banco da Amazônia, o Banco da Amazônia fez um empréstimo à Nova Amafrutas. Não é doação.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Olha, inclusive.

SR. JORGE LORENZETTI – Empréstimo. E o Banco da Amazônia está executando esse empréstimo, está executando.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu quero destacar ao Sr. Lorenzetti, que esses 20 milhões do Banco da Amazônia, que era presidido pelo Sr. Mâncio Lima Cordeiro. (soa a campainha). Representa valor inédito e necessitou de alterações prévias das normas do conselho monetário nacional, ou seja, só gente com muita influência, com muito poder, com uma relação fraterna com o poder, com o Presidente da República, poderia alcançar esse sucesso. Eu gostaria que as cooperativas do Paraná tivessem um representante igual V. As. junto ao Presidente Lula, certamente eles não teriam dificuldade alguma. Mas eu peço a generosidade do Presidente. em relação ao tempo, só para concluir em relação a algo que eu considero essencial indagar para esclarecer. Talvez pela experiência adquirida na Unitrabalho e pela presença no Estado de Santa Catarina, na diretoria do banco, V. S^a foi escolhido para encerrar as atividades da ONG Rede 13, e há um depoimento do Sr. Fernando Bond (F) que prestou consultoria à Rede 13, eu não sei qual o seu relacionamento com ele, mas ele em entrevista ao Jornal do Brasil em 2006, disse não ter testemunhado o melhor da história, ou seja, o melhor da história para ele, o processo de extinção da Rede 13, que havia deixado a ONG antes, mas ele alertou para três pontos que teriam ficado obscuros. Tem que saber onde foi parar a conta bancária da Rede 13. Até hoje não se sabe, quem irrigava aquelas contas, quanto entrou e como ficou resolvida a questão.

Eu pergunto, então, a V. Sa, essa é a grande oportunidade do esclarecimento, por que houve a extinção da Rede 13? Quais os problemas que foram encontrados? E essas indagações podem ser respondidas? Aonde foi parar a conta bancária da Rede 13? E quem irrigava aquelas contas? Estas são as indagações.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Um pouquinho antes da resposta, eu gostaria de pedir ao Senador Wellington Salgado que substitua, se transforme Relator Ad Hoc, por 10 minutos, pela ausência do Senador Inácio Arruda que tem que fazer um relatório urgente, *pit stop*. Dr. Jorge Lorenzetti V.Ex^a está com a palavra para a resposta.

SR. JORGE LORENZETTI – Obrigado, agradeço ao Senador Alvaro Dias, também, pela oportunidade de falar sobre todos esses aspectos. E só considero, Senador, que há um enorme de um exagero dessa influência, não tenho essa influência. E também nunca usei de nada, nunca confundi amizade com qualquer tipo de pedido, com qualquer tipo de influência. Isso pode-se dizer assim, pode ser desnecessário, mas faz parte do princípio que eu tenho, não é da minha relação com o Presidente Lula, é da minha relação com todos nossos amigos. Nossos amigos, amigos, são amigos, aí a gente não faz esse tipo de confusão. E de fato eu não tenho nenhum tipo de influência dessa dimensão. E como eu disse também, felizmente, sempre vivemos dos nossos salários. Em relação a Rede 13 eu já tive até uma oportunidade de falar sobre isso na CPMI dos Sanguessugas, mas acho que é importante voltar isso com toda a tranquilidade. Eu não fui dirigente da Rede 13. Eu fui...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Extinguiu.

SR. JORGE LORENZETTI – Nem fui o responsável pela extinção. Eu fui um motivador do debate sobre a Rede 13. Em que sentido? A Rede 13 foi uma ONG constituída no final da eleição de 2002 para mobilizar os militantes e tal, era uma rede dos militantes. Quando teve a eleição do Presidente Lula no início de 2003 a agenda do país estava toda voltada para o Fome Zero, não é, toda não, mas era uma agenda importante, Fome Zero na sociedade. Então, isso envolveu muita gente, quer dizer, os empresários fizeram uma grande mobilização e criaram uma ONG de apoio ao Fome Zero, liderada pelo Oded Grajew, por grandes empresários que, salvo engano, continuam atuando até hoje. Então, nós falamos: “vamos discutir com essas relações em Santa Catarina, os militantes, as lideranças comprometidas com essa importância social do Fome Zero, vamos discutir a possibilidade de nós também fazermos uma Organização Não Governamental aqui em Santa Catarina para dar apoio ao Fome Zero”. E nesse debate. ‘Vamos transformar a Rede 13 que já cumpriu seu papel eleitoral numa ONG com outro nome, outro estatuto, tudo, outro foco, outro objeto voltado para o suporte ao Fome Zero’.

No final desse debate que durou aí uns... o primeiro semestre, uns dois meses do primeiro semestre de 2003, se viu que não era o caso. Concluiu-se, nesse coletivo, que não era o caso. Por quê? Ia se confundir com o CONSEA, com os conselhos da Prefeitura que estavam se formando, os conselhos Estaduais e que a gente poderia atuar nos CONSEAS como militante voluntário, sem necessidade de ter uma organização, e daí se decidiu, então, que os responsáveis pela Rede

13, formalmente na época, extinguissem a Rede 13. Então, eles extinguiram. Então, a Rede 13 foi extinta, mas obviamente que eu acompanhei esse processo de extinção porque tinha essa dimensão. E depois eu fui buscar as informações, quando surgiram tudo isso na mídia, tal, na imprensa, eu fui buscar as informações concretas, então, a Rede 13 foi extinta pelos responsáveis dirigentes na época em 2003, em agosto de 2003, ela foi extinta, portanto, ela não chegou a funcionar como Organização Não Governamental. E é isso que é incrível que isso não tenha voz no Brasil. Ela foi extinta, não realizou nenhum convênio.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Agora, o importante.

SR. JORGE LORENZETTI – Nenhum convênio.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A pergunta quem faz é o consultor que conhecia as contas e ele pergunta:

SR. JORGE LORENZETTI – Mas Senador...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – “Onde foram parar os recursos da Rede 13?”

SR. JORGE LORENZETTI – Não tinha recurso, a Rede 13.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas ele como consultor, não sabia se tinha ou não tinha recurso?

SR. JORGE LORENZETTI – Ele não foi consultor, ele foi um consultor informal, como militante, não era consultor.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Mas é evidente que se ele foi consultor informal ou formal, e faz uma declaração dessa à imprensa, obviamente ele faz com conhecimento de causa, ele não diria isso se não tivesse conhecimento.

SR. JORGE LORENZETTI – Ele tem que responder com quais interesses, agora, eu estou falando com conhecimento de causa dos documentos. A Rede 13 foi extinta e, portanto, as contas bancárias, extintas. E a documentação, a toda a documentação da Rede 13 foi para onde, Senador? Para a Receita Federal. Para você fechar um CNPJ, para você fechar uma empresa, você precisa fazer um trâmite, infelizmente, maluco nesse país. Então, foi para a Receita Federal para ser extinto. E quando você faz a extinção você manda todos os extratos bancários.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, então, eu pediria.

SR. JORGE LORENZETTI – Todos os extratos bancários, e a Rede 13, nesses balancetes...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu pediria a requisição desses documentos à Receita Federal para que a CPI...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Peço que a Secretaria providencie.

SR. JORGE LORENZETTI – Até bom porque a Rede 13 não movimentou 30 mil reais de doações voluntárias. Não teve nenhum contrato.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O objetivo é esclarecer. E dessa forma eu ficarei muito satisfeito se esse esclarecimento for dessa natureza, ficaremos todos muito satisfeitos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Alvaro, eu agradeço, preciso ouvir os demais Senadores, agradeço a V.Ex^a. O próximo inscrito é o Senador Heráclito Fortes e em seguida o Senador José Agripino.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, eu vou fazer um elogio aqui a um ausente, que é o Senador, Relator Inácio Arruda. Senador Inácio Arruda, dentro de uma linha investigativa armou todo um roteiro que vai facilitar os que me seguirão nessa oitiva do Sr. Lorenzetti. Mas o que nós estamos vendo aqui, Sr. Relator, é a promiscuidade entre o público e o privado. Quando eu digo promiscuidade, eu não estou me referindo a roubo, eu digo, a intimidade exagerada, a falta de zelo com a administração pública, as pessoas se confundem, hora agem como privado, hora agem como público e você não tem uma linha delimitatória para saber em que circunstância cada um está exercendo o seu papel. Sr. Lorenzetti foi para... V.Ex^a ficou no BESC de que época até que época?

SR. JORGE LORENZETTI – De 4 de março de 2005 até 31 de julho de 2006.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Morou na Holanda de 2003 a 2004.

SR. JORGE LORENZETTI – Majoritariamente, maior parte do meu tempo, como eu disse, a minha esposa fazia um pós-doutorado lá, então, nós tínhamos uma casa lá e eu cuidava das coisas aqui no Brasil e a maior parte do tempo fiquei com minha família lá.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Nesse mesmo tempo participou da administração e da montagem da Amafrutas, lá no Pará?

SR. JORGE LORENZETTI – Sim, como diretor internacional.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Porque na realidade, eu estou vendo aqui, na inauguração com a presença de alguns Governadores, todos os méritos da Amafrutas, na palavra do Presidente Lula, era para V.Ex^a. V.Ex^a foi o grande citado pelo Presidente da República. Pelo idealizador, pelo grande articulador e V.Ex^a foi realmente a grande estrela da inauguração. Parabéns pela... Agora, uma pergunta que eu queria

fazer a V. S^a com relação a essa ICCO, acho, inclusive, Sr. Relator que a Comissão tem que ter informações sobre essa entidade internacional, por prestar extraordinários serviços ao país. Além da Amafrutas, com quem mais no Brasil a ICCO fez convênio?

SR. JORGE LORENZETTI – Desconheço, Senador, sei que ela tem convênios com várias organizações brasileiras, várias. Como eu disse, já fazia com a Central Única dos Trabalhadores, nesse processo desenvolvemos uma relação de parceria a substantiva e depois com a Nova Amafrutas, aí com a Unitrabalho, então, os outros eu não sei. Mas tem com várias organizações no Brasil.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Que tipo de sociedade, que tipo de empresa é a ICCO, em determinado momento entendi que ela tinha ligação com igrejas.

SR. JORGE LORENZETTI – A ICCO é uma iniciativa das igrejas holandesas, portanto, ela é uma organização ecumênica, mas ela é uma Organização Não Governamental ecumênica da Holanda que acessa, que recebe recursos públicos do Governo holandês para fazer cooperação com a inclusão social em países de outros...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Intermedia negócios?

SR. JORGE LORENZETTI – Não, elas têm uma cooperação com empresas para facilitar a participação de empresas que tenham também esse compromisso social.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas na questão, por exemplo, aqui do lixo ela intermediou por intermédio de V. Sa.

SR. JORGE LORENZETTI – Sim, mas não é nesse sentido comercial, Senador, era mais um acesso...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Ela tem sede no Brasil?

SR. JORGE LORENZETTI – Era mais um acesso de interesse nosso à tecnologia, ao desenvolvimento, do que qualquer interesse comercial. Ela não tem escritório no Brasil.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não tem escritório, não tem representante?

SR. JORGE LORENZETTI – Não, tem responsáveis que moram na Holanda, trabalham na Holanda e visitam os projetos no Brasil.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, eu sugiro que essa Comissão peça abertura das contas da ICCO no Brasil. É grave essa atuação da ICCO.

SR. JORGE LORENZETTI – Ela não tem contas no Brasil, Senador

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)

– Mais grave ainda, Sr. Presidente, é uma atuação clandestina.

SR. JORGE LORENZETTI – Não, Sr. Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)

Claro que sim, se não tem conta, não tem um representante, não tem um responsável e manda dinheiro para cá, ela é clandestina, no Brasil ela não está legalizada. Ou está?

SR. JORGE LORENZETTI – Senador, como eu tentei explicar, toda a liberdade aí da Comissão decidiu que ia ser necessário, eu estou tentando esclarecer, então, nesse sentido. Como é que funciona a metodologia? Então, por exemplo, nós na Unitrabalho, quando eu estava lá na Unitrabalho com essa responsabilidade, o quê que eu fiz? Eu elaborei um projeto sobre incubadoras das Universidades para apoio a projetos de economia solidária. Elaborei esse projeto, a Unitrabalho aprovou a elaboração do projeto, levei para a Holanda, discuti na ICCO, ela fez observações, correções, aprovou o projeto. Nesse projeto, digamos, por hipótese, estavam previstos 300 mil euros, 300 mil euros em dois anos. Então, ela transferia esses recursos, institucionalmente, da Organização Não Governamental para a Unitrabalho via o Banco Central. Chega... que é regulamentado, chega aqui o Banco Central, a Unitrabalho, o responsável da Unitrabalho, recebe uma notificação do banco, vai lá, assina os documentos, confirmando que é doação e aí o banco central do Brasil libera para a conta da Unitrabalho em reais. Então, essa que é a metodologia, como doação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Lorenzetti. Não vamos confundir as coisas. A doação institucional ela vem aqui, o Banco Central legaliza porque tem origem. O que não tem origem, o que não é correto é a ICCO mandar um representante seu na época no caso o senhor, ir a Recife tratar de tecnologia de lixo e levar, inclusive, um grupo à Holanda para ver o que está se fazendo lá. O quê que gera isso? Venda de equipamentos. É uma atividade ilegal para uma instituição nessas circunstâncias, daí porque eu gostaria que essa Comissão interpelasse ou questionasse o Banco Central sobre isso. Eu quero até lhe parabenizar, o senhor tem dado mais informações do que nós precisamos e tem nos aberto alguns caminhos que vai nos favorecer muito. Mas essa questão da ICCO é grave, ela é clandestina, ela está atuando aqui no Brasil de maneira irregular e é preciso que seja feita uma apuração sobre esse fato. É muito grave. Senhora vice presidente... Porque é uma concorrência que ela está fazendo, desleal, em território brasileiro. Aparentemente é uma entidade sem fins lucrativos, filantrópica, ligada a igreja, tudo bem, agora por trás

disso, vender tecnologia de lixo para prefeituras brasileiras, há uma diferença muito grande e eu acho que essa Comissão tem que apurar.

SR. JORGE LORENZETTI – Senador me permita só uma observação. Meu papel aqui é exatamente esse, tentar ajudar a esclarecer, só que eu nunca fui representante da ICCO no Brasil. Eu fui responsável de relações internacionais da Unitrabalho. Então, esses contatos que eu fiz foi como assessor da Unitrabalho.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mais um motivo que justifica a minha preocupação. O senhor está me dando mais elemento para isso. É grave esse fato. É mais grave ainda. Porque atua no Brasil com representantes informais. Estou, Sr. Relator, chegou aqui em boa hora, questionando a necessidade que nós temos de investigar mais profundamente essa ICCO, pelas atividades clandestinas que realizou no Brasil financiando a Amafrutas, participando com recursos da Amafrutas e por aí vai. A Amafrutas, a Unitrabalho, ou a Amafrutas tem algum convênio com a FETRAF?

SR. JORGE LORENZETTI – Que eu saiba não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Nenhum?

SR. JORGE LORENZETTI – Que eu saiba nenhum.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não houve nenhuma troca de... nenhum convênio, nem a ICCO?

SR. JORGE LORENZETTI – Não sei, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O senhor morou na Holanda. Qual era o salário e quem pagava?

SR. JORGE LORENZETTI – Como eu já lhe expliquei aqui, nesse período de 2001... (soa a campainha). Até fevereiro de 2005 eu tinha duas funções: uma como assessor de relações internacionais da Unitrabalho, que me pagava um salário; e outra como diretor internacional da Nova Amafrutas, que também me pagava um salário, então, eu recebia esses dois salários e metade do meu tempo eu me dedicava à Nova Amafrutas e outra metade do meu tempo, me dedicava a rede de trabalho.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O senhor pode dizer a Comissão quais eram esses salários?

SR. JORGE LORENZETTI – Posso, não sei se eu vou lembrar com precisão, a primeira parte da Unitrabalho era um salário bruto de 4 mil reais, bruto. Depois esse salário foi reajustado porque quando, nesse período de outubro de 2005 a fevereiro, de outubro de 2004 a fevereiro de 2005 eu fiz esse trabalho adicional de montar esse referencial representando a Unitrabalho

desse livro, então, aí eu recebi mais uma suplementação que eu não lembro com certeza qual era, mas era também bruta, para minhas despesas aqui, das reuniões aqui. E na Nova Amafrutas num primeiro período eu recebi um salário de 3 mil reais e depois recebi um salário de 4 mil reais, também bruto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Dava para viver na Holanda com a casa montada... com despesas em Euro?

SR. JORGE LORENZETTI – Senador, quem pagava as despesas era minha mulher, ela continua pagando. Eu acho que tem que fazer um elogio ao Governo Brasileiro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Ela é funcionária lá?

SR. JORGE LORENZETTI – Ela é professora da Universidade Federal de Santa Catarina. Ela foi fazer um ano de pós-doutorado na Holanda, que é um programa depois do Doutorado. É um programa de oito meses, um ano, etc. Quando tem esses programas, que tem um convite da Universidade de lá, Universidade de Amsterdã, teve um convite, aí se tem uma bolsa da CAPES de 2 mil euros. Então, nós, ela tinha o salário dela como professora para ficar fazendo esse pós-doutorado e uma bolsa de 2 mil euros, então, com o salário dela e essa bolsa de 2 mil euros e com o meu salário...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Dava para manter a casa na Holanda? Parabéns. O senhor falou dos apicultores no Piauí, o senhor, inclusive, parece que teve lá.

SR. JORGE LORENZETTI – Tive.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Me conta a história, o que ICCO participou, quanto mandou para o Estado. Eu fico impressionado, Sr. Relator, as vezes eu evito de puxar o Piauí, mas sempre o Piauí aparece na história, ontem foi a mesma coisa, depois eu que levo a culpa, eu gostaria de saber essa história do mel do Piauí.

SR. JORGE LORENZETTI – Então, nesse livro que nós fizemos em conjunto aqui com a... quer dizer, a metodologia que está expressa aí, ela foi o quê? Ela foi uma metodologia para apoiar projetos que estavam de um lado, populações, pequenos produtores, populações necessitadas e a cadeia produtiva. Então, se... assim como lá no Pará era cadeia produtiva da fruticultura, maracujá, abacaxi, etc., fez um convênio com a Natura, inclusive, é bom registrar isso, a Natura tem um convênio com a Nova Amafrutas, tem uma fábrica da Natura que funciona na Nova Amafrutas que produz a matéria-prima do sabonete da Natura, é produzido lá dentro da Nova Amafrutas. Então...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Continua produzindo?

SR. JORGE LORENZETTI – Continua produzindo, que eu saiba. Então, nessa idéia das cadeias produtivas, uma cadeia que apareceu com o SEBRAE, nas discussões com o Nordeste foi a cadeia do mel, uma das cadeias que apareceu como necessidade de apoio para exportação do mel brasileiro, para criar canais de valorizar o mel brasileiro, qualificar a produção, tudo isso, e melhorar a renda dos produtores de mel e se essa é a concepção de cadeia, surgiu, então, um projeto do mel, que já era uma iniciativa do SEBRAE, tinha uma iniciativa da Fundação Banco do Brasil, aí a Unitrabalho entrou nesse projeto do mel, que se chamou PROMEL e qual foi o meu papel? Eu coloquei essas... os apicultores das cooperativas do mel em contato com a Nova Amafrutas para aprender um pouco, aprender entre aspas, mas para conhecer essa metodologia, e fiz um projeto, elaborei um projeto para essa agência holandesa, chamado PROMEL e a agência holandesa aprovou esse projeto de dar apoio para que junto com a Fundação Banco do Brasil, eles pudessem implementar esse projeto do mel. Eu estive lá em... (soa a campainha)...2004, como eu disse, Senador, depois eu me desliguei totalmente em fevereiro de 2005, então, eu não sei o que aconteceu de fevereiro para cá.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Foi uma época de muita expectativa no Piauí, estive lá na mesma data, pertinho do Dr. Delúbio, que levou estrada, prometeu estrada, não foi?

SR. JORGE LORENZETTI – Não, não, não, não...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Toda a semana passava lá alguém com... quanto...

SR. JORGE LORENZETTI – Pelas informações que eu tenho, é que o projeto vai muito bem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Quais os recursos apesar da falta de apoio do Governo? Mas quais os recursos liberados para o Piauí nesse projeto?

SR. JORGE LORENZETTI – Não conheço, porque já foram aprovados depois da minha saída. Como eu disse o Presidente da Unitrabalho vai estar aqui a tarde, depois da minha oitiva e ele poderá explicar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, eu queria também consultar o Relator, ele está amarrando muito as declarações dele ao atual Presidente da Unitrabalho, eu queria solicitar a V.Ex^a que após a oitiva dele, solicitasse a permanência dele no recinto para caso haja necessidade de alguma, de algum confronto de declarações. Eu estou sendo forçado a fazer isso, porque é a quarta ou quinta vez que

ele cita o atual Presidente, eu acho para economia de tempo, inclusive, senhor Relator, seria prudente a permanência dele para no caso de haver alguma...

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Para evitar a volta dele, um retorno.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Pela ordem, a sugestão do Senador Heráclito Fortes no sentido de que o Sr. Lorenzetti ficará numa sala qualquer ao alcance de V.Ex^a para eventual acareação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Esse é o nosso procedimento, Dr. Jorge também concorda.

SR. JORGE LORENZETTI – Eu também já esclareci, minhas referências ao Presidente, porque os papéis são bem distintos, ele é o Presidente, ele representa institucionalmente, todas as relações institucionais a responsabilidade é... (soa a campainha)... Dos diretores, eu fazia um trabalho de assessoria técnica profissional.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mais um minuto, Sr. Presidente, dois minutos eu termino. Quem é o atual responsável pela Amafrutas?

SR. JORGE LORENZETTI – Não sei, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não sabe?

SR. JORGE LORENZETTI – Não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Jornais da semana passada noticiam que a Amafrutas quebra e a manchete do jornal parece que está muito injusta e caluniosa com o senhor, sujaria até processar o jornal, agora que está muito na moda, moda aí, inclusive. Cooperativa ligada a Lorenzetti quebra no Pará. Eu não aceitaria isto de maneira nenhuma, diante de tanta isenção sua nesse caso, a matéria é pesada e faz algumas ligações com o episódio, mas diz que, inclusive, está indo a leilão, a Amafrutas. Eu queria, essa nota ficasse aí como registro. Por fim a Unitrabalho tem algum convênio com a FINATEC?

SR. JORGE LORENZETTI – Não sei, Senador, isso tem que também, desculpe, perguntar ao Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Alguma fundação universitária brasileira?

SR. JORGE LORENZETTI – Desconheço. O Presidente pode responder isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A ICCO tem alguma ligação, algum tipo de acordo ou financiamento para fundações brasileiras?

SR. JORGE LORENZETTI – Quem?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – ICCO.

SR. JORGE LORENZETTI – Desconheço também.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O senhor além de Recife e Sergipe e Aracaju, levou a tecnologia holandesa para quantas prefeituras do Interior de São Paulo?

SR. JORGE LORENZETTI – Interior de São Paulo?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sim.

SR. JORGE LORENZETTI – Nenhuma, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Nenhuma?

SR. JORGE LORENZETTI – Nenhuma.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Só levou então para as duas cidades?

SR. JORGE LORENZETTI – E o Governador do Pará, Simão Jatene.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Governador do Pará para tratar do lixo?

SR. JORGE LORENZETTI – Não, da Amafrutas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu digo dessa tecnologia holandesa do lixo, só foram as duas questões. Sr. Presidente, eu, pode ser que eu necessite de uma segunda rodada, mas no momento eu fico satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a V.Ex^a. Nós vamos, dois minutos o Dr. Jorge está pedindo licença e nós já retomamos o trabalho, por favor. O senhor fique a vontade. (soa a campainha).

Sessão suspensa às 11h33.

Sessão reaberta às 11h36.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Reiniciando os nossos trabalhos e seguindo a ordem de inscrição, eu concedo a palavra ao meu líder Senador José Agripino para sua oitiva.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, Sra. Vice-Presidente, Relator, Srs. Senadores, Dr. Jorge Lorenzetti, eu devo dizer a V.S^a que está me causando boa impressão o depoimento de V.S^a, seguro. Uma única coisa me deixou com uma interrogação com relação a assertiva de suas declarações. V.S^a falou com muita precisão, com muito... muita convicção sobre a sua ação na Amafrutas, que é um assunto que eu conheço, porque já estive ligado a isso. Teve muita convicção ao falar da parceria do Governador Simão Jatene, o objetivo de produção de suco de maracujá para exportação, das dificuldades do setor,

mas V.S^a perguntado pelo Senador Alvaro Dias sobre o valor do socorro não soube informar, num primeiro momento, num segundo momento V.S^a disse com toda a convicção de que não tinha sido doação, tinha sido empréstimo. Aí eu fiquei matutando comigo mesmo. Como é que um cidadão que me parece tão ágil, que tem resposta para tudo, informa que não sabia dos valores, mas sabia que tinha sido empréstimo. Então, fiquei com a dúvida. Mas um comentário, é apenas um comentário sobre a justeza das suas declarações. Eu queria primeiro de tudo confirmar algumas coisas que parecem ser notórias, mas que acho que podem ser, ficar claras aqui. V.S^a é amigo pessoal do Presidente Lula, porque churrasqueiro que é da granja, suponho que seja amigo pessoal do Presidente.

SR. JORGE LORENZETTI – Somos amigos, não somos mais hoje...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – A intimidade, mas são amigos?

SR. JORGE LORENZETTI – Em... em respeito aos churrasqueiros que eu admiro muito, mas quero reafirmar o que eu já disse em todas as oportunidades, que eu nunca fui churrasqueiro do Presidente Lula e muito menos churrasqueiro oficial como se chegou a se falar. Então, nós tivemos convivência em que o churrasqueiro é um *hobby*, foi coisa que passou.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – V.S^a dividia o apartamento com Delúbio Soares em São Paulo?

SR. JORGE LORENZETTI – Na época da CUT sim.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – V.Ex^a é amigo de José Dirceu?

SR. JORGE LORENZETTI – Me considero.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – José Genoíno?

SR. JORGE LORENZETTI – Também.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – V.S^a, eu diria que é um petista de carteirinha?

SR. JORGE LORENZETTI – Fundador.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Amigo da nata do PT.

SR. JORGE LORENZETTI – Prefiro a militância, mas também a nata nós nos relacionamos. Porque não sou dirigente do PT, Senador, me permite, também um aspecto que a gente não focou aqui hoje, eu fui fundador do partido, fui o primeiro vice-presidente da primeira Executiva Estadual de Santa Catarina, e fui candidato a Prefeito nas primeiras eleições diretas, na redemocratização em 1985 à Prefeitura de Florianópolis. E depois eu nunca mais fui dirigente do Partido dos Trabalhadores.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Mas é amigo do núcleo central do partido?

SR. JORGE LORENZETTI – De algumas pessoas.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Pelo menos esses que eu citei, que são as estrelas mais visíveis do partido, V.S^a declara ser amigo. E é um direito que o senhor tem, nada a estranhar. Talvez, por essa razão que o senhor tenha sido chefe do núcleo de informações e inteligência do Comitê Central da Campanha do PT à Presidência. Confirma que foi chefe da Central de Inteligência?

SR. JORGE LORENZETTI – Não era Central de Inteligência, eu já fiz uma referência aqui, eu esclareci tudo nos meus depoimentos na CPI Mista que exaustivamente inquiriu sobre isso. Então, portanto, já do Congresso que é do conhecimento, pode ser disponibilizado eu tenho aqui também e... era um núcleo de informações, está aqui, olha, meu depoimento na CPI Mista, realmente onde foi exaustivamente tratado dessa questão está totalmente...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Ao invés de CPI Mista, talvez, a minha preocupação, mesmo com a dúvida da citação de que não sabia dos valores, mas soube que não tinha sido emprestado, que não tinha sido dado e sim emprestado, que me deixa dúvidas sobre se o senhor estava com a mesma convicção ao responder que no caso da Amafrutas, mesmo com os amigos que tem no PT, no Governo o empreendimento que o senhor dirigia não teria sido favorecido pelo Governo, com um dinheiro que foi para o Piauí, por exemplo, ou para outros empreendimentos, se houve favorecimento nesse rumo, pode ter havido favorecimento em outros rumos, aí aonde nos cabe investigar. Como o senhor foi chefe desse núcleo, pequeno, médio ou grande, Núcleo de Inteligência da campanha, eu gostaria e acho que seria uma boa oportunidade o senhor confirmar os termos do seu depoimento à Polícia Federal sobre o dossiê Vedoin. Porque Dr. Jorge, até hoje aquele monte de dinheiro, um milhão e 700 mil reais, apreendido pela Polícia Federal num hotel em São Paulo, nunca teve a sua origem esclarecida. Nunca.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, pela ordem. Eu com todo o respeito ao Senador Agripino, mas eu quero dizer que o objeto da CPI.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – É pela ordem ou é uma...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só queria perguntar ao Presidente...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Senador Sibá, se é pela ordem eu tenho que permitir ou não. Eu não interrompi ninguém até agora, estou

numa linha de raciocínio, vou chegar aonde V.Ex^a está querendo chegar, que é o uso de dinheiro e eu quero esclarecer fatos de interesse público aqui e essa é a oportunidade.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Com toda a tranquilidade, eu estou perguntando ao Presidente.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – V.Ex^a aguarde a oportunidade, que poderá fazer quando vier.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Após a pergunta do Senador José Agripino, concedo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – V.Ex^a me concede.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O senhor está com a palavra, Senador.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Retomando, mesmo, acho que minha linha de raciocínio perturbou aqueles que falam pelo PT. Eu não quero “petizar” as investigações, eu quero esclarecimento sobre o dinheiro do dossiê Vedoin, um milhão e 700, porque eu tenho o direito de saber. Se a Fundação Banco do Brasil, se a Unitrabalho, quem quer que tenha sido mencionado como suspeito tenha nesse momento a oportunidade de esclarecimento pelo Dr. Jorge Lorenzetti, que pode confirmar ou pode negar. E o assunto é absolutamente correlato. Por isso que a minha pergunta ao Dr. Jorge é: No depoimento que o senhor fez à Polícia Federal qual foi o nível de envolvimento do senhor com o Sr. Vedoin, com a investigação do dossiê das ambulâncias, na sua função de chefe da inteligência, o que é que o senhor disse à Polícia Federal com relação ao dossiê ambulância, se qual é a sua relação com o Sr. Vedoin? Essa é a pergunta que lhe faço de plano.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O Sr. Jorge Lorenzetti está com a palavra.

SR. JORGE LORENZETTI – Senador, só para meu objetivo de falar desse esclarecimento de empréstimo, espero que possa ser bem compreendido, porque em algum momento aqui deu um ruído nas nossas comunicações que parecia que o Banco da Amazônia poderia estar fazendo doação a Nova Amafrutas, eu acho que aqui para mim estava sempre claro desde o início, que um banco não faz doação de montante desse tipo, um banco faz empréstimos, portanto, para mim estava como pressuposto que estava claro, mas de repente surgiu um ruído, daí eu voltei para dizer: Não, é claro que é um empréstimo. E é um empréstimo que, inclusive, como o banco não recebeu, insisto, quando eu me desliguei da Nova Amafrutas o projeto

estava adimplente, como o banco, o projeto não devolveu está sendo executado. Então, isso é uma coisa que eu acho que é só para reforçar.

Em relação à sua outra pergunta, eu quero dizer o seguinte, que no dia 22, eu tenho aqui, Sr. Presidente, 22 de setembro de 2006, o meu depoimento na Polícia Federal sobre esse episódio. Então, aí foi amplamente questionado pela Polícia Federal e as questões estão todas aí e há no relatório final da Polícia Federal, eu fui isentado de qualquer irregularidade, de qualquer delito em relação a isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – A Presidência vai tirar cópia desse documento e encaminhar aos Srs. Senadores.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Eu acho que é importante, mas de qualquer maneira o senhor confirma ou nega que tenha despachado emissários a Mato Grosso para manter contatos com o Sr. Vedoin, para esclarecer ou para obter informações sobre o dossiê das ambulâncias?

SR. JORGE LORENZETTI – Eu confirmo integralmente o meu depoimento.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Para a Comissão.

SR. JORGE LORENZETTI – Confirmando meu depoimento e eu já disse nesse depoimento.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Eu gostaria de ouvir de V.S^a se existe alguma ilação, se é legítimo se pensar, porque essa ilação foi feita de público pela imprensa de que o senhor teria despachado emissários para o Mato Grosso para obter informações, para produzir um dossiê. É preciso compreender, fazer a ligação dos fatos. O senhor era na época da Campanha Presidencial o senhor era chefe de um setor de inteligência e informação e ocorreu um fato que até hoje não teve esclarecimento, a montanha de dinheiro, um milhão e 700 mil reais para compra de um dossiê, nunca houve nenhuma explicação sobre a origem daquele dinheiro, V.S^a é dirigente ou foi dirigente da Unitrabalho, é uma ONG que recebe dinheiro ou não recebe dinheiro, V.S^a vou perguntar, conhece o Sr. Jacques Pena, ex-Presidente da Fundação Banco do Brasil? Conhece Sr. Expedito Veloso, diretor de gestão de risco do Banco do Brasil? Essas pessoas que estiveram mencionadas no dossiê Vedoin, são do depoimento de V.S^a que eles pudessem ter participado com recursos para fornecer aquela fotografia de um milhão e 700? Essa é a oportunidade que nós temos de lhe perguntar e ouvir sua resposta.

SR. JORGE LORENZETTI – Conheço o Sr. Jacques Pena, ele não é ex-Presidente, que eu saiba ele continua sendo Presidente da Fundação Banco do Brasil, conheço de muito tempo, ele foi um síndi-

calista, Presidente do Sindicato dos bancários aqui de Brasília, fundador da CUT, então tivemos uma história conjunta de militância e o Sr. Expedito Veloso já explicou também nesse depoimento, eu o conheci naquela oportunidade desse trabalho nas eleições de 2006. E, portanto, em relação a Unitrabalho que é o objeto essencial aqui hoje, eu já expliquei no começo, Senador, e volto a falar sobre isso, é que a Unitrabalho foi vítima de uma denúncia vazia, de uma falsa denúncia. E que prejudicou muito uma organização tão importante quanto a Unitrabalho, insisto, o reitor vai poder falar mais sobre isso, não quero me alongar, a Unitrabalho abriu todos os seus extratos na época, a Unitrabalho foi aberto um inquérito do Ministério Público Estadual de São Paulo, que ficou três meses acompanhando toda a contabilidade da Unitrabalho. Esse inquérito foi arquivado por unanimidade, no conselho do Ministério Público de São Paulo e eu repassei já à Presidência dos trabalhos, nobre Senador Raimundo Colombo o termo de arquivamento desse inquérito. Está previsto que o Promotor venha aqui falar sobre esses detalhes do quê que ele viu lá dentro da Unitrabalho. Então, isso comprovou amplamente, infelizmente sem repercussão necessária para recuperar a dignidade que foi enxovalhada da Unitrabalho, sem... que não permitiu isso, que isso era uma denúncia absolutamente falsa e vazia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – O senhor confirma ou nega ter despachado emissários a Mato Grosso para manter contato com o Sr. Vedoin acerca do dossiê?

SR. JORGE LORENZETTI – Isso está no meu depoimento e eu confirmo. Confirmo tudo o que está no depoimento.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – V.S.^a mandou emissários, V.S.^a tem uma ligação estreita com o assunto do dossiê Vedoin, das ambulâncias, que tem uma conexão direta com um milhão e 700?

SR. JORGE LORENZETTI – Está sendo tirado cópias, depois se os trabalhos quiserem eu posso ler meu depoimento.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Presidente, eu vou me reservar ao direito de ler esse depoimento, as minhas preocupações remanescem e eu gostaria de manter em aberto a expectativa de voltar a este assunto com a ilação clara da origem que possibilitaram a existência daquele dinheiro, a origem, onde que está a origem daquele dinheiro, daquele um milhão e 700. Está em ONGs, está em fundações? Onde é que está isso? Eu confesso a V.Ex.^a que mantenho muitas dúvidas com relação a esse assunto que é grave e que tem que ser esclarecido.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, V.Ex.^a vai me conceder a questão de ordem?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pois não.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só para registrar a Presidência, ao Relator e a esta Comissão que considero o assunto tratado pelo Senador Agripino fora do eixo do objeto desta Comissão que trata de outro assunto. Este registro eu preciso fazer. E gostaria até que V.Ex.^a pudesse responder a minha questão de ordem. (soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pois não, Senador, um minuto apenas Senador Heráclito. Evidentemente que estabelecer, perguntar se os recursos daquele episódio vêm da Unitrabalho está dentro dos objetivos desta CPI e por isso a gente não proibiu a palavra, absolutamente seguro que se permita aos Senadores fazer esse tipo de abordagem, porque é um esclarecimento absolutamente necessário e o depoente poderá dizer sim ou não ou entregar o relatório.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só porque o que está me preocupando, é porque o assunto está tendendo a investigar outro tema que não é objeto dessa CPI. Acredito que feita a pergunta da forma o que o Senador Alvaro já fez, que ele já respondeu, acredito que aquela linha está dentro do objeto. Mas esta linha eu tenho que registrar que eu discordo que ela não está dentro do objeto da CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Se a Presidência perceber que há um equívoco, a gente vai interromper, nesse momento eu não percebi isso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pela ordem, primeiro o Senador Heráclito, por favor, em seguida V.Ex.^a.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu queria pedir a compreensão do Senador Sibá Machado que é sempre uma pessoa amena, não vou dizer que é doce, porque vão ligar ao mel do Piauí, ele é piauiense, mas que seja menos intransigente com o Senador José Agripino, por um motivo muito simples, o líder do meu partido foi a quarta pessoa, o quarto parlamentar a falar sobre o assunto, quem primeiro falou foi o Relator, passou batido, depois falou o Senador Alvaro Dias, eu toquei no assunto e não criou essa irritação no Senador Sibá Machado. Eu queria pedir ao Senador que dê o grau de tolerância que deu a todos nós ao meu líder, até porque nessas questões a isonomia é fundamental.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu compreendo V.Ex.^a, achei que as três perguntas feitas ante-

riormente tinha na linha deste objeto, acho que agora está saindo do objeto, é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu não posso impedir o Senador de fazer a pergunta. Nós vamos manter esta linha. O senhor deseja falar pela ordem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Arthur Virgílio, em seguida V.Ex^a.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – De maneira bastante breve. Eu tenho a impressão que preside o bom senso nas perguntas e nos raciocínios dos Srs. Senadores, não dá para... eu acho que não é bom nem para um depoente que quer, na verdade, provar sua inocência, seu não envolvimento, nós encapsulamos o depoente como se fosse uma criança de colo que merecesse cuidados ou alguém que tivesse que viver numa bolha. Eu estou respondendo, eu bato na madeira aqui algo e alguém me pergunta: O senhor também assaltou o Bradesco? Eu digo não. O Bradesco não tem nada a ver com a CPI? Eu digo: Não tem. Me pergunte qualquer coisa. Eu tenho impressão que nós prejudicamos o depoimento do Dr. Lorenzetti se nós permitirmos aqui qualquer proteção a ele, porque até o momento ele está nadando de braçada, não sei se será assim até o final, tomara que seja, se continuar assim, vou pedir para ele uma receita de churrasco de carneiro, está indo muito bem, agora minha vez de perguntar, não vejo nenhuma dificuldade dele ultrapassar o pequeno obstáculo que eu possa criar à sua trajetória.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Peço licença ao senhor para dar palavra pela ordem ao Eduardo Suplicy, em seguida volto ao senhor que é o próximo orador. Senador Eduardo Suplicy, o senhor tem a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, quando o Senador José Agripino perguntou sobre que pessoas do Partido dos Trabalhadores o Dr. Jorge Lorenzetti, não considerou que seria adequado perguntar se conhecia também o Senador Eduardo Suplicy. Eu quero aqui dizer ao Senador José Agripino que conheço sim, porque fui fundador do Partido dos Trabalhadores e, inclusive, ambos fomos candidatos na primeira vez em que houve a volta das eleições diretas para Prefeito das capitais, ele em Florianópolis e eu em São Paulo e naquela ocasião era normal que os candidatos a Prefeito, sobretudo das capitais nos encontrássemos por vezes na sede nacional do partido.

Então, eu quero dizer que, pelo menos em tudo aquilo que eu conheci do Dr. Jorge Lorenzetti, não que tenha tido com V.S.^a uma convivência estreita como outros ao longo desses últimos anos mais recentes, mas sim, nós nos conhecemos e no que eu pude testemunhar do conhecimento com V.S.^a nunca vi qualquer coisa que pudesse significar uma atitude que não fosse correta, adequada. Mas gostaria de, inclusive, ao líder José Agripino, do Democratas, encaminhar o documento que já foi mencionado, mas eu avalio que é muito importante, do Ministério Público do Estado de São Paulo, assinado pelo Sr. Airton Grazioli, Promotor de Justiça Cível e fundações, curador das fundações, onde tendo sido examinado qualquer envolvimento das verbas da Fundação Unitrabalho no chamado dossiê Vedoin, resultou em conclusão negativa uma vez que a luz da análise pericial nas contas bancárias e documentos da Unitrabalho não surgiu qualquer prova ou indício de aplicação indevida de valores da entidade fundacional na empreitada referida, ou seja, apreensão de dinheiro supostamente para aquisição de dossiê político, assinado em 13 de dezembro de 2006. Como esta foi uma preocupação importante, eu encaminho à Mesa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Os senhores membros, gostaria que pudesse ser distribuído, inclusive, ao Senador Heráclito que sempre é muito interessado no desvendar dos fatos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu peço que fotocopie o documento e seja distribuído aos Srs. Senadores. Eu preciso passar ao Senador Líder Arthur Virgílio.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É sobre o assunto. Eu quero dizer ao Senador Suplicy que eu tenho a maior admiração por ele, quando ele vai para o ataque, ele na defesa é modesto, é modesto e frágil. Evidentemente imagine se aqui estivesse depondo o Delúbio, aquele rapaz da cueca, todos foram seus colegas e militantes de partido, imagine o seu constrangimento em dar o depoimento que deu, seria desnecessário esse depoimento, me desculpe. Por outro lado esse documento que V.Ex^a lê também é desnecessário, porque ninguém colocou em dúvida ou ninguém colocou sob suspeita que o dinheiro teria sido oriundo da Unitrabalho. Esse dinheiro é mais grave ainda e V.Ex^a não lutou no seu partido para apurar. Esse dinheiro não tem origem. E foi pego nos braços dos seus colegas militantes. Não sei se V.Ex^a tinha a mesma convivência que tinha com o Dr. Lorenzetti. De forma que eu quero dizer que é desnecessário o documento, o documento não diz nada, apenas isenta a

Unitrabalho, que eu acho, começo achar que foi vítima de uso indevido pela militância dos aloprados.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Também quero saber a respeito daqueles recursos, mas no caso como houve uma pergunta explícita sobre a Unitrabalho e o dossiê, é que eu avaliei que V.Ex^a, inclusive, quisesse saber a respeito, como V.Ex^a.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O dinheiro é sujo.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP) – Como apurador dos fatos, eu acredito que V.Ex^a tenha interesse nesse documento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A não ser que V.Ex^a admita que o dinheiro da Unitrabalho seja não contabilizado, não quero partir para isso, o dinheiro é sujo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLMBO (DEM-SC) – Peço a compreensão dos Srs. Senadores, eu preciso passar a palavra então ao líder. Pois não.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Fazer justiça aqui e pedir desculpas ao Senador Suplicy, no hall das estrelas do PT que eu mencionei, relacionei como amigos pessoais do Dr. Jorge, eu não inclui uma estrela maior, o Senador Suplicy, a quem quero render homenagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLMBO (DEM-SC) – Sinta-se homenageado, passaria a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Nem precisaria esse reparo, as estrelas, o Senador Suplicy é *hour concour*, não entra no rol das estrelas comuns. Mas, Sr. Presidente, Dr. Lorenzetti, eu lhe faço uma pergunta ao senhor. O senhor é profissional de enfermagem, não é isso? E o senhor teve como último cargo público o de gestor do BESC, Banco Estatal de Santa Catarina, sob intervenção e não me consta que o senhor tivesse experiência no setor financeiro para desenvolver uma posição dessas. E até estou vendo aqui notícias do Globo de 26/11/2006, exemplo de cooperativismo dirigido por Lorenzetti está a beira da falência, cooperativa ligada a Lorenzetti que abre no Pará, aí vem Lustosa Neti, espaço aberto, bens de Amafrutas vão novamente a leilão, estudos já de 2008, a outra de 2006 também, aí uma coisa terrível, o Presidente inventou essa expressão, o aloprado Lorenzetti, a falência da Amafrutas inaugurada por Lula, depois eu vou lhe perguntar sobre isso, porque para mim aloprado é Jim Carrey, aquele ator americano que vive tropeçando, caindo, ou não houve a participação no tal dossiê ou o nome não é aloprado, falando sobre isso, eu queria, Sr. Presidente, perguntar se V.S.^a não, se o senhor, V.S.^a é um termo tipo, parece coisa

de Dom João VI, se o senhor se sente, se sentia capaz de realizar um bom trabalho no BESC ou se houve, na verdade, influência política e meramente ela?

SR. JORGE LORENZETTI – Agradeço, Senador Arthur Virgílio, essa oportunidade, porque isso muitas vezes foi colocada em questão. E uma coisa que me deixa muito tranquilo e satisfeito é que depois desses episódios todos logicamente foi feita uma grande investigação e levantamento da minha gestão no BESC, a imprensa foi lá, todo mundo foi lá, os órgãos, o COAF, o COAF, o Ministério da Fazenda, a imprensa, foi feita uma ampla, a sociedade catarinense. E por que não teve nenhuma notícia? Por que só encontrou notícia boa nessa gestão. É difícil para mim, porque pode parecer autopromoção, mas é por quê? Porque eu cuidava do banco da direção, da diretoria de administração, área de Recursos Humanos e de infra-estrutura, uma área que modestia parte eu tenho uma grande experiência. Porque eu, na verdade, hoje eu posso dizer que eu fui enfermeiro com muito orgulho.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Claro.

SR. JORGE LORENZETTI – Com muito orgulho, porque a enfermagem é uma das profissões mais injustiçadas desse país, são mais de um milhão de trabalhadores no Brasil que seguram mais de 50% de todas as ações de saúde. Então, é um grande orgulho para mim. Agora, faz muito tempo que todas as funções que eu ocupei são funções de direção Executiva. Eu fui Diretor Executivo do maior hospital do Estado, eu coordenei, fui um dos coordenadores da implantação do Hospital Universitário, fui Chefe do Departamento de Enfermagem da UFSC, eu fui Presidente da Associação Brasileira de enfermagem de Santa Catarina, fui primeiro Presidente da CUT de Santa Catarina, fui diretor de várias organizações. Então, eu tenho em todos os lugares, em todos os lugares, felizmente, eu só tenho boas lembranças da minha capacidade de trabalhar com as pessoas que é a área de Recursos Humanos. Então, e na área financeira não era a minha área, negócio de infra-estrutura eu também tenho, coordenei a construção desses complexos que a gente já se referiu aqui, construímos outros complexos. Então, é a área que eu me sinto, me sentia e me sinto absolutamente preparada e que todas as análises que foram feitas encontraram só coisas positivas, e isso me confortou.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Na verdade, então, apesar da influência política, o senhor considera que o senhor foi bem na área financeira e sua experiência não valeu para frutas, setor de frutas, o senhor teria...

SR. JORGE LORENZETTI – Setor de administração, diretor de administração.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, segundo informações da mídia o senhor se especializou em captar recursos de sindicatos europeus para a CUT, trabalhou na mesma época na CUT em que Delúbio Soares era tesoureiro de lá também. O senhor já falou da sua relação pessoal com ele, mas eu pergunto se o senhor trabalhou na área financeira da CUT com o Dr. Delúbio?

SR. JORGE LORENZETTI – Não, não trabalhei. Não trabalhei. E não me especializei em captar recursos, eu era Secretário Nacional de Educação.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O senhor captou recursos?

SR. JORGE LORENZETTI – Captei projetos, porque era meu papel desenvolver solidariedade e intercâmbio e conhecer as experiências de outros sindicatos nessa área de educação.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Essa sua experiência serviu para incrementar as receitas da Unitrabalho no Governo Lula?

SR. JORGE LORENZETTI – Não, de forma nenhuma.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O senhor tem que tipo de relação com o Dr. Paulo Okamoto? Já trabalhou com ele na área financeira, o senhor manteve algum contato comercial com o SEBRAE e com a Unitrabalho?

SR. JORGE LORENZETTI – Nunca trabalhei com ele.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O senhor, pelo menos, sabe quem é, se encontrar o senhor conhece?

SR. JORGE LORENZETTI – Com certeza.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O senhor alguma vez intermediou verbas públicas?

SR. JORGE LORENZETTI – Nunca intermediei verbas públicas e já expliquei aqui, que nunca fez esse tipo de influência, inclusive, deixei claro que nesse período do Governo Lula que é o objeto específico aqui, uma parte, outra parte também é anterior, eu sempre nesse período de 2001/2005 eu fui responsável, coordenador de relações internacionais da Unitrabalho. Então, eu cuidava de projetos internacionais, morei no exterior maior parte do meu tempo, 2003/2004, não conheço nenhum projeto da Unitrabalho, eu não conheço nenhum projeto da Unitrabalho com o Governo Federal no Governo Lula. E não tive em participação em nenhum projeto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem. Olha aqui.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Arthur Virgílio, me permite só para colaborar com V.Ex^a. A pergunta do SEBRAE, V.Ex^a disse que não tinha nenhum envolvimento, nenhum conhecimento. Mas há pouco quando se falou da história do Piauí, do projeto, V.Ex^a falou no SEBRAE.

SR. JORGE LORENZETTI – Sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Era um convênio.

SR. JORGE LORENZETTI – Ele perguntou Paulo Okamoto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Ele não participou, as idas deles ao Piauí para tratar do assunto não coincidiram com a sua?

SR. JORGE LORENZETTI – Nunca.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, Dr. Lorenzetti, desde o início do Governo Lula, o órgão que mais repassou recursos a fundação por meio de convênios a Unitrabalho foi o Ministério do Trabalho e Emprego com 14 milhões de reais, apenas um convênio celebrado entre a UNE do trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego em 2005 para avaliação do Plano Nacional de Qualificação custou 6.9 milhões aos cofres públicos, outro no valor de 4.6 milhões foi firmado em 2004 com o mesmo objetivo. Pergunto, por que essa ONG, é um segredo até para as outras boas ONGs eventualmente aprenderem, porque essa ONG que o senhor era diretor conseguia receber somas tão vultosas assim?

SR. JORGE LORENZETTI – Sr. Senador, eu não quero dar a idéia de que estou transferindo coisas que eu tenho algum conhecimento, mas eu quero reafirmar que o Presidente da Unitrabalho, reitor da Universidade Federal de Uberlândia, Presidente da ANDIFES, de todas as Universidades Federais do Brasil, vai estar aqui logo em seguida e ele seguramente vai ter muito mais competência e qualidade do que eu para falar sobre isso. Agora, como a Unitrabalho é uma rede das próprias Universidades, mais de 100 Universidades, então, não são os docentes, os professores que se associam a Unitrabalho, são as próprias Universidades, ela está no Brasil inteiro, ela tem uma enorme capilaridade e ela tem a condição de mobilizar professores altamente especializados em todas as áreas e, inclusive, numa função altamente importante como essa que é de avaliar os resultados do Plano Nacional de qualificação profissional. Imagino que isto aqui é um interesse de nós todos, esse dinheiro público que está sendo destinado a capacitação dos trabalhadores, a qualificação profissional está tendo resultado efetivo ou não. E esse é um dos papéis, que a Unitrabalho faz

que eu sei por que eu sei dele, porque ele começou anterior ao Governo Lula. Por isso que eu estava lá na Unitrabalho envolvido nesse processo anterior ao Governo Lula. Então, por isso é que eu conheço esse projeto e vejo a relevância dele. Quais são os resultados que se alcançou.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – De repente, o senhor pode estar sendo modesto não reconhecendo todo o seu valor na captação desse recurso, mas eu tenho uma pergunta a lhe fazer, depois uma sugestão, eu vou lhe levar uma sugestão à Mesa e lhe explicarei em seguida. Dr. Lorenzetti, a ONG Unitrabalho recebeu 18,5 milhões da União desde o início do Presidente Lula até setembro deste ano. O senhor me responda daqui a pouco, a primeira pergunta é: Se isso é verdade. Segundo: Para onde foi tanto dinheiro se é que é verdade, terceiro: Coincidência ou não desse dinheiro, 4.1 milhões de reais, pagos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e pela Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP, um dia antes do Sr. Gedimar Pereira Passos e do Sr. Valdebran Padilha terem sido presos portando aqueles famosos 1.7 milhão de reais no chamado dossiê tucano. Eu lhe faço as perguntas, lhe pergunto o seguinte: O senhor sinceramente, olhando nos olhos com muita franqueza, estou aqui tratando o senhor com imenso respeito, o senhor teve alguma coisa haver com esse falso dossiê?

SR. JORGE LORENZETTI – Eu não conheço esse... eu não sei desses valores da Unitrabalho, não sei desses projetos, desconheço esses projetos, desconheço esses projetos e então como eu disse, 2001, Senador, 2005, eu só cuidei das relações internacionais da Unitrabalho. Eu não fiz nenhuma participação em projetos da Unitrabalho no Governo Lula que eu nem conheço os projetos. Reafirmo isso. E tudo que diz respeito a esse episódio sanguessuga, como eu disse, está nos meus depoimentos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Já que está no depoimento, o senhor não teve nada haver com aquilo?

SR. JORGE LORENZETTI – O que eu tive está nos depoimentos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Porque veja bem, uma pessoa que falsifica o dossiê, o senhor considera que é uma pessoa de extração inferior, o senhor considera isso? Alguém que falsifica um dossiê, digamos, que eu falsificasse um dossiê, eu, por exemplo, defendi o Presidente Lula e fui solidário com ele, até o apoiei no 2º Turno da eleição de 89, quando determinado marqueteiro, fez o que fez envolvendo a família do Presidente, a filha do Presidente, enfim. O senhor concorda comigo que quem falsifica um dossiê, seja o que o for, um inglês, digamos que o Tony Blair

falsificasse um documento, não seria uma pessoa abjeta, não seria uma pessoa sem merecer respeito dos seus circunstantes?

SR. JORGE LORENZETTI – Desconheço qualquer falsificação de dossiê, Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – A pergunta é outra, digamos que vamos sair da Inglaterra, que é próximo da gente, na China, um Ministro chinês, falsificasse um dossiê, o senhor não diria para mim, nós dois fazendo um churrasco, é uma pessoa abjeta aquele que... Estados Unidos, Canadá.

SR. JORGE LORENZETTI – Falo por mim, Senador, não participei de falsificação de nenhum dossiê.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O senhor está dizendo isso. A minha pergunta é outra, o senhor concorda comigo, tenho a impressão que nessa sala, todo mundo concorda.

SR. JORGE LORENZETTI – Concordo, não participei de falsificação de nenhum.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O senhor não participou. O senhor está dizendo que não participou. Inclusive encubado nessa crença, que eu vou lhe fazer uma proposta, um pedido, o senhor concorda que quem participou é gente da pior extração que o senhor deve barrar a entrada na sua casa? O senhor concorda? Ou o senhor deixaria?

SR. JORGE LORENZETTI – Concordo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – É uma pessoa abjeta, não merece entrar na sua casa, nem na minha.

SR. JORGE LORENZETTI – Quero complementar que não houve falsificação de dossiê. Não houve.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pode não ter havido a sua participação (pronunciamento fora do microfone) para o senhor juntar os documentos, porque o senhor (pronunciamento fora do microfone) eu vou passar para o senhor, vou explicar agora o que lhe pedi.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, gostaria de uma cópia dos documentos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu peço.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu peço a Mesa que faça a cópia do documento.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Levando em conta que o senhor não tem nada com o dossiê, não viu nada do que se passou na Unitrabalho, que o senhor não intermediou obras pública, que o senhor se portou com muita lisura no episódio do BESC, ou seja, que o senhor não deve nada a ninguém, e para nós simplificarmos o trabalho, não ficarmos naquele jogo de propõe isso que está aí e aí fulano diz que

não dá e no final a gente fica passando a impressão de que a CPI não avança, enfim, meu pedido é muito simples, eu peço que o senhor, cioso da sua inocência, o senhor foi muito enfático nisso, só foi um pouco leniente com, o senhor custou a dizer que não presta uma pessoa que falsifica dossiê, mas o senhor foi firme, não falsifiquei dossiê, não fiz coisa nenhuma errada, o senhor não poderia transferir a esta Comissão, o seu sigilo bancário, fiscal e telefônico, dos últimos 5 anos, transferia isso dizia assim: “Esse tá aí, saiu daqui um homem de bem, que não tem nada a temer”, sou limpo mesmo, fui lá, calei a boca daquele pessoal todo e o senhor sai daqui sob o meu aplauso e sob a minha admiração, se o senhor fizer isso, eu vou dizer daqui para frente que eu tenho plena crença, de que o Presidente foi injusto, com aquela história de aloprado, até porque foi meio termo, o Presidente ficou meia boca, porque houve gente que falsificou dossiê, e aí se trataria de gente ligada mais a gestos bandidos, ou não houve e seriam pessoas que mereceriam, talvez, a santificação, a canonização. Ficou no meio aloprado, aquela palavra não ficou bem, parecia uma hora que estava sendo injusto com alguns ou passando a mão na cabeça de outros, se o senhor toma esse gesto, eu tenho certeza que o senhor está com a caneta na mão para tomá-lo, o senhor diz assim: Puxa vida, vou ganhar admiração daquele língua de trapo, que é o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, Sr. Presidente... Eu queria insistir na tese de que um assunto desta natureza não tem absolutamente nada haver com o foco do trabalho desta Comissão. Pediria que o Sr. Presidente, com respeito a qualquer Senador que pode fazer as perguntas que achar mais importante, mas gostaria de que como centro do trabalho desta Comissão se mantivesse no objeto da Comissão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Isso que eu pediria a V.Ex^a, porque nós estamos tratando de um assunto que embora tivesse relevância e continua tendo relevância, mas não é desta Comissão o papel de tratar deste assunto. Este assunto pode ser tratado de outro ambiente que esteja mais próximo da sua responsabilidade, portanto, eu pediria a V.Ex^a, mais uma vez, que a gente pudesse manter a nossa oitiva ao Dr. Lorenzetti naquilo que esta Comissão se propôs e para isso que o requerimento colocou até aqui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Para contraditar meu querido amigo Sibá Machado. Para contraditar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLMBO (DEM-SC) – Pois não, V.Ex^a está com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Nós combinamos que nós íamos fazer as oitivas, foi uma sugestão do Relator acatada pela unanimidade da Comissão e que depois nós veríamos que sigilos pediríamos para serem transferidos ou não. Eu fiquei tão bem impressionado com a convicção, com a aparente seriedade e se aparente deve ser seriedade mesmo do Dr. Lorenzetti, que eu disse assim: Vamos antecipar aqui, queimar essa etapa, e o que é pior, ao invés da Comissão decidir que vai quebrar sigilo, enfim, em função das dúvidas que vão ficar, que não são boas para ele, a melhor coisa do mundo é ele mesmo tomar a iniciativa de oferecer a transferência dos seus sigilos para V.Ex^a e para a relatoria, ou seja, é um trabalho que mais hora, menos hora com ele vai se defrontar a Comissão, nós não vamos ficar só ouvindo, ouvindo, ouvindo, se nós não quebrarmos o sigilo de ninguém, nós estamos aqui fazendo um jogo litero-recreativo e não é esse o objetivo de ninguém, eu tenho certeza. Portanto, eu queria ouvir mesmo, Sr. Presidente, era o Dr. Lorenzetti dizer se ele concorda ou se ele não concorda com isso, porque tenho certeza que S.S^a, não gosto dessa palavra, se o Sr. Lorenzetti não vai ter o que temer e vai dizer: Está aqui meu sigilo, tá tudo claro, tudo às limpas, enfim, eu queria ouvir o Dr. Lorenzetti depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLMBO (DEM-SC) – Concedo a palavra ao Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu que dizer o seguinte, eu sou a favor de que qualquer Senador dessa Comissão tenha o direito de perguntar o que quiser, apresentar documentos, é assim que funciona a CPI, e aqui eu discordo desse ponto até com o Senador Sibá, meu grande companheiro. Mas eu queria dizer que uma situação como esta, que está acontecendo no momento, uma situação perfeita colocação do Senador, ele tem todo o direito de pedir ao convidado, ao requerido que faça essa declaração, que assine ou não. Mas ao mesmo tempo estamos colocando o nosso... Não sei se é convidado, numa situação, porque somente a vida particular dele é que interessa para ele. A gente não sabe o que existe de particular que não tem nada haver com as ONGs, numa situação que está sendo colocada perante a imprensa, perante toda uma situação difícil nesse momento. Eu queria que o Relator, e o Presidente também tivesse uma condução dessa situação, porque o convidado, ou o inquirido, o que veio aqui, testemunha, ele está numa situação di-

fácil, porque somente ele sabe o que consta, questões particulares, não tem nada haver com CPI de ONG. Ele fica numa situação difícil.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, eu acredito mais no Dr. Lorenzetti que essa turma toda junta. (soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a V.Ex^a, concedo a palavra ao Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, eu queria ponderar, Sr. Relator, Sr. Presidente, não sabemos o teor do documento que foi entregue, ele sabe.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pode ler o documento? Eu queria resposta do Dr. Lorenzetti, eu estou demonstrando que eu sou a única pessoa que acredita nele aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – É um pedido de autorização, Jorge Lorenzetti, autorizo o Sr. Raimundo Colombo, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs a solicitar a transferência dos meus dados fiscais, bancários, telefônicos, a receita federal, Banco Central, ANATEL, a qualquer outro competente dos últimos 5 anos desta Comissão. Só informar antes de dar pela ordem, que, Senador Sibá se eu não conceder a palavra ao Dr. Jorge Lorenzetti, ele fica prejudicado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Isso que eu queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Só um minuto, por favor. (soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu estou com a palavra, eu quero afirmar aos Srs. Senadores, que perguntei antes, se o Sr. Jorge Lorenzetti, irá responder, disse que sim, estou de acordo com sua vontade, evidentemente que se ele não quiser.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só pediria a V.Ex^a antes de passar a palavra, que a gente pudesse fazer algumas considerações.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Vou dar pela ordem ao Sr. Heráclito Fortes.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O Dr. Lorenzetti vai decepcionar o pessoal do bloqueio, ele vai ficar comigo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Nós não sabíamos o teor do documento, eu não estou entendendo, esse documento é do próprio punho dele?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Não, é de autoria do Senador Arthur Virgílio.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Tá certo. É uma sugestão que está sendo dada e que cabe ao depoente aceitá-la ou não. Então, é uma questão... (soa a campainha). De foro íntimo. De forma que eu acho que caberá ao depoente dizer se aceita esse tipo de debate, esse tipo ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Por favor, vamos seguir a ordem das pessoas que pediram, eu peço ao Senador Sibá e após o nosso Relator, depois Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, Dr. Lorenzetti não está aqui na condição de acusado a nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Ele está como testemunha.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Exatamente. Veio aqui para prestar informações a esta Comissão sobre o quê? Qual ponto? O ponto porque ele é tido como uma pessoa que ajudou a organizar uma instituição chamada Unitrabalho e no decorrer das conversas surgiu outra organização que ele já disse que ajudou a organizar, que é a cooperativa Nova Amafrutas. Ao que diz respeito a essas duas instituições, é claro que qualquer pergunta que girar em torno disso ele teria obrigação de nos esclarecer. Qualquer assunto que for feridas do passado sobre problemas não resolvidos esta Comissão não tem esse objeto, Sr. Presidente. E portanto, eu estou sentindo que é constrangimento ao colocar um papel na mão dele, que foge completamente o objeto dessa Comissão, que eu tenho que discordar, é meu papel aqui também. Portanto, vai ficar guerra de requerimentos sobre pessoas que vêm e o princípio do constrangimento, então, eu queria dizer a V.Ex^a que acho que não é muito feliz a idéia de fazer uma ação como foi feita agora. Portanto, o depoente está aqui para esclarecer sobre Unitrabalho e sobre a cooperativa Nova Amafrutas que acho que já esclareceu muita coisa, faltando algumas perguntas que foi sugerido que o próprio Presidente responda ao final. Portanto, eu pediria a V.Ex^a que não submetesse a esse tipo de constrangimento uma pessoa que veio aqui prestar esclarecimentos. É uma decisão pessoal dele, se ele quiser ele faz de bom alvitre e não precisa apresentar um papel dessa natureza aqui na Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Sibá, eu estou recebendo aqui o parecer do Supremo, realmente o depoente não é obrigado, ele veio como testemunha e

não é obrigado a responder ou assinar o documento, quero assegurar ao senhor absoluta tranquilidade da sua decisão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) –

Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Vou ter que seguir pela ordem das pessoas inscritas, em seguida volta ao senhor. O Relator pediu a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Na verdade, gostaria só de dois minutos, porque fui eu a pessoa...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O senhor quer contraditar?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Perfeitamente, Sr. Presidente. Eu estou claro, eu estou careca de saber que ele não é obrigado a fazer coisa alguma. Apenas imaginando que ele teria interesse em desbaratar toda essa rede de mal entendidos ao seu respeito, que ele tomaria essa iniciativa, como ele está com o computador dele, eu tenho o meu no gabinete, eu fiz papel de Secretário, simplesmente disse: Olha, está aqui sua oportunidade de demonstrar a farta que não tem o que temer, que tudo que disse é verdade, se disser que não assina, muito bem, em algum momento a gente vai deliberar aqui se é para fazer a quebra do sigilo ou não e vai depender dele, claro que aí ele vai agradar tantas pessoas, e vai causar uma pequena decepção em mim, eu ia fazer um churrasco para ele, entendeu, mas é dele, eu não estou obrigando ninguém a fazer nada, a sugestão que ele pode tranquilamente, olímpicamente falar assim: Olha, isso aqui não me interessa fazer, não quero fazer. Não precisa nem explicar as razões. Ou ele poder dizer: Não, vou fazer, porque esta é uma chance de mostrar que todo mundo que falou de mim, que me chamou de alopado, disso, daquilo outro, está errado, vou tapar a boca desse pessoal com esse documento. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a V.Ex^a, concedo a palavra ao Relator.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, o Senador Arthur Virgílio sempre trabalha no Congresso Nacional, tem sido assim sua trajetória com a maior seriedade, observando pelas suas palavras agora. O que eu quero argüir é de que nós não podemos, as pessoas convidadas, porque eu posso fazer isso hoje com uma, amanhã com outra ou com todos os convidados, que todos os convidados que venham como convidados, que venham como convocados, que venham como testemunhas, ou como acusados, que se submeta imediatamente a uma solicitação feita pelos próprios inquisidores, que

somos nós Senadores, de que ele abra mão do seu sigilo bancário, fiscal e de outra natureza, principalmente quando a pessoa está como testemunha ou como convidado. Os acusados mesmos os convidados, os que vieram como acusados, convocados, eu acho que nós não devemos diretamente ali, não, vamos constrangê-lo logo a uma situação onde ele entregue ou não seu sigilo bancário, o seu sigilo fiscal, porque isso o deixa como suspeito.

É um pouco essa que é a questão que eu levantaria para o Senador Arthur Virgílio. Eu não... Acho que não seria interessante para o grau de seriedade, eu, pelo menos, quero conduzir assim e considero que V.Ex^a sempre tem conduzido assim as suas intervenções de que nós não tomemos a iniciativa de constranger os convidados, porque o fato é V.Ex^a mesmo argüiu nessa direção, o fato do Relator ou qualquer Senador chegar e propuser a alguém que ele abra o seu sigilo bancário e seu sigilo fiscal para que ele possa limpar todas as dúvidas em torno das questões levantadas, cria evidentemente uma situação constrangedora, porque se eu assino, então, eu estou, está ótimo, está tudo bem. Mas se eu recorro a jurisprudência, e aos meus direitos e garantias constitucionais que dizem: Eu não estou obrigado a isso. Então, eu fico como suspeito. Então, querendo ou não, a pessoa já foi colocada numa situação constrangedora. Porque se abrir, parte do princípio que seus direitos mesmo ele tendo ele foi obrigado a abrir para não ficar na situação constrangedora. E se ele disser não, também ele fica na suspeição. Então, acho que seria, eu proponho a V.Ex^a com... Eu tenho o maior interesse, eu não tenho problema nenhum, não devo nada à Lula, não deve nada a Governo, não devo nada a oposição, temos uma trajetória de luta, meu partido já fez mil coisas, essas perguntas que foram feitas aqui sobre viver numa situação de dificuldade, nós vivemos na clandestinidade, nós fomos obrigados a viver na clandestinidade, duramente, V.Ex^a sabe com é que foi a trajetória de luta desse país, então, eu estou aqui e vou relatar. Se alguém tiver culpa vai pagar. Eu não tenho culpa se alguém tem culpa. Agora, acho que para um bom desempenho nosso, se nós fizermos isso, vamos constranger uma pessoa, a minha opinião é que fosse, que V.Ex^a retirasse esse pedido dessa forma. Se nós considerarmos dentro do nosso trabalho de investigação que é necessário quebrar o sigilo bancário do Sr. Lorenzetti nós o faremos como pedido, pede e nós quebramos, o correto de nós fazermos, é um apelo a V.Ex^a, fica uma situação constrangedora para a testemunha.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pessoa profissional e excelente, Senador Inácio, eu devo dizer uma coisa, Dr. Lorenzetti, olhando de novo

nos seus olhos, se o senhor não assina, eu não prejudgo coisa alguma, não prejudgo, o senhor não é obrigado a assinar, está mais do que claro, nós vamos ver a evolução dos fatos, não prejudgo, apenas eu acho que o senhor dá um golpe de morte em todas as acusações se o senhor de repente assina o documento. Eu não sou a primeira pessoa a propor isso numa CPI, as outras pessoas que propuseram a mesma coisa não tumultuaram CPI nenhuma, simplesmente foi a forma que encontraram naquele momento, aviso delas de colaborar. Então, sabe que não há prejulgamento. Existirá um julgamento de minha parte, o meu julgamento é muito modesto, não sou nenhum Supremo Tribunal Federal, a seu favor se assinar, mas eu tenho a impressão que esse pessoal está todo também já prejudgando, ou seja, é tanto argumento a favor de que o senhor não assine, de repente o senhor dá aquilo que minha velha tia Finoca chamava, um “quinau”, o senhor dá um “quinau” neles, eu vou assinar, não vejo constrangimento, o senhor é livre para dizer sim ou não e a vida vai prosseguir, enfim, aliás, Presidente, eu peço que os anais da CPI acolham um artigo muito importante, que eu quero passar à Mesa de V.Ex.^a, da articulista Ruth de Aquino da revista Época, que se refere ao que chama picaretagem das ONGs no Brasil, que movem bilhões, e até diz que muito mais que a farra dos cartões corporativos, eu peço que faça parte dos anais da casa. Mas enfim, sem tempestade em copo d’água, viu Senador Inácio, diga sim ou não, e não muda em coisa alguma a questão do julgamento final, apenas o sim pode liquidar tudo agora a seu favor, o não deixa as coisas, o não que cria a situação de, aí tem razão o Senador Inácio, ainda que não tivesse apresentado, as evasivas, as respostas não contundentes, também criam esse quadro de, enfim, quando V.Ex.^a Dr. Lorenzetti diz assim, eu lhe pergunto: É boa pessoa que falsifica um documento, o senhor responde insistentemente eu não falsifiquei. Eu não perguntei se o senhor falsificou, ao contrário, quero acreditar que o senhor não falsificou, eu queria era a sua companhia para o senhor dizer ao mundo junto comigo que qualquer pessoa americano, espanhol, holandês, chinês, o que fosse que falsifique um documento...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Americano...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Não é uma pessoa que preste, uma pessoa que a gente deva chamar para o aniversário do nosso filho, comemorar uma belíssima vitória do Flamengo numa Taça Libertadores, nada disso, o senhor no final depois de alguma relutância, disse isso, eu fiquei feliz, porque esse é o julgamento que eu quero ter do senhor, e essa compreensão que eu quero ter da sua

compreensão sobre quem é capaz de recorrer a um expediente baixo, de mexer com a reputação de pessoas, fazendo um dossiê falso, gastando dinheiro público nisso, um bilhão e seiscentos mil reais, dinheiro que não apareceu, sei lá onde está esse dinheiro, a coisa está feia. Outro dia eu ouvi falar de 25 bailarinas, aí eu fui e digo: Meu Deus, agora estão chamando o que de bailarinas? Eram bailarinas de porcelana, aí eu já fui: Graças a Deus que não são bailarinas de carne e osso. Eu pergunto, há necessidade de comprar com cartão corporativo bailarinas de porcelana? Que paixão é essa pelo Bolshoi de repente, que justifique o gasto de dinheiro público com tudo isso? Enfim, seja bastante livre, bastante a vontade, vou cumprimentá-lo, abraçá-lo ao final dessa sessão, e dizer que o que o senhor disser, simplesmente é acatado por mim, o senhor não é obrigado a se constranger e fazer nada que não seja do seu alvitre, do seu agrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Srs. Senadores o Dr. Jorge Lorenzetti deseja...

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu me inscrevi faz quase 15 minutos...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Concedo a palavra rapidamente ao senhor para que o Dr. Jorge Lorenzetti que deseja responde, possa o fazer.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Presidente, eu acho que... Uma opinião, apenas. Esta questão da nossa CPI, ela tem bastante clareza, nós não queremos comprometer o conceito das ONGs no sentido geral. Ao contrário, nós queremos valorizar esse conceito, para que ele seja valorizado é importante que desvios de conduta, que são muitos, sejam encarados e resolvidos. E penso que qualquer democracia tem por objetivo esse tipo de encaminhamento. Acredito que nós podemos chegar a esse resultado. Para que esse resultado seja conseguido é importante que não se crie, como se criou agora uma tempestade num copo d’água. O Dr. Jorge Lorenzetti poderia ter respondido com duas palavras imediatamente a consulta, a sugestão que lhe foi feita pelo Senador Arthur Virgílio, não era preciso a interferência de tanta gente num esforço de proteger o Dr. Jorge Lorenzetti, que está fazendo um depoimento aqui bastante razoável. Não haveria necessidade disso, no entanto, se levantam logo as vozes pra dizer: Bem, não é isso, essa não é finalidade, é a vida privada do homem. E não tem nada haver com isso, meu querido amigo Senador Wellington, falou da vida privada, que poderia ser exposta, nada disso. O Senador Arthur Virgílio tem toda a liberdade, tem todo o direito parlamentar de chegar ali e sugerir. Senador Jorge, Dr. Jorge Lorenzetti, se

o senhor assinar aqui esse documento fica claro para agora, para frente e para todo o tempo, o senhor não teve, não tem e não terá nada haver com coisa desse tipo, ele tem duas chances, eu não vou assinar Senador Arthur, pode essa e aquela razão. Pode até chamar de Arthur, porque se falou até de churrasco aqui, ou pode simplesmente dizer, eu vou assinar, mas não precisa criar toda essa amolação, toda essa emoção em torno de uma sugestão, que para uma pessoa limpa e honesta, não cria constrangimento nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Quero informar aos Srs. Senadores, assegurei ao Dr. Jorge, todo o direito de não responder, ele pediu que desde o início desejaria responder, acho que, então, devo passar a ele a palavra, ele queria responder antes, eu que permiti que todos os Senadores falassem para conceder a palavra a ele.

SR. JORGE LORENZETTI – Perfeitamente, já queria ter respondido antes. Em primeiro lugar eu queria dizer ao Senador Arthur Virgílio, ninguém mais, quem está sofrendo as calúnias, difamações que eu estou sofrendo, minha família e meus amigos próximos e as pessoas que me conhecem, sabem o que isso significa. E, portanto, eu queria dizer que eu não vou assinar o seu pedido, porque ele já foi atendido. Ele já foi totalmente atendido. Meus sigilos já foram todos quebrados, todos quebrados pelo COAF, pela Polícia Federal, sigilo telefônico, fiscal, a receita, tudo, já foi tudo feito. Então, se a CPMI das Sanguessugas têm cópias desses sigilos, a Polícia Federal, então isso já esta acessível, foi totalmente quebrado, e foi dito que lá não foi encontrado nada, então não tem o por que eu assinar isso, isso já foi atendido anteriormente, Senador. E aí quero agradecer a sua compreensão e dizer que... dizer para aceitar o convite para ir num churrasco seu, eu preciso pegar umas referências do seu churrasco, porque eu fiz um churrasco para o ex-Presidente Fernando Henrique e ele pode dar uma referência do churrasco que ele comeu. Se ele recomendar o seu churrasco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – O senhor precisa comer o meu cevete, melhor que os peruanos. (risos).

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Brincadeiras aparte, de qualquer sorte eu solicito que os documentos de informação do COAF, da Polícia Federal e da CPI das Sanguessugas neste caso sejam transferidas para a CPI das ONGs.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Isso só é possível com requerimento aprovado pela maioria.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Nominalmente, Presidente, concordo com V.Ex^a.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – A providência solicitada pelo Relator é perfeita, temos que ter os documentos em mãos, e, portanto vamos, aprovar a primeira transferência de sigilos aqui, Senador José Agripino, nós vamos aprovar agora o primeiro momento de transferência de sigilos, ou seja, é um fato importante e simbólico nesta CPI. (soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O Presidente Colombo de Souza a partir da nossa aprovação pedirá a transferência dos sigilos do Dr. Lorenzetti, nós vamos julgar se aquilo é o bastante, se não é, enfim, mas é um primeiro passo. Eu tenho certeza de que o Sr. Lorenzetti, não vai ter, não vai ter problemas. Agora, por outro lado, deu-se um passo simbólico, viu-se agora que transferir um sigilo não é bicho de sete cabeças, não morde ninguém.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Só aprovar o requerimento, se aprovar transfere na hora e vai ser aprovado com certeza, eu peço apoio de todos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Conseguimos provar agora, não tem porque criar um bloco do aprova e outro do não aprova. Vimos que ele disse: Não percam tempo, porque meus sigilos estão quebrados lá, o Presidente Colombo com a nossa autorização requer a transferência e nós quebramos um tabu, ou seja, parabéns para a CPI que começa a entrar num belo rumo e o Dr. Lorenzetti vai experimentar meu cevete, porque ele vai ver como é bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Quero informar aos Srs. Senadores que na semana que vem, teremos uma sessão oitiva na terça-feira, estamos escolhendo os nomes que se apresentarão, na quarta-feira nós convocaremos o Presidente da FINATEC e o diretor do setor gráfico e na quinta-feira a sessão será para aprovação de requerimentos sobretudo aqueles de quebra de sigilo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, V.Ex^a está falando quinta agora, amanhã?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Na outra semana, amanhã não terá sessão. Srs. Senadores, não havendo mais nenhum inscrito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Estou, gostaria de fazer apenas uma pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – V.Ex^a tem a palavra pela ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Dr. Jorge Lorenzetti, de quantas ONGs o senhor participou como integrante, como membro, como...

SR. JORGE LORENZETTI – Senador, quer que eu recupere a minha história? Eu já expliquei um pouco aqui, de 2000... Vamos lá, vamos anotar, já fiz essa memória aqui. E de 1996, não, de 1986 até 1994 eu fui Secretário Nacional de educação da CUT, então, só sindicalista. Naquela oportunidade... (soa a campanha). Participei da Fundação do Instituto Cajamar, então, que eu me lembro de 86 a 94. De 95 até... de 94 até 2001 eu fui Diretor Geral da Escola Sul e lá tinham várias organizações envolvidas. Então, o hotel, uma agência de viagens, que não eram ONGs, óbvio, e um observatório social. Então, lá tinha um observatório social. E participava também de 96 a 98 da Unitrabalho como Diretor Executivo. De 2001 a 2005, eu participei exclusivamente do processo da Nova Amafrutas e da Unitrabalho e de 2005 até 31 de julho de 2006, exclusivamente, dedicação integral a diretoria de administração do Banco do Estado de Santa Catarina.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O senhor não participou de uma ONG chamada Rede de Comunicação dos Trabalhadores?

SR. JORGE LORENZETTI – RCTV. Acho que posso ter sido membro fundador do conselho, posso ter sido. Não lembro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Participou dela de quando a quando?

SR. JORGE LORENZETTI – Não lembro, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Quem eram os fundadores com V.Ex^a?

SR. JORGE LORENZETTI – Não lembro. Porque eu não participei diretamente, com certeza não tive nenhuma participação direta. Pode ser que os dirigentes da CUT façam parte de um conselho. Tudo bem, põe meu nome como dirigente da CUT, mas eu não tive nenhuma participação direta, por isso não lembro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Olha, quero dizer para o senhor que participar de ONG não é pecado, não é crime. Tenho certeza que o senhor não esqueceria a companhia do Presidente Lula que foi com o senhor fundador dessa ONG.

SR. JORGE LORENZETTI – Eu lembro muito bem dele comigo no Instituto Cajamar, na RCTV não lembro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Veja Sr. Presidente, Relator, ONG no Brasil o quê que

é, não lembra que participou de uma ONG com companheiros ilustres. A nata do PT está aqui.

SR. JORGE LORENZETTI – Deve ter sido 1987, 88.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – 89. O Berzoini participou, o Oswaldo Bargas participou, Suplicy, para o senhor não se incomodar, participou? Acha que não. Apesar de ser amigo do senhor não participou, não se lembra, acha que não. Sr. Presidente, Sr. Relator, ONG no Brasil é uma coisa muito séria. As pessoas participam, fundam, recebem recursos, dinheiro público, são 53 companheiros militantes do Lorenzetti, que participaram dessa fundação e não se lembra. Eu quero apenas o registro e gostaria, Sr. Relator, se pedisse informações sobre essa Rede de Comunicação dos Trabalhadores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a V.Ex^a. Concedo aparte, a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. e Sras. Senadores. Eu gostaria, Sr. Presidente, fazer apenas uma observação. Senador Sérgio Guerra colocou aqui com muita propriedade a nossa preocupação de não generalizar em relação aos desvios das ONGs. Elas prestam um serviço importante para o país. Mas eu gostaria, Sr. Lorenzetti, dizer que V.S^a que é uma pessoa que tem toda uma tradição em relação às ONGs, a formação de ONGS, ao envolvimento da Sociedade Civil na relação com o Poder Público, a observação que eu posso fazer de tudo o que foi discutido aqui existe e precisa ser consertado, uma relação deste Governo com a Sociedade Civil que se faz através de favores, de concessões, de negócios, que esse não é o objetivo de uma ONG, principalmente após a Legislação das OSCIPS nós despertamos para a importância ao se fazer um relacionamento com o Poder Público que haja uma seleção dos projetos através de concursos públicos para evitar os favorecimentos e evitar essa generalização em relação às ONGs. Portanto, eu deixaria que V.S^a, essa nossa preocupação, que leve ao Governo a preocupação de fazer com que haja uma mudança nessa Legislação e uma mudança nesse relacionamento das ONGs com o poder público.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pois não.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Não é para fazer uma resposta aqui a nossa Senadora, mas nós estamos, tem uma equipe conosco de consultores do Senado juntamente com... nós pedimos na sessão passada dois funcionários que

lidam com essa questão das ONGs, do Ministério do Planejamento, e mais um pessoal que trabalha com o TCU, porque o TCU fez uma série de observações a respeito do funcionamento das ONGs e estamos trabalhando numa proposta de Legislação e é evidente que nós vamos buscar dialogar também com o próprio Governo, porque é quem tem que aplicar uma Legislação que nós possamos produzir aqui na própria CPI. Acho que a gente pode, solicitação de V.Ex^a pode sair como um material da própria CPI, não de um Senador, mas da própria CPI.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – A observação que eu faço, Sr. Relator, no sentido de que o Governo precisa criar uma cultura, uma cultura de impessoalidade nos convênios. Enquanto nós estamos aqui discutindo essas questões, os convênios estão sendo feitos, contratos com o Ministério do Trabalho, com o Ministério da Saúde e as coisas estão acontecendo. Então, é preciso que essa cultura da impessoalidade seja cultivada por esse Governo, para que a gente não venha o ano que vem ter que fazer uma nova CPI para discutir o mesmo assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço as considerações de V.Ex^a...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pois não, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Apenas para que não haja nenhuma contradição e até colaborar com o Dr. Jorge Lorenzetti, ele disse que no ano de 2006, ano de eleição, ele dedicou-se exclusivamente ao Banco do Estado de Santa Catarina, porém no depoimento da Polícia Federal ele diz que atualmente é diretor de administração do Banco do Estado de Santa Catarina, encontrando-se licenciado para tratar de assuntos particulares da eleição, sendo que o objetivo era trabalhar na Campanha Presidencial.

SR. JORGE LORENZETTI – 31 de julho, repetir que fiquei no Banco do Estado até 31 de julho de 2006, quando eu me licenciiei, para ficar bem claro a separação, coerente com o que eu acho que é correto, me licenciiei para tratar de assuntos particulares, para poder cumprir qualquer outra função eleitoral.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Gostaria, para ficar bem claro, até porque o depoimento está confuso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Srs. Senadores, quero agradecer a participação de todos, especialmente do Dr. Jorge Lorenzetti, também do seu advogado Aldo de Campos Costa, convidá-los a permanecer aqui na CPI, tem a

sala de estar ali ao lado e nós vamos suspender a sessão por 10 minutos para em seguida reiniciarmos com a apresentação do Dr. Arquimedes Ciloni que já está presente e em 10 minutos a gente retoma os trabalhos. Está encerrada a presente sessão. Muito obrigado.

Sessão suspensa às 12h45.

Sessão reaberta às 13h30.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Reiniciando os trabalhos nós convidamos e já está aqui presente à Mesa o Dr. Arquimedes Ciloni, que é o Presidente da Unitrabalho, ele assinou o termo de compromisso, onde compromete-se nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas de a lei dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado não sendo obrigado a depor contra si próprio nos termos do art. 5º, inciso LVIII da lei, aliás, da Constituição Federal. Dr. Arquimedes, o senhor dispõe de até 20 minutos, se precisar a gente também pode alongar esse prazo e V.Ex^a está com a palavra.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Boa tarde. Quero começar agradecendo a CPI por esta convocação, que vai me permitir finalmente ser ouvido e peço especial atenção aos colegas da imprensa aqui presentes, porque desde que citada a Unitrabalho não conseguiu se fazer ouvir, desde o momento em que foi instalada a chamada crise do dossiê Vedoin até a presente data. Permitam-me uma breve apresentação. Eu sou reitor da Universidade Federal de Uberlândia em segundo mandato, há sete anos e três meses que eu exerço o cargo além de já ter exercido outros cargos na administração superior da nossa Universidade Federal e que me levaram a peregrinar por gabinetes de Brasília há 15 anos. Quero aqui também chamar a atenção dos Srs. Senadores, membros da CPI, que lutamos já há mais de dois anos pela implantação de uma Reforma Universitária, que coloque principalmente as nossas fundações de apoio que foram objeto já de menção nesta Comissão sob a égide da Legislação. Alguns reitores, já fizemos o dever de casa, outros estão tentando fazer, colocando as fundações de apoio às Universidades por lidarmos com recursos públicos sob o controle dos conselhos superiores das nossas instituições. E quero chamar a atenção para em outro momento Senador Raimundo Colombo, Senador Inácio Arruda, que seja colocado em questionamento e discutido a questão das fundações de apoio sob todos os pontos de vista e chamo a atenção para a situação que enfrentam as fundações de apoio às Universidades que administram os 45 hospitais universitários ligados a nossa rede de instituições Federais de Ensino Superior. Padecemos sob o peso de uma dívida de 450 milhões de reais e essa situação precisa e deve ser

equacionada a bem da sociedade brasileira. Sobre isto falaremos num outro momento.

Quero me permitir apresentar o que é a Unitrabalho e a honra que tenho em presidir esta instituição, já há quase dois anos. Por favor. A rede Unitrabalho é uma rede Interuniversitária que congrega 70, neste momento, 70 instituições de ensino superior. Como ficará claro em outras transparências, dessas 70 apenas uma é do meio privado, as outras 69 instituições ou são Universidades Federais ou são instituições do meio comunitário. E nós temos essa rede distribuída como ficará claro por todo o Brasil. A fundação Unitrabalho é uma fundação privada, sem fins lucrativos, que apóia as ações da rede. Prossiga. Fomos criados há pouco mais de 10 anos, vamos completar 12 anos, em 1996 para articular o conhecimento, para aproximar a Universidade, enfim, das demandas do mundo do trabalho. Foi uma iniciativa das instituições de Ensino Superior deste país e das centrais de trabalhadores, visando colocar a inteligência da Universidade a serviço da melhoria das condições de vida dos trabalhadores por meio de projetos de pesquisa, ensino e extensão. Nossa estrutura atual e chamo aqui a atenção dos Srs. Senadores, já devidamente aprovada pela curadoria de fundações, prevê a nossa Assembléia Geral Ordinária, que congrega os 70 reitores de momento das Universidades agregadas um conselho curador, antigamente era apenas a Presidência, um conselho curador com sete reitores e ex-reitores, indicados por aquela Assembléia, e a Diretoria Executiva que compreende o cargo mesmo de Diretor Executivo, diretores de programas específicos e diretor administrativo. Prossiga. No Norte nós temos oito instituições agregadas, todas as Universidades Federais e uma Estadual do Amazonas. Prossiga. No Centro-Oeste, sete instituições também Universidades Federais e uma Estadual do Mato Grosso. Prossiga. No Nordeste são 20 as instituições agregadas, em sua imensa maioria instituições públicas do sistema federal. Prossiga. A Regional Minas Gerais por sermos o Estado, Uberlândia, minha Universidade fica nesse Estado, por sermos o Estado com maior número de instituições Federais no Brasil, temos uma regional, Minas Gerais, que congrega oito instituições. A regional Rio de Janeiro/Espírito Santo, outras oito, os senhores estão vendo ali instituições como a FIOCRUZ, como a PUC do Rio de Janeiro, a Estadual do Rio, além das nossas cinco Universidades Federais ali presentes. Pode passar. A regional São Paulo, sete Universidades. Volta, São Paulo, por favor. Sete Universidades. Pode prosseguir. Por brevidade. E a regional Sul, 12 Universidades. Portanto, são 70 instituições que compõe a Unitrabalho... 7 universidades, pode prosseguir. Por brevidade e a regional sul

12 universidades, portanto, são 70 instituições que compõem a Unitrabalho.

Prossiga. Nós, elaboramos e implementamos programas, no momento em 3 grandes áreas: um programa de economia solidária, o programa na área de trabalho e educação, e os nossos programas de avaliação de políticas públicas, prossiga.

Sou o atual Presidente da Unitrabalho e quero aqui chamar novamente a atenção dos colegas da imprensa e, respeitosamente, quero dizer, dessa forma, quando da eclosão do problema em que a Unitrabalho foi injustamente arrolada, eu já era o Presidente, muitas vezes li na imprensa, que o Presidente da Unitrabalho seria o professor Jorge Lorenzetti, não assisti o seu depoimento, estava colocado numa sala aqui ao lado, e tenho certeza que ele já fez essa correção. Eu era o Presidente e me senti na obrigação de me dirigir à imprensa dizendo isso e apresentando todos os esclarecimentos como ficará claro em outro momento aí da nossa exposição sobre a ocorrência do dossiê. Acompanha-me na vice-Presidência, o reitor Josué, da Federal de Sergipe, e o nosso diretor Executivo que está me assessorando e também está à disposição dos membros da CPI, professor Francisco Mazzeu, que já por duas vezes ocupou a diretoria executiva da entidade. Também menciono, com muito reconhecimento, que antes de ser Presidente, eu fora vice-presidente da Unitrabalho no mandato anterior sobre a presidência do professor Amaro Lins da Universidade Federal de Pernambuco, prossiga...

Professor Mazzeu, aqui outro detalhe eu pedi para que colocasse essa transparência, o nosso endereço, a nossa sede nacional neste momento se encontra na rua Luiz Góes em prédio alugado. Nós não temos sede própria, nunca tivemos recursos que nos permitissem, ao contrário do que foi apontado, ter sede própria. Prossiga. As nossas fontes de recursos majoritariamente vêm dos programas, mas também das anuidades que essas 70 instituições hoje, já chegamos a ter 93, pagam, então, são as anuidades que as universidades pagamos para manter a instituição, realização de projetos e doações e recursos advindos de cooperação internacional, nós temos uma cooperação internacional já de muitos anos, implementada com a ICCO holandesa e eu acabo de assinar um novo acordo internacional com a Universidade de Padova, na Itália, que ainda está em fase de discussão, não foi, portanto, implementado e ainda, não trouxe qualquer grau de recurso à nossa instituição. Não recebemos ainda nada desse convênio que está em fase de acertos finais para sua entrada em vigor. Prossiga.

Esse quadro mostra como nós somos mantidos, fundo público federal, 56%, representa 56% dos nossos

recursos, sindicatos e associações outros 8%, doações e cooperação internacional 15%, fundos públicos, municipais, estaduais 21%. Prossiga.

Outro detalhe, nesses 10 anos, compreendidos entre 96 e 2006, a auditoria demonstrou isso, nós recebemos quase 34 milhões e meio de reais, majoritariamente recursos advindos do FAT, Fundo de Amparo ao Trabalhador, que dos 34 milhões e 464 mil, representa 75% do total, 25 milhões 524 mil reais, aproximadamente. Recursos do FAT no período anterior que eram repassados, não diretamente a Unitrabalho, mas para os Estados, e os Estados contratavam a fundação que por sua vez contratava projetos de extensão, ou de pesquisa com as universidades que estão agregadas ao sistema, espalhadas aí, por todo o rincão pátrio, eram 11 milhões, 223 mil, 401 reais e 96 centavos os recursos no período de 96 a 2002, posteriormente a isso, com a mudança de sistemática, e é isso que estava registrado no SIAF, 14 milhões, 301 mil e poucos reais, recursos que nós amealhamos mediante projetos no período 2003/2006, como a auditoria, a auditoria está à disposição de quem desejar, nós a trouxemos, demonstrou. Os senhores podem verificar que o aumento, ao contrário dos 850%, ou nem lembro mais que número que a imprensa mencionou à época, foi de apenas 27%. É preciso que se diga que nesse crescimento ele é justificado, porque aumentou o número de universidades que se agregaram na rede, bem como nesse período nós tivemos um programa forte na Unicamp, Universidade Estadual de Campinas, que só nesse programa nós injetamos 2 milhões de reais do fundo para preparar gestores para a questão do plano nacional de qualificação. Prossiga.

A aplicação dos recursos e aqui eu, novamente chamo a atenção da imprensa, para o que representa a Unitrabalho. Nós somos uma rede que injeta recursos, façam as contas, em 10 anos foram quase 35 milhões de reais, portanto, uma média, fazendo uma estimativa grosseira, de 3 milhões e meio de reais por ano, para uma média, nós já tivemos 93 universidades, estamos com 70, se fixarmos em torno de 60 universidades, uma média para esses 10 anos, nós teríamos uma aplicação de em torno de 60 mil reais por universidade, o que, longe de representar um grande recurso, é obviamente, aquém do que seria necessário para implementar programas ainda de maior cunho. Mas nós conseguimos abrangência nacional e mediante esses recursos foram implantadas 35 incubadoras de empreendimentos solidários, em 18 Estados da federação que serviram como suporte para criar 172 empreendimentos solidários com 16 mil 643 trabalhadores beneficiados diretamente com geração de renda, inclusão social, com foco nas cadeias produtivas de reciclagem, aqui

em Brasília, a incubadora de reciclagem que transforma lixo plástico em bancos de jardim, suportes, etc., foi instalada com auxílio da Unitrabalho. Moda e confecção como as cooperativas de costureiras que nós implantamos em vários Estados da federação, frutas, apicultura, etc. Cito aqui, a importante experiência no Piauí, onde nós instalamos uma cooperativa de apicultores, na região de picos. Recursos, isso aí foi feito com recursos da ICCO, a ICCO é uma entidade vinculada à igreja holandesa que aplica recursos do governo holandês como fomento para auxiliar países em desenvolvimento. Uma instituição extremamente séria e sobre a qual eu falo um pouco a seguir, foi quase um dos grandes prejuízos que nós tivemos com a injusta colocação da Unitrabalho no chamado escândalo do dossiê. Recursos também advindos da FINEP, do Ministério Público do Trabalho, etc., diversos convênios totalizando cerca de 3 milhões de reais, prossiga.

Produção de materiais pedagógicos para o primeiro e segundo graus para a educação continuada de jovens e adultos, nós criamos com o trabalho dos nossos professores universitários, cadernos de educação continuada de jovens e adultos, com 27 volumes, que foram distribuídos pelo nosso Ministério Público da educação a todas as 47 mil escolas espalhadas pelo Brasil, que oferecem a educação de adultos, beneficiando diretamente 3 milhões, 342 mil, 531 jovens e adultos, alunos do ensino fundamental. Criamos o portal do professor de educação de jovens e adultos para disponibilizar esses conteúdos e organizar atividades para professores de todo o país, disponível nesse sítio na internet, com mais de 6 mil pobres já cadastrados. Realizadas oficinas com mais de mil professores e gestores da área de EJA, recursos, MEC, fundo nacional de desenvolvimento da educação, pouco mais de 2 milhões de reais. Prossiga. Aí, um programa que dá uma idéia da nossa abrangência: Brasil, Meu Negócio é Turismo, realizado em parceria com a fundação Roberto Marinho, nós formamos 810 monitores e capacitamos 18 mil, quase 19 mil agente locais de turismo em todo o Brasil. A Unitrabalho, isso aí é um grande retrato do que nós somos, procurados pelo governo, pelo Ministério do Turismo e pela fundação Roberto Marinho, nós organizamos um programa nacional que capacitou essa gente toda nos diferentes Estados da federação para ajudar a desenvolver, o que é em outros países, uma das maiores fontes de divisas. Isso aí, portanto, é um programa de interesse nacional, como são todos os outros, desenvolvido pela Unitrabalho com a forte cooperação das universidades em cada local. Nós funcionamos como fundação, mas representamos instituições, não mandamos ninguém de São Paulo trabalhar no Piauí, contratamos professores

da universidade do Piauí para trabalhar, seja no projeto de incubadora, seja em programas como esse do Ministério do Turismo. Prossiga, professor Mazzeu, por favor. Aí também esse programa já é mais da minha época de gestor da Unitrabalho, construção de um sistema de planejamento, monitoramento e avaliação do PNQ, Programa Nacional de Qualificação, do Ministério do Trabalho e emprego, sob a importantíssima liderança da professora Ana Saul, professora da PUC São Paulo, que coordenou trabalho de docentes, espalhados aí por todo o país. Nós construímos uma metodologia inovadora para a avaliação externa e verificação dos impactos sociais da qualificação profissional que redundou em relatórios com mais de 3 mil páginas, que foram entregues ao Ministério do Trabalho, capacitando conselheiros das comissões estaduais de emprego no nordeste, norte e centro-oeste (soa a campainha) e gestores estaduais. Todos esses resultados foram apresentados e debatidos no CONDEFAT, no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Os recursos, 2 milhões e meio em 2003, 3 milhões e quase 700 mil, 2004, 2005, não aparece ali a última linha, infelizmente, na tela que está me servindo como referência, na que está à disposição no fundo do Plenário, fica claro, são quase 7 milhões de reais aplicados nesse programa pelo Ministério, durante o ano de 2006. Aí está o período em que a Unicamp preparou os gestores para esse programa, desses pouco mais de 6 milhões, 2 milhões foram para a Unicamp e para esse preparo dos gestores. Prossiga.

Questão do dossiê, e reitero, é a primeira vez que eu consigo me dirigir aos colegas de imprensa e me coloco à disposição dos senhores da imprensa terminado esse debate, para aprofundar se for necessário o que vou dizer agora. A Unitrabalho recebeu uma liberação de recursos naquele setembro de 2006, no montante de 3 milhões 404 mil e 734 reais e 58 centavos, referente ao projeto de avaliação do programa nacional de qualificação. Embora já constasse no SIAF, esse recurso, conforme demonstramos para a auditoria e conforme está à disposição dos senadores, só entrou na conta da Unitrabalho no dia 18, o escândalo do dossiê eclodiu no dia 15, uma sexta-feira, eu não me encontrava no Brasil, mas me recordo dessa data. No dia 18 é que o dinheiro entrou nas contas da Unitrabalho, esse esclarecimento foi prestado ao Ministério Público, foi disponibilizado à imprensa, a Folha de São Paulo verificou e publicou, os demais jornais ignoraram, mas os recursos só foram colocados na conta da Unitrabalho, após a apreensão do dinheiro noticiado pela imprensa que ocorreu na sexta-feira, dia 18 foi uma segunda-feira. Prossiga.

Contas abertas, o site contas abertas divulgou sem qualquer verificação, nós não tivemos a oportunidade de ser ouvidos, a suspeita de que haveria uma ligação entre esse recurso e o valor apreendido. A contas abertas não, infelizmente não nos ouviu. A mesma ONG divulgou que a Unitrabalho teria recebido 20 vezes mais recursos no Governo Lula que em relação ao período anterior, já chamei atenção dos senhores e senhoras para este fato, isto não é verdade, a mudança de sistemática no repasse do dinheiro, que antes era para os Estados, os quais repassaram para a Unitrabalho, levou aqui esse dinheiro não estivesse disponibilizado no SIAF. Na realidade, o crescimento, como eu já demonstrei em tabela anterior, foi de cerca de 27% entre um período e outro. A mídia deu ampla divulgação a essas informações sem que se fosse dada a mesma ênfase aos esclarecimentos que a Unitrabalho vem prestando desde então. Prossiga, por favor. Mazzeu, prossiga.

No dia 22 de setembro de 2006, enviamos ofício ao Ministério Público e Polícia Federal, abrindo mão de sigilo bancário, fiscal e telefônico bem como, colocando à disposição as nossas instalações e equipamentos, já funcionávamos lá na rua Luiz Góes em São Paulo, no prédio alugado, para que esses fatos fossem esclarecidos, o Ministério Público Estadual através da curadoria de fundações instaurou inquérito e determinou uma total auditoria nas contas da Unitrabalho. Prossiga. Após 3 meses de trabalho e mais de 1100 horas com uma equipe dentro da sede da fundação, a auditoria concluiu, eu vou disponibilizar aos senhores isso por escrito e assinado pelo Ministério Público, à luz da análise pericial nas contas bancárias e documentos da Unitrabalho, não surgiu qualquer prova, ou indício de aplicação indevida de valores da entidade fundacional, na empreitada referida. A apreensão de dinheiro, supostamente, para a aquisição de um dossiê político. O documento que traz essa conclusão é do dia 8 de dezembro de 2006, nós disponibilizamos isso para a imprensa, tentamos que fôssemos entrevistados, não o conseguimos.

Essa conclusão da auditoria, sequer foi divulgada, e desde essa data que a gente luta para ser ouvidos, quero aqui ressaltar o jornal Estado de São Paulo que chegou a marcar uma pré agenda comigo em julho do ano passado, reconheceram que o outro lado não fora ouvido, infelizmente na semana passada em que teríamos essa agenda no Estadão houve a queda do avião da TAM, no dia 17 de julho, todos aqui nos recordamos dessa triste notícia que foi para o país, e a editoria fechou o jornal para cobrir, com razão, não havia sentido não fazer de outra forma, para cobrir aquele acontecimento que enlutou tantas famílias brasileiras

e com as quais obviamente nós nos solidarizamos. Ficamos de ser chamados numa outra oportunidade, nunca o fomos. Prossiga.

Tendo em vista problemas administrativos, como a necessidade de reforma de estatutos, que isto foi constatado pela auditoria à luz da nova legislação de fundações, assinamos no dia 4 de julho do ano passado, um termo de ajuste de conduta com o Ministério Público que vem sendo rigorosamente seguido e este inquérito foi arquivado por decisão unânime do colegiado de procuradores publicada no Diário Oficial de 23 de agosto do ano passado. Ou seja, o colegiado de procuradores já deu uma sentença em cima da auditoria, inocentando, definitivamente, a fundação sobre a acusação de mau uso de recursos públicos. Prossiga.

Penso que esteja terminando, enfim, reitero, me coloco à disposição da imprensa, logo depois que terminar o necessário debate com os componentes desta CPI, para que eu possa dar maiores esclarecimentos, mas reitero que esta oportunidade é a primeira em que nos é dado publicamente o uso da palavra e a condição de, debatendo com os senadores, esclarecer eventuais dúvidas que ainda permaneçam. Ficou claro, quero crer, para os senhores que assistiram a minha apresentação, nós congregamos 70 instituições de ensino superior espalhadas por todos os Estados do Brasil, a maioria das quais, universidades componentes do sistema federal de ensino superior, menciono aqui também a minha condição por deferência dos meus colegas, sou o Presidente da ANDIFES, entidade que congrega apenas os reitores das universidades federais desde maio do ano passado, eleito por unanimidade, como fui eleito, por duas vezes, por unanimidade, a segunda vez por deferência eu pedi para continuar Presidente da Unitrabalho, porque não posso deixar o mandato sem esclarecer os fatos que se abateram sobre a nossa entidade que foi, injustamente, reitero, arrastada para o olho de uma tempestade que não provocamos. Estamos à disposição dos Srs. Senadores, das Sras. Senadoras e da imprensa para eventuais esclarecimentos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLombo (DEM-SC) – Agradeço ao doutor Arquimedes Ciloni e passo a palavra ao Relator Senador Inácio Arruda.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, acho que é importante e muito significativa a existência da CPI, porque já ofereceu o primeiro garantido, assim, direito de resposta, da Unitrabalho. Aqui V.S.^a tem a palavra, o senhor esteve ao vivo para todo o Brasil falando sobre esse episódio, acho que isso é

muito significativo para que os órgãos de comunicação do país compreendam que eles são, a grande maioria, no caso da radiodifusão de som e imagem, são concessões públicas, muitas vezes acontecem episódios como esse, que uma instituição pode ser trinchada, mesmo sendo parte, no caso, ela deixa de ser ouvida. Aqui, o senhor tem essa garantia, o senhor vai ter sempre, o Senado da República e tenho certeza que no caso do Congresso Nacional também a Câmara dos Deputados em qualquer Audiência Pública ou em depoimento a CPI, a oportunidade de esclarecer episódios que envolvem a Unitrabalho. A primeira questão que eu queria argüir V.Ex.^a era é sobre as características da Unitrabalho. O senhor considera que a Unitrabalho, ela é uma Organização Não Governamental, ou ela é uma estrutura das universidades que buscaram compor essa organização?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Formalmente, eu queria aqui, assim como a ANDIFES pode ser vista como uma Organização Não Governamental, a Unitrabalho pode ser olhada como Organização Não Governamental, mas nós nos organizamos como uma fundação que congrega essas 70 instituições de ensino superior, reitero, apenas uma instituição particular, a Universidade de Mogi das Cruzes, todas as outras 69 são instituições federais ou instituições do meio comunitário e, portanto, nós podemos ser olhados como uma ONG. Mas a nossa Constituição, o nosso Estatuto, nos define como uma fundação interuniversitária.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Então, estando dentro da condição de uma ONG, nós queríamos perguntar: As vantagens que foram auferidas em termos de convênios, de projetos da Unitrabalho, se deveu, ou se deve a sua característica de ligação com as universidades e de ter um colegiado preparado para exercer essa relação com mundo do trabalho no Brasil, ou se deu em função do tráfico de influência, principalmente, na verdade, desde sua fundação até aqui, vamos considerar de 96 até o ano de 2006 que é o ano que eclode esse episódio. A relação da Unitrabalho, essa relação de encontrar um mecanismo de captação de recursos no Governo Federal, ou é o valor dos seus projetos, quer dizer, são os seus projetos que são bem recebidos ou a Unitrabalho precisa de uma muleta para poder alcançar êxito nos seus projetos?

SR. ARQUIMEDES CILONI – A Unitrabalho vive da sua representatividade por congregarmos instituições, é desnecessário, mas eu preciso afirmá-lo, por congregarmos instituições que, juntas, respondem pela quase totalidade das pesquisas científicas nesse país, nós temos uma representatividade muito forte, nunca necessitei e posso responder, desde 2005 quando eu

era vice-presidente até esta data quando estou Presidente da Unitrabalho, nunca necessitei de tráfico de influência, muito pelo contrário. Fomos procurados pelo governo numa reunião que ocorreu por articulação do nosso, então, Presidente, professor Osvaldo, com órgãos governamentais, com mais de 50 universidades federais presentes, dizendo sim, ao repito que nos foi lançado, de atendermos a projetos de interesse social. E quero aqui chamar a atenção para uma palavra que nos é muito cara, Senador, existe um preceito constitucional, qualquer reitor de universidade pública vai referendar o que eu vou dizer aqui aos senhores e senhoras. Existe um preceito constitucional chamado: Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Posso dizer claramente, especialmente com a recuperação que estamos tendo ao longo deste governo, dos recursos de custeio, do programa de ampliação das universidades que vínhamos fazendo, que tanto o ensino, quanto a pesquisa, são as pernas fortes da indissociabilidade, a extensão sempre foi a perna fraca. E os reitores todos, sempre temos um cuidado muito grande, em tentar buscar recursos públicos, mas não tão, não somente, para que a gente fomenta programas de extensão.

E o senhor há de convir, como eu demonstrei aí na nossa apresentação, que conseguimos implementar programas de profundo alcance social, eu cito novamente a questão das cooperações de costureiras que organizamos, das cooperativas de apicultores que organizamos, das cooperativas do pessoal que trabalha com reciclagem, ou seja, são programas desenvolvidos pelas universidades, que tiveram profundo impacto social, em comunidade sabidamente carentes, e esse é o papel da Unitrabalho, a Unitrabalho é uma instituição, é uma fundação de profundo interesse social, ela é importante para o país. Por isso, os reitores, nos congregamos em torno dela, por isso que há 70 instituições, eu estou falando aqui, em nome de outros 69 reitores, que fomos profundamente atingidos e já demonstrei aos meus colegas e tive dos mesmos a confiança para continuar, para poder enfrentar aqui esse debate, e poder finalmente tornar público o nosso desconforto com a situação criada. Porque nenhuma dessas instituições, nenhuma dessas instituições teve qualquer resquício de ligação desde a presidência, desde a direção da Unitrabalho a qualquer uma das instituições, teve qualquer resquício de ligação com o episódio, como demonstra a nossa contabilidade e os extratos bancários que já colocamos à disposição. Portanto, Senador, e claramente para o Brasil, a nossa representatividade dispensa tráfico de influência. Eu acho que a capacidade instalada nas universidades federais, o que somos afinal? Bem público. As univer-

sidades federais, as instituições comunitárias, aliás, uma belíssima experiência do sul do nosso país, são instituições sérias que vem desenvolvendo a sua graduação, a sua pós-graduação, a sua extensão, fortemente fomentada pelos programas que a Unitrabalho, justamente por nos congregarmos em rede, conseguiu amearhar, e portanto, são instituições de interesse público que usaram recursos públicos em função de melhorar a vida de camadas menos favorecidas da nossa sociedade, é este reconhecimento que eu espero que a gente tenha.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Dr. Arquimedes, o Sr. Jorge Lorenzetti foi diretor Executivo de 96 a 98, ausentou-se da Unitrabalho e voltou novamente e teve uma participação na Unitrabalho durante o período do governo atual que vai até 2005. 2001 a 2005, pega uma parte do final do Governo, Fernando Henrique Cardoso, 2001/2002 e uma parte do mandato de Lula, de 2003 a 2005. Estando situado numa diretoria que trata das articulações da Unitrabalho com o setor internacional. A presença do Sr. Jorge Lorenzetti pela relação que tem com o governo, e amizade com o Presidente da República, isso favoreceu a Unitrabalho? A sua presença garantiu os contratos, os convênios, os acordos e se a Unitrabalho também mantém convênios com a Fundação Banco do Brasil?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Começando pelo último, a fundação Unitrabalho mando mantém convênios com a Fundação Banco do Brasil que nos ajuda...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Está dentro daquele valor?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Dentro daquele valor.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Dentro dos 35 milhões de 2003 a 2006. Qual o valor do convênio?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Em torno de 6 milhões de reais no total, 4 milhões e 200, eu preciso da ajuda do professor Mazzeu, qual o total? Mais ou menos em torno de 6 milhões de reais.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Mais ou menos 6 milhões.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Desculpe, sobre a primeira parte da pergunta.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Antes de voltar para a primeira, já aproveitar que entramos na Fundação Banco do Brasil que também já esteve aqui na nossa CPI. Esse convênio, ele trata exatamente de qual objeto?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Do programa de turismo, do Brasil Turístico.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Brasil Turístico. Esse programa, ele é desenvolvido em uma região do país, ou ele foi para todo o país.

SR. ARQUIMEDES CILONI – De todas as regiões do país.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – De todas as regiões. Podemos voltar, então, a parte inicial.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Eu conheci o professor, Jorge Lorenzetti hoje aqui. Não convivi, não era reitor nem era dirigente, lembro da fundação da Unitrabalho em 96, iniciativa feliz da, então, geração de reitores, não trabalhei com o professor Jorge Lorenzetti a quem fui apresentado hoje. Em nenhum momento, desde que sou vice-presidente da Unitrabalho e na minha gestão, tive qualquer tipo de auxílio que eu não tivesse ido buscar pessoalmente para a fundação, ou eu, ou a nossa diretoria executiva. O professor Mazzeu, aqui presente, é um diretor, não recebe um centavo da Unitrabalho para fazer esse trabalho como eu também, nenhum de nós recebe qualquer tipo de recurso para cuidar da rede, e o professor Mazzeu encontra-se sempre empenhado, recebendo, lendo editais, editais públicos, tenta colocar a rede a serviço desses editais. Em nenhum momento nós tivemos qualquer tipo de auxílio que pudesse enveredar por tráfico de influência. Deixando muito claro, quero aqui também reiterar, não conhecia o professor Jorge Lorenzetti, ele tem uma folha de serviços prestados à Unitrabalho que antecede a minha entrada na fundação como o tem, tantos outros brasileiros ilustres, professor Nilton Lima neto, hoje Prefeito de São Carlos, o professor Antônio Carlos Caruso Ronca, ex-reitor da PUC, que se congregaram e criaram a fundação, é em nome deles, inclusive, que eu estou aqui falando, porque quando a gente se torna, por deferência dos colegas que estão ali no momento, Presidente de uma organização tão representativa como esta, a gente se torna portador da sua história. Eu não participei da construção da história da Unitrabalho em seu início, deixo a minha dedicação e o meu nome, tendo contribuído por um trabalho nesses quase 3 anos que me encontro, ou como vice, ou como Presidente da fundação, e dedico o meu trabalho a esses colegas que me antecederam, espero ter Estado a altura deles. É por respeitar esses colegas que eu fiz questão de me dirigir em público a todos, defendendo uma fundação que, foi criada com outro escopo, nós não temos absolutamente nada a ver com a questão que nos trouxe aqui à CPI.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor podia nos informar se após sua saída da Unitrabalho, já como diretor na área de

relações internacionais, se o Sr. Jorge Lorenzetti continuou de algum modo ajudando a entidade?

SR. ARQUIMEDES CILONI – É o que eu digo: De 2005 para cá, eu conheci o professor Jorge Lorenzetti hoje, sei que ele participou como diretor Executivo da fundação, aqui, aliás eu preciso fazer uma correção, que podemos verificar depois nos meus apontamentos, nos arquivos da Unitrabalho consta que o professor Jorge Lorenzetti foi diretor durante o ano de 2006, eu desconhecia essa afirmação que o senhor fez de 2008, para os meus apontamentos, pode ser que eu esteja enganado, para os meus apontamentos na Unitrabalho, como eu disse, eu sou portador de uma história, quando emitimos o documento em defesa da fundação no momento, lá em setembro de 2006 eu pedi para fazerem esse levantamento, a minha assessoria fez, e me lembro muito bem que ao esclarecermos eu tornei público que ele fora diretor em 96, o engano pode ser nosso, isso pode ser verificado oportunamente, não creio que isso seja motivo de maior, de grande problema. Para mim, ele fora diretor Executivo em 96, Executivo, Diretor Executivo, no ano de 2006.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – 96.

SR. ARQUIMEDES CILONI – 96, quando a Unitrabalho foi fundada, por alguns meses, se foi até 98 eu precisaria verificar, não tenho como fazer aqui nesse momento, posteriormente, ele foi nosso diretor de relações internacionais, e o principal responsável pelo primeiro convênio internacional que foi aquele feito com a Holanda, assim como eu deixo para a história da Unitrabalho o segundo convênio que eu assinei recentemente, com a Universidade de Pádua, na Itália, e mediante o qual nós vamos trabalhar, com uma instituição semelhante à Unitrabalho, que é a Veneto Lavoro, para saber onde estão os descendentes de italianos, como eu sou um descendente de italiano, onde eles estão no Brasil o que fazem e vice-versa, os brasileiros que trabalham na região do Veneto, na Itália. Nós temos esse projeto para desenvolver em comum, na Universidade de Pádua, além de outro projeto que desenvolveremos para o desenvolvimento sustentável da região norte, com o apoio daquela importante, a segunda universidade mais velha do mundo, aquela importante instituição italiana. Sei também, verifiquei nos meus apontamentos, que o professor Jorge Lorenzetti trabalhou pela, em projeto da Unitrabalho, durante alguns meses, antes da minha entrada na própria Unitrabalho, me parece que 2004 ou 2005, um dos convênios que nós assinamos ele foi um dos professores contratados para a sua implementação. Foi diretor de relações internacionais, desconheço até que período, mas foi antes da minha entrada na rede.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Durante a gestão do senhor na Unitrabalho, o senhor Lorenzetti não desenvolveu nenhuma atividade, nenhum trabalho de ajuda?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Não que seja do meu conhecimento. Não temos diretor de relações internacionais, o professor Mazzeu acaba também fazendo esse trabalho e conduzindo muito bem essa questão, já o acompanhei nessa tarefa, e portanto, não que seja de meu conhecimento, desconheço qualquer projeto, desconheço qualquer envolvimento do professor Jorge Lorenzetti após o último projeto. Eu precisaria checar a data, que foi feito mediante um dos convênios, um dos projetos que a gente desenvolveu. Ele foi um dos professores contratados, como tantos outros o foram, tantas vezes nesses 10 anos de, nesses quase 12 anos de existência da rede.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – No caso da presença da, nesse convênio com ICCO, com a ICCO holandesa, o senhor poderia descrever como a ICCO desenvolve o seu trabalho no Brasil, é um convênio estabelecido entre Unitrabalho, ONG holandesa, como é que ela repassa esses recursos, por onde entra o dinheiro e se há contrapartida da Unitrabalho para os convênios.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Contrapartida financeira não. A ICCO, como eu disse, é uma instituição vinculada a igreja holandesa, maioria protestante, se não me engano, são pessoas seriíssimas, e quero aqui descrever aos Srs. Senadores, um dos problemas que enfrentamos por conta de estarmos aqui hoje, e a ICCO, por exemplo, administra fundos do governo holandês para ajudar países em desenvolvimento. A ICCO, por exemplo, utilizando recursos da ICCO a Unitrabalho ajudou a formar a cooperativa do lixo em Recife, dentre outros projetos de igual relevância, com recursos que eles nos repassam devidamente, são recursos que nos são repassados com absoluta transparência, auditados e acompanhados, freqüentemente eu recebo pessoas da ICCO que vem da Holanda para verificar o andamento dos projetos e como foram aplicados os recursos que eles nos repassaram. Quero aqui mencionar, avisado, provavelmente pela embaixada da Holanda, quando da deflagração da história do dossiê pela imprensa, a ICCO suspendeu o repasse de recursos, nós ficamos sob suspeita durante alguns meses. São pessoas sérias, que obviamente, ao vislumbrarem a possibilidade de que o dinheiro que eles nos repassam, pudesse ter sido mal utilizado, suspenderam o repasse de recursos, e o que ocorreu? Eu tive que fazer uma viagem às pressas à Holanda por 4 dias, quando me reuni com a gestão da ICCO e eles aguardaram, eu disse que havia uma auditoria em curso na

Unitrabalho, eles esperaram o resultado da auditoria e somente após a decretação da nossa inocência, com o documento assinado pelo Dr. Airton Grazioli, que nós imediatamente enviamos a Holanda, é que a gente voltou a ser ouvido, nós quase perdemos um convênio que hoje sustenta o funcionamento da Unitrabalho. Reitero, funcionamos em prédio alugado, tivemos que demitir pessoas, vários funcionários nossos, em função de estarmos na Berlinda com essa história, tivemos vários projetos que não foram implementados e, conseqüentemente, tivemos que enxugar o quadro de funcionários, tivemos que demitir pessoas, principalmente no final do ano passado, para a gente poder manter a rede, que é de interesse nacional.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Senador Inácio Arruda depois se V.Ex^a pudessem me deixar fazer uma pequena colocação, V.Ex^a concordava comigo, Arquimedes, naquela colocação do problema das fundações, isso é o que pode acontecer. Lembra? Que queriam aprovar o requerimento para todas as fundações, Sr. Presidente, esse tipo de situação que pode acontecer, cortam-se os convênios, corta tudo, até investigar e aí todos os projetos caem, só essa colocação.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Todos ficam sobre suspeita, e depois ninguém diz que foi inocentado. Só se vier aqui no Senado para dizer. Então, eu queria completar, ainda a questão dessa ONG holandesa, essa ONG holandesa, ela sempre atuou com a Unitrabalho, sempre com contratos, sempre com muita abertura, ou ela atuou, ou ela chegou sem contrato, como é que se deu, sempre foi ajustados os contratos, os convênios, ou teve algum tipo de remessa de recursos do Brasil para essa ONG, via Unitrabalho?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Nunca, ao que é do meu conhecimento, reitero, quando eu entrei para a fundação, como vice-presidente, agora como Presidente, nunca houve repasse de recursos do Brasil para Holanda, sempre no sentido contrário. Recursos do governo holandês administrados...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Como é a contrapartida?

SR. ARQUIMEDES CILONI – A contrapartida, eu precisaria de ajuda, professor Mazzeu, pode, por favor?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Aperta aí, por favor.

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Eu sou diretor Executivo da Fundação Unitrabalho e, portanto, mais diretamente responsável pelo gerenciamento administrativo da fundação, os recursos da ICCO, eles normalmente prevêem uma contrapartida

em horas trabalho. Ou seja, o que nós colocamos como contrapartida, é o envolvimento dos professores universitários que fazem dos projetos da ICCO também uma parte dos seus projetos de serviços.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Serviços.

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Serviço, mas não contrapartida financeira, não envolve contrapartida financeira e só acrescentando que também, eles são totalmente, a ICCO exige ao final de cada contrato, são contratos regulares, assinados, que os recursos não só a gente preste contas, mas que haja uma auditoria externa que também encaminhe um parecer com relação ao cumprimento...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Que é uma exigência da ONG para poder...

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: É uma exigência dela para a gente poder continuar recebendo recurso.

SR. ARQUIMEDES CILONI – O Mazzeu que está a mais tempo na fundação, para deixar muito claro, porque a pergunta do Senador foi muito importante. Nunca houve remessas de recursos do Brasil para a Holanda, sempre no sentido contrário, estou correto na afirmação?

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Corretíssimo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO – Peço ao professor Mazzeu que permaneça aqui e assessoro o doutor Arquimedes.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Outra questão. Não, não. Outra questão que eu considero importante, o senhor já apresentou uma informação de que a Unitrabalho teve repassado recursos de convênios de acordos com o Governo Federal na ordem de 11 milhões no período de 96 a 2002, e de 2003 a 2006, 14 milhões, a quem o senhor, quem teria o interesse de fazer uma relação da Unitrabalho que dá uma diferença tão larga de recursos entre 96 e 2002 e entre 2003 e 2006? Porque fica muito, a diferença ficou muito grande e isso se transformou em notícias, em manchetes que levam qualquer pessoa com a responsabilidade que tem os senadores, quando você pega uma informação dessa de qualquer órgão de imprensa do Brasil, seja o rádio, a televisão os grandes jornais brasileiros, normalmente você tem, de que esses órgãos sempre trabalham com boa-fé. A idéia nossa, em geral é essa. Então, partindo do princípios que há boa-fé, então, há um disparate aqui, entre uma diferença de 60% a mais, 70% a mais em relação ao período anterior.

SR. ARQUIMEDES CILONI – 27%.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – As notícias veiculadas dava uma diferença muitíssimo maior.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Muito maior 850%, coisa do tipo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Por que se chegou a uma situação como essa? É em relação ao problema quando você abre o SIAF, quando as contas são prestadas, o que que há? Qual foi a --

SR. ARQUIMEDES CILONI – Tem a ver com essa questão do SIAF, reitero a explicação que já dei. Antes, durante o Governo Fernando Henrique, os recursos eram repassados aos Estados, estes por sua vez contratavam a Unitrabalho, portanto, esse dinheiro não aparece na Unitrabalho pelo SIAF, foi para os Estados, os Estados nos contratavam, a partir do governo do Presidente Lula nós mudamos a sistemática, o governo passou a contratar direto a fundação. E portanto, esse dinheiro apareceu no SIAF. O jornalista, ele fez meio trabalho jornalístico, ele comparou sem perguntar, porque tamanha diferença. Se a gente pega os 11 milhões anteriores e compara com os 14 milhões e pouco, 27% a mais e leva em conta o fato, de que nesse último período, apenas 2 milhões são do programa feito pela Unicamp para a capacitação dos gestores, na realidade o crescimento, se nós retiramos os programas dos gestores, foi de pouco mais de 1 milhão, nesse meio tempo nós tivemos novas universidades agregadas a rede, nós tivemos um aumento do número de projetos que implementamos. Fomos agraciados, por concorrer com o edital, fomos agraciados com mais recursos. Mas a diferença foi de 27%, não se levou em conta a sistemática anterior. Portanto, daí essa diferença aqui, parece enorme, mas não é.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Essa mudança de trato de governo, porque antes o governo repassava o recurso para os Estados.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Que contratavam...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Que contratavam a Unitrabalho.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Que por sua vez repassava às universidades.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – No governo de Lula ele contrata diretamente. Isso significa o quê? É um procedimento para a economia processual, é mais fácil lidar diretamente com a Unitrabalho contratando-a diretamente. Porque é que teve essa alteração?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Eu acho que a gente eliminou um passo. Veja: a Unitrabalho, como

eu disse, representa fortemente o que nós temos de melhor e de diferencial no ensino superior brasileiro; as 70 instituições que congregamos são altamente representativas. Consequentemente, repassava-se o dinheiro para o Estado que por sua vez contratava a Unitrabalho que por sua vez voltava para o Estado para contratar universidades locais. Eu presumo, não faço parte do governo, que por facilidade e pela representatividade e respeito que amealhamos, o governo mudou a sistemática. Isso também foi anterior a minha, a minha entrada na direção da Unitrabalho, não sei se o professor Mazzeu teria apreciação a complementar.

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU:

Tem um fator a mais Senador Inácio que é o fato de que na sistemática anterior, como eram os próprios Estados que contratavam uma universidade para fazer a avaliação dos programas, havia sempre certo risco dessa avaliação não ser uma avaliação externa. Portanto, ser uma avaliação tanto contaminada, porque o Estado não gostaria de ter uma avaliação negativa sobre o seu programa. Essa sistemática do Governo Federal de contratar uma instituição nacional, possibilitou que as universidades tivessem uma ampla liberdade de ação e uma metodologia unificada pela primeira vez foi possível que permitir e comparar, por exemplo, como é que está a situação da qualificação no Piauí será que ela está melhores ou pior do que no Ceará? A Unitrabalho ao fazer um projeto nacional, o Piauí tem, o Senador aí, com certeza conhece, né, muito melhor do que todos nós. Então, isso foi uma sistemática que o governo adotou para que a avaliação pudesse ter uma liberdade maior de atuação, como ela teve nesses últimos 3 anos. O que infelizmente, também gerou alguns incômodos. Então, eu acho que também a Unitrabalho angariou alguma antipatia no sentido de que ela faz uma avaliação científica, baseada em critérios acadêmicos e essa avaliação às vezes demonstra coisas que não são agradáveis, seja para o governo, seja para quem quer que seja, nós apresentamos os resultados dessa avaliação, às vezes são bastante polêmicos, mostrando inclusive falhas e deficiências que precisam ser corrigidas.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor não considera que essa alteração de sistemática tenha sido por influência política?

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU:

Não, de forma alguma, porque ela seguiu um princípio que é o princípio da autonomia, do processo de avaliação e também o princípio de economicidade para o Setor Público, ao invés do setor público administrar 27 convênios, um para cada Estado, ele administra um único convênio, nós ficamos responsáveis por garantir a execução dos trabalhos em todos o Estados o que

gera, com certeza, uma economia para o setor público que não tem que criar uma estrutura e uma facilidade também, como nós já somos da própria universidade, temos muito mais facilidade de interagir com os nossos pares, né?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Reitor, era preciso a gente sempre clarear muito as coisas e esse episódio do dossiê é que obrigou a Unitrabalho ir para as páginas dos jornais e também que motivou a CPI a convidar o senhor para prestar esses esclarecimentos que ora o senhor traz à luz aqui na nossa CPI. Então, era preciso, quais, por que a Unitrabalho então foi envolvida nesse episódio? Onde é que o senhor encontra a razão para explicar por quê que a Unitrabalho está envolvida no episódio que tem forte conteúdo político e forte repercussão no país inteiro? Eu considero até que isso pode resultar em alterações de resultados, de uma batalha política e eleitoral no país, envolveu a Unitrabalho. Por qual razão? Quais os interesses que levaram a Unitrabalho a ser envolvida num escândalo nacional? Digamos assim.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Eu dizia desconhecimento do que é a Unitrabalho e desinteresse em ouvir o outro lado. Se tivéssemos sido ouvidos nos primeiros dias, quero aqui ressaltar, fomos, tudo que nós publicamos à época foi devidamente retratado por alguns órgãos de imprensa, outros não fizeram isso, permaneceram, por exemplo, apontando o professor Jorge Lorenzetti como o Presidente da Unitrabalho, ele nunca foi o Presidente da Unitrabalho, o Presidente era este reitor desde então. Se tivéssemos sido ouvidos, quero aqui ressaltar o trabalho de um grande profissional da Rede Globo, foi um jornalista sério que entrou na Unitrabalho, verificou as nossas contas, viu que o dinheiro continuava na conta, João Paulo Burnier, se a memória não falha, eu estava fora do Brasil não assisti a matéria no momento, só vi depois, que tratou com muita seriedade a questão. Mas essa, foi quase que uma exceção no tratamento que nós recebemos em geral naquele momento por parte da imprensa. Se tivéssemos sido ouvidos, teríamos esclarecido, ter-se-ia dado maior atenção para o fato de que o dinheiro só foi depositado no dia 18 de setembro, quando o recurso, o dinheiro que foi apreendido naquele episódio, no hotel que ocorreu, reitero, numa sexta-feira, 15 de setembro antecedeu, portanto, de 3 dias à disponibilização dos recursos das nossas contas, isso aí nós tornamos públicos, demos cópia dos extratos. Eu só tive divulgação muito correta por parte da imprensa local em Uberlândia publicaram os extratos, verificaram, o repórter olhou, infelizmente não foi esse o tratamento que nós recebemos naquele momento. Não sei quais

as razões que levaram a isso. Mas o fato concreto é que a credibilidade de uma instituição que congrega 70 instituições de ensino superior foi posta em cheque injustamente.

Com certeza, digo isso com muita serenidade e tranquilidade, nós estamos num momento de adequação quanto à legislação no que diz respeito às fundações de apoio, e nós vamos encontrar fundações de apoio nos mais diferentes estágios de desenvolvimento. Mas nós defendemos sempre e deixo isso aqui muito claro, isto vale para a Unitrabalho, como vale para as fundações de apoio, que administram em nossa instituição, como vale para toda e qualquer fundação de apoio no Brasil que administre recursos públicos. Se há recurso público envolvido, a fundação de apoio daquela universidade tem que estar sob rigoroso controle dos seus conselhos superiores. O Conselho universitário da instituição, em geral é o conselho superior máximo de cada uma das IES, é quem deve indicar membros, é a ele que deve ser prestado conta desse dinheiro como a gente faz todo o ano com os recursos do tesouro que nos são repassados às federais, eu sou obrigado por lei e é bom que assim seja, porque nós estamos lidando com recursos públicos, até a 15 de março eu tenho que prestar contas do dinheiro que recebemos do tesouro no ano passado, pelo orçamento da universidade, o que foi feito, o que foi aplicado, para um Conselho universitário em que, assim como eu sou eleito, é o maior órgão de controle que existe, chamo a atenção da opinião pública para isso. O reitor é eleito pela sua comunidade no sistema federal. Os membros do conselho universitário também o são, não é o reitor que indica.

Então, a gente convive e é bom que assim seja, com pessoas que foram oposição a nós no momento da eleição. E que estão ali para nos fiscalizar e somos obrigados a prestar contas ao conselho todo o ano, isto tem que ser feito também com todas as fundações. E assim também é com a Unitrabalho. É isto que a gente defende, transparência absoluta, isso é dever de qualquer homem público, eu não sou reitor, eu estou reitor, eu sou professor de carreira. Peregrino por Brasília, reitero, há 15 anos, nos mais diferentes cargos administrativos no nível superior da minha instituição. Conheço bastante os mecanismos públicos e sou um defensor dessa transparência, por isso que eu vim aqui hoje com muita tranquilidade e considero que foi feito de forma apressada as matérias que geraram que a Unitrabalho fosse arrastada para essa tormenta, desconhecendo até o que somos e o que representamos. Mas eu não sei que razões, não posso, eu estaria sendo leviano se apontasse coisas que não são do meu domínio.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Relator para colaborar. Professor Arquimedes, porque no momento a Unitrabalho não deu uma nota não, soltou a nota à imprensa inclusive esclarecendo que a relação, do Dr. Jorge Lorenzetti com a Unitrabalho não era...

SR. ARQUIMEDES CILONI – Soltamos três notas, Senador Heráclito, meus cumprimentos, quando fizemos um meneio de cabeça para cumprimentá-lo, um dos Estados que nós temos orgulho de dizer que contribuímos, contratando professores do seu Estado, da vossa Universidade Federal do Piauí, é o Estado do Piauí que o senhor, assim como todos, amamos profundamente. Então, a Unitrabalho emitiu 3 notas, que foram tratados com descaso, por certos órgãos de imprensa, desconhecimento. O senhor já viu várias vezes em uma revista de circulação nacional que o professor Jorge Lorenzetti, ainda aqui presente é o Presidente. Eu sou Presidente da Unitrabalho desde maio de 2006, o senhor jamais viu o meu nome, porque não me foi dado espaço exatamente para reiterar as 3 notas que a nossa diretoria executiva emitiu em minha ausência.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu vou lhe explicar, porque eu fiz a pergunta, Relator.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Pois não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Quando estourou esse escândalo em que a Unitrabalho passou a ser manchete, a Unitrabalho, conversei com o Relator sobre isso, a Unitrabalho tem serviços prestados ao país, tem Estados que, eu fui uma das pessoas eu participava da coordenação de campanha, fui procurado por pessoas interessadas nos esclarecimentos. E a sugestão foi que fosse dado uma nota, inclusive, com matéria paga nos principais jornais para tirar aquilo a limpo. Dois dias depois, ou no dia seguinte, não me lembro, a pessoa que me procurou, se me autorizar, ele deve estar me ouvindo, eu pedi que ouvisse, se me autorizar eu dou o nome, me disse que consultou a direção da Unitrabalho, não me disse quem, mas que pelo momento político não era conveniente tal nota. A ser verdade isso, houve também um pouco de culpa por parte da Unitrabalho, por exemplo, se soltasse uma nota nos dois principais jornais do Brasil, aquelas notas de primeira página, eu sei que são caras, mas pelo menos tinha ficado esse registro que na realidade tinha sido, tinha se facilitado, eu me lembro muito bem desse episódio. Havia preocupações de pessoas em preservar já naquele momento o nome da Unitrabalho. Agora, o quê que acontecia? A Unitrabalho com as circunstâncias em que ela foi envolvida, era uma coisa que colava até você saber que nariz de porco não é tomada, entendeu? Infelizmente é isso. Mas esse fato me foi relatado, nós tomamos

essa providência, quero dizer que o candidato que eu apoiava se comprometeu, havendo um esclarecimento, inclusive para a televisão, porque ele como professor não queria de maneira nenhuma prejudicar uma entidade desse porte. Então, houve esse episódio, queria só fazer esse registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Inácio.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente duas últimas questões que eu gostaria de levantar para a nosso convidado. O senhor foi procurado, ou o Gerente Executivo da Unitrabalho, foi procurado durante esse episódio, por algum representante da ONG contas abertas?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Em nenhum momento fui procurado e desconheço se a direção executiva foi procurada pela ONG contas abertas, jamais fui ouvido por eles.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Trata-se de uma ONG que lida com as contas públicas sempre é uma referência para todos nós para o Senado para a Câmara.

SR. ARQUIMEDES CILONI – É bom que assim seja, mas quando há erros é preciso que se reconheça.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Claro, seria muito importante, porque essas diferenças de recursos e sobretudo as informações de quando os recursos são liberados, por isso, talvez, criou-se esse fato de relação direta à Unitrabalho com o episódio de que sempre essas informações estão ali, então, nós olhamos ali o portal da ONG de contas abertas e vamos lá, examinamos. Se não houve esse trabalho, talvez fosse necessário que a própria instituição, a Unitrabalho, pudesse se dirigir à ONG, já realizando esse, claro que o senhor está fazendo esses esclarecimentos aqui, mas era importante, porque, para que a credibilidade também de uma ONG como essa não seja arranhada e ela possa ser no futuro, também objeto de averiguação sobre o papel que desenvolve, que a Unitrabalho pudesse levar esse esclarecimento direto para a ONG contas abertas, porque quanto mais precisa for as informações de contas, de recursos empresas de dinheiro, nós temos o SIAF, mas sempre uma ONG ajuda, às vezes dá mais velocidade, dá mais, tem mais facilidade de acesso de e-mail jornalístico etc., precisaria, o fato de não ter tido nenhum contato com a Unitrabalho eu considero que foi uma desatenção.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Relator.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Precisaria ter esse trabalho, a minha

pergunta é em relação a isso, não houve nenhuma comunicação, não houve nenhum pedido de informação da ONG?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Em nenhum momento, em nenhum momento a presidência e a direção executiva da Unitrabalho fomos procurados pela ONG para que pudéssemos esclarecer os fatos e tentamos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Muitas e talvez a maioria das informações que chegam com mais velocidade aos órgãos de imprensa, nesse caso de contas relativas ao Governo Federal são oriundas, muitas vezes dessa página na internet. A ONG que tem ocupado esse espaço. Então, é muito significativo que essa, (ininteligível) foi feita, construiu-se uma situação como esta, a Unitrabalho, dito pelo senhor, foi arrastada para esse episódio sem ter nenhuma relação com esse episódio, isso evidentemente deve ter causado muitos constrangimentos para os seus diretores e para a entidade. Mas a nossa responsabilidade, numa CPI, e o que nós queremos ouvir, nós vamos cumprindo o nosso papel, é do processo de investigar, tomar os depoimentos saber das informações para saber, ver se tem conexões ou não, por isso perguntamos insistentemente aqui acerca da presença do Sr. Jorge Lorenzetti para poder esclarecer esses fatos. E ao final, eu gostaria que o senhor pudesse dizer para nós aqui, o que é que consta do termo de ajuste de conduta, por que foi preciso esse termo de ajuste de conduta?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – De imprensa, mas o que me parece que ela não procura as entidades, ela publica o que está no SIAF. E aí quando há alguma discordância, entidade que tem a matéria publicada é que procura...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Teria que se dirigir, ao contrário.

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Contas abertas solicitando retificação, encaminhamos cópia das notas oficiais passo foram publicadas no nosso site, não tínhamos dinheiro para fazê-las publicar num jornal, porém a resposta foi outra nota que eles colocaram no site reiterando a suspeita em relação a Unitrabalho...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Quando você abre a página para, exatamente, esse episódio, fica a suspeita, se eu ler agora eu vou continuar suspeitando dos senhores, está certo. Por isso que é importante esse esclarecimento, eu tenho convicção de que uma organização como essa, ela tem interesse em que as coisas sejam esclarecidas. Por isso que eu considero que é importante que se faça esse trabalho.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Quero dizer, respeitosamente à ONG contas abertas. Acho louvável que se tenha uma Organização Não Governamental, preocupada em dar transparência as contas públicas, isso é ótimo, é sinal que a sociedade brasileiro está evoluindo, é bom que assim seja, mas o que não pode ser feito é atirar primeiro e perguntar depois, nós fomos considerados culpados sem que se tivesse dado a oportunidade de que fôssemos ouvidos. Eu, Wellington... (risos). Eu não sei quem é o responsável pelo site contas abertas, não o conheço, mas afirmo aqui peremptoriamente, ele jamais conversou comigo por telefone ou frente a frente, jamais me foi dada a oportunidade como estou tendo aqui hoje de me dirigir à sociedade brasileira, de forma muito tranqüila...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor considera que houve grave prejuízo para a imagem da Unitrabalho.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Senador Inácio eu gostaria de fazer essa pergunta aos que eu tive que demitir. Pessoas valorosas que eu tive que demitir, para a Unitrabalho sobreviver. Então, isso aí foi um prejuízo grave. Prejuízo grave, a nossa credibilidade na Holanda, foi abaixo de zero até, porque estava muito frio o dia que eu fui lá, levamos dois dias de reunião para conseguir o voto de confiança que foi, nós vamos aguardar a auditoria. Se a auditoria não demonstrar inocência da Unitrabalho, os recursos não voltam, tivemos um voto de confiança que aguardou a auditoria, duas semanas depois a auditoria demonstrou, houve uma sentença definitiva dado pelo Dr. Airton Grazioli, nos inocentando. Aí a ICCO voltou a dialogar conosco, eles são muito sérios, são pessoas vinculadas à igreja que tem o meu máximo respeito e reconhecimento. E são recursos dos projetos que a gente tem com ele que estão nos permitindo manter a sede, nós tivemos que enxugar o quadro de pessoal. Então, essas pessoas, pessoas valorosas que deram anos de vida para a Unitrabalho que eu tive que demitir, eu, me perdoe pela emoção, porque demitir pessoas num cenário em que felizmente o país está avançando, mas num cenário de desemprego, demitir pessoas em São Paulo, que a nossa sede funciona em São Paulo, foi uma coisa muito triste, doeu no coração, tivemos que fazê-lo para preservar a entidade, porque essa é a nossa missão, eu devo, como disse, respeito e presto contas aos meus colegas reitores que me deram a deferência da confiança para eu ser Presidente da Unitrabalho. Por isso fiz questão, eu aguardava ansioso, muita gente tem medo de ir para uma CPI, eu aguardava ansioso, porque entendia que esse momento era importante para a história da instituição. Com certeza, com certeza nós tínhamos falhas e talvez ainda tenhamos, estamos

corrigindo, como eu disse, todas as fundações estão passando por um processo de adequação, o termo de ajuste de conduta, me reportando agora à sua outra pergunta, veio nesse sentido, por exemplo, mostrou as nossas falhas na nossa própria contabilidade, a maneira como trabalhávamos, como organizávamos as coisas na Unitrabalho, mostrou as falhas do nosso Estatuto que já foi adequado, já enviamos ao Ministério Público e já foi aprovado o nosso novo Estatuto que veio à luz desse termo de ajuste de conduta. Nós criamos o Conselho diretor agora, estamos, inclusive, nessa fase nova da Unitrabalho implementando, tentando sobreviver. Tentando que a instituição sobreviva, ela foi importante.

O nosso Senador Heráclito Fortes, que me dá a honra aqui da presença, sabe da importância da cooperativa de apicultores na região de picos, eram pessoas que vendiam a sua produção, lidavam com mel vendiam em beira de estrada, a Unitrabalho com a importante Universidade Federal do Piauí, colegas da federal do Piauí, trabalharam num projeto de organização da cooperativa de apicultores, essas pessoas foram profissionalizadas, são pessoas carentes, são coisas como essas que justificam, dão a idéia da importância da Unitrabalho, assim como dão idéia, acho que é desnecessário falar isso para um Plenário composto de senadores e de pessoas com conformação superior como são nossos colegas jornalistas, mas dão idéia da importância do trabalho das instituições, principalmente as públicas, mas não só, que zelamos, reitero, é nos muito cara a palavra indissociabilidade, zelamos pela perna mais fraca da extensão das nossas instituições. E são projetos extensionistas que levaram a cooperativa, lá em picos, que levaram a cooperativa de costureiras lá em Sergipe, que levaram a cooperativa dos que trabalham com reciclagem do lixo aqui em Brasília, dentre outros e muitos programas que a gente fez aí por todo o Brasil. Portanto, sem querer ser repetitivo, a instituição é muito importante, nós estamos lutando para preservá-la, quiçá chegue o dia que a gente possa recontratar aqueles que tivemos que demitir pela agrura do momento que a gente vive desde setembro de 2006.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, eu agradeço e peço ao nosso depoente que ele possa remeter aqui a Comissão Parlamentar de Inquérito o termo de conduta que foi realizado entre a Unitrabalho e o Ministério Público. Termo de ajuste de conduta. É o TAC.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – OK, agradeço ao Senador Inácio Arruda, nosso Relator, e o primeiro inscrito é o Senador Alvaro Dias, passo a V.Ex^a a palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Sr. Presidente, preliminarmente eu devo voltar ao assunto que suscitei no início dos trabalhos de hoje quando fiz referência a uma auditoria do Tribunal de Contas, relativamente a Fundação Banco do Brasil. E posteriormente, por uma questão de justiça, voltei ao assunto para dizer que estava recebendo da Fundação Banco do Brasil uma nota de esclarecimento, afirmando que já havia esclarecido, praticamente todos os pontos, todos os apontamentos da auditoria, restando apenas 4, mas houve um equívoco da Fundação Banco do Brasil, porque, na verdade, a justificativa se dá, relativamente ao acórdão dos 2270 de 2007 e eu faço referência a outro acórdão, número 1378 de 2006. Portanto, há um equívoco em relação à matéria tratada. A justificativa que apresenta a Fundação Banco do Brasil diz respeito a outras questões, não houve, portanto, nenhuma, justificativa ou explicação a respeito do relatório que encaminhei à V.Ex^a, cabe, portanto, essa Comissão Parlamentar de Inquérito aprofundar as investigações a respeito. Eu agradeço, e vou...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a V.Ex^a

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – ...Vou manifestar os meus respeitos ao Dr. Arquimedes, pela executa presença aqui.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Obrigado, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Nós que estamos habituados ao trabalho de Comissão Parlamentar de Inquérito, sabemos Senador Wellington Salgado que, nem todos os que sentam ao lado do Presidente para depoimento, devem ou podem ser olhados com os olhos da suspeição. E eu tenho procurado cultivar o sentimento de justiça, para, não cometendo injustiças não merecê-las também, por isso com maior respeito que eu faço as indagações a V.S.^a Nós ouvimos hoje o Sr. Jorge Lorenzetti que se reportou a sua atividade de captador de recursos para a Unitrabalho, segundo ele, exclusivamente no âmbito internacional, eu indago se esse trabalho realizado pelo Sr. Lorenzetti rendeu resultados significativos, se os recursos captados foram expressivos e se ele contribuiu também de uma forma, ou de outra, para a captação de recursos no nosso país, internamente? Ou o Setor Privado ou o Setor Público, não importa.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Sobre a segunda parte da pergunta, Senador Alvaro Dias, meus respeitos ao senhor também, desconheço quaisquer recursos que tenham sido amealhados pela Unitrabalho que não tenham sido fruto de convênios e de programas que a gente conseguiu mediante editais. No que diz respeito, reitero, o professor Jorge Lorenzetti que

conheci hoje, tem uma folha de serviços prestados a Unitrabalho como diretor Executivo, há uma, há uma dificuldade aí de informação, a meu ver até 96, ele foi diretor Executivo até 98 segundo sua afirmação que eu respeito, obviamente, ele nos deu mediante o seu trabalho de relações internacionais, o único convênio internacional que temos implementado até o momento que é o convênio com a ICCO holandesa que trouxe, qual é o total de recursos nesses anos todos aí da... Cerca de 3 milhões de reais, recursos do governo da Holanda para projetos como alguns dos que eu citei, como, por exemplo, da reciclagem do lixo em Pernambuco, das costureiras em Sergipe etc.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A propósito dessa ONG holandesa, como o senhor responde a essa suspeição de que a Unitrabalho realizou parceria com a ONG holandesa ICCO, que produz programa para a erradicação da pobreza, poderia ter sido utilizado para desvio de recursos financeiros para o exterior? Ou seja, evasão de divisas, como, eu estou indagando, porque houve essa suspeição em determinado momento. Suscitou-se a tese de que essa parceria se deu com objetivo de promover a evasão de divisa, a remessa de recursos sem origem para o exterior.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Eu afirmo peremptoriamente, em nenhum momento houve remessa de recursos de dinheiro brasileiro para o exterior por meio da Unitrabalho e por meio do convênio que temos com a ICCO.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Muito bem, essa relação com o Ministério do Trabalho, os valores, eu não acompanhei toda a exposição que o senhor fez do início e pode ser que até tenha tratado o assunto, se já tratou é só dizer que tratou.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Não há problema em reiterar, a vontade.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Um trabalho teria recebido 18 milhões e meio de reais, via Ministério do Trabalho, durante o Governo Lula entre 2003/2006.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Mais de 25 milhões no total.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Do Ministério do Trabalho?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Só do FAT, só de recursos do FAT eu coloquei isso na transparência no início.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Só de treinamento de pessoal e classificação de profissional?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Treinamento de pessoal, a avaliação do programa nacional de qualificação e formação de gestores para esse sistema.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E o Secretário de Relações do Trabalho, Oswaldo Borges, teve papel preponderante para que esses recursos fossem repassados?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Eu não conheço, não sei, não conheço o Sr. Oswaldo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É uma confusão aqui.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É Borges, Bargas já houve essa confusão hoje aqui.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Eu não o conheço, nunca tive contato com esse senhor, não conheço, não sei de quem se trata.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – V.S.^a. disse que houve um aumento de 27% entre um governo e outro, apenas.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Sim.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Então há dados contraditórios, porque os números que me chegam são de que, 96 a 2002, foram repassados 840 mil reais, ao passo que a partir de 2003 teriam sido 18 milhões e meio, o senhor disse que foi mais de 25 milhões.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Perdão, Senador, só para ajudá-lo. No total o fundo de amparo ao trabalhador destinou recursos a Unitrabalho no valor de mais de 25 milhões de reais, não me recordo agora, está na transparência que eu apresentei no início está registrado aí com certeza pelos assessores da Comissão.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Esse treinamento, essa questão de número aí, é um pouco relevante a meu ver agora, porque o senhor já expôs. Esse treinamento e qualificação se dava por intermédio de que instituição? Prefeituras, governos estaduais, ONGs?

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Na verdade o convênio da Unitrabalho com o Ministério do Trabalho que, diga-se de passagem, foi uma iniciativa do Dr. Nassim Merred, na época secretário de política de emprego do Governo Fernando Henrique, quando começamos esse trabalho, era basicamente centrado na avaliação externa das ações de qualificação. Então, a Unitrabalho não dava treinamento direto, até estava disso impedida, pela sua condição de entidade avaliadora, do programa de qualificação. E esse trabalho de avaliação era feito pelas universidades públicas.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A Unitrabalho apenas repassadora para as universidades ou para outras instituições?

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Só para universidades, sempre para universidades.

Nunca para organizações de outra natureza, porque não é da nossa natureza fazer isso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A Unitrabalho cuida de fiscalizar a aplicação desses recursos, há prestação de contas, ou a prestação de contas se dá diretamente da universidade do Ministério do Trabalho?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Nós somos auditados, a Unitrabalho é auditada, cada universidade que faz parte do programa recebe uma parte dos recursos, também é auditada pela CGU depois presta contas ao Tribunal de Contas da União, portanto, tudo isso, todas as essas questões, Senador, nós demonstramos a auditoria que o Ministério Público de São Paulo determinou, com razão, porque estávamos sob suspeita naquele momento de 2006, só para não deixá-lo sem resposta, eu já esclareci em outro momento, a questão, não é correta a afirmação de que durante o Governo Fernando Henrique nós recebemos só 840 mil reais, na realidade o dinheiro era repassado aos Estados que contratavam a Unitrabalho. Então, não aparecia no SIAF, diretamente, nós recebemos esses 840 mil e indiretamente nós recebemos, tanto é que hoje esclarecemos o total, não são 18 milhões, são 25.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Pois não. Sobre essa questão do dossiê, o Relator Inácio Arruda já lhe deu a oportunidade de esclarecer, e eu gostaria de esclarecer melhor essa relação com a Fundação Banco do Brasil.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Perfeito.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – O número que eu tenho de 5,4 milhões, um convênio específico de 5,4 milhões que foram executados 4,3 milhões.

SR. ARQUIMEDES CILONI – 4,3.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E o convênio seria de 5,4 milhões, que tipo de trabalho a Unitrabalho realizou com esses recursos da Fundação Banco do Brasil?

SR. ARQUIMEDES CILONI – No âmbito do Brasil Turístico, nós fizemos um trabalho junto com o Ministério do Trabalho, com a organização Roberto Marinho, eu coloquei os dados aí na transparência e treinamos e capacitamos pessoal para fomento do turismo por todo o Brasil.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Por intermédio das universidades também.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Utilizando pessoa das universidades.

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Professores universitários dos cursos de turismo, em todo o Brasil, atuaram nesse projeto capacitando 20 mil agentes de turismo locais.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Agora para concluir, até, creio que essa Comissão tenha responsabilidade propositiva que é muito séria para impor uma regulamentação rigorosa e tentar coibir o desvio de finalidade na aplicação dos recursos públicos. Então, essa é uma tarefa, a mais importante, e eu sei que também a mais gratificante, e certamente o Relator vai se incumbir dela com muita eficiência, com muita competência. Eu indago, com essa experiência que adquire agora como Presidente da Unitrabalho, aliás, uma presidência não remunerada como diz, ainda engrandece a função, valoriza a função. O senhor acha imprescindível essa intermediação? As universidades que são até federais em muitos casos não poderiam receber esses recursos diretamente do Ministério do Trabalho? Esse passeio dos recursos públicos é eficiência ou é burocracia e ineficiência? Eu gostaria de ouvir a opinião do senhor a respeito disso.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Eu entendo, Senador, para projetos de cunho nacional uma centralização é benéfica, as universidades federais por exemplo, poderiam ser procuradas, seria, e é um caminho natural e correto. Mas veja, quando a gente tem um convênio, como por exemplo, com a ICCO, em que podemos receber recursos que vamos utilizar para, contratando docentes das instituições de ensino superior do país, ajudar a fomentar o desenvolvimento em regiões carentes, ficaria muito difícil para uma entidade internacional contatar cada uma das universidades para fazê-lo. Nós somos os facilitadores desse processo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – A indagação tem sentido principalmente, porque há uma super posição de ações, há um paralelismo, a universidade tem sua própria fundação, a Universidade Federal do Paraná tem lá a fundação da Universidade Federal do Paraná.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Perfeito.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Que também tem sido acusada de irregularidades. Nós passamos do Ministério do Trabalho para Unitrabalho, da Unitrabalho para a fundação, talvez da Universidade Federal do Paraná, é um passeio muito longo. É claro que há mais riscos de irregularidades, de desvios, do que uma responsabilidade direta que assumiria a universidade através da sua direção. E não me parece ser complicado para qualquer, veja bem: nós temos aqui, é exceção a regra um recurso internacional como nós vimos aqui, o único até agora, dessa holandesa ICCO, eu não vejo dificuldade. A própria universidade que teria que captar recursos para realização desses programas além dos recursos públicos oriundos, neste caso de qualificação profissional do Ministério do Trabalho. Então, me parece que há uma super posi-

ção, há paralelismo, o nosso país precisa enxugar a máquina pública e também, as paraestatais, porque acabam sendo, na verdade, instituições paraestatais, porque sobrevivem a custa do dinheiro público. Então, eu acho que há excesso de...

SR. ARQUIMEDES CILONI – Entendi.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – ...Instrumentos públicos a serviço de programas que muitas vezes acabam não tendo a eficiência necessária.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Senador, eu entendo, a Unitrabalho, ela foi criada por uma iniciativa das próprias universidades, as próprias universidades enxergaram a necessidade de...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Isso é da nossa cultura, querem uma criar tudo, querem criar, nesse caso, até, claro que, no seu caso, no caso do professor é uma contribuição que se oferece. Mas normalmente acabam se transformando também em cabides de emprego.

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Não é o nosso caso, quantos funcionários temos...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Por isso que eu fiz essa...

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Quantos funcionários tem a Unitrabalho, quando custa a folha?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Estamos com 3 funcionários e a folha mensal em torno de 6 mil reais.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – É uma questão até desumana, porque 3 funcionários acabam sendo responsabilizados por uma movimentação financeira gigantesca. É humanamente impossível colocar sob os ombros de apenas 3 funcionários a responsabilidade sobre essa movimentação financeira. A propósito, é o senhor como Presidente que é o principal responsável pela movimentação financeira?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Eu nunca assinei um cheque, não tenho cartão da Unitrabalho, nunca movimente os recursos. Aliás, nenhum de nós movimenta. O dinheiro vai diretamente para a conta-corrente indicada pela universidade receptora dos recursos. Então, é feita uma movimentação bancária, o professor Mazzeu que pode esclarecer isso melhor que eu.

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Eu sou como diretor Executivo, representante legal da instituição, portanto eu é que faço as transações financeiras da Unitrabalho.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Eu sou o Presidente ele é o diretor Executivo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – E qual o tempo disponível, o senhor tem a sua atividade, precisa sobreviver, né, precisa ganhar a vida, sobra tempo

para cuidar de uma instituição que movimenta milhões de reais do exterior e do Brasil?

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU:

Primeiro eu quero esclarecer que movimentava, acho que deixamos claro que a partir do momento que as denúncias surgiram, nós não renovamos nenhum convênio com o Governo Federal. Está certo, embora estejamos totalmente adimplentes tenhamos prestado conta de tudo que fizemos nos 10 anos, apesar disso, estamos em uma situação que nós somos até evitados, digamos assim, para fazer qualquer tipo de contato nesse nível. Agora, eu sou professor da Universidade Estadual Paulista, né, da UNESP, Universidade Estadual Paulista e a minha universidade entendeu de tal maneira que a Unitrabalho era importante que me colocou à disposição para trabalhar como diretor Executivo.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Por pedido da presidência.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu quero agradecer, mas realmente...

SR. ARQUIMEDES CILONI – Só um minutinho é importante esse dado, quantos funcionários nós tínhamos antes da crise?

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Em torno de 15.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Nós tivemos que reduzir o quadro de 15 funcionários para 3, para podermos sobreviver. Essa, isso responde, inclusive, mais claramente uma pergunta feita anteriormente pelo Senador Inácio Arruda. Essas pessoas pagaram, junto comigo, a dor de demiti-las, o preço da crise que se abateu sobre uma instituição que congrega instituições de ensino superior. Isso dá uma idéia para que o senhor possa aquilatar o que sofremos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR) – Eu vou encerrar, só sugerindo ao Relator, esse cuidado especial na idealização de um modelo mais enxuto que elimine intermediações, instrumentos paralelos, a super posição de ações, que isso implica desperdício e sobretudo dificuldade de fiscalização, de prestação de contas, de boa aplicação do dinheiro público.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLombo (DEM-SC) – OK, agradeço a V.Ex^a e passo a palavra ao Senador Heráclito Fortes que é o próximo inscrito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, primeiro lugar eu quero fazer um registro aqui da falta de solidariedade do atual governo com a Unitrabalho. Eu agora fui surpreendido com o fato dos senhores, depois do episódio que se viram envolvidos por conta do governo não terem recebido nenhum novo convênio. E quero lamentar, Dr. Lorenzetti, estar aqui, de não ter sido so-

lidário com a Unitrabalho e ter garantido, ter abalizado ao governo que são sérios e honestos e que podia, normalmente, continuar a fazer os convênios. Mas como solidariedade e gratidão é esperança de favor futuro, às vezes a gente compreende determinadas coisas. Eu quero apenas fazer esse registro que os convênios internacionais tivessem sido cancelados eu até entendo, porque as instituições não conheciam o trabalho, mas...

SR. ARQUIMEDES CILONI – Foram retomados, nós temos convênio com a ICCO ainda.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Com a ICCO holandesa, conseguimos salvar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A Holanda acreditou nos senhores mais do que o governo em que o Dr. Lorenzetti é uma das figuras mais importantes.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Agradeço.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu quero fazer esse registro aqui para mim...

SR. ARQUIMEDES CILONI – Agradeço a sua constatação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É inaceitável. Fica feito esse registro para servir de lição para alguns que às vezes acreditam no que não devia acreditar. Com quantas prefeituras e quantos governos estaduais e quais são eles a Unitrabalho tem convênio?

SR. ARQUIMEDES CILONI – No momento nenhum, mas tivemos convênio com vários governos estaduais.

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: 18 Estados.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Poderia citar?

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Posso, Governo do Estado de São Paulo, e queria fazer um registro até para história, né, que um dos grandes incentivadores da Unitrabalho, enquanto secretário de trabalho do Estado de São Paulo, foi o Deputado Valter Barelli, na verdade, também junto com os idealizadores da Unitrabalho, é bom que se faça esse registro para a história e tivemos então convênios com o governo Estado de São Paulo, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, Senador Wellington está aqui representando o seu Estado, tivemos vários convênios com o governo do Estado do Rio.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Queria fazer registro, ele não é carioca ele é mineiro, ele é Senador por Minas Gerais, o Aécio é que às ve-

zes o confundem com carioca, mas é Governador de Minas Gerais.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Desculpe.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Tem que lembrar que nós tivemos grandes mineiros senadores por Goiás. Também tivemos.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Só queria fazer o registro, então...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – ...pela defesa do povo goiano.

SR. ARQUIMEDES CILONI – ...de que fizemos convênios com vários Estados e prefeituras, com prefeituras municipais.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Rio, São Paulo?

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Rio, São Paulo, Estado de Alagoas, Estado do Rio Grande do Sul, que eu me recorde assim, Estado da Bahia, se não me engano, eu teria que olhar um pouco, alguns convênios são pequenos.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Quantas prefeituras? Eu mesmo não tenho esse dado.

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Prefeituras eu acredito que só umas 3, ou 4, não é do perfil da Unitrabalho...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu queria pedir por gentileza que remetesse à Comissão Prefeitura de 2002 para cá, se quiserem, querem de 1989, Sibá? Sibá?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – De 96.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Quer que puxe de 98, 99 qual é a data que você quer? Os convênios.

SR. ARQUIMEDES CILONI – A gente envia de 2002 para cada.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Os senhores tem uma sede em São Paulo e uma filial em Brasília?

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Nunca tivemos filial.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não funciona Brasília?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Funcionamos num prédio alugado em São Paulo, estamos tentando mudar, porque o aluguel está, nós estamos com dificuldade, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A Unitrabalho fez algum convênio com a FETREF, FETRAF?

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Nenhum, seguramente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Seguramente, né? A Unitrabalho e a Nova Amafruta, como é que foi esse convênio, como é que foi esse?

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Nunca houve convênio, não tivemos nenhuma relação com a Nova Amafruta.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Desconheço, não sei nem o que é Amafruta.

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: A única relação que tivemos com a nova Amafruta foi que durante certo tempo, concomitantemente ao trabalho, que fazia na Unitrabalho, como assessoria de relações internacionais, era do nosso conhecimento que o Jorge Lorenzetti também atuava no projeto da Nova Amafrutas, mas com a Nova Amafrutas, duas coisas totalmente separadas.

SR. ARQUIMEDES CILONI – A Unitrabalho nunca teve qualquer relação com a Amafrutas.

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: A não ser que tentamos de alguma maneira sensibilizar a Universidade Federal do Pará para que de alguma forma se agregasse ao projeto localmente só foi esse trabalho de tentar convencer colegas a pesquisarem o que ocorria.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Quais são os convênios da ICCO no momento estão sendo desenvolvidos no Brasil que foram desenvolvidos e já foram encerrados até recentemente?

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Podemos passar uma relação completa, no momento o único convênio que temos com a ICCO é um convênio para a manutenção do programa de incubadoras, foi com esse recurso que iniciamos a incubadora da federal do Piauí fornecendo bolsas para os estudantes para iniciar o trabalho da criação da incubadora lá, esses recursos que tem ajudado a manter o programa e manter a própria Unitrabalho que são recursos institucionais dirigidos à manutenção da sede da estrutura administrativa. Esse é o único convênio nosso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O convênio da ICCO com a Prefeitura do Recife e a Prefeitura de Aracaju.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Foram convênios para a reciclagem, né.

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Exatamente.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Em Pernambuco e em Recife para a criação da cooperativa dos trabalhadores em reciclagem e em Sergipe com a cooperativa de costureiras.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas houve também contatos com relação a lixo?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Em Recife. Aracaju também.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Aracaju.

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Em Aracaju o trabalho financiado pela ICCO tem duas ações que o Presidente não conhecia muito, porque elas ainda estão em início, em curso. Além da questão de costura, que nós conseguimos máquinas de costura e outros equipamentos para as cooperativas de costureiras, nós acompanhamos o trabalho da CARE, que é uma cooperativa de catadores em Aracaju, a única no momento até agora legalizada, nós fizemos um amplo mapeamento da situação dos catadores, cadastramos 500 catadores do município de Aracaju e começamos um trabalho de sensibilização dos catadores, que hoje catam nas ruas de forma desumana, catando lixo para que começassem a se integrar cooperativas, esse trabalho teve o financiamento da ICCO que encerrou em novembro do ano passado o convênio com a ICCO, para essa finalidade foi encerrado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – No Piauí esse programa envolvendo apicultura, exclusivamente no município De Picos.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Picos e região.

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: A central abrange a região todo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Devendo ir até Simplício Mendes, a pergunta que eu faço, fora vocês quem mais participa?

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Participam desse projeto a Fundação Banco do Brasil que financia a parte de investimento fixo, equipamentos, casas de mel, essa parte mais física, participa o SEBRAE que faz uma capacitação dos agentes locais e desenvolvimento e que acompanha os apicultores na questão de boas práticas, certificação, esse trabalho é feito pelo SEBRAE, e a incubadora cuida mais dessa parte de, então, de cooperativismo, situação de participação dos apicultores nas cooperativas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Qual é a participação do Governo do Estado?

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Olha, Senador, sinceramente eu não saberia dizer com precisão. Acho que nesse momento é muito pequena, eu não sei dizer com precisão. A secretaria de desenvolvimento rural no início foi quem liderou o processo de implantação desse projeto, depois me parece que houve mudanças na gestão e o governo ficou, estadual, um pouco à margem desse processo até onde eu sei.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Naturalmente pequena, participação pequena no trabalho,

mas eu lhe garanto que nas placas é uma participação imensa, fique certo disso, é imensa. Mas vamos falar um pouquinho do Brasil Turismo. O que é o programa do Brasil turismo e quais são os Estados ou cidades, e o que é que é feito?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Eu não administrei isso desde o início, peço ajuda.

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Posso, então, acompanhar esse projeto bastante de perto porque foi uma demanda feita à Unitrabalho pelo Ministério do Turismo à pessoa da Dr^a. Tânia Arantes na gestão do Ministro Mares Guia, que era a seguinte situação: O Ministério do Turismo havia conveniado com a fundação Roberto Marinho para implantar uma metodologia nova de formação na área de turismo que era essa metodologia do meu negócio é turismo. Só que a fundação Roberto Marinho não tinha capilaridade para atuar em todo o país, o Ministério tinha a intenção de executar esse programa em todos os Estados da Federação. Então, o Ministério nos procurou nos ascendemos em fazer um convênio junto com a fundação Roberto Marinho para implantar a metodologia no país todo, assim fizemos, então o projeto foi a preparação de monitores e a execução de cursos de qualificação em todos os Estados da federação, em cada Estado o Governo Estadual escolheu 3 municípios dentro da política de interiorização que o Ministério estava fazendo, do plano nacional do desenvolvimento do turismo, e municípios do interior foram escolhidos para receber esse programa de capacitação pelo Governo Estadual de cada Estado, no Piauí eu creio que a Serra da Capivara é uma região turística conhecida.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Você lembra quais eram os municípios, pode ser Pedro II?

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Não lembro de começa, mas podemos remeter as informações, então, fizemos um processo de capacitação que atingiu quase 20 mil pessoas nesses Estados todos do Brasil feito pelas universidades locais, então, no caso, no Piauí foi, exatamente a Universidade Federal do Piauí na pessoa do, lá do professor conhecido como Puskas(F), eu não sei, conheço mais o apelido do que o nome dele, ele coordenou o projeto no Estado para desenvolver o programa de capacitação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Conheço o professor Puskas(F) é um homem que tenho respeito, fundador do PT, um homem muito atuante na militância política relevante, embora de pouco voto, mas não significa não, é atuante, é um homem que tem participação histórica no partido. Era do PT daquela época que cabia num Volkswagen, talvez hoje não esteja tão valorizado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Cabia com folga.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com folga, caberia ele e dois Marco Maciel, para você ter noção da proporção que fosse, lobão cabia mais dois, desde que o Sarney concordasse. Mas falando, Sr. Presidente nós tivemos hoje pela manhã aqui, o depoimento do Dr. Lorenzetti, ele foi muito sabido, pense num cabra sabido, se ele souber fazer churrasco como sabe fazer aqui como se preparou aqui, se ele preparar o churrasco igual, é um craque ninguém ganha dele. Ele usou uma técnica que o general Figueiredo usava para amedrontar os outros, todas às vezes que tinha uma crise ele dizia que ia chamar o Pires, o Pires era o Valter Pires, o Ministro do Exército naquela época. Toda vez que aperreavam ele, ele pedia para chamar o senhor, “o diretor da Unitrabalho vem aqui hoje a tarde.” Acho que se o senhor tivesse falado antes dele teria esclarecido algumas atuações, inclusive, da própria ICCO, porque a explicação dada aqui hoje de manhã sobre a ICCO foi uma explicação perigosa. Perigosa, mas eu já estou no meio termo, de qualquer maneira mantenho o propósito e a necessidade de uma melhor informação sobre essa questão. Eu acho que a Unitrabalho tem os seus méritos e eles são reconhecidos, cometeu erros, tanto é que está em termo de ajuste, aí que eu fiz um levantamento aqui posso até passar para o meu Relator, ela tem atuação na América Latina.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Sim, na África.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Na África, tem uma atuação está se vendo que é uma, uma instituição.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Instituição.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Internacional.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Instituição muito séria, conhecida no mundo todo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Agora eu acho que o pecado da Unitrabalho foi a má companhia. E vai pagar um preço durante muito tempo por isso, dizia o velho Ulysses Guimarães, espero que não me decepcione com os senhores, dizia o Ulysses Guimarães, que raio de ação da calúnia é 10 vezes maior que do desmentido. Olha, você sair da, pelo menos até agora, eu vou sair daqui convencido de que a boa-fé dos senhores, a boa-fé do homem da carta, do pesquisador, fez com que as facilidades permitissem esse envolvimento da Unitrabalho, vou aguardar, no entanto, o senhor não tem cara de aloprado, se tivesse na época ido para a televisão na marra já teria ajudado muito, eu não estou preocupado em saber qual é o seu partido político, qual é sua ideologia, porque

isso não está em caso, nós temos que nos preocupar, e essa CPI foi feita para isso, é com a seriedade da administração.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Perfeito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Essa CPI que foi sugerida por mim, ela visa aperfeiçoar.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Somos parceiros disso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – (ininteligível) fantástico que chama-se terceiro setor, nós não podemos permitir que a boa intenção no Brasil seja sempre desviada. Nós temos mecanismos fabulosos, Sr. Relator, que são de maneira muito engenhosa, de uma maneira muito brasileira, são desvirtuados, e a cada semana a gente vê, uma semana é cartão corporativo, outra vez é aquilo, outra vez é isso, recentemente é o fundo partidário, quando é que nós vamos começar respeitar no país os mecanismos criados para facilitar a vida da sociedade? Isso é que é preciso e o nosso Relator tem uma preocupação muito grande com o marco regulatório, que eu acho fundamental. Nós temos que afastar essa possibilidade da convivência permanente de pessoas vocacionadas para viver com erro. Não é possível mais, porque o que nós estamos perdendo e a informação deles é um caso, Sr. Presidente, que a gente precisa refletir, o prejuízo que tiveram pelo escândalo que de repente se envolveram. E nós precisamos criar, Relator, se me perguntar qual mecanismo eu não tenho, mas nós vamos ter que encontrar maneiras para fortalecer e para proteger o instituto das ONGs e das OSCIPs e acabar com a picaretagem, com aquelas que são criadas em ano eleitoral, abre no começo, termina no fim do ano e não há Ministério Público, não há fiscalização, se não houver denúncia, geralmente vem de fogo amigo, que consiga achar o fio da meada. Eu estou dizendo isso para tranquilizar quem pratica a boa ONG no Brasil. Que não tenham a menor preocupação. Porque esse não é objetivo.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Muito importante, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Quando eu comecei a colher as assinaturas para essa CPI, os que não gostavam, os que não queriam, me ameaçaram, mas não era uma ameaça velada: “Olha a fundação Roberto Marinho”, como se a fundação Roberto Marinho tivesse cometido algum erro e tivesse passível de investigação. Pelo contrário, a fundação Roberto Marinho quer ser investigada não se preocupada em ser investigada se alguma coisa for encontrada. Eu tive a preocupação, inclusive, de procurar pessoas da direção, para saber se realmente havia as ameaças,

ou não. Eram cumpridores de ordem não dada e cavaleiros da desavença que queriam se proteger exatamente escudando-se em organizações respeitáveis no país. Piauí, a semana passada, meu caro Inácio, listaram 10 ONGs sérias a começar pela que administra a Serra da Capivara, como se ela estivesse sendo passível de investigação aqui na CPI. Da relação, nenhuma, pegaram o nome de homens vinculados ao Piauí, as APAEs, as ONGs de origem religiosa, porque nós temos que ter preocupação não é com a sofisticação da contabilidade, é com a seriedade dela. Porque você tem muitas ONGs de periferia, de ponta de rua que prestam serviços fantásticos. E nós temos ONGs na avenida paulista, estou citando hipoteticamente, que vivem de comprar e vender obra de arte, usando mecanismos difíceis de serem pegos. Daí, porque, eu acho que esse dia de hoje foi muito positivo, foi muito positivo, eu acho que Sr. Lorenzetti saiu-se bem, sai dos quinto do inferno para a porta do purgatório, uma distância, melhorou muito. Foi sincero aqui, entende, mas eu acho que nós temos que continuar.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Perfeito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Ele é fantástico, ele mostrou hoje que não agüentava um aperto, ele nunca foi torturado. Ele não agüentava um puxão de linha, ele conta antes da gente perguntar, foi o lado positivo dele aqui foi muito, nos adiantou algumas coisas fantásticas que vocês viram como roteiro, e realmente ele tinha razão, era preciso lhe ouvir, era preciso lhe ouvir e eu acho que o senhor também tem que fazer o meia culpa, o senhor devia ter saído da toca há mais tempo.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Tenho tentado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas tem encontrado, arromba a porta, essas coisas não teria encontrado, eu acho que poderia ter prestado alguns esclarecimentos. Só espero que o senhor tenha nos falado aí, com essa sinceridade que procurou mostrar e que eu saio convencido.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Perfeito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – De que realmente nós não temos nenhuma decepção futura, mas eu queria só fazer uma pergunta.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Pois não, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Esses convênios do SEBRAE vocês fizeram parceria com o SEBRAE?

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU: Não, não temos nenhum convênio com o SEBRAE.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não tem nenhuma parceria, nem no Piauí na questão da apicultura?

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU:

Não, não, existe na verdade uma divisão de trabalho, como o SEBRAE já atua no Piauí nesse setor, não faz sentido.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas se reuniam, trabalham juntos?

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU:

Em alguns momentos nós reunimos um comitê de parceiros para que não haja duplicidade de esforços, mas não é formal.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Nunca tiveram com o Presidente do SEBRAE?

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU:

Nunca estive com o Paulo Okamoto.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Nem conheço, Sr. Paulo Okamoto.

SR. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO MAZZEU:

Nossa relação, na verdade, é muito maior com o SEBRAE local, com o doutor Holanda, Maria Dantes Mercedes, que o senhor deve conhecer que atua na região de picos, uma batalhadora na área da apicultura, ela que de fato, acaba fazendo esse trabalho pelo SEBRAE, mas não é um convênio formal que nós tenhamos com eles.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Muito obrigado, eu quero agradecer.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Ao Senador Heráclito eu tenho pela ordem, por inscrição o Senador Wellington depois que V.Ex^a quiser usar a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Agradeço V.Ex^a, é que eu recebo um documento complementar ao assunto já tratado hoje a respeito da Fundação Banco do Brasil pelo Senador Alvaro Dias. Assessoria de imprensa nos remete o seguinte texto que depois eu remeto a V.Ex^a

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pode ler.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O acórdão 1378/2006 do TCU trata de atendimento a solicitação do Senado Federal no sentido de que aquela corte encaminhasse à Casa Legislativa, os resultados de auditorias e inspeções realizadas na Fundação Banco do Brasil, no período de 1998 a 2005. Em suma, o supra citado acórdão não tem relação com o acórdão 2270 de 2007, posto que o último constitui, na verdade o posicionamento oficial daquela corte acerca da

auditoria realizada pelo TCU, nas dependências da Fundação Banco do Brasil compreendendo o citado período de 1998 a 2005. Assim, o acórdão 1378/2006, publicado no Diário Oficial de 11 de 8 de 2006 do Tribunal de Contas da União, consiste na realidade, no atendimento de solicitação do Senado Federal pelo TCU, consoantemente constando no site www.tcu.gov.br. Dessa forma o acórdão 2270 de 2007 é o resultado da auditoria determinada pelo TCU em atendimento ao acórdão 1378/2006. Permanecem inválidos, pois os esclarecimentos anteriormente prestados nesta sessão da CPI atinentes a Fundação Banco do Brasil restam pendentes a de apreciação pelo TCU, relativamente àquela auditoria, apenas 4 apontamentos do qual já foi mencionado, inclusive, pelo próprio Senador Alvaro. Eu remeto à V.Ex^a, então, este comunicado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço e peço a secretaria que produza as cópias.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu só poderia pedir ao Senador Sibá que explicasse um pouco, porque me deixou confuso o que é que o Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – É que o Senador Alvaro Dias, ele refez a posição hoje à tarde dizendo que a resposta de manhã dizia respeito a outro processo. E agora o Senador Sibá explica que é o mesmo processo e traz os esclarecimentos, nós devemos distribuir a cópia a todos os senadores especialmente ao Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas a minha pergunta o tribunal já responde a esse questionamento de agora, Senador Sibá.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Da Fundação Banco do Brasil auditoria em curso.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Documentação de assessoria de imprensa da fundação que remete mais um documento de esclarecimento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A pergunta é se o documento é do Tribunal de Contas.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ele cita os acordo aos foi tratados de dois acordo aos com os números e as datas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Assessoria de imprensa da Fundação Banco do Brasil.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – É que o documento anterior veio também da assessoria de imprensa da Fundação Banco do Brasil.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Foram dois documentos, o Senador Alvaro leu um, como ficou uma dúvida.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Ao documento anterior que também é da fundação?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Também. E agora mais um para tirar a segunda dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu vou tirar as cópias eu encaminho ao Senador Alvaro Dias o esclarecimento, passo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu só queria deixar aqui uma colocação, conheço bem o reitor da UFU de Uberlândia, com certeza esse não é o maior trabalho que ele realiza a Unitrabalho, o maior trabalho dele é ser reitor da Universidade Federal de Uberlândia. A universidade que eu conheço bem, está instalada a nossa cidade, todo o serviço que presta a região do Triângulo Mineiro, se for citar os atendimentos feitos e tudo mais, é incrível como alguém que tenha um serviço prestado à comunidade como reitor da UFU, seja trazido a essa CPI por um pequeno trabalho que ele acaba fazendo para estender o trabalho junto a uma organização nacional de universidades públicas, com esse velho problema de poder tomar decisões rápido, que, na verdade como bem colocou o Arquimedes, o reitor Arquimedes, ele demitiu, se ele fosse na Federal não poderia demitir. Quando ele cria a Unitrabalho a associação para captar recursos, ali ele tem uma melhor agilidade. Por isso que surgem essas ONGs, a verdade é essa, como também surgem as fundações dentro das universidades, agora é o que eu coloco, coloquei anteriormente com o Senador Inácio Arruda. Nós precisamos ter muito cuidado, Sr. Presidente, aí eu falo diretamente para V.Ex^a, porque existiram alguns requerimentos que nós questionamos. E nós questionamos e na época eu lembrei, porque eu tenho um carinho especial pela cidade de Recife. Conheço o Prefeito João Paulo, entendeu, e sei que a cidade de Recife é conhecida como vale do silício brasileiro, tem uma série de convênios a fundação com instituições internacionais, e quando nós criamos aqui uma situação tipo, essa situação que se encontra agora o reitor da UFU e Presidente da Unitrabalho, ela imediatamente irá afetar esses convênios que são importantíssimos para o desenvolvimento de tecnologia no país. São importantíssimos. E aqui nós tivemos uma declaração do Sr. Arquimedes, do Reitor Arquimedes, que quando teve a denúncia paralisou-se o convênio no exterior. Ele teve que pegar um avião, arrumar recurso para pegar um avião.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Talvez algumas instituições de pesquisa

importantíssimas no Brasil já tenham sido afetadas em convênios com o exterior. Com outras universidades no exterior, por conta de proposições que não tinham ainda uma sustentação adequada, mas que foram oferecidas e isso julgou um mundo de fundações numa situação parecida com a do Unitrabalho.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Por que eu falei isso, Presidente Raimundo Colombo? Porque essa Comissão essa CPI, embora tenham membros de primeiro escalão, tropa de elite dos dois lados, na verdade eles têm todo o cuidado para que não aconteça esse tipo de situação, por isso que eu fico bem confortável. E talvez eu no ramo da educação eu entendo bastante, porque eu cresci nesse ramo sei todas as situações, tanto do público quanto do privado, se fosse outra situação não entenderia, iria escutar um colega que conhecesse, com relação ao Ministro do esporte eu tenho conhecimento, do projeto segundo tempo, um projeto maravilhoso que foi criado com o Ministro anterior, o Senador Inácio Arruda fica até difícil é um Ministério que tem um do PCdoB lá eu conheço bem, e conheço anteriormente. É um projeto maravilhoso, no entanto, já convocamos para vir aqui explicar esse projeto. Eu queria assim que tivesse bastante sensibilidade, seguir nesse exemplo do Sr. Arquimedes, conheço bem o reitor Arquimedes, é de Uberlândia é onde eu tenho tudo no Triângulo Mineiro, a universidade que a minha família criou foi lá, tenho outras empresas, dois filhos de Uberlândia, quer dizer, eu sei toda a história do Arquimedes. A história de se tornar reitor dentro da UFU, uma instituição onde tem uma série de funcionários que se orgulham de ter a vida inteiro servido ao Poder Público, eles não tiveram nunca um patrão da iniciativa privada. Isso já, tive a oportunidade de declarar isso, então, Presidente Raimundo, Senador Inácio Arruda, eu queria que tivéssemos bastante cuidado primeiro para que não faça esse tipo de situação, colocar alguém aqui que está, veio tranquilo, fez os esclarecimentos, estou vendo Sr. Arquimedes tranquilo, respondeu a tudo, deu uma aula, é do setor acadêmico, ele deu uma aula aqui. Estava a metade assisti do meu gabinete, enquanto almoçada macarronada convidei V.Ex^a, V.Ex^a não foi, preferiu o almoço aqui, está de parabéns o Arquimedes.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Obrigado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – Estou colocando isso, porque não poderia deixar o reitor da Universidade de Uberlândia que atende toda a região do triângulo, uma pessoa respeitada, eleita pela sociedade acadêmica, respeitada pela sociedade civil, não poderia deixar de dar a declaração aqui, foi conduzido respeitosamente pelos membros da oposição.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Com certeza.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG) – V.Ex^a respondeu também com bastante carinho, foi atendido pelo professor Francisco, também bem atendido, lamento que só tenha 3, 4 funcionários, espero que cresça e que tenha recursos. Mas Senador Raimundo Colombo, eu tenho certeza que a sensibilidade de V.Ex^a como Presidente, e do Relator Inácio Arruda, Senador Inácio Arruda, vão poder caminhar nessa CPI, porque eu sinto que é uma CPI, que nós vamos ter que ter bastante cuidado, para acertar o que tiver que acertar, mas também onde tiver que desviar, nós teremos que desviar, senão poderemos causar um prejuízo à comunidade acadêmica desse país é isso que eu estou preocupado.

SR. ARQUIMEDES CILONI – Obrigado, Senador pela palavras.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer o convite do Senador Wellington para comer a macarronada, considere, apenas, que nós adiamos essa possibilidade. Pediria a V.Ex^a que solicitasse, face às dificuldades que nós tivemos para trazer aqui o Sr. Airton Grazioli, que possa, nós garantirmos já de imediato que se remeta para essa Comissão o trabalho que ele desenvolveu na auditoria no trabalho feito pela promotoria junto a Unitrabalho. Que possa ser remetido para a nossa Comissão assim como conjunto de artigos produzidos, posteriormente à investigação patrocinada pelo Ministério Público, em relação ao papel das fundações universitárias. Porque em um dos artigos, pelo menos, o promotor faz uma diferenciação muito significativa e ele é um promotor de âmbito do Estado, muito próximo, então, do que é a promotoria no Distrito Federal, ele tem o posicionamento muito diferenciado em relação à promotoria do Distrito Federal. Eu perguntei aos promotores se havia controvérsias, disseram que havia unanimidade, unanimidade naquele núcleo estadual e naquele setor, não do Ministério Público como um todo estadual.

Então, é importante, é muito significativo para a gente poder pegar as várias opiniões se quisermos oferecer uma legislação mais eficiente, sem engessamento, às vezes a quer ser eficiente e engessa de tal sorte que as universidades e outras instituições não podem chegar ao Poder Público. E por último, Sr. Presidente, eu considerarei, assim, muito significativo realmente o dia de hoje, porque tratamos de um assunto que parecia bastante espinhoso, eu considero, assim, quando há dúvida, a melhor maneira da gente resolver é botar frente a frente as pessoas. É a melhor maneira, porque senão, a especulação que é feita em torno do caso daquele objeto de discussão, é

tão grande, que ela causa um estrago como causou a Unitrabalho. Um prejuízo muito grande, muito, muito grande, não é pequeno, eu posso dizer que também conheço a Unitrabalho lá no meu Estado, no Ceará, com várias iniciativas, gente de grande qualidade, gente muito ciosa das suas responsabilidades, gente querida dentro da universidade, que passa na rua e a pessoa pergunta: “O senhor está envolvido no caso desse escândalo?” Entendeu? “O senhor que deu o dinheiro?” É uma brincadeira, é uma má-fé, disse aqui, o Senador Heráclito: “Depois que publica para você reparar não é fácil.” Não é reparar só na Unitrabalho não, eu também considero o Jorge Lorenzetti no mesmo episódio, no mesmo episódio, o fato de ter uma relação com o Presidente da República, com o Ministro, com o Senador, ou com o Deputado, hoje eu tenho certeza que o Senador Wellington para poder garantir que a sua universidade tenha o meu desempenho que tinha antes do Senador já é bastante diferente, é muito distinto em função das atribuições que o senhor exerce aqui no Senado e do papel que o senhor tem aqui no Senado da República.

Então, eu considero, assim, que o dia foi esclarecedor para mostrar o que é o terceiro setor, o que são as Organizações Não-Governamentais, há um mundo de gente de grande qualidade e boa, fazendo um serviço enorme, e claro que no meio disso tudo, tem um percentual às vezes muito insignificante, muito pequeno, mas esse é que ganha notoriedade, esse que ganha notoriedade. Quer dizer, e esse particular insignificante vira o todo, e o todo fica, digamos assim, na lama, na sarjeta e não tem reparação. Porque você dá 3 notas e aí? Qual foi o órgão de comunicação que colocou na primeira página uma nota da Unitrabalho? Paga já é difícil você ler, paga você sabe como é que é a letrinha pequenininha num canto é o que você pode pagar, direito de resposta é terrível. Então, você imagina o prejuízo que foi causado a uma instituição como essa. Eu considero, às vezes de má-fé, um ato de má-fé, isso é que chama-se de má conduta e falta de caráter, mas é o que ocorre no Brasil, infelizmente. Então, eu considero assim, eu não sei se poderíamos fazer isso, mas eu convidaria os Srs. Senadores, o Senador Wellington, como tem a relação muito forte com a educação, aqui dentro do Senado da República, mesmo sendo do Setor Privado, mas é uma ação mais que complementar com a responsabilidade do Estado Brasileiro, de que a gente tomasse uma iniciativa junto com os senadores e Deputados Federais, de solicitar ao Governo Federal que retome os convênios, os contratos com a instituição Unitrabalho, não para o bem da Unitrabalho, mas para o bem de um conjunto de trabalhadores brasileiros que receberam cursos,

que receberam treinamentos, não é para garantir mais emprego na Unitrabalho, mais gente empregada na Unitrabalho, é o papel que ela exerceu na sociedade brasileira e que pode continuar exercendo não só aqui, pode ajudar a América do Sul, pode ajudar a integração da América do Sul. Assim como a ICCO se transporta para muitos países, nós podemos ter esse papel sendo realizado pela própria Unitrabalho. Acho que a gente poderia tomar essa iniciativa, eu proponho, Senador Wellington que V.Ex^a, que tem uma relação muito forte com essa questão, em homenagens a Uberlândia, se o senhor pudesse tomar essa iniciativa eu acompanharia juntamente com o Senador Colombo, tenho certeza e outros senadores dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu vou...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, eu gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu ainda tenho uma pergunta eu gostaria de fazer antes, Dr. Arquimedes, embora o senhor não tenha almoçado ainda, eu também não, vamos fazer rapidinho aqui. O senhor colocou que há necessidade do controle dessas fundações de ensino superior no início das suas colocações. A UNB pertence a instituição que o senhor dirige como Presidente?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Pertence, tanto a ANDIFES como Unitrabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O senhor tinha conhecimento da FINATEC que ontem teve aqui o reitor, a gente percebeu que ele não sabia, não conhecia não pôde responder, é comum nas outras instituições que o senhor, por acaso conheça, mais especificamente a sua, esse tipo de convênio com outras instituições que no fundo burla a lei das licitações que também acaba remunerando de forma complementar professores, inclusive, especialmente aqueles com dedicação exclusiva e também que envolve uma soma expressiva de recursos públicos como consultoria, essa é uma prática que dá para se disser generalizada o senhor tem conhecimento disso?

SR. ARQUIMEDES CILONI – Não tinha conhecimento dessa prática, dessa questão da FINATEC, não posso falar sobre as demais fundações. Quero apenas deixar claro uma postura que a entidade, ANDIFES, que também tenho a honra de presidir, já há 2 anos vem lutando para, no âmbito da implementação da reforma universitária, nós conseguirmos de uma vez por todas resolver a questão das fundações. Não deixando de observar a importantíssima questão da autonomia, dependendo do grau de autonomia que venhamos a ter, as fundações podem até quiçá, se tornar dispen-

sáveis, teremos que discutir o papel das fundações se chegarmos ao cenário de autonomia que nós desejamos, mas a ANDIFES vem defendendo já, há muito tempo, que independente a qual universidade esteja apensado a tal ou qual fundação, que ela esteja sob o controle do conselho superior da instituição. Porque nós estamos falando de utilização de recursos públicos. Se a FINATEC, se a nossa FAEPO, se a nossa FAU lá em Uberlândia, se as demais fundações das demais universidades recebem recursos públicos têm que estar sob rígido controle do conselho universitário, prestar contas a esse conselho e cabe a esse conselho indicar a este conselho, ao Conselho diretor das instituições, porque nós temos várias modalidades de conselho nas nossas infra-estruturas, indicando nomes e fiscalizando a aplicação desses recursos. Temos que ter uma legislação que em definitivo, coloque essa, resolva essa questão.

Se o senhor me permite, Presidente Raimundo Colombo, eu vou entregar à imprensa em seguida, vou atendê-los como me comprometi desde o início, este documento que data de 13 de dezembro de 2006, nós vamos enviar à Comissão, à CPI toda a documentação, mas eu quero deixar em suas mãos o documento do Ministério Público, assinado pelo Dr. Aírton Grazzio- li, com data de 13 de dezembro de 2006, em que já se concluía, àquela altura, que nenhum recurso fora desviado da Unitrabalho para quaisquer outras das finalidades que não estivessem previstas nos nossos convênios. Então, deixo em suas mãos, simbolicamente, o mesmo documento que eu quero dividir com os colegas da imprensa e me comprometo aqui a atender o que foi solicitado pelos senadores enviando a documentação, inclusive, cópia da própria auditoria do termo de ajuste de conduta, que já atendemos, para que a CPI possa continuar na condição dos seus trabalhos, muito obrigado.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC)

– Agradeço a V.Ex^a, peço à secretaria da Mesa que proceda, por favor, Dr. Dirceu, que proceda o pedido de elaboração do ofício e proponha pedindo o encaminhamento conforme o Relator Senador Inácio Arruda pediu, do requerimento, para nós termos acesso a todos os estudos realizados pelo promotor, professor Aírton Grazzio- li, agradecendo muito a presença e agradecendo o seu gesto dessa permanência, mesmo sem o almoço, eu quero agradecer ao senhor, também ao Dr. Mazzeu, Francisco Mazzeu, a todos, ainda tem lanche, a todos os senhores, agradecer e convocar à próxima reunião, para terça-feira, na parte da manhã, estaremos informando o horário, e na semana que vem nós teremos, então, uma reunião na terça-feira, outra na quarta e uma reunião de requerimentos na quinta

de manhã. O reitor foi ontem, vai vir na quarta-feira vem o Presidente da FINATEC e o diretor da gráfica da reitoria. Está encerrada a presente sessão, muito obrigado, agradeço a todos.

(Sessão encerrada às 15h53)

Senador **Raimundo Colombo**, Presidente.

Ata Circunstanciada da 14ª Reunião de 2007, realizada em 11 de março de 2008, às nove horas e cinquenta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a oitiva da Senhora Mariza Rotenberg, Ex-Chefe de Gabinete do IBAMA, e Jair Heitor Duarte, da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Brasil Central – ADEBRAC.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Raimundo Colombo (DEM-SC) – Presidente
Inácio Arruda (PCdoB-CE) – Relator
Heráclito Fortes (DEM-PI)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)
Sibá Machado (PT-AC)
Jefferson Péres (PDT-AM)
Valter Pereira (PMDB-MS)
Eduardo Suplicy (PT-SP)

Estiveram presentes ainda, os Senhores José Agripino, Tião Viana, Tasso Jereissati e Antonio Carlos Valadares, não membros da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Cumprimentando a todos e havendo número regimental eu declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 201/2007, aditada pelos Requerimentos nº. 217 e o Requerimento nº. 1.324 também de 2007, lido em 8/11, composta de 11 Senadores titulares e sete suplentes, destinadas a apurar no prazo de 180 dias a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para Organizações Não-Governamentais, as ONGs. E para Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público, OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

A Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa. Coloco-a em votação propondo a dispensa de sua leitura. Os que a aprovam permaneçam como estão. Está aprovada.

Esclareço que na presente reunião ouviremos a Dr^a. Mariza Rotenberg, Chefe de Gabinete do IBAMA, e depois o Dr. Jair Heitor Duarte, da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Brasil Central, ADEBRAC. Eu convido então a Dr^a. Mariza Rotenberg a fazer parte aqui da Mesa.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pela ordem, Senador Sibá Machado. V.Ex^a tem a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, como eu já acompanho diversas CPIs nesta Casa e CPMLs também, em muitas delas ocorreu alguns embaraços que eu considero de extremo prejuízo para a conclusão de um excelente trabalho, haja vista de que o exemplo mais complicado que eu convivi foi na CPML dos Correios, que apurava a questão dos Correios. E por muitos momentos se via e eu fui testemunha de ver documentos, inclusive arrancados dos originais, de dentro inclusive daquele cofre, um cofre seguro que tem aqui no Senado, Parlamentares que eram tidos que levaram celular para tirar fotografias de documentos e alguns casos ficou sob suspeita a Comissão inteira por algum documento que inclusive sidos arrancados e eu vi pedaços de papel lá por causa do grampo ao puxar fica lá um pedaço de papel e descontinuidade do documento. E documentos que iam parar na mão da imprensa, e digamos assim, a fachada do documento original. Isto tudo complicava muito a disputa interna das Comissões, então tendia para um debate muito mais infrutífero e de disputas políticas de dentro da Comissão do que mesmo a investigação. Então diante disso eu queria em forma de leitura fazer uma Questão de Ordem de V.Ex^a que depois eu gostaria de uma resposta.

Então, o jornal Folha de São Paulo do dia 10 de março de 2008 trouxe uma matéria sobre os andamentos dos trabalhos desta Comissão. Segundo a matéria, a Assessoria Técnica dessa CPI teria informado a existência de relatório preliminar cujo título seria levantamento de conexões, onde são citados inclusive os nomes de cinco Parlamentares com o suposto envolvimento com entidades investigadas. O questionamento que faço é dirigido então a V.Ex^a, à Mesa e também ao Relator, se existe algum Relatório preliminar no âmbito dessa Comissão com o título “levantamento de conexões”. Se for afirmativa essa resposta, eu gostaria então de solicitar a cópia para que todos os membros dessa Comissão tenham clareza da existência de uma investigação que ainda não temos conhecimento desse Plenário haja vista que não há uma investigação em andamento sobre essas entidades citadas e muito menos pelos Parlamentares que também foram mencionados na matéria do jornal Folha de São Paulo. Se a resposta for negativa, eu gostaria de solicitar que esta Comissão em nome inclusive de nossa credibilidade e dos bons trabalhos, elabore uma nota em nome da Mesa, a Presidência e a Relatoria esclarecendo que não há

nenhum Relator preliminar, seja com o nome de qualquer levantamento de conexões ou qualquer outro e que ninguém da Assessoria Técnica desta Comissão prestou esse tipo de informação ao jornal Folha de São Paulo. Porque então seria uma notícia inverídica. A providência é necessária porque relaciona-se com a própria credibilidade das investigações dessa CPI, e da titularidade da condução dos trabalhos. A matéria não afirma quem seriam os técnicos da Comissão que informaram... O que informa sobre o suposto Relatório preliminar, mas afirma a sua existência, o que eu considero então uma situação grave na condução dos nossos trabalhos. Essa é a Questão de Ordem que faço a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Sibá, eu respondo a Questão de Ordem de V.Ex^a. Não há uma investigação. O documento que temos são variados, eles fazem levantamentos de investigação que são necessários para o andamento do trabalho. E foram tratados com absoluto sigilo porque ali não se investiga ninguém, não se acha culpado, não se tem provas. Mas vem chegando um material pela imprensa tudo que acontece e realmente esse material foi condensado e existe um estudo que certamente não é o mesmo que está aí colocado no jornal. Mas acho que o melhor procedimento é colocar vossa disposição e entregar todo o material disponível, não é secreto, não há nenhuma razão... O único cuidado que se deve ter é que são apenas levantamentos. Não é ainda uma investigação. E se usado indevidamente ele poderá colocar manchetes sobre pessoas que de fato não estão sob investigação, não estiveram e não sei se estarão, porque depende do aprofundamento. Mas para que não haja nenhuma dúvida, o material que nós temos lhe será entregue para que V.Ex^a tenha conhecimento, faça seu juízo de valor e dê o procedimento adequado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Senadores, acho que é importante esse esclarecimento, primeiro porque não existe relatório preliminar. Essa é uma desinformação. Segundo, porque se tiver algum relatório preliminar ele é paralelo a CPI. Ele não é da CPI. Segundo, o material que foi produzido pela consultoria no caso por um consultor que tenha responsabilidade de fazer esse material, faz um levantamento da relação entre funcionários que atuaram nesses gabinetes parlamentares no Senado e na Câmara, isso relaciona mais de cem parlamentares que por uma circunstância ou outra, funcionários do seu gabinete também dirigiram ONGs, ou participaram do gabinete e depois saíram para ONGs. Não há relação de irregularidade nesse levantamento, porque não é feito para

isso. Apenas ele está constando que em X gabinetes funcionários trabalharam ali e tiveram relação com ONG. Esse material ele foi produzido e dirigido exclusivamente para dois Senadores. O Senador Colombo, Presidente da CPI, e Senador Inácio, Relator da CPI. Nenhum outro mais. Nós nos reunimos uma ou duas vezes com três, quatro, cinco Senadores e informamos que esse material estava em nossas mãos. Quem quiser olhar o material, ver o material, quer dizer, podia ir ao gabinete do Colombo, ir ao gabinete do Inácio, e examinar o material. O material não estava disponível. E não estava disponível, por quê? Porque nós estamos examinando irregularidades de ONGs. Nós não estamos examinando irregularidades cometidas por Parlamentar, cometida por funcionário de Parlamentar, apenas fizemos aquele levantamento que ali está, que foi uma... Digamos assim, é uma contribuição da consultoria para a CPI. Porque esse material não foi solicitado por ninguém na CPI. Nem foi aprovado fruto de nenhum Requerimento. Não houve nenhum Requerimento que, a partir desse Requerimento, se fizesse esse levantamento. Porque se nós fizemos um levantamento, se está feito o levantamento de todos os funcionários que porventura tiveram relação com ONG ou todos os Deputados e Senadores que porventura tiveram relação com ONG, dá mais ou menos metade do Congresso Nacional, teríamos que fazer também das Emendas Parlamentares de 99 até 2006 que foram repassadas por todos nós para ONGs. Seja qual for. Eu mesmo vi emendas repassadas para APA-Es, para santas casas, para um conjunto de organizações que são consideradas não governamentais e que estão nesse trabalho. Mas não tem relação com irregularidade. E o fato de você trazer esse material para as páginas dos órgãos de comunicação, cada um usa como quer e como deseja, porque está ali a informação, você usa do jeito que quer. Você pode de repente ao colocar essa informação você causar um dano irreparável à determinada Organização Não-Governamental. Ou mesmo a ação de um Parlamentar que por alguma razão teve relação com ONG. Ou pertence a ONG. Se são organizações da sociedade eu estou impedido como Senador de participar de alguma ONG? Há algum impedimento? Não. Há algum impedimento para o Presidente da CPI participar de uma ONG? Também não. Mas o fato de ele aparecer como notícia cria evidentemente um embaraço para o Presidente, para o Relator e para qualquer outro Parlamentar. Porque vira como... A notícia ela sai como uma notícia negativa. Ela não sai como uma notícia positiva o fato de alguém ter relação com ONG. Sai ao contrário. Sai negativo, e não positivo. Quer dizer, um conjunto de relações que existe na sua grande maioria para trazer

benefícios à sociedade, o fato de ela ter tido alguma relação com o Parlamentar fica parecendo que essa relação obrigatoriamente a coloca como instituição de má-fé, de irregularidade e que só existe para cometer irregularidades. Então acho que esse material está ali para que a gente possa examinar essas relações. Acho que não era para... A rigor esse material não era para ser disponibilizado, era para nossa informação. Como não está sendo disponibilizado para Parlamentares e está sendo disponibilizado para imprensa, quer dizer, isso vira brincadeira. Se vira brincadeira é melhor que o material seja disponibilizado para todos para cada um usar como desejar. Fazer a interpretação que deseje. Mesmo que muitas vezes nós possamos discordar da interpretação. Mas cada um faça o que desejar com o material. O material está ali. Eu tenho esse material, o Senador Colombo. Exclusivamente. Mas temos exclusivamente, mas um conjunto de órgãos da imprensa que já tiveram exclusivamente também. E os Srs. Senadores não tiveram. Quer dizer, é algo completamente absurdo. Mas, acontece. Sempre que me perguntaram sobre o assunto, eu naturalmente sabendo que eu tinha a informação, a minha obrigação era de dizer não, isso aqui existe, nós estamos examinando, isso é para consulta. Quer dizer, eu nunca fui explorar nenhuma daquelas informações porque eu sei que ao explorá-la eu posso estar fazendo uma primeira coisa, usar politicamente contra meus adversários. A primeira coisa que posso fazer é essa. E seria um equívoco de minha parte tomar uma atitude dessa natureza.

Por isso, Sr. Presidente, estou dando essas explicações porque eu tive acesso ao material todo, estou com o material, nós já informamos alguns Senadores que queiram, eles podem ir não só a sala de V.Ex^a, mas podem ir também a minha sala examinar o material, mas diante das circunstâncias, nós temos que se for necessário se considerarmos que é necessário, colocar o material a disposição de todos. Mesmo porque não podemos privilegiar nenhum órgão da imprensa. Todos teriam que ter acesso. Quer dizer, se nenhum órgão da imprensa do Senado teve acesso, por que é que outros terão? Então disponibilizar para todos. Acho que nós devemos examinar essa hipótese. Mas não devemos fazê-lo, Senador Sibá, de forma açodada, não. Acho que temos que ter o zelo porque muitas informações vão ser dadas para serem utilizadas, eu tenho a convicção, porque é a arena política que determina isso, vão ser utilizadas para atingir a imagem de um ou outro que ali, por uma relação correta com uma instituição não-governamental, podem ser colocadas publicamente como cometedores de irregularidades. Só pelo fato de ter uma relação com uma ONG, o que seria uma estupidez. Mas essa estupidez é tão

praticada no Brasil que acho que é assim que esse material vai ser utilizado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas Sr. Presidente, só para concluir. Eu por mais que considere que possa ter sido um lapso, não estou dizendo que já convivemos momentos muito complicados em outras CPIs e CPIMs. Neste caso, eu gostaria muito sinceramente, porque nós podemos estar dizendo que é uma coisa simples. Mas em nome de quem está aqui no jornal não é. Não é.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Problema já de interpretação.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Na imprensa, o nome apareceu vira vilão. As pessoas perdem o sono. Fica todo mundo em cima achando que essa pessoa já está sob suspeita que cometeu ilicitudes das mais graves ou coisa parecida.

Então, não tem jeito. CPI e CPMI é porta de cadeia. É assim que as pessoas entendem. Quando alguém vai lá na delegacia seja para pedir uma informação, se imagina que esta pessoa já está envolvida com algum tipo de problema. Então o que estou querendo dizer? Eu gostaria de saber quem foi o consultor técnico desta CPI que passou esse documento e vou pedir com toda tranqüilidade o afastamento imediato dessa pessoa dessa Comissão. Não pode, porque é quebrou a confiança. Quebrou a relação de confiança. Se a relação não tem confiança não pode ficar aqui. Porque eu sou obrigado a lutar também pelo zelo da imagem de qualquer pessoa. Vou citar outro exemplo. Uma pessoa põe num *blog*, não sei de onde ela ouviu dizendo que saiu de mim, que nós estaríamos investigando as prefeituras. Meu Deus, todos aqui sabem qual é a minha posição sobre Prefeituras. Nós não estamos aqui discutindo Prefeitura nenhuma, nem Governo do Estado nenhum. Estamos discutindo recursos federais que são encaminhados para Organizações Não-Governamentais cujas organizações têm dificuldades seja já pela auditoria do Tribunal de Contas, seja por suspeita da própria Polícia Federal ou de outros órgãos que já tem levantado algum tipo de suspeita na transação financeira com recursos federais. Aí fico imaginando porque lá em Fortaleza aparece uma situação como se já estivesse aí, o que me passou que o interesse é disputa local. Não é se estão querendo saber se vai ou não vai aprofundar investigação sobre Prefeitura. Mas basicamente sobre sucessão municipal. Portanto somos obrigados a tomar um zelo muito grande porque até mesmo estamos no ano de período eleitoral e não podemos deixar parecer que a CPI vai ser um lugar apenas para levantar a bola para alguém fazer o uso mais apropriado que quiser dela. Para cotar, para jogar no chão, para fazer outra coisa.

Então nesse caso eu peço encarecidamente, primeiro que qualquer documento dessa natureza que é de subsídio da CPI, na hora que se junta para fazer qualquer tipo de conexão para um negócio desse de dizer queremos fazer um rastreamento se tem qualquer Parlamentar envolvido com ONG. Eu digo com sinceridade, é preciso ter o nome do parlamentar e ir direto a fonte, senão não pode fazer. Não pode fazer porque nós vamos criar entre nós aqui um problema do tamanho do mundo e colocando nome de pessoas que não tem absolutamente nada a ver, só porque como V.Ex^a já levantou aqui, o nosso Relator, qualquer tipo de relação e quem é que diz que Parlamentares tidos como dos partidos de esquerda do Brasil não tem relações com movimentos sociais. Todos têm é histórico. É casamento perfeito. Agora o que nós estamos atrás de saber onde é que tem ilicitudes. E as ilicitudes que tenha respeito a recursos federais, que não tem absolutamente nada a ver com os outros, porque não é foco desta CPI. Então nesse caso eu pediria encarecidamente ao Presidente que a gente identificasse quem foi que passou esse material para a Folha de São Paulo. E uma vez que detectada a pessoa pedir imediatamente o seu afastamento por pura quebra da confiança de permanência entre nós. É o pedido que eu faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Sibá, nós vamos receber seu pedido, aceitar, e proceder os atos necessários pra gente identificar essa questão. Eu tenho esse relatório desde dezembro. Ele não é um relatório que precisa ser sigiloso. Ele é apenas um estabelecido preliminar. Eu não sei se é exatamente isso, mas ele vai ser disponibilizado a V.Ex^a e nós vamos conversar com a Secretaria da Mesa, fazer uma avaliação e encontrar a forma do vazamento. Infelizmente eu estava no interior, cheguei agora, o avião atrasou e não li a matéria de segunda-feira. Mas eu vou ter todo o conhecimento e realmente a grande preocupação da CPI, a sociedade entende ela como um julgamento. Ela já faz um julgamento. A pessoa que vem depor aqui já chega como uma pessoa praticamente condenada. É muito difícil a reversão desse quadro, sobretudo, para as pessoas públicas que vão em busca do voto.

Então eu concordo com V.Ex^a a necessidade do cuidado, evidentemente que tudo tem que ser transparente e tudo tem que estar à disposição da opinião pública a partir do momento que se comprove uma irregularidade. Mas quando se faz um levantamento e esse levantamento é apenas um cruzamento de dados ele realmente deve ser mantido não secreto, mas sob sigilo até porque não há evidência ainda de comprometimento de quem quer que seja. Eu me co-

loco à sua inteira disposição para esclarecer os fatos e para adotar os procedimentos necessários ao mesmo tempo em que coloco, se V.Ex^a desejar, está a sua inteira disposição, bem como de todos os Senadores o acesso ao material para consulta e se quiser uma cópia evidentemente que fica disponibilizado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só, Presidente, que a preocupação de que ao fazer determinado trabalho no aperfeiçoamento de buscar as informações seria muito bom que só fizesse isso sob Requerimento. Porque aí oficializa. Porque inevitavelmente mesmo que sendo um documento de colaboração dos trabalhos ele passa a valer de alguma forma como tendo algo acontecendo em torno de alguma pessoa. Então se a gente tem um Requerimento aprovado, faz um cruzamento, quais são os Parlamentares que têm qualquer tipo de vínculo com ONG. Aí se oficializa, faz uma coisa tranqüila, sem estar preocupado com nada. Todos os 594 Parlamentares do Congresso Nacional vão ficar sabendo que tem um Requerimento aprovado. Portanto se alguém tiver qualquer tipo de preocupação que cuide de suas barbas e quem não tem não tem o que se preocupar. Mas se fizer os rastreamentos, qualquer rastreamento vamos tentar fazer com Requerimento aprovado. Porque aí não fica ninguém preocupado. Até o mesmo técnico, que eu tenho certeza depois desse debate aqui vai ficar meio que preocupado. Eu posso fazer o trabalho, não posso? Como é que faz? Então nesse caso eu pediria ao Relator e ao Presidente que qualquer iniciativa nesse caminho só por força de Requerimento. Porque inevitavelmente se nós tivéssemos também distribuído, como aconteceu em outros casos, distribuíu o documento e aí quando aparecia na imprensa ficava dizendo: não, mas todos os membros da CPI estão sob suspeita de ter passado documento para a imprensa porque todos tiveram acesso.

Então nesse caso eu estou agora dizendo, estou reclamando como prejuízo. Então não pode fazer cruzamentos nenhum sem Requerimento aprovado, porque coloca as pessoas numa situação como estão agora os que estão citados no jornal e outros que ficam perguntando: Então estou sendo investigado não estou sabendo? Então vamos votar o Requerimento porque todo mundo sabe. Está sim, está sendo investigado e, portanto, te cuida daqui para frente porque agora a CPI também pode fazer cruzamento e detectar as pessoas que tem problema a responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, se eu já tinha apreço e respeito pelo Senador Sibá Machado, isso aumentou ontem num pro-

nunciamento que ele fez defendendo o meu Estado do Piauí. Teve a coragem que eu como Senador piauiense não tive e nem tenho. Mas tudo bem, isso é questão para o Plenário mais tarde.

Eu quero dizer a V.Ex^a que a proposta do Senador Sibá inviabiliza essa Comissão. Ele está querendo impor aos funcionários da Comissão a censura prévia. Ora, quando você faz um cruzamento você não está procurando Parlamentar. Não cabe a nós Senadores censurá-los.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas o que V.Ex^a está propondo é uma censura prévia. Na verdade, se fez um trabalho que eu não sei qual foi, vi aí agora pela Questão de Ordem levantada por V.Ex^a, mas eu acho que nós não temos o direito nesta Casa de pedir proteção porque o cidadão é Parlamentar. Se o cidadão comum tem a vida devassada, o Parlamentar fora das suas atribuições... A imunidade Parlamentar é para o exercício do cargo, não para falcatura. Me permita...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas espera aí, nós temos que trabalhar em dois... O vazamento é uma coisa. A apuração é outra. Se V.Ex^a votar, fizer a proposição de um Requerimento contra vazamento, tudo bem. Mas a partir do momento em que esse pessoal não puder trabalhar fazendo cruzamento, não há razão de ser. Infelizmente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas Senador Heráclito, sobre qualquer outra atividade da CPI ela só pode se mover sobre Requerimento. Não tem saída. Para vir uma pessoa depor, para quebrar um sigilo, para mandar uma comissão fazer um trabalho externo, in loco. Para fazer qualquer atividade como é que ela age? Qual é o poder dela? Votação aqui. Tem que ter votação.

Então, não podemos fazer... Aí pega um funcionário, estou fazendo um cruzamento aqui. Por que é que ele vai fazer um cruzamento? Por que é que não faço eu? Porque é que não faço eu, porque é que não faz o relator e todos os membros da Comissão. Funcionário não pode fazer isso não. Só pode fazer sobre requerimento. A autoridade aqui é nossa. Não do funcionário. Isso não pode ocorrer.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu quero que fique registrado aqui nos anais desta Casa o novo pensamento do Senador Sibá Machado, um trabalhador com relação ao exercício das funções de um servidor público. Ora, se esses funcionários são convocados para uma função, eles têm da Comissão

a delegação de proceder esse tipo de serviço. Nenhum de nós, Senador Sibá Machado, vamos falar a verdade, nenhum de nós, Senador Siba Machado vamos lá com o computador passar a noite virando ficha e fazendo o que eles fizeram. Não vamos ser injustos com esses funcionários. Aliás, não conheço. Mas a partir do momento... Nem no militarismo havia um corte de atuação como V.Ex^a está propondo. Imagine se para atuar esse pessoal vai precisar sempre de orientação do Presidente, do Relator, de qualquer um de nós. Para isso é que existe a Comissão. Agora eu pergunto: Os nomes não vazaram. Nós estamos aqui num clube de falsa felicidade. Os Parlamentares envolvidos iriam ser protegidos pela nossa boa vontade. Nós estamos diante de dois fatos. O vazamento e o trabalho da Comissão. O trabalho da Comissão, dos funcionários da Comissão é um trabalho fantástico. Agora, V.Ex^a pode até...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas sempre sob força de Requerimento. O que eu estou propondo é isso. À medida que alguém toma uma iniciativa pessoal de fazer um trabalho. Não pode. Tem que ser votado aqui o trabalho que tem que ser feito. Então se a gente acha que nesta Comissão que tem que fazer determinado cruzamento que envolve parlamentares ou quem quer que seja pessoa jurídica ou física tem que passar pelo Requerimento. Porque todas as outras coisas passam pelo Requerimento. Estou propondo isso porque aí evita esse tipo de atividade que está acontecendo aqui. Não pode o nome de uma pessoa aparecer dessa maneira que apareceu.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Sibá Machado, a Comissão recebeu o material... Essas informações vieram de onde, Relator?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Todas as informações contidas nesse material foram destinadas para o Relator e para o Senador Colombo, Presidente. Esse é o material da consultoria da consultoria da Casa, feito por um consultor que trabalha com as informações da relação das ONGs e o consultor fez um trabalho examinando a relação...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu quero elogiar a competência do PT que é fantástica. Ele vai vir com a cabeça nova agora. Mas vamos ouvir. Pois não, continue.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O funcionário fez um trabalho relacionando a presença de funcionários no gabinete de Parlamentares, Senadores e Deputados, com a participação desses funcionários em ONGs ou dos próprios Parlamentares em ONGs. E a partir daí fez uma série de fluxogramas que interligam ações de ONGs em,

digamos assim, conjunto, muitas vezes esse fluxograma não bate com a realidade local, mais isso foi feito e entregue pra mim e para o Senador Colombo, para digamos assim, para uso exclusivo dessas informações praticamente na Relatoria. O fato é que esse material começou a aparecer nas páginas dos jornais. Isso envolve uma relação de mais de cem Parlamentares. Que não significa que a sua participação em ONGs ou o fato de ter um funcionário ligado a ONG, signifique alguma irregularidade. Por isso, ao vazarem as informações e está ali o nome de um Parlamentar, ou o nome de um dirigente de órgão público, como as fundações que apareceram todas, todas aparecem nesse trabalho, praticamente, ao você anunciar o nome dessa fundação ela já fica sob suspeita. Assim como o Parlamentar fica sob suspeita, a fundação fica como suspeita, a ONG fica como suspeita, o dirigente de algum órgão de Estado, seja estadual, federal e municipal...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Relator me permita um aparte?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Então esse material estava aqui, mas de repente ele foi para as páginas dos jornais. Mas só temos duas alternativas. Ou passamos esse material para todos os membros da CPI, e aí cada um vai fazer o uso que desejar. Porque aqui ninguém vai controlar ninguém. Se não pode ter censura prévia para funcionário, imagina para Senador. Aí que não terá mesmo. Então acho que esse material...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – V.Ex^a permite um...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Esse material deve ser um material de consulta da Relatoria. Ponto. Porque nós estamos preparando o relatório. Não vai ter relatório paralelo. Só tem um relatório. É o que o Relator vai apresentar.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Se V.Ex^a permitir aqui que eu estou querendo ler o que diz o jornal.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Inácio Arruda com a palavra.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A Relatoria pode buscar vários caminhos para examinar. Eu tenho uma denúncia aqui e estou examinando uma ONG, trago aqui uma pessoa, fazemos uma oitiva e vamos buscar os elementos que possam incriminar ou ao contrário, ao invés de incriminar você dizer que essa ONG não tem absolutamente nada. Como nós fizemos na semana passada e sustenta o que eu disse. Na semana passada. Aqui veio a um trabalho, deu o seu depoimento, nós fizemos todo o exame sobre o material de trabalho a ONG que

prestou um grande serviço, presta um grande serviço e foi punida publicamente pela mídia e pelo próprio Governo. Terminou punido também a UNITRABALHO. Então acho que o material deveria ser exclusivo para uso exclusivo da Relatoria. E daqui não vazar nada. Agora se o material começa a parecer nas páginas dos jornais é um fato lastimável e isso cria um embaraço para o processo de investigação que a CPI tem que fazer, enorme. Não ajuda a CPI. Se alguém acha que está ajudando fazendo esse tipo de pirotecnia, sinceramente não ajuda.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu desejo só antes de conceder a palavra ao Senador Tião Viana que se inscreveu, pela ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Gostaria apenas de...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O Senador e em seguida...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Sibá parece que quer prestar um esclarecimento.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É muito simples, porque na fala do Relator, para ajudar aqui, o que o jornal está dizendo pegando a partir do fato que está aqui. Notícia com o jornal. Que existe um Relator preliminar, um Relatório preliminar e que, portanto, com o título, é um capítulo cujo título é levantamento de conexões. Se o Relator está nos afirmando que não tem Relatório nenhum, então isso é mais grave ainda. Aí que estou querendo me apegar que a gente tem que tomar um cuidado muito grande para que o caminho desta CPI seja o que de fato está propondo. Se não vai ficar o quê? Show na imprensa? Então o Relator está dizendo que não tem Relatório nenhum e não tolerará relatórios paralelos e ainda mais já tem um capítulo pronto. As conexões de Parlamentares. Então pelo amor de Deus eu gostaria de ser avisado pelo menos se está tendo outro tipo de encaminhamento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Só gostaria de esclarecer quando recebi do Senador Sibá Machado eu coloquei no início o seguinte. Não há, não conheço, não tenho nenhum Relatório. O que nós temos em um levantamento parcial. Eu recebi esse material em dezembro. Não divulguei. Tratei ele com o maior sigilo, como é do meu dever e responsabilidade. Foi exatamente assim que foi o meu procedimento. Conversamos com o Senador Inácio Arruda há bastante tempo, vamos aguardar esse material para consulta porque é um material que cita pessoas, mas não comprova nenhuma irregularidade. O fato

de um Parlamentar ter no seu gabinete um membro relacionado a uma ONG não é nenhum crime, não há nenhuma necessidade de divulgar isso. Evidentemente que nos estudos que vão ser realizados depois, se se comprovar aí sim isso deve ser divulgado.

Agora, a CPI é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela realmente não pode impedir que seus técnicos, que ao longo dos anos construíram um procedimento de trabalho, e que conquistaram e ajudaram o País nesse processo de moralização que desenvolva seu trabalho. O grande problema não está no estudo feito, o grande problema está na divulgação disso. Isso realmente prejudica o nosso trabalho porque você acaba desviando o foco. O que nós podemos fazer e é o que eu proponho. Os Senadores que desejarem ter acesso a essa documentação está disponibilizado. Não há nenhum tipo de segredo, não há... Até porque todos têm esse direito. E acho que deve ter a cautela de não se divulgar aquilo que não se tem ainda uma evidência comprovada porque compromete a qualidade do trabalho. Essa é a minha opinião. E tudo aquilo que for necessário que realmente sempre o Requerimento ele dá maior transparência. Agora, ele não pode impedir a equipe técnica de trabalhar sob pena de prejudicar ao trabalho. Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana. Desculpe, o Senador Heráclito ainda está com a palavra, eu interrompi. Peço perdão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Veja bem, nós estamos aqui diante dos fatos. O Relator em nenhum momento defende o que defende o Senador Sibá Machado de que é essencial o trabalho da Comissão. Se está questionando aqui a divulgação. A divulgação. É outra história. Agora, a minha preocupação é com o trabalho. Nós não podemos de maneira nenhuma impedir ou deixar que os servidores tratem apenas daquilo que for produto do Requerimento. Porque investigação sem apuração é impraticável, Senador Sibá Machado. E você está com um volume de documentos, à medida que vem aparecendo fatos novos, você vai evoluindo. Imagine... Aí sim, o Assessor que encontra um fato grave pode chegar para um Senador e dizer: Olha, estou com um fato grave aqui, tem que fazer um Requerimento me pedindo para apurar isso. Aí não tem o menor sentido. Não tem o menor sentido. Nós não podemos silenciar o trabalho da Comissão. Não há menor possibilidade. Imagine os Assessores excluídos só trabalharem através de Requerimento? Paciência. Não há como. Agora... Sibá Machado

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Essa a opinião de V.Ex^a a respeito dos funcionários?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Sibá Machado, no autoritarismo havia esse conceito. Nós estamos num momento que lutamos muito para chegar a isso. Essa Casa é composta de quadros técnicos da melhor qualidade. Eles ficam e nós passamos. Esses funcionários têm responsabilidade. Esses funcionários já prestaram serviços a inúmeras CPIs aqui.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não vamos falar de Relatório não, porque V.Ex^a é autor de um Relatório em separado aqui que não faz bem à sua biografia, de uma CPI passada. Então sobre Relatório paralelo é melhor não se tratar. V.Ex^a sabe muito bem como acontece, a maneira como eles chegar. V.Ex^a e um Deputado de Minas. Carlos Willian, não é isso? Pois é. Então não vamos falar dessa questão. Tem coisa na vida que é melhor que a gente esqueça. Nós estamos falando dessa atual. Agora, pelo fato de ter Deputado Adão Preto, o Deputado Marco Maia, Deputado Miguel Couto, Deputado Anselmo Jesus e a Deputada Sandra Rosado citada aqui na matéria, nós não podemos poupá-los, não. Tenha paciência. E tem mais o seguinte, se são inocentes, eles tomem as providências junto à Comissão. Se for calúnia, tome as providências. Agora, nós não podemos botar esses fatos debaixo do tapete. Em que circunstâncias eles estão envolvidos, não sei porque não conheço. Mas, atender o que V.Ex^a pede é um desestímulo e é uma pá de cal em cima não dessa CPI, mas de CPI de qualquer natureza. Nem o General Medeiros ou o General Newton Cruz agiu como V.Ex^a propõe agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu passo a palavra ao Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Na verdade eu quero cumprimentar Senador Raimundo Colombo, V.Ex^a, Relator Inácio Arruda, todos dessa CPI pelo trabalho operoso que vem desenvolvendo e o alcance de resultados que nós já temos aí o horizonte, uma perspectiva de um bom resultado a favor de um setor que não tem controle da sociedade, não tem controle efetivo dos órgãos de Estado. Eu acho que tenho certeza que 90% de seriedade e 10% de problema e que tem que ser exposto e devidamente conduzido nesse País. A minha preocupação maior está muito no sentido da CPI não perder a sua referência correta, a sua prerrogativa, a sua autoridade. V.Ex^a era membro comigo, me ajudou muito na CPI do apagão. E ali nós conduzimos e não permitimos o vazamento de uma in-

formação que transferisse desonra ou questionamento moral, por exemplo, à Força Aérea Brasileira, a setores que fazem parte da responsabilidade como membros do Estado Brasileiro. Eu entendo uma CPI como uma instância judicial instalada no Poder Legislativo, com plenas prerrogativas judiciais, V.Ex^a funciona como um Juiz nessa atividade, e qualquer vazamento que impute desonra a alguém é muito perigoso. E o jornal (ininteligível) no dia 10 aqui a revelia do Relator um vazamento de informação grave que desonra antecipadamente cinco pessoas. Se forem culpados, como diz o meu amigo Senador Heráclito, que sejam. E que sejam devidamente condenados. Agora, o vazamento antecipado é muito perigoso. V.Ex^a lembra da importância que teve esta Casa na CPI do Narcotráfico. Na CPI da Pedofilia, do Narcotráfico na Câmara e da pedofilia aqui. Imagine se começam antecipadamente a transformar em traficantes quem não é. Ou transformar em pedófilo quem não é também. Então nós temos esse dilema, essa proteção por obrigação de entender como uma instância judicial uma CPI de preservar e honrar a atividade dela, o que inclui a responsabilidade dos servidores em cumprir devidamente as suas orientações e determinações de preservação da informação. É nesse sentido que eu faço aqui uma consideração para que a CPI não se permita esse tipo de uma ação paralela que fere a autonomia, prerrogativa do Relator, de V.Ex^a, porque do art. 126 ao 130 do Regimento Interno há normas claras sobre o papel da Relatoria de uma CPI.

Então, para colaborar e dizer da minha admiração e o respeito à responsabilidade como V.Ex^a tem conduzido os trabalhos aqui que eu trago esta afirmação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a V.Ex^a. Nós vamos depois fazer uma reunião com a Secretaria da CPI e vamos avaliar e tentar e criar os mecanismos de controle e aperfeiçoá-los de tal forma que o vazamento não ocorra. Evidentemente que a CPI é uma aberta, é interesse de todos nós investigar e nós temos que cumprir com o nosso papel. Mas o vazamento prejudica a nós todos. E realmente desgasta o nosso trabalho e ele deve ser evitado de todas as formas em relação àquilo que é sigiloso e é exatamente esse meu pensamento e a prática.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu só pergunto a V.Ex^a porque fiz um pedido no sentido de que se faríamos uma nota sobre o vazamento. Não em si sobre o mérito do debate aqui. Mas sobre o vazamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu fico à disposição de V.Ex^a. Se puder sugerir não há problema.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Então faremos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu não posso dizer que esse levantamento não existe porque seria uma omissão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sem problemas. A minha reclamação é sobre o vazamento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Acho que a preocupação do Senador Sibá é pertinente. Agora, o primeiro passo é ele convocar aqui os dois jornalistas que assinaram a matéria. V.Ex^a poderia convidá-los para vir aqui.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Pode ser.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Porque a matéria está assinada. É uma matéria assinada. Então nós não podemos ir no artigo, temos que ir no fato concreto. Agora Senador Inácio Arruda, essa hipocrisia que se começa a levantar aqui de vazamento nós não lembramos aqui no passado (ininteligível) alguns que se notabilizaram e que hoje são Governo, mas que se notabilizaram na oposição na arte e no ofício de vazar. Em CPIs passadas. Nós temos uma até que teve que deixar a vida pública, mas de forma muito poderoso no País, que se notabilizou por vazamento. Nós temos companheiros aqui ilustres, Senadores da República que têm o passado todo de vazamento de informações.

Então, não vamos, Senador Sibá, advogar a hipocrisia aqui. Vazamento de informação acontece. Nós não podemos por conta de um vazamento de uma matéria em que implica Parlamentares cercear o funcionamento dessa CPI, porque vai passar a opinião pública que nós estamos querendo colocar debaixo do tapete. Porque são Parlamentares não pode apurar? Não. Tem que se investigar. Tem que saber até para... Nós temos obrigação agora, Sr. Presidente, a proposta que eu faço, de examinar esses nomes citados aqui na matéria. Até para dar alívio e dar descanso. Acho que seria prioridade da Comissão, Senador Sibá Machado, não sei se V.Ex^a concorda comigo. Acho que a prioridade agora da Comissão seria investigar esses nomes. Essa que seria a proposta concreta. Nós examinariamos, Sr. Presidente, Sr. Relator, se há ou não envolvimento e em que circunstância. Já que estão vazados, vamos apurar. Se tiverem culpa... Paciência. Se não, essa Comissão pelo menos tem o dever de prestar um esclarecimento à opinião pública. É uma proposta que eu faço.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, eu gostaria de...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Sérgio Guerra pediu a

palavra, pela ordem, eu passo primeiro a ele e depois V.Ex^a.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, queria fazer uma ponderação que tem algo a ver com que está sendo discutido aqui. Primeira delas, primeira ponderação. É uma tradição do Congresso vazar informações. O que é dramático, e muito errado. De uma maneira especial porque muitas pessoas são anunciadas como responsáveis, e esses anúncios nem sempre se confirmam. E a versão publicada é um dano para aqueles aquele que é citado. Eu já fui vítima disso, quase todos aqui de todos os partidos o foram.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Essa é uma coisa de muitos anos que se repete aqui, e aqui entre nós, é uma coisa que atenta contra a nossa... O nosso conceito enquanto Parlamentares. Muitas vezes esses vazamentos não têm nem origem nos Parlamentares. Nos caminhos as coisas vão vazando. Mas eu acho que é preciso cuidar disso com absoluta energia e determinação. Quero fazer uma ponderação acessória a essa. Quando se deu muitos anos a Comissão Parlamentar de Inquérito do orçamento, ela concluiu por três decisões. A primeira era o encerramento da chamada Comissão Parlamentar, da chamada Comissão de Orçamento que remanesce. A segunda era a proibição de transferência de recursos públicos para entidades privadas. A terceira que as Comissões Permanentes desempenhassem um papel mais ativo para discussão ao longo do ano e a fiscalização ao longo do ano do chamado orçamento. Um desvio nesse campo foi muito... é muito grave. No primeiro momento, dois, três anos depois da CPI, um Deputado acima de qualquer suspeita, Deputado Sérgio Miranda, nosso amigo e que honrou essa Casa, Deputado Sérgio Miranda propôs que recursos para o Sarah Kubitschek pudessem ser transferidos. Isso porque havia uma decisão que proibia transferências de recursos para instituições de qualquer tipo que tivesse caráter privado. Essa decisão, na época, se deu por conta das chamadas subvenções sociais que era uma máquina de fazer privilégio e em grande parte de fazer corrupção. Então foi aprovada lá com intensa discussão essa exceção para o Sarah Kubitschek. Justificada. É que era e é uma instituição acima de qualquer suspeita e que honra a medicina brasileira.

Num segundo momento, um ano depois, ou pouco mais, no segundo ano, foram abertas outras exceções. Também meritórias. INCOR, para o INCOR, para instituições de renomado conceito para as quais a contribuição do recurso público, pelo orçamento, se justificavam. Com o passar do tempo, e eu estou sen-

do isento nisso, não está falando aqui o Parlamentar do PSDB, ainda nos governos do PSDB, essa abertura foi sendo generalizada. De forma lenta e gradual. Nos últimos anos essa abertura generalizou-se. E as transferências agora, como as emendas de maneira geral, não tem qualquer critério para aprovação. Quem aprova a Emenda não é mais o mérito do projeto, mas o direito, entre aspas, do Parlamentar de aprová-lo.

Então, banalizou-se essa questão de transferência de recursos públicos para entidades privadas no plural. Eu penso que essa banalização já foi reproduzida em várias reportagens de vários jornais antes dessa CPI. Não faz tempo, não faz algum tempo O Globo publicou uma matéria sobre recursos desse tipo transferido para instituições privadas que rigorosamente não podiam ter acesso a recursos públicos federais. Escolas de samba, entidades que tinham atividades que não tinham nada a ver com as prioridades nacionais, e entidades que tinham ligações se não diretas, indiretas com Parlamentares. Eu penso que essa questão da transferência de recursos públicos para entidades assim não pode deixar de ser examinada por essa Comissão. Com os cuidados que ela precisa ter, com o rigor que ela deve ter, mas com a necessária isenção para apurar esses fatos. Não importa que esses fatos tenham se generalizado agora, ou que alguns deles tenham se dado antes. Nada disso. Não vamos enfrentar essa disputa de... Que sempre prejudica a investigação entre governos. O fato concreto é que não dá mais para um Estado como brasileiro que investe quase nada, que não mantém o investimento nas suas entidades públicas em projetos públicos relevantes e estruturantes que ele passe a financiar instituições privadas de alcance mínimo, se não particular, se não paroquial, se não eleitoral. Não estou falando de corrupção, estou falando de desvio de finalidade do recurso público no País. Eu acho que nós contribuiremos de maneira muito forte, mas muito forte mesmo, para que essa investigação aqui não seja cinematográfica, mas seja contundente, se nós fizermos essa avaliação. É fácil de acompanhar, eu já conversei com membros da Comissão muitas vezes, já recebi dezenas de relações de instituições que de maneira nenhuma poderiam ter acesso a esse recurso, não deveriam ter acesso a esses recursos, não é questão de poder, porque poder está podendo tudo, mas não deveriam ter acesso a esses recursos que deveriam ser examinadas aqui, fala o Relator e fala o Presidente com rigor necessário. Por cima dos partidos, por cima das amizades, mas no interesse do País no sentido mais geral que eu tenho certeza que deverá ser preservado nessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a V.Ex^a. Nós vamos adotar uma série de critérios e procedimentos para que realmente se preserve aquilo que se deve manter em sigilo mas que a CPI funcione e cumpra o seu dever.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, queria pedir permissão a V.Ex^a e ao Relator. Nós temos que acabar com o fato que está sendo muito usado aqui. É se dar importância a um detalhe para se desviar o foco de apuração. Eu fui vítima a semana passada de uma acusação por parte do Secretário de Educação lá do Piauí por ter havido uma matéria, na Folha de São Paulo, não me lembro agora, e que colocava a CEPAC que é uma entidade do Piauí como uma das investigadas pela Comissão. Até onde eu sei, por um critério que não sei se vão continuar agora porque o Senador Sibá Machado só quer que eles trabalhem quando houver autorização, pegaram as ONGs com maior volume de recursos federais por Estado. E a CEPAC aparecia lá com determinado volume. Sai à matéria. E aí descobriram que o Secretário de Educação do Piauí é cunhado do Presidente da CEPAC. Coisa que eu não sabia. Eu não sou bisbilhoteiro de matrimônio de ninguém. Mas aí se desvia o foco. O problema é que a CEPAC que poucos piauienses conhecem, vem ao longo do tempo recebendo recursos estaduais, federais e internacionais. E agora Senador Inácio Arruda, jornais de ontem noticiam que está destinado a CEPAC os 70 milhões de reais do território cidadão. Lançado pelo Lula agora. É dinheiro para campanha, é dinheiro eleitoral. Porque você vai pegar uma ONG literalmente atrelada ao Partido dos Trabalhadores. E isso não dá, Senador Sibá Machado. Essa indignação que o partido de V.Ex^a, do qual V.Ex^a é o representante aqui com muito brilho, mostra com o vazamento da notícia, não foi demonstrado qual o vazamento de um sigilo bancário de um caseiro nosso conterrâneo piauiense também. Eu não vi ninguém do partido de V.Ex^a se indignar com o vazamento do sigilo bancário de um trabalhador que está desempregado, perseguido pelo Governo, nunca mais conseguiu emprego, no entanto eu não vi nenhuma indignação. Eu não sei qual é o modelo que estão querendo implantar nesse País. Imprensa não pode mais trabalhar. Funcionário do Senado só trabalha agora com ordem dos Senadores. Nós vamos voltar para a ditadura, minha gente. O que é isso? Paciência. Vamos trabalhar, Senador Sibá Machado. E eu acho que um exemplo começa de casa, Senador. Eu faço a proposta de que para atender ao Senador Sibá Machado nós comecemos a apurar os nomes aqui citados. Pra gente ter inclusive autoridade para apurar os outros. Se não nós vamos ficar muito mal. Parece que nós estamos botando debaixo

do tapete um fato dessa natureza. Veja bem a nossa situação, Senador Sibá. Se nós não temos autonomia, liberdade para investigar, isso é fácil. O próprio Relator pode pegar a documentação, chamar um, chamar outro, e ver o que é que acontece. Se é verdade ou se é mentira. Mas temos que dar uma satisfação à opinião pública sobre esse assunto trazido em boa hora pelo Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, só para deixar claro que o que eu pedi, eu mantenho o meu pedido, recomendei a V.Ex^a através de uma questão de ordem. Estou convencido do que disse aqui e não pretendo de jeito nenhum desviar assunto nenhum. Assunto foi posto, fiz uma reclamação através de Questão de Ordem, V.Ex^a já me respondeu, estou satisfeito com a resposta e portanto esse é o objetivo do nosso trabalho de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a V.Ex^a e eu considero realmente importante ter esse cuidado com a questão do sigilo. Mas nós convidamos a estar na Mesa a Dr^a. Mariza Rotenberg e nós precisamos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Presidente, só uma notícia. As transferências para instituições privadas desse tipo e de vários tipos somavam 15 milhões de reais.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Milhões.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Milhões. Esse ano elas devem somar dois bilhões de reais. Se nós passarmos ao largo disso, não estamos fazendo nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Com certeza. Agradeço aos Srs. Senadores. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, eu entendo que realmente o fato que está sendo discutido se reveste de uma razoável gravidade. De fato, a aparição de nomes antes que a Comissão tenha tomado qualquer posição, tenha evoluído nas investigações, coloca em evidência uma circunstância que prejudica inclusive a imagem das pessoas. Compromete a imagem das pessoas. E exatamente em defesa da imagem dessas pessoas, eu acho que tem razão o Senador Heráclito Fortes. Acho que quanto mais cedo elas vierem, mais cedo nós poderemos liberá-las, caso efetivamente elas não tenhamos nenhum comprometimento e as primeiras declarações que foram feitas foi no sentido de que não tem nenhuma responsabilidade, que não tem nenhum ato ilegal. De sorte que essa providência de...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Senador Valter Pereira, só faço um pedido a V.Ex^a. Qualquer

pessoa que vier aqui numa condição como essa Parlamentar ou qualquer pessoa apresenta o fato. Qual é o fato que de fato justifica uma pessoa vir sentar na cadeira sob qualquer hipótese. Porque senão nós vamos enveredar pelo caminho que então é guerra. É guerra. É guerra aberta. Porque um jornal diz que tem uma pessoa do seu gabinete que é amigo ou parente de alguém de onde é motivo para vir sentar numa CPI? Brincadeira. Isso não pode ocorrer. Nós temos que ser mais sincero nessa Comissão. (soa a campainha) Qualquer pessoa Parlamentar que tiver fato concreto tem que ser convocado a essa CPI. Porque se não tem nós não vamos fazer isso. (soa a campainha) Vamos debruçar sobre o assunto que de fato interessa. Eu acho que a lógica que o Senador Sérgio Guerra apresentou que também foi foco de debate no nosso Relator tem fundamento. Tem fundamento pegar as ONGs que no período que tinha transferência de recursos. Isso sim é o foco dessa CPI. Agora, uma nota de jornal um Parlamentar aparece irresponsavelmente não vem. Porque isso aqui não é palco de disputa política. Pediria muito aos Senadores que tivesse muito cuidado com isso. Porque se esse for o nível dessa CPI armada até os dentes também se está e vamos fazer disse aqui o que quiser. Agora, palco de disputa política pelo amor de Deus. Então pediria com todo carinho não vamos desviar o nosso assunto aqui porque este não é o nosso assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O Senador Valter Pereira está com a palavra e estou assegurando a V.Ex^a a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Me causa estranheza à ira que toma conta do Senador Sibá Machado. Isso aí realmente me dá uma... Me dá uma situação assim até de perplexidade. A preocupação que tenho, Senador Sibá, é com a imagem das pessoas. Então veja o seguinte, no momento em que se coloca em dúvida a imagem de pessoas que têm responsabilidade. Que aí não apareceu qualquer um. A grande verdade é essa. Não foi qualquer um que apareceu. Qualquer um é uma pessoa desconhecida, uma pessoa que não tem responsabilidade. Mas V.Ex^a vê o nome das pessoas. São funcionários.

Então, eu acho que é muita responsabilidade. Acho que nós temos que ouvir, sim, até para que essas pessoas possam ter um saneamento na sua imagem que foi tingida, que foi alcançada aí por uma mancha que deve ser apagada. Acho que é uma medida salutar e que pode inclusive balizar daqui para frente os cuidados que todos nós temos que ter com relação à condução da CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a V.Ex^a.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, uma Questão de Ordem. Acho que devemos começar a oitiva que está programada, com toda liberdade que tem os Srs. Senadores para se pronunciarem. Acho que é uma pessoa que está aqui para ser ouvida, depois ser questionada por todos nós. Acho que nós deveríamos fazer isso. E em relação a vazamento de informações, vamos fazer o seguinte comunicado à imprensa. Nenhum vazamento que chegue as suas mãos tem sustentação nenhuma. Para efeito da CPI. Até o presente momento. A CPI vai investigar aquilo que considerar que deve ser investigado, fruto dos requerimentos, dos debates e as informações que já foram solicitadas por nós para vários órgãos, elas vão sendo cruzadas para que o Relator, o Presidente e a Comissão tenha os elementos suficientes para condenar ou pedir que modifique se a Legislação como já foi feito no passado e na verdade o Sérgio Guerra que não se resolveu o problema. Porque continuaram os mesmos problemas de antes. Os mesmos. Então temos todos os poderes para isso. A partir das nossas decisões. Os próprios funcionários vão trabalhar a partir das nossas decisões mesmo. Nós decidimos e os funcionários são consultores, pessoas preparadas têm condições de fazer todos esses cruzamentos de informações e deixar na nossa mão. O que está vazado como vazamento para a imprensa, cada um da imprensa que se responsabilize. Eles que botaram no jornal e se responsabilize pela informação que deram, quando está assinado melhor ainda. Que cada um se responsabiliza por aquilo que assinou. Então acho que a gente deveria na CPI acho que juntar aqui a Mesa com o Relator, Lúcia Vânia, eu, Relator, e mais o Presidente da Comissão, fazer uma discussão à luz das informações que foram trazidas hoje aqui pelos senhores, tomar as providências, mas a gente ouvir a pessoa que está aqui. Porque acho que não é conveniente. A pessoa está aqui esperando já duas horas, nós atrasamos em função da realidade climática do Brasil, porque atrasou o vôo do nosso Presidente, então está mais de duas horas aqui já esperando a hora marcada, a reunião era para 09h30 já são 11h22. Acho que seria conveniente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu queria encerrar o assunto. O Relator tem toda razão, era uma matéria de jornal, mas esse assunto foi trazido para cá de maneira enfática pelo representante do Partido dos Trabalhadores. E eu acho que ele é o primeiro a querer essa apuração. De forma que eu apresento à própria Sessão um Requerimento pedindo, quero contar com a colaboração do Senador Valter Pereira pedindo a apuração desse fato. São cinco Parlamentares envolvidos e aí nós temos que ter até para

proteger os funcionários, os Parlamentares, você tem o caso do Deputado Adão preto que está aqui citado. Eu conheço o Deputado Adão Preto. Custa crer que o Deputado Adão Preto esteja envolvido em alguma ilegalidade. Mas eu não vou ficar confortável depois de V.Ex^a der esse cunho dramático que deu, se não tiver a certeza realmente para o bem do próprio... é um homem público. Então, tenho certeza que V.Ex^a.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Os próprios Parlamentares isso é bom.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Temos que parar os fatos. Daqui para frente é outra coisa, mas nós estamos aqui meu caro Relator diante de uma denuncia que não passaria. Eu pelo menos não dei nenhuma atenção ao fato. Li. O Senador Sibá Machado trouxe como um fato grave.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A proposta dele é que se faça com os 120. Eu também concordo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Só Deputado. Não tem Senador também?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Nenhum. Mas aparecer vão vir todos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Então pronto. Acho que se for o caso de apurar, vamos apurar.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Perfeito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Agora, nós não podemos... Senador Sibá Machado está anunciando 120. Então...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Isso vazou aonde, Senador Sibá?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Vou pedir a compreensão... Vou pedir a compreensão dos Senadores que nós precisamos...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Quero comunicar que é um fato sério. Sr. Presidente, na próxima reunião eu apresento o Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a V.Ex^a e é o procedimento adequado corretamente. E nós vamos então pedindo a compreensão de todos passar a palavra a Dr^a. Mariza Rotenberg para que ela proceda a sua apresentação e em seguida daremos andamento ao nosso trabalho. Por favor, V.Ex^a tem a palavra.

SRA. MARIZA ROTENBERG – Bom dia. Bom dia a todos. Meu nome é Mariza Rotenberg, eu sou funcionária pública e me encontro em licença. Eu estive a frente da Chefia do Gabinete do IBAMA em duas gestões, na época em 1990 e 1992, ainda do Secretário José Lutzemberg, e posteriormente em 96 a 99. Na época então o Ministro Gustavo Krause. Estou aqui disposta, enfim, esclarecer o que eu puder ajudar nessa Comissão, enfim, que tiver à minha altura.

SRA. MARIZA ROTENBERG – Em duas gestões. A primeira à época do Prof. José Lutzemberg, até a Eco 92, e a segunda de 96 a 99. Na época do Ministro Gustavo Krause.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu concedo a palavra então ao Sr. Relator...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Entendi o espírito da coisa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Bom dia Mariza Rotenberg.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, eu queria pedir um favor, se possível. Não sei quem é o autor do Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Autor é o Senador Sibá Machado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Sibá Machado poderia explicar as razões do convite?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – A palavra está com o Relator, depois nós vamos abrir ao Plenário. Por favor.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, qualquer pessoa que vier aqui... Pelo amor de Deus. Não vamos entrar nisso. Já foi votado esse Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Srs. Senadores, por favor, o Senador Inácio Arruda está com a palavra depois vamos liberar o Plenário.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Dr^a. Mariza Rotenberg, eu gostaria de pedir a V.S^a algumas informações gerais. Qual era a função da senhora no IBAMA?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Chefe de Gabinete do Presidente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Chefe de Gabinete do Presidente. Em que período a senhora já anunciou. Nesse último período o Presidente era o Dr. Gustavo.

SRA. MARIZA ROTENBERG – Não. O Ministro era o Dr. Gustavo Krause, o Presidente era o Dr. Eduardo Martins.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Dr. Eduardo Martins. A senhora hoje está licenciada e está exercendo alguma atividade?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Sou consultora.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A senhora tem uma empresa de consultoria?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Isso.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Empresa própria?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Isso.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A senhora tem alguma informação a nos oferecer acerca do convênio entre o IBAMA e a ONG Amanaka's Amazon?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Olha, eu posso enfim responder alguma coisa. Eu não fui gestora desse convênio. Eu participei de um evento que houve através desse convênio. Quando eu acompanhei o Presidente do IBAMA, a Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, enfim, eu estive presente nesse evento. Talvez... Aí eu poderia esclarecer alguma coisa. Mas... Eu não saberia, enfim...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A senhora sabe informar se os recursos desse convênio era do IBAMA ou de outro órgão do Governo?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Não saberia dizer porque não mexia com recursos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A senhora assinou algum documento relacionado a esse convênio?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Eu assinei um documento relacionado a esse convênio na intenção de comprovar a participação dessas pessoas nesse evento que houve, foi de fato o único documento que eu assinei.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Para efeito de liberação de funcionários ou só de comprovação de que essas pessoas...

SRA. MARIZA ROTENBERG – De que o evento se realizou. A intenção toda era de que comprovar que o evento se realizou. Na época inclusive foram diversos índios participar desse evento, houve uma exposição grande no sentido de divulgar internacionalmente todo o artesanato e a cultura indígena e eu estive nesse evento. Eu comprovei que esse evento existiu.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A senhora que assinou então pelo IBAMA?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Sim. Esse documento, sim.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Esse documento de comprovação das pessoas. Mas o convênio mesmo foi...

SRA. MARIZA ROTENBERG – Não, esse não...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A senhora não... Para esse... Para constar que as pessoas participaram, a senhora então estava responsável pelo convênio?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Sim. Eu ajudei na logística, era uma autoridade que teria que chegar lá... Enfim, eu Assessoriei vamos dizer assim essas autoridades. Daí então eu assinei esse documento.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O SIAFI não dá conta de quem é o responsável pelo convênio.

SRA. MARIZA ROTENBERG – É verdade. Não tem um gestor, não houve um gestor desse convênio. Não saberia dizer porque não houve.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E quem era?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Não saberia responder isso. Imagino que... Não sei se a Diretoria Financeira, se auditoria, se uma Diretoria específica...

Eu sei que de fato, eu também procurei essa informação, não havia um gestor desse convênio.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Ele ficou solto no órgão?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Não tenho nem muita informação porque...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Na área pública, quem é o responsável na área pública?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Eu realmente não sei dizer o porquê não havia um gestor ou quem deveria ter designado um gestor.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Porque na educação então a maioria dos convênios são com a Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação, e dentro da fundação então eles têm uma Secretaria, aquela Secretaria é responsável por convênios com particulares, outros é responsável por convênios com públicas, outro com ONGs. Então tem sempre um responsável. Nesse caso não apareceu?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Não apareceu.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E no IBAMA, normalmente com as ONGs, na época que a senhora acompanhou, quem era o órgão que acompanhava os demais convênios?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Eu imagino, não sei lhe dizer, não era a minha área e eu não fazia parte de um departamento que fosse responsável por isso, mas imagino que os convênios eles eram... se era na área de pesca era no Departamento de Pesca, se era na área de educação ambiental era no Departamento de Educação Ambiental. Imagino que os gestores seriam designados em função da temática do convênio. Mas nem isso posso afirmar com muita certeza porque de fato não é a minha área e não conheço.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A senhora sabe o valor desse convênio?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Sei o valor de 600 mil reais de um convênio.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Em um?

SRA. MARIZA ROTENBERG – De um. Acho que é o que está sendo tratado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E o prazo da execução a senhora tem conhecimento?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Não. Não saberia dizer.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E na Anamaka'a, a senhora sabe qual pessoa que assinou o convênio?

SRA. MARIZA ROTENBERG – A Amanaka'a, eu não saberia dizer quem assinou o convênio, não. Não tive acesso ao convênio assinado. Na época eu sei que a responsável por essa ONG era a Sr^a. Zezé Weiss. Mas não sei se foi por ela assinado esse convênio.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Zezé Weiss?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Justo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A senhora tem conhecimento do endereço dessa ONG no Brasil?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Não.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E em Nova York?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Não.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Quer dizer, melhor dizendo, em New York?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Não.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A senhora sabe dizer porque o IBAMA assinou convênio com uma entidade com sede em Nova York?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Não saberia dizer. Eu acredito até que esse convênio foi assinado antes da minha entrada como Chefe de Gabinete.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A senhora sabe dizer em que Banco foi feito o depósito?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Não tenho conhecimento.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Conhece a empresa Weiss Reset Inc(F)?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Não. Desconheço.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E sabe dizer se havia alguma relação entre essa empresa Weiss e a Sr^a. Maria José Weiss?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Não sei dizer.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O TCU, porque nós estamos com base no Relatório do TCU, não é nenhum jornal, não. Não foi publicado nem em revista em jornal, não. Foi no TCU. O TCU considerou que não se comprovou a correta efetivação dos gastos. Os recursos não foram utilizados na execução do objeto do convênio.

Então, é que não... Quer dizer, os recursos não foram utilizados com o objetivo que estavam, e também não foram repatriados, digamos assim. Não foram utilizados com a finalidade do convênio. Mas não diz em que foram usados. Quer dizer, não há... Como não foi usado, quer dizer, eu contratei com o IBAMA um convênio que diz que eu tenho que fazer uma exposição indígena em Nova York. Como não fiz a exposição, o TCU quer saber o que é que aconteceu com os recursos que não foram explicados.

Então, nós atestamos que as pessoas foram, que era a única responsabilidade da senhora era atestar a ida das pessoas.

SRA. MARIZA ROTENBERG – Justo. E a realização do evento lá, que de fato vi a exposição e de fato ocorreu.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O que a senhora considera que o TCU sustenta essa informação de que não foram utilizados os recursos para a finalidade do convênio?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Olha, isso exatamente eu não saberia dizer. Porque eu não conheço os produtos que estavam no convênio, acertados. Eu não tenho informações sobre o convênio. Eu não saberia dizer por que é que o TCU entendeu dessa forma.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Quem recebeu os pagamentos foram a Sr^a. Maria José Weiss?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Eu não posso afirmar isso. Não sei.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Nem sabe quanto foi pago?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Não sei.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A senhora conhece o Sr. Ivan Usac(F)?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Não. Desconheço.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A Sr^a. Maria José, ela foi deslocada para Nova York, a senhora sabe, para poder realizar e garantir a realização do evento?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Eu desconheço. Não sei informar.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Em Nova York, a Amanaka'a era responsável lá em Nova York? Ela era que tinha todas as...

SRA. MARIZA ROTENBERG – Foi ela que recebeu enfim as autoridades, que promoveu a exposição, e que acredito era um dos itens do produto do convênio.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A senhora sabe do endereço da entidade lá em Nova York? Da sede onde fica?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Não sei. Não porque só estive à exposição, mesmo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Não visitou a entidade?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Não.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, eu gostaria de encerrar e dizer que esse é o depoimento mais curto que nós tivemos na nossa CPI. A senhora já tem esse título. Esse recorde já está em vossas mãos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Presidente, vou exercitar um pouco a minha ignorância. Primeira pergunta, a D^a. Marisa foi convocada por quê?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Sibá Machado é o autor do Requerimento que foi aprovado.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Mas por quê? Qual é a razão. A Mesa aprovou, nós aprovamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Foi aprovado pelo Plenário.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Qual foi a razão da convocação dela e por que exatamente ela está sentada aí?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O Requerimento ele apenas encaminhou o nome da pessoa, eu também estou surpreso, mas o autor do Requerimento é quem poderia

responder. O autor é o Senador Sibá Machado. Acho que seria importante para nós.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – As perguntas do Relator foram perguntas lógicas, sensatas. E foram respondidas normalmente com... Não conhecia, não foi na minha área, não era o meu caso, daí para frente. Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Então vou perguntar ao Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, eu gostaria já de vou fazer as minhas perguntas que com certeza vai...

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Me escreveria logo depois dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Perfeito. Sua inscrição está feita. Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É muito simples. A Sr^a. Mariza Rotenberg é tida no Relatório no TCU como sendo a pessoa que atestou as notas para a liberação dos recursos e que, como o TCU se pronuncia da forma que se pronunciou, justificava a vinda de V.S^a como também de Maria José Vilas Boas Silva Weiss, que de fato executou o projeto da liberação de 600 mil reais para a ONG Amanaka's Amazon Network, foi a entidade beneficiada pelos recursos para realizar um evento em Nova York pela semana do meio ambiente. Portanto, o TCU diz que V.S^a foi quem atestou as notas, inclusive a condenou por isso, a devolver 1.600 reais porque não tinha absolutamente nada a ver com a autoridade de V.Ex^a com o projeto. Então faço essa primeira pergunta a V.S^a de fato assinou, atestou essas notas? Já começa a resolver o problema.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, nós estamos tendo um dia... Não se trata disso, Senador Tasso. O projeto foi condenado a ser devolvido 485 mil reais, a Sr^a. Maria José Vilas Boas condenada a devolver 54 mil e quinhentos reais, e a Sr^a. Marisa por ter sido uma das que atestaram as notas, 1.600 reais. Então a pergunta que eu faço a...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Seria bom fazer a troca aqui.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Deixa D^a. Marisa responder. Estou fazendo perguntas. Está no meu momento de fazer as perguntas.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – (pronunciamento fora do microfone) Você disse que o convênio foi condenado a discutir 1.600. Quem é o convênio?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – As duas pessoas que dirigiram o projeto, foram condenados, o projeto integralmente no valor de 600 mil reais, com devolução de 485 mil.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Quem deveria devolver?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Primeiro lugar, a ONG que foi liberado o dinheiro, em segundo lugar Maria José Vilas Boas, e em terceiro Mariza Rotenberg. Mariza Rotenberg está aqui porque é a pessoa que atestou as notas, segundo o TCU. E a pergunta que eu faço é...

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não sei, vamos trazê-la aqui para responder isso. Estou perguntando a ela, a participação dela nesse projeto.

SRA. MARIZA ROTENBERG – Dá licença, então. O TCU entendeu que esse documento que eu atestei de que houve a exposição e que as autoridades estiveram lá, eu não tinha competência para assinar esse documento.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim, exatamente.

SRA. MARIZA ROTENBERG – Daí eu fui punida numa multa que está sendo discutida no TCU.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Foi punida, mas ainda está em discussão. Tem direito a defesa.

SRA. MARIZA ROTENBERG – Está em discussão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Por ter atestado essas notas.

SRA. MARIZA ROTENBERG – Veja, eu não atestei notas. Atestei o evento, se realizou. Diante desse documento o TCU entendeu que eu não tinha competência, delegação de competência que eu não era a gestora, eu não poderia ter.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Como Chefe de Gabinete.

SRA. MARIZA ROTENBERG – Como Chefe de Gabinete.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E a participação de V.S^a aqui neste momento é exatamente para esclarecer isso. A pessoa que de fato operou os recursos, a CPI não encontrou, que é a Sr^a. Mary José Vilas Boas da Silva Weiss. Esta é a pessoa que segundo fui informado não foi encontrada por esta CPI. E para evitar como foi trazido também em outros momentos que uma ficasse falando sobre o caso da outra, preferíamos então fazer o Requerimento para que as duas pessoas pudessem vir aqui. Então o projeto ainda, Sr^a. Marisa, que exercia o cargo de Chefe de Gabinete, o

TCU constatou um pagamento dado a Maria José de 10 mil reais. V.S^a sabia disso?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Não. Eu desconheço os pagamentos que foram realizados.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Pagamento de passagens, diárias, certamente para os Estados Unidos falando em três mil dólares. Sabia disso?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Eu desconheço todos os pagamentos.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Almoço do Presidente do IBAMA na época de 5.437 reais. Também não sabe?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Desconheço.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Vamos descobrir, com certeza. Sr. Presidente, a D^a. Marisa disse que desconhece praticamente absolutamente esse projeto. Eu insistiria que V.Ex^a pudesse pedir para encontrar então Maria José Vilas Boas, que é a pessoa que de fato operou o referido convênio, o referido projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a V.Ex^a. Realmente a Dr^a. Maria José não foi encontrada pela nossa equipe e providenciou todos os elementos, mas parece que ela não está morando no Brasil. É essa a informação que a gente tem. Parece que ela mora em Formosa. Mas vamos continuar fazendo os contatos e de fato a Dr^a. Mariza Rotenberg ela não foi executora do programa e a única participação dela foi atestar que o evento foi realizado e ela de fato esteve lá presente e pode atestar isso. Pois não, Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Presidente, eu ouvi com muita atenção, embora com toda a cordialidade que sempre presidiu minha relação com o Senador Sibá que é uma pessoa de muito valor, mas ele está excitado demais. Uma mínima ponderação aqui ele ficou um pouco nervoso. Eu faço um apelo ao meu amigo Sibá que a gente tenha conduzido essa discussão sempre de forma positiva, e com admiração que sempre tive pelo Senador Siba pela sua coragem e sua determinação.

Com relação a D^a. Marisa, acho que temos que pedir desculpas a ela.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Exatamente.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – A Dr^a. Marisa está sentada aí não sei porquê. Porque ela atestou, o Tribunal de Contas julgou que não estava certo que ela tivesse atestado, que ela tivesse competência para atestar um evento que de fato aconteceu, mas ela está discutindo isso ainda no Tribunal. Não

é matéria encerrada. Eu fiquei do lado do Senador Sibá quando ele ponderou contra vazamentos aqui. Sou contrário a isso. Porque os vazamentos, como eu disse, provam logo... Provam, não. Mas levantam logo suspeição pública sobre pessoas que muitas vezes não tem haver com aquela acusação prévia que está sendo feita. Eu li a matéria aqui da Folha, acho que ela tem que ser esclarecida. Mas não me parece uma matéria de grande conteúdo. A que está aqui não tem grande conteúdo. Agora, também não é o problema. Se alguém me citar numa matéria dessas, eu tomo a iniciativa de vir aí esclarecer. Especialmente se não tiver nada a ver. E rigorosamente nada a ver. Como me parece que é o caso aqui de várias pessoas. Agora, D^a. Marisa está... Foi absolutamente tranquila, as perguntas do Relator foram pautadas de bom senso, acho que o meu amigo Sibá exagerou um pouco, porque falar do almoço do cara lá em Nova York, uma pessoa que não tem nada a ver com isso. Você estava lá em Nova York? Não foi, né?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Acompanhei a Secretária Executiva, acompanhei o Presidente, três dias depois eu voltei.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Mas nem viu essa história. Tem nada a ver com isso. É uma funcionária que está lá cumprindo o seu papel. Agora, quero dizer o seguinte, D^a. Marisa está aqui prestando depoimento, Senador Sibá. Ouviu as perguntas, tentou respondê-las, o Relator também, ela não sai daqui menor do que entrou aqui.

Então, o fato de vir e sentar nessa cadeira muitas vezes não é condenação, não é suspeição, é o exercício legítimo do trabalho parlamentar que deve ser compreendido também assim pelos que são convidados a prestar depoimento.

Acho que a senhora, pelo menos pelo que eu vi, tem toda razão de ir para casa, voltar a trabalhar, e dizer que efetivamente a senhora... Estou falando da outra pessoa que não foi encontrada, que parece que tem responsabilidade concreta sobre essa tal autorização que não sei se é correta ou incorreta. No seu caso não há o que discutir, a senhora volta para casa com a mesma autoridade, a mesma qualidade profissional que tinha antes.

SRA. MARIZA ROTENBERG – Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço as palavras do Senador Sérgio Guerra. Acho que não havendo mais nenhuma pergunta, agradecendo a sua...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, eu apenas solicitaria a Dr^a. Marisa se ela pudesse deixar aqui a informação de qual é o nome e o endereço da consultoria.

SRA. MARIZA ROTENBERG – Da minha consultoria, chama-se Habilita Consultoria Ltda.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Ok. Fica aqui em Brasília?

SRA. MARIZA ROTENBERG – Fica. Fica aqui em Brasília.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E qual o endereço?

SRA. MARIZA ROTENBERG – É o mesmo endereço da minha residência.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Ok. Obrigado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, um instantinho. Estou fazendo qualquer Requerimento baseado em formação de dados de instituições e não em cima de fatos de uma notícia de jornal. Notícia de jornal não vou remeter Requerimento nenhum. Jamais fiz e não farei. Nós temos aqui relatório do TCU que aponta, sim, segundo dito no próprio relatório do TCU que a Sr^a. Mariza Rotenberg foi rejeitada as razões, suas justificativas apresentadas e que por isso o Tribunal de Contas não aceitando as alegações, remete as condenações das quais foi colocada. Como ela foi a pessoa que atestou, reconhece que fez indevidamente, agora está dizendo isso aqui para todos nós, e está dito aqui também, e a pessoa que operou o convênio do qual foi condenado quase que 100% da sua operação, inclusive os dados que eu acabei de ler aqui, por menos que seja o valor. Não importa o valor. O que importa é que temos um convênio que envolveu o nome de V.S^a e que, portanto, a obrigação nossa é fazer o que fizemos aqui.

Então, nestes fatos a partir de uma instituição que está aqui como Relatório colocado.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – ... Pedido de informação teria esclarecido isso tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Quero colocar não como Presidente, mas eu realmente me senti um pouco constrangido porque eu não senti nenhuma razão da nossa depoente estar aqui. Mas é um direito seu, acho que todos os requerimentos devem ser aprovados, e como o senhor foi muito enfático na fase anterior na qual o senhor tem toda a razão, eu realmente acho que a melhor contribuição que nós podemos dar é liberar a Dr^a. Marisa e tentar convocar a Dr^a. Maria José.

Então gostaria de agradecer muito a sua participação e liberar V.Ex^a. Fique bastante à vontade.

Eu gostaria de convidar então o Dr. Jair Heitor Duarte para que ele venha até a Mesa. Ele é o Presidente, ou foi da agência de Desenvolvimento Sustentável do Brasil Central. Eu gostaria então de conceder

a palavra ao Dr. Jair Heitor Duarte para que ele faça a sua exposição.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Bom, bom dia a todos. Quero cumprimentar o Senador Raimundo Colombo, Presidente dessa Comissão, Senador Inácio Arruda, Relator, os demais Senadores, e agradecer também ao Senador Sibá Machado pela sua convocação porque eu acho que todos aqueles que de uma forma ou de outra trabalham com recurso público, têm o dever e a obrigação de prestar conta à destinação dos objetivos e das metas alcançadas e da eficiência e eficácia dessas ações. Então gostaria de agradecer o Senador Sibá Machado a oportunidade.

No Requerimento de convocação tem dois questionamentos que eu tive o cuidado, embora rapidamente ontem, de trazer aos Senadores essas respostas, e eu gostaria que os técnicos da Casa distribuíssem aos membros da Comissão para que pudesse acompanhar e tivesse elementos inclusive para fazer os questionamentos. Gostaria de deixar para o Presidente e o Relator, porque esse tem um pouco de foto, mas a tinta da impressora acabou e então gostaria que o Relator e o Presidente estão mais bem informados em relação aos objetivos e a que se destinou a criação da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Brasil Central. A agência ela foi criada em 1997, com sede em Frutal, no triângulo mineiro, e Frutal é uma cidade que reside no baixo vale do triângulo mineiro. Quando divisa com São Paulo. Nós tínhamos uma lógica do desenvolvimento naquela região muito centralizado nos Municípios pólos, como Uberaba, Uberlândia, e as cidades de menor porte ficavam à margem desse processo de desenvolvimento. Apesar de ser uma região rica, com imenso potencial, nós sentíamos de certa forma prejudicados na distribuição das oportunidades para a nossa gente.

Então, se reuniu várias entidades da sociedade civil, os clubes de serviço, de vários Municípios, e resolvemos constituir uma agência de desenvolvimento. Para que constituir uma agência de desenvolvimento? Para que nós pudéssemos planejar de uma forma eficaz o desenvolvimento regional e conhecer melhor a nossa realidade. Então foi feito na época um diagnóstico para identificar os principais gargalos que impediam que esse desenvolvimento fosse mais acelerado, que aquelas potencialidades regionais fossem mais bem utilizada em favor de nossa gente. E entre as... Os principais entraves a esse desenvolvimento, a gente percebeu que era a baixa qualificação da nossa mão-de-obra. Isso impedia que as indústrias ali se aportassem porque a mão-de-obra era qualificada nos grandes Municípios. Esse foi um dos focos. Outro problema grave era a questão da desocupação da

nossa população, principalmente da juventude, que não tinha grandes oportunidades. Em cima disso, nós desenvolvemos algumas ações. Um projeto de qualificação profissional que foi pioneiro no Brasil, para na interiorização da capacitação profissional, depois vou distribuir também um CD com várias fotos para os Senadores, com relatórios mais completos, para demonstrar todo esse histórico. E isso desencadeou hoje, a nossa região hoje tem... passa por um boom do desenvolvimento, Senadores, com implantação de novas indústrias que geraram milhares de empregos. E grande parte dessa mão-de-obra foi capacitada pela ADREBAC. Outro fator que foi realmente de grande sucesso foi às Oficinas de Arte que durante mais de dez anos... Isso em mais de 20 Municípios da região, um projeto extremamente vitorioso que também reconhecido pelo Ministério da Cultura como projeto pioneiro na interiorização da cultura nesse País. Depois, com o sucesso que a agência vinha desfrutando, foi surgindo novas necessidades e uma delas foi à criação do CENEP que é o Centro Nacional de Educação em Cooperativismo, Gestão Ambiental e Turismo que foi uma escola no modelo do PROEP para realmente ter um centro capacitador, para que a ADREBAC tivesse um centro profissional de capacitação profissional. Aí nós pedimos ao Deputado Nécio Rodrigues que é o primeiro Parlamentar eleito por aquela região, na sua história, Parlamentar Federal, Deputado Nécio Rodrigues. Que é de Frutal, Nécio Rodrigues, que é inclusive citado na matéria de ontem da Folha de São Paulo que foi imensamente debatido aqui antes do início da Sessão dessa CPI.

Então nós conseguimos constituir essa escola através de um projeto do PROEP que na época incentivou muito o trabalho com o terceiro setor. Depois dessa escola que hoje está se tornando, agora em oito de abril o Governo de Minas juntamente com o CENEP está levando os últimos documentos para a UNESCO. O CENEP está se tornando em CENEP (ininteligível), o centro de referência na América Latina para a gestão de águas e recuperação de micro bacias hidrográficas, capacitando 600 alunos por ano do Brasil, da América Latina e Caribe, e dos países africanos de língua portuguesa.

O sucesso do CENEP desencadeou outra necessidade. Nós tínhamos lá nos vários municípios ônibus que todos os dias dezenas de ônibus saem até hoje ainda, muitos deles, lotados de universitários para buscar sua capacitação, sua qualificação em municípios de Uberaba, Uberlândia, no Triângulo Mineiro, em Barretos, em São José do Rio Preto no Estado de São Paulo, e através de um trabalho do Deputado Nécio Rodrigues, conseguimos instituir em parceria

com a ADEBRAC, a Fundação Maçonica de Educação, Cultura e Assistência Social, que é uma das mantenedoras do CENEP, as duas instituições, foi instituído ali uma unidade da Universidade Estadual de Minas Gerais, que hoje conta com mais de 1.500 universitários, e no sábado agora o CENEP iniciou um curso de graduação em química e biologia em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais. Com cem alunos foi iniciado no sábado essas aulas. Por quê? Porque esse espaço físico que tem mais de 5.000 metros quadrados, Senador Sibá Machado, um espaço físico extremamente rico, estava ocioso nos finais de semana. Então estamos agora a partir desse final de semana ocupando esse espaço com o curso de biologia e química e numa parceria da Universidade Federal de Minas Gerais, através da universidade aberta. Então, a trajetória de sucesso da ADREBAC durante esses longos anos, é muito evidente na questão da promoção do desenvolvimento regional.

Em 2004, a Assembléia Legislativa de São Paulo, eu cito no final desse relatório, a assembléia nos convidou e eu tive o prazer e a honra de representar a ADREBAC nesse evento, embora não fizesse parte mais da instituição, mas como fui um dos fundadores e iniciei esse trabalho, ela... A Assembléia Legislativa de São Paulo fez um fórum chamado fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico e Sustentado. Foi durante quatro dias em São Paulo, onde foram convidadas quatro organizações da sociedade civil de interesse público do País. Uma delas foi a ADEBRAC para discutir sobre a sua experiência exitosa na questão do desenvolvimento regional sustentado. E lá participaram ONGs do Brasil inteiro. Para que tivesse, pudesse se espelhar naquelas que eram referência para o Brasil, e entre elas estava a ADEBRAC.

Um dos questionamentos aqui no nesse relatório eu coloco dois questionamentos. O primeiro deles, a ADEBRAC e o CENEP funcionam no mesmo endereço. Por um determinado tempo, sim. Funcionou no mesmo endereço. A ADEBRAC ela funcionava até alguns anos atrás, não sei as datas exatas, o endereço que tenho aqui e depois desse relatório que está no CD, que era esse prédio. Que era um prédio extremamente bom, está aqui onde era a sede da ADEBRAC, que era de uma seguradora que depois ela voltou para esse local e aqui eu coloco depois que nós... Que depois que a ADEBRAC saiu desse prédio, todo esse patrimônio, tanto do CENEP, do centro de eventos culturais, o patrimônio é da Fundação Maçonica da Educação e Cultura e Assistência Social. As pessoas que fazem parte dessas instituições, Senador, é da mais alta qualificação, da mais alta respeitabilidade com um histórico de vida de doação da sua experiência vitoriosa em qualquer...

No ramo de suas atividades. E nós... E a Fundação Maçônica fez uma cessão gratuita de uso no prédio onde funciona o CENEP, que é um prédio quase quatro mil metros quadrados, mais de três mil metros quadrados, e a ADEBRAC funcionou lá por um tempo. Depois ela teve que se retirar porque com a ida da Universidade Federal de Minas Gerais, o espaço foi ficando pequeno e ela hoje funciona no centro de eventos culturais que tem as fotos que os Srs. Senadores tiveram a oportunidade de ver que é um centro de eventos culturais com 2.200 metros quadrados que também é de propriedade da Fundação Maçônica. Aqui tem fotos das construções, a evolução dessas construções. No final desse Relatório, aí depois... então está aqui o porquê que ela funcionava junto no mesmo endereço. Porque podia parecer que era numa salinha de um prédio. Então é importante que vocês conheçam a dimensão dessas instituições e por que é que elas podem funcionar no mesmo endereço. Porque a parte administrativa da ADEBRAC ela é enxuta, são poucos funcionários e poucas pessoas que trabalham de forma continuada. Está aqui a Sessão de uso gratuito, datado de 22 de julho de 2004, devidamente registrado em cartório, acho que sana essa dúvida. Outro questionamento é em relação a uma inadimplência que a ADEBRAC possui através dos questionamentos feitos pela CGU como é citado no Requerimento do Senador Sibá Machado, e aqui eu trago essa justificativa. A resposta justificativa. E mais adiante, toda a evolução desse questionamento. A justificativa está aqui e adiante há o questionamento feito pelo TCU e pelo Ministério da Cultura. Aqui vai evoluindo para que os Srs. Senadores tenham um acompanhamento lógico de como isso se deu, aqui mais adiante no Ofício 089/2006, do Ministério da Cultura, é feito um questionamento. E esse questionamento resta uma pendência. Que foram os pagamentos realizados à D^a. Leonice de Brito, sendo o primeiro em 17/12 de 2001, e o último 17/12 de 2003. Perfazendo um total de 7.604 reais e qual é o questionamento? Aqui adiante se questiona se esse foi a melhor forma de contratação dessa construtora. Aqui não tem nenhum questionamento sobre desvio, sobre superfaturamento. A forma da contratação ela foi a melhor para o interesse público. Aqui tem a resposta do Presidente da ADEBRAC, e mais adiante, no Ofício 05/2006, de auditoria interna do Ministério da Cultura, no seu item 5º, o serviço de prestação de contas, fala todas as siglas aqui, após análise da documentação a justificativa encaminhada pela ADEBRAC concluiu conforme despacho 1477 que as justificativas apresentadas pela cognente(F) atenderam de modo satisfatório aos questionamentos efetuados por meio do Ofício n°. 089/2006 do Ministério da Cultura

e que ficaria a critério da ordenadora, despesa aprovação final da referida justificativa. Depois no item 6º está lá no final dizendo: Ficando pendente. Isso está grifado aos Srs. Senadores. O encaminhamento da documentação que comprova que os valores pagos a Sr^a. Leonice de Brito, foram os mais vantajosos para a administração pública. 7.604 reais e 40 centavos, em 25 meses. Eu acho que o questionamento aqui (soa a campainha) Sete mil e nesses dois anos. O total. Aqui 7.604,40. Aqui, Senadores, no Ofício n°. 089/2006, aqui tem a relação de todos os pagamentos. Foram oito pagamentos. Dois de 900 reais, um de 1.532,40, um de 1.246, três de 712 e um de 890 reais. Foram esses os questionamentos. Aqui mais adiante. A ordenadora despesa lá já se manifesta. Que o presente processo aqui reafirma que os acontecimentos foram acatados e coloca a questão de D^a. Leonice. A ADEBRAC se manifesta em relação à D^a. Leonice de Brito justificando porque que a contratou. E na frente está o seu currículo, D^a. Leonice é uma professora licenciada em Letras pela Fundação Educacional de Votuporanga e pós-graduada em língua inglesa pela Faculdade de São Luis, Jaboticabal.

Eu vou dizer para os Srs. Senadores o que é que quer dizer isso. Esse projeto é um projeto que lá na frente aqui no final tem todos os trinta e tantos convênios que foram assinados, firmados pela ADREBAC, CENEP durante todos esses anos. Cada um deles os valores e aqui grifado também esse que está com a inadimplência. Que era Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares, executar em parceria com a Fundação Palmares o projeto de formação profissional resgate cultural da população negra em seis cidades do triângulo mineiro. Onde tinha realmente um trabalho muito forte com a raça negra lá.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – É um programa que foi desenvolvido onde tinha atividades culturais e a questão de elevação da auto-estima da população negra, com novas atividades. E essa Prof^a Leonice de Brito, com essa qualificação que eu citei anteriormente, ela é da raça negra, oriunda de uma classe social menos favorecida, sofreu todo tipo de discriminação na sua juventude, na sua infância, se tornou uma professora e uma oradora renomada na região. Então, portanto, a ADEBRAC à época entendeu com as suas características, com a sua qualificação e com a sua origem era a pessoa mais adequada para realizar esses seis cursos. Esses seis cursos foram realizados nos Municípios de Frutal, Iturama, Prata, Tupaciguara, Monte Carmelo. Aqui fala 120 quilômetros de distância entre um e outro, mas é mais longe do que isso. Por exemplo, de Iturama até Tupaciguara são 400. Em Monte Carmelo dá quinhentos e tantos quilômetros. E

ela ia no carro dela, gasolina dela, alimentação, estadia, hospedagem, tudo incluindo nesses 7.604 reais. Isso quer dizer o quê? Que se o questionamento seria hoje, se ela não estava sendo discriminada mais uma vez por receber tão pouco para prestar um serviço de tão alta relevância social para a nossa região. Então eu fiz questão de trazer isso aqui sucintamente, tem o CD para complementar para que os Senadores tenham a visão da estrutura física que hoje de quantos milhares de pessoas nós atendemos diariamente, e das parcerias hoje que eu queria relatar as parcerias que nós fizemos internacionalmente.

Além dessa questão da UNESCO, começou na visita que fizemos à Europa em 2002, visita ao ex-Presidente da União Soviética em Genebra, o Presidente Mikhail Gorbachev, e numa parceria que nós fizemos com a Green Cross International, e nós temos um trabalho muito forte na questão ambiental e de recuperação de bacias hidrográficas no CENEP, porque é uma escola voltada à questão ambiental. Depois disso nós tivemos uma parceria, iniciamos uma parceria com a Fundação Cousteau. Fomos recebidos em Paris pela D^a. Francine Cousteau que estão desenvolvendo agora e ela dever vir no Brasil este ano para firmar uma grande parceria com o CENEP, já em parceria com a UNESCO, dentro dessa parceria com a Green Cross International a Fundação Carrefour escolheu a primeira instituição para financiar um projeto social no Brasil foi através da ADEBRAC do CENEP. Enfim, são dezenas de parcerias que nós fizemos e nos orgulhamos do trabalho de desenvolvimento, ajudamos a empreender naquela região. Logicamente, quem exerce, quem desenvolve tantos projetos como estão aqui listados no final desse Relatório, todos eles dizendo em qual instituição, o número do projeto, o valor, e aqui grifado inclusive esse que está com a pendência no Ministério da Cultura, logicamente pode ter acontecido alguma... inadvertidamente cometido alguma falha. Nós não somos perfeitos. Mas dou-lhe má-fé, eu tenho certeza, apesar de ter saído da ADEBRAC em 5 de abril de 2002, estou aqui para responder aos Srs. Senadores todos os questionamentos até agora. Me informei com a diretoria atual quais seriam as pendências, me passaram isso aqui, e eu gostaria inclusive de reiterar meus agradecimentos de ter essa oportunidade. Porque eu acho que em momento algum me ofende estar aqui. Pelo contrário, eu me sinto lisonjeado de ter a oportunidade de relatar um trabalho que tanto orgulhou aquela região. Porque poucas pessoas em Frutal e alguns municípios lá daquela região não se beneficiaram de um dos projetos das oficinas de ofício, das Oficinas de Arte, dos projetos sociais e do projeto educacional de capacitação profissional que nós temos empreendido

ao longo desses anos. E aqui realmente cita no Requerimento dos 6 milhões e 300 mil reais que a ADEBRAC e o CENEP foi conveniada, os 6 milhões e 306 mil, 612 reais e 57 centavos, existe essa pendência da D^a. Leonice que foi prontamente respondido e ainda não obtivemos resposta do Ministério da Cultura, do acatamento ou não dessas pendências.

É o que tenho de informação aos Srs. Senadores e gostaria de me colocar a inteira disposição para qualquer esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Quero agradecer ao Dr. Jair pela exposição, pela riqueza dos detalhes, e passar a palavra então ao nosso Relator, Senador Inácio Arruda.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Dr. Jair, muito prestimoso já trouxe aqui todas as questões indagadas pelo autor do Requerimento, respondidas em um material condensado. Mas eu gostaria de fazer algumas indagações, a propósito do seu depoimento. As prestações de contas já foram todas apreciadas?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Segundo eu pude apurar, tem algum convênio lá que está em fase final de conclusão. Que é dos alojamentos dos professores e técnicos do CENEP, porque quando nós tivemos na Europa para fazer esse convênio de transformar esse centro no centro da UNESCO para a América Latina, um dos entraves que ele nos solicitaram foi à construção de um auditório, que foi construído, e de alojamento para alunos, professores e técnicos que viessem prestar serviço. Isso foi feito, o Ministério liberou recursos através de uma ação que nós solicitamos ao Deputado Nárcio Rodrigues, eu queria deixar aqui claro porque na matéria da Folha de São Paulo de ontem deixa implícito como se a gente quisesse esconder alguma relação da questão do Deputado Nárcio que é de Frutal, uma cidade de 50 mil habitantes, logicamente todos nós o conhecemos e temos orgulho da sua ação parlamentar e é a ele que nós recorremos quando precisamos de algum apoio. Logicamente a ação do Deputado se dá até a liberação dos recursos. A partir daí todas as ações são de responsabilidade dos dirigentes dessas entidades. A execução ela é de inteira responsabilidade daqueles que estão fazendo, respondendo pela entidade que está utilizando aquele recurso daquele dado momento.

Então, existe ainda alguma prestação de contas a ser apreciada porque existem licitações que estão em andamento, existe aquisições em andamento, e essa certamente ainda não foram prestado contas porque não estão no seu final de prestações de contas, não estão no seu prazo de execução e prestações de contas ainda.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Em 2007 a CGU encaminhou tomada de contas especial ao TCU. Salvo uma exceção ou outra, normalmente a CGU só pede uma tomada de conta especial quando considera que há alguma irregularidade. O senhor poderia nos explicar por que é que neste convênio 472707 o Tribunal de Contas foi instado a fazer uma tomada de contas especial?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Senador Inácio Arruda, depois de 2004 para cá, 2003, 2004, a ADEBRAC foi auditada por dezenas de auditores. Eu sei que iam caravanas de auditores lá. Nessa questão da Fundação Banco do Brasil, um Diretor da Fundação, hoje Deputado por Minas Gerais, ex-Deputado e hoje Deputado, atestou uma vez que assumiu na Fundação Banco do Brasil com uma ordem explícita de dissecar a fundo esses convênios da Fundação Banco do Brasil com a ADEBRAC. E ele atestou depois e não conseguiu achar um “senão”. E tinha um “senão” de uma auditoria que foi feito, porque na época da fundação Banco do Brasil, inclusive eu tive dois dias em Brasília reunido com a direção da fundação no sentido de tentar aperfeiçoar o processo de fiscalização. Porque era muito burocrático. Era uma série de relatórios que na verdade no meu modo de ver não dava toda segurança e garantia na prestação de contas. E nós sugerimos à época, tinha explodido aqui no Distrito Federal um escândalo de desvios de recursos do FAT e tal, foi inclusive motivo de queda de Secretários, e tal. Sugeriria o seguinte, que seria às vezes pertinente criasse ali um sistema de telemarketing que você poderia auditar esses cursos, essa capacitação daqui de Brasília. Hoje com a universalização da telefonia, quase todo mundo tem um telefone de contato. E você através de um questionário pode fazer auditoria prévia perguntando se o custo realmente foi realizado, se a pessoa participou do curso, se a sala era de qualidade, se o instrutor... enfim uma série de questionamentos poderia ser feito via telemarketing. E numa dessas entrevistas um aluno de Turama que foi treinado pelo nosso projeto disse que não tinha feito. Foi feito uma auditoria. Só que eu sempre orientei os nossos consultores a tirar fotografia dos cursos, e esse aluno que fala, que atestava que não tinha feito o curso tinha três fotografias dele. Uma no início do curso, uma durante e uma no encerramento do curso. Então, agora, esse... Então, permanentemente nós fomos auditados lá. Mas permanentemente. Essa questão política de denúncia, porque o Deputado Nárcio na época que era visto como padrinho de todos esses projetos, saiu de uma suplência de Deputado para ser um Deputado muito bem votado. Eles achavam que isso estava ajudando demais. E os adversários políticos na época tentaram,

primeiro, envolvê-lo nessa questão que ele não tem responsabilidade a não ser de fazer suas Emendas, como todos os Parlamentares fazem para suas bases, e logicamente como estranha essa questão da Folha de São Paulo que fazem para quem conhece e não fazem para desconhecidos, mesmo porque eles têm que ter segurança se aquele recurso vai ser utilizado de forma adequada. Então nós fomos auditados várias vezes. Essa questão de tomada de contas especial certamente é por algum desses questionamentos que foram feitos. Mas do que eu tenho informação, o que nós temos hoje de pendência no Ministério da Cultura é essa questão que ainda foi respondida por nós e nós não tivemos ainda o acatamento ou não dessa solicitação. Agora, auditorias foram freqüentes. Agora diminuiu muito, mas foram freqüentes durante vários anos. Tem sido freqüentes as auditorias lá. Acho importante que sejam feitas. Até porque se tiver alguma falha a gente possa corrigir.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sr. Relator, só para...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O Sr. Relator está com a...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Um pequeno esclarecimento que eu não entendi muito bem na fala dele. O senhor falou que o Deputado Nárcio participava dos cursos?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não. Ele foi um apoio... como Parlamentar a ADEBRAC, o CENEP, sempre a diretoria que lá é formado pelas instituições. A Diretoria dessas entidades é formada por instituições, pelo Rotary, Maçonaria, Lions, quer dizer, a sociedade civil organizada que representa essas entidades.

Então, como ele é um Parlamentar, o primeiro parlamentar eleito por lá e de uma cidade pequena, como nós precisamos desse projeto de programa de desenvolvimento que nós procuramos empreender na região, nós lançamos mão do seu apoio, da sua força parlamentar para que ele destine recursos para que a gente consiga cobrir essas etapas que estão relatadas no nosso Relatório que são os desdobramentos disso. O envolvimento do Deputado se dá na liberação do recurso. A solicitação das entidades. E não na questão de execução, de fazer curso. Longe disso. Se a senhora entendeu assim eu me expressei mal.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Só queria somente para esclarecer, Relator. O Deputado só viabilizava o recurso. E a entidade, a composição da entidade, as pessoas que participam dessa entidade como o senhor falou são também ligadas a outras instituições. Mas elas têm alguma vinculação partidária? O senhor, por exemplo, tem alguma vinculação partidária?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Na instituição, na verdade, não é uma instituição partidária. Tem pessoas de vários partidos, inclusive ...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Tem filiação partidária? O senhor é filiado a algum partido?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Eu sou filiado ao PSDB. Sou filiado ao PSDB. Fui presidente do PSDB.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – E os outros membros da entidade?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Aí tem várias. Tem do PV, do PMDB, de várias facções política. Inclusive, um grande amigo que tenho em Frutal, apesar de ter sido presidente do PSDB por 10 anos lá, é o presidente do PT. Quer dizer, é uma pessoa de vocês informarem com quem vocês estão falando.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Também faz parte da entidade? Da direção?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não. Ele é aluno hoje da Universidade Federal de Minas Gerais, faz curso superior, e fez vários cursos de capacitação. Inclusive nos auxiliou muito na questão da busca junto com as entidades e associações de bairro, para que a gente... Na questão da dos custos, ele sempre participou, mas como voluntário, como a maioria das pessoas são. Então não tem, Senadora, nesse aspecto, embora haja... Eu sempre gostaria muito que isso ficasse muito claro aqui. Não há nenhuma vinculação partidária nessas instituições. Logicamente por ser um Parlamentar do PSDB, eu ter sido companheiro do Deputado desde o movimento estudantil, ter sido perseguido e torturado pela ditadura, nós sempre tivemos a luta muito forte na questão do estabelecimento da democracia neste País, nós sempre tivemos um trabalho de luta. E quando ele assumiu o mandato Parlamentar, um grupo de pessoas quis que esse mandato Parlamentar resultasse para nós, na nossa região, e na melhoria da qualidade da nossa gente. Quer dizer, geração de empregabilidade, geração da melhoria da qualidade de vida. E logicamente utilizamos o Deputado Nárcio para que nos apoiasse em algumas ações. E ele sempre nos apoiou. Agora, eu queria deixar muito claro, e acho que a colocação do Senador Sibá no início dessa reunião ficou muito claro isso. O que tem que se vincular é o seguinte, é se essa identidade do Parlamentar com as ONGs, com os OSCIPs, ela se dá de forma promíscua, nefasta, com dolo para desviar recurso público. Ou se dá para atingir os objetivos mais nobres do desenvolvimento de uma região. Como todos os Parlamentares aqui têm como objetivo auxiliar suas bases. Acho que é natural isso. Então eu acho que a vinculação ela não incrimina ninguém.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Nesses três primeiros anos que o senhor também foi dirigente da ADEBRAC, até 2002, como o senhor acabou de mencionar, quais eram as fontes principais de financiamento da ADEBRAC?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Além dos convênios que estão aqui, dos convênios que estão todos elencados aqui, nós prestamos serviços também na questão, por exemplo, diagnóstico para Prefeituras municipais, nós fizemos diagnóstico de desenvolvimento rural, quer dizer, nós fizemos alguns diagnósticos que hoje está servindo...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A ADEBRAC também funcionou como uma consultora?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Foi consultora. Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Vendia serviços para...

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Serviços. E outra coisa, projetos. Quer dizer, os engenheiros eles faziam projetos. Uma das coisas que nós fizemos no início, por exemplo, os municípios são de pequeno porte. Por que é que esses municípios geralmente não tinham acesso aos recursos federais? Porque não tinha às vezes uma equipe na sua Prefeitura qualificada para elaborar projetos de acordo com as exigências dos Ministérios.

Então, a ADEBRAC constituiu um corpo técnico qualificado para isso, onde ele prestava serviços para essas Prefeituras. Não tendo nenhuma... Quer dizer, e também encerrava aí o seu trabalho. Era a elaboração de um projeto técnico, um projeto de engenharia, o plano de trabalho entregava para o Prefeito, e o Prefeito ia buscar inclusive o Parlamentar da sua base. Que muitos Prefeitos o Parlamentar não era o Deputado Nárcio. Eram outros Parlamentares. Inclusive vários do PT.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Quem eram os outros Parlamentares?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Deputado Rômulo (ininteligível), Deputado Gilmar Machado, isso faz um pouco de tempo, no passado lá a época... Deputado Adelmo Leão... São Deputados votados na nossa região.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Mas a principal fonte de financiamento da ADEBRAC, a forma de serviços eram recursos federais advindos de Emendas Parlamentares.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Na verdade, isso não era fonte de recursos. Na verdade, a ADEBRAC liderava... elaborava os projetos e executava. Quer dizer, aquilo não era fonte de recursos para a ADEBRAC.

Mesmo porque a maioria das pessoas da ADEBRAC, quase todas elas são voluntárias. Tem que ser um trabalho voluntário.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – E a manutenção das entidades?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Os recursos entravam pela ADEBRAC.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Exatamente. Isso que eu estou falando, entrava pela ADEBRAC e pelo CENEP também. O CENEP tem... aqui estão listados os que são...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor era dirigente da ADEBRAC até 2002 e em seguida foi dirigente da CENEP?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Eu fui Diretor Executivo da CENEP, sou até hoje e estou terminando agora, porque agora, com esse convênio da UNESCO está sendo preparado uma equipe, inclusive hoje nós estamos com uma série de consultores em (ininteligível) na Holanda, treinados no centro de recuperação... que o centro de referência na Europa da UNESCO, nós estamos com um centro de consultores, inclusive estão na Holanda nesse momento se preparando para tocar esse projeto. E eu já estou saindo, de saída, inclusive eu nem moro em Frutal, moro em Uberlândia, nós fazemos esse trabalho voluntário, não somos remunerados, quer dizer, agora com esse corpo técnico muito mais qualificado do que eu, muito mais preparado porque as exigências são muito maiores. E mesmo porque agora vão ser remunerados e tem recursos da UNESCO que vai financiar. Recurso do Governo do Estado que é uma parceria do projeto com a UNESCO chama-se Projeto Verde Minas, essa equipe está sendo preparada em parceria com o Governo do Estado e eu estou entregando agora a Diretoria Executiva da CENEP.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E a ADEBRAC e CENEP elas são espécie de irmãs siamesas?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não, Senador.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E a universidade?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não são irmãos siameses. É o seguinte. O CENEP tem duas entidades mantenedoras. Uma é a ADEBRAC, e a outra é a Fundação Maçônica. Quando você vem propor no PROEP, o PROEP exigia o seguinte, essa escola do segmento comunitário. Quais são as entidades mantenedoras? Logicamente tem várias. Quer dizer, as principais são a ADEBRAC e CENEP... ADEBRAC e a Fundação Maçônica.

Então, na verdade não são irmãs siamesas. A ADEBRAC juntamente com a Fundação Maçônica pro-

pôs a criação de uma escola, e ela é um braço totalmente jurídico e independente, mas foi criado através de uma iniciativa da ADEBRAC. Mas com finalidades diferentes, porque na verdade o CENEP se tornou o braço capacitador da ADEBRAC. Quer dizer, com o perfil totalmente voltado na questão da capacidade.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Quer dizer, a ADEBRAC capta recursos e a CENEP executa.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – O CENEP capta recursos também. O CENEP direto. Inclusive não tem nada... inclusive está aqui nesse Relatório que está nas mãos de V.Ex^a tem aqui vários convênios que são celebrados com o CENEP.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Quem são os fundadores da CENEP, o senhor já disse, está ligado à mantenedora que é a Fundação Maçônica e a ADEBRAC. ADEBREC?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não, ADEBRAC.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A finalidade da CENEP o senhor já declinou que exatamente é um... Organizado pela FUNDA MEC e pela ADEBRAC, a CENEP tem essa responsabilidade de executar os cursos, mas ela capta bem recursos diretos.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Ela presta serviços e cobra por esses serviços. Nós prestarmos serviços para entidade privada também. Para usinas, para empresas, quer dizer, então não é só para entidade pública. Isso é importante que deixe isso claro.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Os dirigentes da FUNDA MEC também já dirigiram a ADEBRAC?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Da FUNDA MEC?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sim.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não. O Presidente da FUNDA MEC é o Hildebrando Miranda desde a sua fundação. Quer dizer, então ele nunca fez parte da ADEBRAC.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Nunca participou da direção da ADEBRAC. Exclusivamente da mantenedora... Ligada somente à mantenedora.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Isso. Isso.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Nunca dirigiu a...

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não, não. Inclusive ele é o único Presidente. Está igual ao Fidel Castro. Já faz muitos anos ele é o... (risos) Ele não... Então sempre ficou nessa entidade desde sua fundação, então... Apesar de ter uma parceria, de ajuda, a gente tem na

discussão dessas políticas públicas que a gente procura implementar junto, mas não faz parte e nunca fez parte dessa direção. Inclusive o estatuto também tem tudo isso, se o Senador quiser, para atestar tem todos os estatutos aqui.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A FUNDAMEC ela aparece como interveniente em um convênio celebrado em dezembro de 99, com a ADEBRAC, no âmbito do PROEP. O senhor já mencionou aqui.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – O CENEP. Na criação do CENEP.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Que foi já em dezembro de 99?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não. A proposta foi... A proposta, Senador...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Porque aqui a FUNDAMEC ela é interveniente. É parte do convênio.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Exatamente. É uma das mantenedoras.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Com o PROEP.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Com o PROEP. Deixa-meu ver, que eu falo para o senhor quando é que foi...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Esse convênio já é para... ligado à CENEP? Era com a ADEBREC com a...

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Senador, é ADEBRAC.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – ADEBRAC.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Porque ela vai para frente. Não breca não. É impulsionado o desenvolvimento. Então é o seguinte, esse prédio que está nessa capa aqui, esse prédio era um prédio de propriedade da Fundação Maçônica. Quando nós entramos com projeto no PROEP, foi feito um projeto de readequação e ampliação dessa estrutura física.

Então, a Fundação Maçônica ela além de ser partícipe de todos esses projetos, ela é a proprietária legal desses imóveis, embora em comodato para concessão de uso para 30 anos, 50 anos. Mas é a proprietária legítima tanto do centro de eventos culturais quanto do prédio onde hoje funciona a Universidade Estadual, e o Campus está sendo construído ao lado, o campus da Universidade está sendo construído ao lado, mas toda essa estrutura física é de propriedade da Fundação Maçônica.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Ela é parte desse convênio para re-

adequar as condições... O espaço que destinou-se depois à CENEP?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Deixa eu explicar, vou tentar ser claro. Quando o PROEP instituiu esse programa com o Banco Mundial, se tinham as escolas que eram do segmento público, e as do segmento comunitário. As escolas do segmento comunitário elas tinham que ter entidades proponentes e mantenedoras. E a ADEBRAC e o CENEP... Desculpe, a FUNDAMEC são mantenedora do CENEP, por isso que ela é partícipe desde a elaboração do projeto, da execução do projeto, agora...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O CENEP foi criado com esse objetivo, de atender esse programa? Do PROEP.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Exatamente. Nesse programa do PROEP. Foi dentro desse programa do PROEP.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Não existia antes. Ela foi criada nesse período, né?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Exatamente. Ela foi criada no PROEP. Quer dizer, o Centro Nacional de Educação Profissional e Cooperativismo, Gestão Ambiental e Turismo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Não é que a FUNDAMEC e nem a ADEBRAC não se readaptaram. Eles criaram uma instituição para atender exclusivamente a esse programa do PROEP.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Ok. Em 2002 a ADEBRAC celebrou um convênio com o Ministério da Cultura... O senhor deve ter aí o valor de 362 mil a respeito da formação profissional e resgate cultural de populações negras em outra cidade de Minas Gerais. Uberaba foi uma delas? Sabe dizer?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Senador, eu não tenho aqui o plano de trabalho, fica difícil eu dizer para o senhor se está ou não. Uberaba fez parte de alguns programas, principalmente da raça negra, mesmo porque lá tem um projeto muito forte voltado nessa área. Mas eu não saberia dizer ao certo se esse programa especificamente contemplou Uberaba. Eu não poderia dizer. Inclusive, esse convênio está aqui grifado como o inadimplente, no próprio Relatório fiz questão de grifá-lo aqui como inadimplente e a inadimplência é aquela que eu citei anteriormente, que relatei anteriormente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Porque lá existe uma outorga entidade.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Existe. O CENEG.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor já conhecia?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Eu conhecia. Estive na inauguração do CENEG. Quando foi inaugurada essa estrutura física lá, em Uberaba eu estive na inauguração. Fui convidado e estive.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Tinha alguma relação com a Fundação Maçônica?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Nenhuma. Nenhuma. Mesmo porque nem com a ADEBRAC nem Fundação Maçônica. Uma entidade totalmente independente com personalidade jurídica própria.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E o CENEP cobra o quê dos seus alunos?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Aliás, nesse modelo do PROEP nós temos que dar 50% de gratuidade. O CENEP não cobrou um centavo, um real de seus cursos. Por quê? Porque além do Governo Federal, do Governo do Estado, nós temos uma parceria com a iniciativa privada. E vários dos cursos de capacitação que lá são administrados, são para atender demandas direcionadas para uma... Muito localizada. Vamos supor, uma empresa precisa capacitar trabalhadores em determinada área. Então a própria empresa financia esses cursos que são ministrados lá a custo zero pelo CENEP. O CENEP nunca cobrou um centavo, um real de qualquer aluno que lá estudou. Não existe um recibo sequer de qualquer real para alunos que lá estudaram durante todos esses anos. Inclusive isso é uma coisa importante, todas às vezes que vai alguma auditoria do PROEP, e todas as escolas do segmento comunitário têm muita dificuldade de sobrevivência, e nós não é diferente. Mas o fato de a gente buscar outras parcerias nos possibilitou que nós fizéssemos a gratuidade para 100% dos alunos e não só para 50 como a exigência do PROEP.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Tem um convênio da ADEBRAC com o Ministério da Agricultura isso em 26/12/97 ainda. Não esta no escopo aqui da investigação da CPI, não. Porque nós somos de 99 para frente.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – É o primeiro convênio que foi feito. Inclusive está aí na relação como o último, que foi inverso. É o primeiro convênio. 52.482 reais.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Isso. Esse convênio ele foi assim o senhor considera em tempo recorde? Porque a entidade ainda era muito nova. Mesmo assim vocês já

conseguiram captar um convênio com o Ministério da Agricultura.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Senador, não sei se existe impedimento depois da entidade ser criada de ter um tempo para ela acessar convênios. Existe um impedimento legal para isso?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Nas OSCIPs tem um prazo.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Era ONG na época.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E as OSCIPs foram seguidas. Quero dizer que nós estamos de 99 para cá. Que já tinham sido criadas as OSCIPs. Apenas eu observei que ele é um... Ele é bem próximo da data de fundação da...

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Foi fundada em abril, quando foi em dezembro ela celebrou convênio. Quer dizer, eu não sei se tem algum impedimento legal.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – A entidade também estava voltada para entidades culturais.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não. Aqui nós temos um estatuto... E outra coisa, fortemente o trabalho se deu na área do fomento à agricultura familiar.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Formação.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não, não. Fomento à agricultura familiar com projetos e programas. Inclusive eu participei no início desse processo porque sou zootecnista de formação com especialização na Universidade Federal de Lavras, em administração rural, fui consultor do Instituto Interamericano de Cooperação da Agricultura durante muitos anos, prestei serviços ao INCRA, tem trabalho forte na questão de assentamentos rurais, tinha uma experiência forte nessa área, e aonde... Esse é o meu conhecimento técnico.

Então, nós temos vários projetos, não só na área de cooperativismo, mas desenvolvimento das comunidades rurais, principalmente na criação dos núcleos de economia rural sustentável desses Municípios, criamos Núcleo de Economia Rural Sustentável, eu coordenei esse projeto até pela minha formação. Nosso trabalho se deu muito na questão do campo, na questão da agricultura familiar e na questão do meio ambiente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Relator, permita um esclarecimento aqui que acho importante nesse debate aí, se não pode passar. É que se eu entendi direito, como V.Ex^a indagou, o senhor Heitor teria dito que a entidade ADEBRAC e CENEP não teriam relações. E diz aqui o jornal, e outras informações de que havia relação. Inclusive diz aqui que o Sr. Marcos Genaro Mariano, uma pessoa que diz aqui que todos

os projetos eram realizados pela CENEG para as entidades que V.Ex^a falou, que V.S^a falou aqui que tem uma relação de elaboração, de convênios, etc, tudo mais. Queria que esclarecesse um pouquinho melhor que tem essa notícia do jornal...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – É a de Uberaba que ele está falando.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – O que pode ter acontecido, Senador, é o seguinte, como eu disse, a ADEBRAC tinha uma equipe de técnicos preparada para a elaboração de projetos. O que pode ter relação ela ter elaborado algum projeto para o CENEG. Elaborado. A questão da execução é como se elaborasse um projeto para a Prefeitura Municipal. A liberação e execução já são de responsabilidade da outra entidade. Eu elaboro o projeto, posso cobrar por ele, agora, a execução desse projeto, quer dizer, a elaboração não vincula uma entidade a outra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Tudo bem. Só para saber. Então a ADEBRAC também fazia elaboração de projetos para as outras entidades. Sem manter vínculo posterior. Só para confirmar isso...

SR. JAIR HEITOR DUARTE – A ADEBRAC manteve durante muitos anos uma equipe técnica altamente qualificada. Não só para entidades, mas para empresas também. Então quem a contratasse para elaborar um projeto, ela elaborava e cobrava por isso. Para fazer.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Então não era um serviço gratuito.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – ... Se fosse do entendimento da diretoria.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Quais funções o senhor já exerceu na ADEBRAC?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Eu fui Diretor Executivo e Vice-Presidente da ADEBRAC.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E hoje está só na CENEP. Na CENEP o senhor é o coordenador, é o principal dirigente...

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Sou Diretor Executivo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Já executou outras funções?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não. Desde a fundação do CENEP até hoje, eu continuo lá. O CENEP foi fundado... Eu saí da ADEBRAC para assumir o CENEP. E lá estou até hoje.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E o senhor conhece a Oficina de Artes?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Muito.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Teve algum convênio celebrado com

o Governo Federal diretamente ou através da ADEBRAC?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Muitos convênios na Oficina de Arte. Vários.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Tem um convênio de 5/5/2000, no valor de cem mil reais O senhor conhece esse convênio?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Senador, a data por favor, eu não... Qual data?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – 5/5/2000.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – O nome dele, por favor, Senador.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Convênio para aquisição de móveis e equipamentos.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Sim, sim.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Que nessa época, não sei se o senhor viu o relato do Senador Sérgio Guerra, em função da CPI anterior dos anos do orçamento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias praticamente impediu que fosse feito. Quando ela abriu as exceções, ele impediu que você pudesse adquirir equipamentos, que na verdade formando um patrimônio da entidade. Ela financiava os cursos, a formação... Mas nessa época a Lei de Diretrizes Orçamentárias, em função das determinações anteriores impedia que fosse feito ao convênio. Mas ele foi feito.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Ah, tá. De 99.855 reais e 92 centavos. Convênio.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Cem mil. 5/5/2000. Aquisição de equipamentos para oficina de artes de Frutal.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – A última liberação de recursos ...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sim, a parte que liberou. O valor total seriam cem mil, mas o que foi liberado, é diferente.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – é o seguinte. Foram feitos vários convênios, aqui inclusive tem um histórico, Senador, dessa construção, nas etapas da construção. Porque essa construção foi feita... Essa Oficina de Arte funcionava inicialmente no cine, no cinema que foi alugado, tem aqui o cinema quando iniciou, e depois a Fundação Maçônica já tinha um prédio que a gente construía através de festas, de promoções que a gente fazia na cidade, já tinha uma parte do prédio pronta. Inclusive já coberta. Aí tem toda essa evolução aqui, Senador, e o equipamento foi para esse prédio aí. Agora, se... Então nós temos todos esses... Essa aí foi a construção do prédio, todo o... A evolução de tudo isso aí. É equipamento para o centro de eventos

culturais. O convênio de 2000, quer dizer, eu não me lembro sem o plano de trabalho a quais equipamentos se destinavam esse convênio. Mas certamente ele foi celebrado e consta aqui da nossa relação.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu fiz as perguntas todas baseadas na posição da LDO relativo à questão da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então o que ela exigiu? Embora não tivesse Legislação. A Legislação era a LDO. A lei era a LDO. A Lei de Diretrizes Orçamentárias. Quer dizer, você não tinha uma lei específica que dissesse: As Organizações Não-Governamentais, ou mesmo as OSCIPs que já estavam criadas, só podem conveniar depois de X tempo. No caso a LDO a cada ano, a cada ano a LDO foi fazendo essas determinações. E uma das determinações é de que você só poderia transportar recursos para instituições que comprovassem já funcionar a mais de cinco anos e tivesse uma... A Ata da eleição da Diretoria, renovação da Diretoria, se tinha renovação, se foram mantido os membros, quer dizer, você tinha sempre que apresentar... Para as OSCIPs foi posterior. Que foi criado ali em 97, 98. A LDO passou a exigir um tempo. Não tinha uma lei específica, mas tinha a LDO. Que era a lei do orçamento que anualmente buscava aperfeiçoar esses mecanismos de controle. Eu quero dizer que esses mecanismos... Eu estou fazendo a pergunta apenas para materializar algo que venha ocorrendo desde sempre, mesmo com a restrição da LDO. Porque a LDO exigia que a entidade funcionasse há cinco anos. Mesmo assim, os órgãos de Governo praticaram o convênio por cima da LDO. Porque todos esses convênios à luz da LDO nós poderíamos dizer que eles eram irregulares. E mais, se eles fossem destinar recursos não para a formação, não para a atividade fim daquela organização, mas para reforçar o seu patrimônio. Porque na verdade quando você mandava os recursos para reequipar, para construir, abrir um teatro, levantar um prédio, melhorar aquelas condições, você está, digamos assim, repassando recursos públicos para você garantir que esse patrimônio seja aperfeiçoado, valorizado, etc. Agora, do ponto de vista da realização dos cursos você poderia dizer bom, o correto é que pudesse passar recursos também para isso. Para ele que pudesse fazer um bom curso e apresentar um bom curso. Só que havia restrições legais. Mesmo assim, eu observei que à vista de convênios, todos são anterior ao que determina a lei. Teria que esperar mais dois anos ou três anos para fazer aquele convênio. No entanto, eles foram celebrados, convênio de cem mil reais, depois de duzentos e... Um de 410 mil reais, depois um de... Tem recurso vindo do exterior, 257 mil dólares para produção cultural e artística e manutenção

das Oficinas de Arte no triângulo mineiro. Quer dizer, há uma série de convênios que alguns da LDO, nós já poderíamos dizer que eles eram todos irregulares. Mas eles foram praticados. Eu diria assim, eu parto do princípio que o Deputado Nárcio Rodrigues ao fazer suas Emendas, mesmo com as restrições que a LDO oferecia e oferece ainda até hoje, agiu de boa-fé. Eu parto desse princípio. Eu só posso fazer qualquer ilação de que há irregularidades cometidas e dolo se eu tiver como comprovar. Eu sou do contrário. Nós não estamos aqui para condenar ninguém, mais ainda as organizações que se formam para prestar serviço à população. Apenas eu estou apontando onde é que... E por que é que gerou-se esse Requerimento. Na verdade, o TCU e CGU estão fazendo investigações, essas investigações elas não são, digamos assim, sigilosas, a CPI tem acesso a essas informações e é com elas que nós estamos questionando o funcionamento da ADEBRAC, digamos assim, o questionamento no bom sentido, para poder averiguar. Se houver irregularidade nós vamos apontar com o objetivo de fazer com que essa entidade funcione seguindo as palavras do senhor, funcione prestando cada vez um serviço melhor à população de Frutal e adjacência, porque estou vendo que vocês agem na região toda. Quer dizer, prestam serviços na região inteira.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – São 32 municípios. Vinte e poucos foi assim uma ação mais forte, mas são mais de 30 Municípios. Mas eu fico feliz, Senador Inácio Arruda, porque o questionamento aqui agora não é um questionamento em relação à instituição em si. É a forma de liberação de recursos e não na forma de... Da utilização do mesmo e a prestação de contas do mesmo. Então acho que esse questionamento que o senhor levantou agora eu não tinha conhecimento. Eu não tinha conhecimento dessa restrição. E eu entendo que... Eu acho que... Eu sempre... Quando chegava um auditor, eu sempre procurei ficar muito próximo dele, não para... Para conhecer essas restrições. De que forma você fazer melhor a prestação de contas, de que forma você melhor... Quer dizer, a experiência que eles têm nos foi muito valiosa para que pudesse aprimorar a forma não só da utilização, mas como a prestação de contas também até para facilitar o trabalho do auditor e logicamente não expor a entidade e seus membros a qualquer tipo de retaliação ou de punição futura. Porque às vezes alguma coisa durante a execução de um trabalho, principalmente a gente que não tinha muita experiência nessa questão de trabalhar com recurso público, a gente pode cometer alguma falha na execução que não é dolo, é uma falha por desconhecimento de algumas regras como essa

que o senhor acabou de mencionar e eu na verdade não tinha conhecimento.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Não estou fazendo nenhum juízo.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Eu entendi perfeitamente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Estou pegando as informações que o senhor ofereceu e que nós vamos examinar. Se tiver irregularidade... Vamos anunciar. Se não tiver também vamos anunciar.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Espero que sim. Porque é isso que eu falo, a empresa às vezes te pune por antecipação e quando você prova que as coisas estão totalmente regulares, elas não se manifestam para... Porque as pessoas, como disse, eu estou feliz de estar aqui, não me constrange em momento algum, mas pessoas que me conhecem e leram no jornal essa convocação e tal, ou viram pela televisão, muitas pessoas acham que de antemão você está sendo intimado para ser condenado. Eu entendo que não. Entendo que é uma oportunidade. Mas muitas pessoas entendem dessa forma. Então você tem que realmente... Por isso que eu gostaria que realmente isso se desse mesmo porque tem toda uma história de vida. Não de uma pessoa, de várias pessoas. E eu... Quer dizer, fui professor de sociologia e filosofia. Ensinei muita ética moral e decência para meus alunos. Então não quero decepcioná-los.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Presidente, era só.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu tenho pela ordem a lista de inscrição, a primeira Senadora é a Fátima Cleide, logo após Senador Sibá Machado. V.Ex^a tem a palavra, Senadora.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Bom, Sr. Presidente, eu gostaria de em primeiro lugar fazer uma consideração...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu peço só um minuto por favor. Senador Inácio Arruda precisa se ausentar. Pediria ao Senador Valter Pereira que ficasse como Relator ad hoc por alguns minutos aqui. Agradeço a V.Ex^a e asseguro a palavra à Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Estava dizendo que é preciso fazer uma consideração a respeito da fala última aí do Sr. Jair Heitor, dizer que nós aqui também estamos todos buscando este entendimento. Que aqui estamos para melhorar esta relação entre terceiro setor e recursos públicos que infelizmente ainda tem muita coisa aí nebulosa, e que dá margem a interpretações e acho que ninguém que

chega aqui, pelo menos pra mim, é culpado. Acho que nós estamos tentando esclarecer. E nesse sentido eu tenho aqui um recorte do jornal Cidade de Uberaba, do dia 20 de setembro de 2003, que traz como manchete: “Negros denunciam CENEG em Uberaba”. Na realidade é uma afirmação do Presidente da Fundação Palmares à época que se surpreendeu ao constatar que a cidade de Uberaba tendo 500 mil habitantes recebeu 1/3 dos recursos da Fundação Palmares em 2002. Enquanto isso a cidade de Salvador que tem dois milhões de habitantes, e 70% da população negra, recebeu muito menos.

Então, considerando a exposição feita pelo senhor de que a ADEBRAC é quem fazia os projetos para o CENEG, e que os padrinhos do CENEG, do ponto de vista da viabilização do recurso, como o senhor colocou na sua exposição, são os mesmos da ADEBRAC? Eu gostaria de saber como é que o senhor vê esse fato, como é que o senhor analisa essa situação de Uberaba ter recebido 1/3 dos recursos da Fundação Palmares no ano de 2002.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Senadora Fátima Cleide, primeiro eu não disse que a ADEBRAC fez todos os projetos do CENEG. Eu disse que a ADEBRAC elaborava os projetos e pode ser elaborado...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Uma espécie de consultoria.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Pode ter elaborado. Não tenho em mãos para dizer nem que sim nem que não. Pode sim ter elaborado algum projeto para a CENEG. Algum. Não disse... nem que elaborou. Era possível que tivesse elaborado. E também não disse que o Deputado Nárccio Rodrigues é o padrinho do CENEG. Mesmo porque eu não participo do CENEG, não sou de Uberaba. É uma afirmação que a senhora está fazendo e não foi tirada das minhas palavras. Gostaria de concluir um minutinho, Senadora.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Mas pelo menos patrocina os projetos da ADEBRAC.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – O Deputado Nárccio?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sim.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Com certeza. Disse isso aqui. O único Parlamentar que nós tivemos eleito na história daquela região.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Qual a diferença entre a ADEBRAC e o CENEG? Por favor, me explicite.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Eu falar da CENEG é uma instituição que eu não conheço. Não posso falar de uma coisa que eu não conheço. Eu disse que eu fui...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Mas a ADEBRAC atua como uma forma de consultora para a elaboração de projetos para o CENEG?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Eventualmente?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Eu disse que a ADEBRAC tinha na época uma central de projetos que elaborava projetos para prefeituras municipais, para entidades, para empresas... Projetos técnicos. E quando o Senador Inácio Arruda perguntou se tinha alguma vinculação, eu falei: Pode ter ocorrido, pode, não disse que teria, porque eu não tenho como afirmar, que a ADEBRAC pode ter elaborado algum projeto pelo CENEG. Só disse isso. Nada mais. O que eu disser em cima disso eu posso estar infringindo um termo que eu assinei antes de entrar na CPI, de dizer apenas a verdade. Então eu não posso afirmar nem que sim nem que não. Quer dizer, e outra coisa, quer dizer, em relação ao CENEG, eu não conheço. Sei que é uma entidade que tem voltado para a questão da raça negra. Tive na inauguração da sede do CENEG, uma sede grande foi feito em Uberaba, inclusive eu acho que deve ser por esse motivo que durante um período, esse período deve ter tido um volume grande de recurso, deve ser na edificação de seu espaço físico. Agora, se foi... Aquela história, “farinha pouca, meu pirão primeiro”.

Então, quer dizer, o Presidente da Fundação Palmares certamente é de Salvador. Se ele fosse de Uberaba, certamente não estaria reclamando ter recebido muito recurso.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Então o senhor concorda com a viabilização muito maior para uma população menor?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não que eu concorde, Senadora.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Desde que o administrador seja...

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Ele pode ter ocorrido. E essa questão em momento algum não sei por onde ela passa por mim. Porque isso não dependeu de mim, eu não tive nenhuma influência nisso nem para sim nem para não.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – O senhor não tem conhecimento dos projetos elaborados pela ADEBRAC para o CENEG?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não. Eu disse que pode ter elaborado para algum. E se elaborou esse projeto, quer dizer, daí a ADEBRAC elaborar projetos e liberar recurso é outra história. Agora eu falo o seguinte, a senhora é Senadora da República. Logicamente o seu Estado tem uma população reduzida. Se

a senhora defender um projeto justo para a sua comunidade, a senhora não pode comparar porque São Paulo tem 10 milhões de habitantes, tem que receber proporcionalmente ao meu recurso. Eu acho que seria uma retaliação à sua base eleitoral.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Mas o senhor há de assumir que é estranho a política pública olha diferenciado para a cidade sem considerar a população. (soa a campainha) Tem um outro questionamento. Eu tenho outro questionamento, Sr. Presidente.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Se é Uberaba que vai receber recurso, se é Salvador, eu não posso falar nem por Uberaba nem por Salvador, Senadora. Porque não é...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – É só uma observação e eu queria uma consideração sua. Apenas isso.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – A consideração está feita. Infelizmente não dependeu de mim. Apenas sou um observador distante como a senhora nesse caso.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Era só isso que eu queria esclarecer. Se o senhor conhecia esta situação. O senhor disse também que há um ex-diretor da ADEBRAC, é Deputado Estadual.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Sim, sim. É um ex-presidente.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Quem é?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Deputado Zé Maia.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Zé Maia. Ele foi Assessor do Deputado Nárcio em algum momento?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não, eu não tenho conhecimento se ele foi Assessor algum dia do Deputado Nárcio, não. Mesmo porque...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Bom, o senhor fez questão durante o seu pronunciamento de relacionar a relação de expor aqui a relação entre a ADEBRAC, muito boa, eu acredito, e com o Deputado Nárcio Rodrigues. Eu gostaria de perguntar: O senhor tem conhecimento se a ADEBRAC, o CENEG, o próprio CENEG, ou os seus diretores fizeram algum dia alguma doação de campanha para essas pessoas?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Eu particularmente não fiz, Senadora. Eu não tenho acesso. Eu nunca participei de campanha do Deputado Nárcio. Nunca participei da sua equipe de campanha. E eu fiz questão de vincular essa questão da relação, da vinculação o seguinte, do apoio que sempre nós pedimos ao Deputado Nárcio, porque na matéria da folha, o Senador Sibá Machado citou hoje, está incluso lá a jornalista

coloca o seguinte. Que a vinculação do Parlamentar é muito maior que poderia supor, inclusive relatando que ela me entrevistou por telefone que eu disse que ia entregar esse Relatório aqui, muito maior do que possa parecer.

Então, eu quero que não paire dúvida sobre isso, porque não tem nada a esconder. Mesmo porque o Deputado Nárício nunca executou recurso da ADEBRAC e muito menos do CENEP, de nenhum, ele simplesmente liberava. Quis deixar claro para que não fique subjetivo amanhã na matéria que eu vim aqui para tentar esconder qualquer relação. Porque não tem o que esconder, não tem o que se envergonhar. Nós temos que agradecer a grande contribuição que ele tem dado à nossa região.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Com certeza. Me diga na argüição do Relator, Senador Inácio Arruda, eu fiz algumas... Alguns pedidos de esclarecimento, mas também não ficou claro. O senhor diz que a ADEBRAC é mantida por voluntários. Como é que se dá a manutenção desta entidade?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Eu disse também...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Instituições...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – ...das pessoas que trabalham, que prestam serviço como nós, são totalmente voluntários. Nossa atividade profissional é outra. Eu tenho outra atividade profissional.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Então vocês fazem contribuições...

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não, não. A gente não cobra pelo nosso trabalho. Agora, ela presta serviços. Por exemplo, eu falei que central de projetos, ela cobra da iniciativa privada, de Prefeituras, ou de... Quando ela elabora algum projeto ela cobra pelo serviço que presta. Se ela prestar algum serviço principalmente na área de desenvolvimento rural que ela tenha tido com alguma Prefeitura, um diagnóstico, algum levantamento que é feito isso é cobrado, isso é discutido e cobrado.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – O senhor disse que a estrutura da ADEBRAC ela é bem enxuta. O senhor poderia dizer pra gente como é que...

SR. JAIR HEITOR DUARTE – A estrutura, eu digo o seguinte, as pessoas que trabalham lá, os funcionários, são... Quer dizer, funcionários, a tesoureira, um secretário, uma...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – São os dirigentes ou são pessoas contratadas?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não, não. Eles não são dirigentes, são funcionários. Executam o trabalho. Eles...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Eles executam os convênios da ADEBRAC?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não. Eles que trabalham em cima disso. Mas quando você vai executar um convênio, quando chega algum convênio, aí a Diretoria mesmo porque ela vai responder por isso, é ela que chega, senta e vamos ver como é que vai ser feito, como é que não vai ser feito, pega os processos...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – É terceirizado?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não. Nada é terceirizado. Todo por ela. O que nós fazemos é o seguinte, por exemplo, vai dar um curso, aí vai contratar o consultor. Igual esse questionamento que tem aqui. Você contrata a pessoa para aquele trabalho específico, ela prestou o trabalho, recebeu por ele sem nenhum vínculo empregatício com a agência.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Voluntário também?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não. Pago. Consultor.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Subcontratação de serviço, né?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não é subcontratação. Se vou fazer. Está aqui. Esse do questionamento aqui. Da raça negra lá precisava dar um curso... Quer dizer, eu que vou dar esse curso? Tem recurso para contratação, está no plano de trabalho. Você vai e contrata. Paga. Ou compra o equipamento, material didático... Logicamente não é... Você não está subcontratando. Você está executando.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Quem executa a parceira a entidade conveniente, né?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Lógico. Ela que executa todos os contratos.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Não a ADEBRAC?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – A conveniente é ela. Onde é ela, é ela. Aqui no Relatório que a senhora tem em mãos...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – O senhor falou há pouco que o CENEG, o CENEG contratava, entendeu?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Aqui o seguinte... aqui tem uma relação de todos os convênios que foram contratados. E todos os convênios. E quem que é o conveniente. Quem executa é o conveniente. Ah, o conveniente é a ADEBRAC? É a ADEBRAC. O CENEP é o CENEP. Aqui nós estamos falando de ADEBRAC e CENEP. E aqui a senhora tem aí em mãos a relação de todos eles, quais são os convenientes e quem...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLombo (DEM-SC) – Agradeço à Senadora Fátima

Cleide. Agora passo a palavra ao Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Heitor, acho que muitas das explicações foram bastante esclarecedoras, porque certamente vem ajudar alguns inclusive dos rumos a ser tomado pelo trabalho dessa Comissão. Eu queria perguntar inicialmente qual foi a razão que levou... é bom frisar isso, a entidade de V.S^a e os dirigentes da entidade ADEBRAC e outras entidades que porventura participam desse tipo de trabalho que V.S^a já relatou aqui, com o Deputado Nárccio.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Qual a relação?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – A ADEBRAC a sede dela é em Frutal. Frutal é uma cidade de aproximadamente 50 mil habitantes. Deputado Nárccio é natural de lá, estudou lá, e foi... Cresceu junto com a maioria dessas pessoas. Parte desse grupo da ADEBRAC é de lá. Porque outras pessoas são de outros municípios, da região ali. Então, a relação nossa é de amizade. Minha com ele pessoal é de amizade de escola. Foi um colega de sala de aula. Colega de escola. Tivemos militância estudantil juntos... Esse é o trabalho. É a nossa... E várias dessas pessoas logicamente são pessoas da sua relação pessoal. E quando fomos (ininteligível) esse envolvimento, nós procuramos o Deputado Nárccio que era um Parlamentar recém eleito na época. “Nós precisamos buscar uma forma de organizar o desenvolvimento regional. Não pode estar disperso”. Então justamente para que nós pudéssemos aglutinar uma série de pessoas que pensavam no desenvolvimento regional, voluntários que pensavam, mas dessem um ordenamento, um planejamento. Mesmo porque várias dessas pessoas são empresários. E estão acostumados a trabalhar com planejamento. E na questão de políticas públicas, o que acontecia na região? Antes do Deputado Nárccio ser eleito? O cara chegava um Deputado, arrumava uma ambulância para um Prefeito e tal, ia lá a gente chamava “Deputado Copa do Mundo”. Ia na cidade de quatro em quatro anos, cidadezinha pequena, com eleitorado pequeno, não despertava interesse de fazer grande coisa. Quer dizer, então não tinha nenhum ordenamento do seu desenvolvimento. E o que aconteceu? Qual foi o papel da agência no seu primeiro momento? Foi justamente ordenar esse desenvolvimento. Buscar inclusive fizemos um diagnóstico em vários Municípios para identificar qual era o grande entrave do nosso desenvolvimento.

Então, em cima disso nós fomos propondo ações ao Deputado que nos ajudassem... Por exemplo, na capacitação profissional. Por quê? Para que nós pudéssemos preparar nossa mão-de-obra para que as empresas pudessem ali se instalar e aproveitar o grande

potencial que a relação tem. Hoje para você ter uma idéia, em Frutal já foram gerados agora nos últimos anos mais de cinco mil empregos. Isso quer dizer 10% da população. Desse pessoal que está empregado lá, mais da metade cursou esses cursos que nós fizemos. Quer dizer, então são essas ações hoje, que eu falo que poucas pessoas que ali residem não tem um ente, um filho seu, alguém que não se beneficia, citei até meu amigo o Presidente do PT porque todos se beneficiaram nessas ações. Todos. A comunidade como um todo. Porque não é para um segmento, não é para um partido. Mesmo porque várias pessoas de vários partidos participam disso. Só que o Parlamentar é do PSDB e eu também. Quer dizer, não vejo vergonha nenhuma nisso. Como o senhor deve ter orgulho de ser do PT. Eu acho que você tem que desenvolver o seu trabalho com grandeza, representar bem o Estado que V.Ex^a está aqui.

Então nunca houve da nossa parte lá, quer dizer, a não ser uma relação de parceria. De solicitar ao nosso Parlamentar que representa aquela região um suporte para que ele fosse uma ferramenta na questão do fomento do desenvolvimento regional. E isso ele fez e sempre nos apoiou. Quer dizer, mas é bom deixar claro, Senador, ele... A partir do momento que assinou convênio, o papel do Parlamentar acabou aí. A responsabilidade.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas ele em algum momento presidiu, dirigiu?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Nunca participou de nada.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Nunca teve vínculo nenhum com a entidade?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – De forma alguma. Se quiser atestar nós temos aqui todas as atas. Eu trouxe, eu tive o cuidado de trazer.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ajudou com o apoio técnico? Chegou a liberar emendas?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Muitas Emendas. Inclusive está licitada aí várias delas. A maioria delas são do Deputado Nárccio.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – A ADEBRAC é uma OSCIP?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Ela era uma ONG quando foi criada, aqui eu tenho também na minha pasta, a data em que ela se transformou em OSCIP. Se salvo engano, foi em 2002. Salvo engano ela se transformou em OSCIP.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Porque queria perguntar porque como não sendo ainda OSCIP, vamos dizer, está no nível das demais ONGs que é o foco dessa CPI, ela vendia serviços? Ela vendia

serviços? O trabalho dela tinha fins de arrecadação também?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Quando nós criamos depois de se transformar que nós criamos essa central de projetos para que nós pudéssemos inclusive ter recurso para ajudar na manutenção do CENEP. O CENEP aí as despesas aumentaram, nós tínhamos que buscar fontes de recursos mesmo porque nós fomos no PROEP e o segmento comunitário ficou responsável por isso. Aí nós buscamos a iniciativa privada, algumas instituições para que nos desse um bom andamento da Fundação Maçônica, das ações que a gente desenvolve nas comunidades para que ela pudesse viabilizar a implantação daquele braço capacitador na nossa região.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – No meio de todo o trabalho com certeza tem... Todo mundo vive o seu grau de contraditório. E eu tenho em mãos alguns documentos de pessoas que fazem duras acusações ao trabalho que V.S^a está aqui relatando. Por exemplo, Guiomar Basílio da Silva. Esta pessoa diz, e acusa aqui através da imprensa que a CENEG surgiu com desvio de verba, desvio de conduta que o CNPJ ficou inclusive no momento que deveria estar anulado pela Receita Federal, ele ficou mantido por um período muito longo, que inclusive chegou a ter acesso a recursos financeiros do Governo Federal com o CNPJ nulo... Então, eu acho o momento importante para V.S^a explicar.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Aí, Senador, tem que dirigir essa pergunta para o pessoal do CENEG. Eu não faço parte e nunca fiz parte do CENEG. Eu não tenho...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Tudo bem. Eu só preciso tirar...

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Eu não tenho nenhum vínculo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Que V.S^a deixou muito claro que não tem nenhuma relação com a CENEG.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – É.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – CENEG é outra instituição.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Inclusive o objeto dessa convocação é ADEBRAC, CENEP.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É o P no final, e não G. Certo. Tem CENEP e CENEG.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Isso. E Uberlândia tem CENEX, com X no final que é escola também do PROEP lá mantido pela Prefeitura Municipal...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas afirma que também elaborou projetos, pela competência que V.S^a está nos relatando.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Elaborou projetos pra quê?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Para CENEG.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Acho que fui muito claro com a Senadora Fátima Cleide, o senhor deve ter ouvido, quando me foi perguntado pelo Senador Inácio Arruda eu disse que não tinha certeza que poderia, vou repetir as palavras, poderia. E como eu fiz aqui um termo de dizer apenas a verdade, não tenho como afirmar se foi feito ou não, e nem estava da ADEBRAC à época, não participava mais dessa instituição, não posso afirmar que foi feito ou que não. Foi o que eu disse à Senadora Fátima Cleide e repito ao senhor.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Aqui tem um jornal afirmando, aí para tirar a dúvida, já para... Afirmando que o Deputado presidiu a entidade. Como diz aqui, isso pode ser observado também em nota publicada no jornal da manhã on-line de 7/7/2005, na qual o colunista Jorge Alberto diz: Duas entidades presididas pelo Deputado Nárcio Rodrigues a ADEBRAC e as Oficinas de Artes, aí segue porque foi um trabalho feito pelas entidades. Ele presidiu?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Eu queria... Quero reportar uma frase que o próprio Senador emitiu anteriormente aqui. Que não tirava seus questionamentos de matéria de jornal. E essa matéria de jornal é totalmente inverídica.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Por isso que estou fazendo a pergunta.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Tenho certeza que não. Até porque seria totalmente...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Por isso que estou fazendo a pergunta. De uma vez por todas a gente tratar de outra forma estes assuntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Sibá está com a palavra. Só se ele permitir.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Senador Sibá, só um...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Pois não.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – O senhor diz... Tudo bem, não vamos tirar do jornal. Mas aqui na prestação de contas encaminhada pela ADEBRAC, na página 3 aqui do... Do processo nº. 1.420, 2002/4. A prestação de contas da ADEBRAC ela traz fotos que são do CENEG. De eventos realizados pelo CENEG. Como é que... Que relação é essa? Isso aqui é 2002.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Se ocorreu, eu tenho aqui, Senadora, uma série de relatórios aqui das Oficinas de Arte, e tal. Eu nunca tive conhecimento se

houve esse tipo de confusão, de foto, se alguma foto... Mesmo porque se isso foi feito deve ter sido inadvertidamente. Porque... Eu falo assim, é porque... Se tem uma coisa que o acervo de fotos e a lisura desses cursos, é totalmente desnecessário fazer isso. O que pode ter acontecido é alguém que estava fazendo esse material ter tido essas fotos e colocado inadvertidamente. Eu não conheço o porquê disso.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – O ofício da Fundação Palmares sobre o convênio...

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Inclusive se a senhora continuar lendo os ofícios da Fundação Palmares, esses questionamentos foram respondidos. E no final resta um, senão é a questão da contratação da Sr^a. Leonice de Brito. Inclusive eu fiz questão de colocar todo o histórico de questionamento.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – O convênio era da ADEBRAC.

(soa a campanha)

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Da ADEBRAC.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – E as fotos são da CENEG.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – É isso que eu estou falando. Mas aí na frente a senhora lê todo o material... aí tem todos os questionamentos, tem todas as respostas, e no final a CGU e o Ministério da Cultura coloca que foram... Aí então vou ler para senhora, aqui no final. Está aqui. Se a senhora chegar aqui no ofício da... O despacho na auditoria interna do Ministério da Cultura, Ofício 05/2006, o serviço de prestação de contas – já diante desse questionamento. Isso já foi respondido – o serviço de prestação de contas, após a análise da documentação e justificativas encaminhadas pela ADEBRAC concluiu conforme despacho de fls. 14 e 87 que as justificativas apresentadas pela conveniente atenderam de modo satisfatório aos questionamentos efetuado pelo Ofício nº. 079 – Está lá atrás que estava lendo. Aí fala que ficaria a critério de (ininteligível) e despesa a aprovação das justificativas. Que aqui à frente ela acata. Ficando pendente o encaminhamento de documentação que comprove os valores pagos a Sr^a. Eunice de Brito foram os mais vantajosos da administração pública.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Mas aí é uma resposta em relação ao 079. O questionamento que eu faço é com relação ao ofício 01. 166. Tá?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Isso aqui, Senadora, é o seguinte. É todo o histórico de questionamentos feito... Isso foi justamente para orientar o que foi questionado, o que foi respondido. E aqui na frente tem a resposta. Esse é o mesmo projeto, é o mesmo convênio, Senadora. Lá na frente, isso aqui já é o final. Resta pendente o encaminhamento da documentação

que comprove os valores pagos Sr^a. Leonice de Brito. Só isso. É o que resta pendente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Vou pedir ao Senador Sibá Machado que conclua. Há outros inscritos ainda.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – É que o Senador Sibá está fazendo as perguntas.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Bom, consta que a CGU tem uma notificação contra a ADEBRAC dizendo que é preciso devolver 297 mil reais.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – De quando é isso aí?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – CGU... Convênios... São concernente ao Ministério da Cultura. Dois convênios. É exatamente isso aí?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – É esse, que depois foi respondido.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Já está respondido. O Ministério ainda não respondeu a...

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Exatamente. Esse 7.604 reais que falta justificar se a contratação da D^a. Leonice de Brito foi a (ininteligível) para serviço público.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E isso é o que V.S^a já respondeu dizendo que o Ministério ainda não...

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Ainda não se manifestou. Os outros já foram todos... todos os questionamentos já foram sanados e ela acatou. E aqui na...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Este dado então não procede mais?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não procede. O senhor recebeu esse Relatório aqui, Senador?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Já. Mas eu emprestei aqui. Vou já pegar de volta.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Mas tem outro ali, que aqui está todo o histórico. O senhor pode acompanhar por aí que está todo... Na ordem cronológica todos os questionamentos e a evolução desse processo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, queria mais só perguntar se o Sr. Heitor conhece e poderia falar quem é Willian José Evangelista e Antônio Carlos Marques.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Nunca ouvi falar.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não sabe quem são essas pessoas.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Não conheço.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O CNPJ da CENEG tinha problemas?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Senador, o CENEG é outra instituição. Não estou aqui... Aqui é CENEP. É uma instituição que não... A qual não tenho menor...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ok, Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu tenho pela inscrição Senador Valter Pereira e em seguida Senador Heráclito.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Heráclito, V.Ex^a tem a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu agradeço, Sr. Presidente, espero que a paz continue reinando nesse ambiente. Mas eu queria, Sr. Presidente, alertar esta Comissão para o caminho que nós estamos tomando. Nós tivemos aqui hoje uma Sessão aonde mostra o que a base do Governo quer fazer dessa CPI. Transformá-la numa palhaçada, transformá-la num deboche, ou então ainda mais grave, num ato de irresponsabilidade para esse Congresso. Nós discutimos aqui o tempo inteiro a validade da matéria dessa revista, desse jornal. Discutiu-se se devia dar credibilidade ao que a imprensa publica ou não. Aliás, a imprensa do Brasil que abra o olho. Anda muito mal conceituada no atual Governo. Não sei o que a imprensa está fazendo, mas anda mal. No entanto, Sr. Presidente, nós nos reunimos aqui para ouvir uma entidade denunciada no jornal. E por incrível que pareça, na mesma página, na mesma matéria, a única diferença é que o Deputado que é citado aqui pertence aos quadros do PSDB. E não aos quadros do PT como são citados os cinco. E se fala aqui não politizar a Comissão. Que coisa vergonhosa. A ele se pode fazer todo tipo de pergunta. Levantar suspeitas contra um homem da qualidade do Deputado Nárcio Rodrigues aqui se pode. Convocar para se ouvir... Deixa o Assessor terminar de orientá-lo. Posso continuar? A sua Assessoria é perfeita, mas hoje foi frágil, foi fraca. Trouxe informações imperfeitas, imprecisas, e levaram vocês a esparrelas. Esparrelas. O que nós estamos vendo aqui é vergonhoso. Ele pode. Vem aqui, se expõe, dá informação... Os outros não. Por que, Sr. Presidente? Qual é a diferença que tem entre os citados aqui, por que é que os responsáveis pelas fundações dos militantes do Partido dos Trabalhadores não pode vir aqui e passar pela mesma situação que o Dr. Jair passou agora? Qual é a diferença? Estamos criando categorias diferentes? É vergonhoso o comportamento que nós estamos tomando aqui, Senador Sibá Machado. Pense na opinião pública. V.Ex^a fez uma defesa veemente aqui contra a citação desses nomes. Ameaçou

inclusive convocar os jornalistas. Mas, no entanto, sugere e ouve aqui o cidadão. O que nós queremos? Nós estamos acabando com o conceito dessa Casa. V.Ex^a não é primário nisso não, porque apresentou um relatório paralelo em CPIs anterior. Para atender o seu partido. Ao rei se dá tudo menos a honra, Senador Sibá. Vamos parar com isso, e vamos saber que a sociedade brasileira está a nos assistir. Senador Sibá, se V.Ex^a chegar em seu gabinete vai ver através dos e-mails que recebe a reprimenda da população pelas nossas atuações minhas e suas.

O que está se tentando fazer aqui, Sr. Presidente, e dou um Conselho a V.Ex^a e ao Relator, não aceitem. O que está se tentando fazer aqui é um crime. Por que é que não se pode ouvir os outros citados? Vou repetir, o Senador Sibá não quer que seja ouvido são Adão Preto, do PT do Rio Grande do Sul, Marcos Maia do PT do Rio Grande do Sul, Assis Miguel Couto do PT do Paraná, Anselmo de Jesus do PT de Roraima e Sandra Rosado do PSB do Rio Grande do Norte. Esses são sagrados. O Deputado Nárcio Rodrigues, porque teve a infelicidade de no momento atual pertencer aos quadros do PSDB, se submete. E a Presidência e a Relatoria permitiu. Porque eu acho, Senador Presidente, primeira providência é indagar se valia para um e para outro. Essa Comissão está na obrigação de ouvir os outros. E quer saber mais? Quer saber? No relatório preliminar, eu agora fui atrás dele, não cita o Senador Nárcio Rodrigues. Eu posso muito bem dizer que a base do Deputado Nárcio Rodrigues, que a base do Governo plantou essa matéria. E aí, Senador Sibá? Não faz. E aí, Senador Sibá? Para onde vai a moral das (ininteligível).

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Da mesma forma que a oposição...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Vamos ouvir. Eu gostaria que depois o Presidente me desse o mesmo tempo...

(soa a campainha)

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não vamos interceptar. Só espero que eu seja ouvido também ao final.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pois não, qual é a pergunta?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Eu poderia afirmar que a oposição também plantou a matéria sobre os cinco aí?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A matéria aqui está assinada. Qualquer questionamento tem que ser feito aos jornalistas. O que eu estou dizendo é que nesse Relatório preliminar, pelo menos até onde foi lido, é escarafunchado, não está o nome des-

sa entidade. Pode ter sido mais ou menos. Não estou afirmando. Estou apenas fazendo a colocação.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – (pronunciamento fora do microfone) pode apresentar Requerimento dos cinco agora.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, mas eu não quero fazer Requerimento.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Até ADEBRAC faz um tempo que foi...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu quero que haja coerência e consciência de quem está agindo dessa maneira. Se é para se apurar, que se apure tudo. Não que se faça aqui uma barreira seletiva. Porque veja bem, esta é uma CPI que a máquina do Governo pode cercar-lhe algumas vertentes de apuração. Mas a opinião pública não vai não. Não vai não, Senador Sibá. Não vai não. V.Exª pode até querer proibir que os funcionários da Casa não trabalhem na apuração. Mas a opinião pública sabe. No enriquecimento ilícito desse País inteiro promovido por ONGs de picaretagem. Por ONGs que não existem. Essa aqui pelo menos mostra na capa uma sede, mostra uma história e mostra uma vida. Por que é que não vamos dar oportunidade, meu caro Presidente Colombo, dos cinco que estão aqui mostrem a beleza de suas entidades. Nos convênios assinados. As parcerias feitas. Vamos discutir isso. Eu acho que o caminho dessa CPI, ou toma o caminho da apuração isenta, pregada pelo Senador Sibá Machado na instalação, ou nós não podemos partidizar como foi feito hoje aqui. É vergonhoso.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, pelo art. 14, gostaria que V.Exª me concedesse o mesmo espaço de tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O senhor terá todo o espaço de tempo. Aliás, o senhor tem tido todo o tempo e todos tem tido.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Obrigada. É só para formalizar...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, eu solicito a V.Exª que baseado no art. 28, que é o dobro de 14, dê o dobro do tempo que deu a mim ao Senador Sibá. Tenho certeza que ele vai...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Agradeço muito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – E eu me calo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu quero só colocar, Senador Sibá, está inscrito aqui o Senador Valter Pereira.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, pelo art. 14 eu tenho...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pelo art. 14 o senhor tem a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Muito obrigado. Primeiro lugar, Sr. Presidente, eu não vou aceitar de nenhum Senador da República um tratamento como se tivesse aqui me dando uma ordem como se fosse meu pai. Não vou. Respeito a todos aqui independentemente da idade... Por favor, eu gostaria de não ser interrompido.

Então, eu pediria em primeiro lugar isso. Não se trata aqui de vir gritar com menino que eu não sou moleque. Sei exatamente o que eu estou fazendo dentro dessa Comissão e dentro do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Sibá, só um minuto...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O meu Requerimento é de 146. De fevereiro. Estamos há mais de um mês quando que essa matéria tem alguns dias. Não tem absolutamente nada a ver uma coisa com a outra. Eu não tenho a capacidade de adivinhar, Sr. Presidente. Não tenho essa capacidade. Portanto, o meu Requerimento trata de uma entidade, ADEBRAC, que recebeu recursos públicos, que na investigação que fizemos em relação a documentos do Tribunal de Contas e da CGU apresentava dificuldades na sua prestação de contas, da qual chamamos aqui um dos representantes da entidade para vir fazer esclarecimento, e é o que nós obtivemos. Não tem absolutamente nada a ver com a matéria do jornal. A matéria do jornal trata-se de outro assunto. Qual foi o assunto? O assunto foi que um documento que dito aqui de um Relatório parcial do qual o Relator diz que absolutamente não tem relatório parcial nenhum, é um documento que a Assessoria desta Comissão está fazendo a... Digamos assim, a benefício direto do próprio Relator e do Presidente, que não foi passado para nenhum, vai passar nas mãos da imprensa dizendo que tem um Relatório parcial negado aqui pelo Relator.

Portanto, o que eu estou dizendo daquele momento e repito agora, é que não se pode a nossa Assessoria fazer uma triagem daquela magnitude, fazer cruzamento daquela magnitude sem um Requerimento aqui formal aprovado. Porque sem o Requerimento formal aqui aprovado pode qualquer um Assessor, a seu bel-prazer, a seu alvitre, fazer o cruzamento que ele bem entender e isto virá para está Comissão como se fosse o trabalho dos Parlamentares. Esse poder não tem nenhum dos funcionários. Nós queremos daqui para frente apenas que qualquer tipo de trabalho nessa direção passe por força de Requerimento.

A outra. Vou pedir encarecidamente que toda vez que a gente for tratar, eu sei que tem na triagem lá por

informação de terceiros que chega a 120 Parlamentares. O que eu quero dizer que responsabilidade sim se tem 120, por que é que não tem 120? Por que é que tem cinco? Por que é que tem apenas cinco? Não fui eu que citei o nome do Deputado Nárcio aqui. Não tenho esse tipo de comportamento, Sr. Presidente. V.Ex^a sabe disso e todos os membros dessa Comissão. Eu não vou fazer um tipo de aberração dessa magnitude, uma irresponsabilidade descomunal como foi praticado aqui contra essas pessoas. Em nenhum momento trazemos qualquer pessoa para vir sentar aqui para esclarecimento para vir aqui como princípio de massacrar essas pessoas. Absolutamente. Estamos aqui que esta CPI, Sr. Presidente, daqui para frente ela firme no seu foco. E digo mais uma vez, além desta matéria do jornal, saiu outra lá no Estado do Ceará. Que virou uma polvorosa. Porque tem disputa eleitoral neste ano. E ninguém nasceu ontem aqui não. Todo mundo está nessa Casa porque tem alguma qualidade para chegar até aqui. Senão não estaria. Ninguém nasceu ontem. Sabe perfeitamente quando sai determinadas notícias, porque tem interesse de terceiros aqui no meio. Determinadas notícias. E eu já falei na CPI dos Correios chegavam a arrancar pedaços de documentos, de documentos sigilosos, guardados no cofre da CPMI, e mesmo assim ia parar na imprensa. Qual é o papel da imprensa? Divulgar. Se um documento chega para formar A, B, ou C não importa. Ela tem que divulgar. Eu não quero discutir com jornalista nenhum, não. Eu quero discutir com as responsabilidades dessa Comissão. E as responsabilidades dessa Comissão é se firmar em primeiro lugar se tem documento sob sigilo ele não pode ir a lugar nenhum. E V.Ex^a tomou o cuidado de não entregar sequer para nós Senadores. E esse documento foi parar na mão da imprensa.

Então a minha queixa é tem que parecer quem fez isso. E quem aparecer tem que ser punido. Porque senão isso vale para todo mundo. Isso aqui vai parar onde também? Então aqui para ser muito sincero... Só um instantinho, Sr. Presidente, para ser muito sincero eu não aceito recado de ninguém. Por favor. Aceito críticas, aceito sugestões, aceito muitas coisas. Mas nesse tom eu não topo. Não sou menino. Não sou criança. Sei das minhas responsabilidades e estou aqui com o mesmo afinco dos demais. Mas tem uma coisa que aqui que acho que ambas as partes tem que tomar todo cuidado. Se for para o campo do debate político, vai ser no debate político. Mas não interessa para a Comissão e para nenhum de nós. Então eu não sou irresponsável de ter citado nome de Deputado que não fui eu. Não fui eu. Deputado nenhum e não farei. Quem fez isso aí eu desconheço. Por que é que o nome dele está aí eu não tenho a menor capacidade, Sr. Presidente, de explicar

uma situação como essa. O meu Requerimento é de 30 dias anteriores à matéria desse jornal para convidar o Sr. Jair Heitor para vir aqui explicar sobre a entidade que ele dirigiu. Só isto, e mais nada. Dos esclarecimentos que ele fez aqui, acredito que praticamente deixou à luz de qualquer preocupação que nós tínhamos, como foi outras entidades da semana passada. Eu acredito que também foram esclarecedores. E pronto. Está encerrado o assunto. Porque esta CPI tem que trazer os assuntos da qual é o seu foco. E eu só espero que daqui para frente, no afã de dizer que determinadas atitudes aqui uns merecem e outros não, não vamos por aí porque brigar todo mundo sabe e espero que não seja esse o motivo da nossa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Sibá Machado...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Em seguida para o senhor... Eu só queria fazer uma justificativa. Senador Sibá Machado, essa Presidência não tem o poder de controlar a imprensa. Eu não fiz nenhuma referência até agora porque não quero pessoalizar. Mas nesse final de semana em Santa Catarina a manchete de todos os jornais foi uma denúncia de elementos da CPI sobre uma suplente de Deputado do meu partido. Isso me incomodou muito, estou administrando essa situação, pedi a ela que mandasse todos os documentos para que ela pudesse justificar, lamentavelmente acontece de todos os lados. E a Presidência não tem como controlar a imprensa. Ou impedir que a imprensa do Ceará, de Santa Catarina, quem quer que seja. O que nós temos que fazer, o meu procedimento foi o seguinte, a nossa suplente de Deputado, ela me ligou, eu disse: “Olha, acho que você foi acusada, você deve reunir todos os elementos de defesa, encaminhar a essa CPI, se algum Senador ou eu próprio entender insuficiente nós vamos colocá-lo. Do contrário vou levar ao conhecimento”. Então a CPI não pode...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Me permita só uma sugestão a V.Ex^a. Eu sei que isso incomoda. Sei que incomoda e muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Sem dúvida.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E eu faço a seguinte sugestão. Nós não podemos nos deixar levar por esse tipo de notícia, e não vamos trazer para cá nenhuma pessoa que não tem absolutamente nada a ver com o trabalho desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agora, todos os requerimentos que vieram aqui e forem aprovados.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só vou sugerir que tratemos isso como princípio básico porque essa é a obrigação. Assuntos de não dizem respeito nós não vamos tratar. E até fico preocupado de saber que uma matéria como esta vai sair no Estado de V.Ex^a, acredito que eu a benefício de quem? Pergunto até isso. A benefício de quem? A benefício de ninguém. Porque vai querer dizer aqui que algum de nós aqui plantamos uma notícia dessa maneira? Pelo amor de Deus.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Não é isso. Só fiz questão de colocar isso para uma questão de esclarecimento porque senão parece que a Presidência é omissa... Na verdade não temos, como... A imprensa está fazendo investigação e a imprensa todo dia e todos os veículos está trazendo uma realidade que é de fato a grande preocupação dessa CPI. Senador Heráclito, me dá só dois minutos e já passo a V.Ex^a. Mas realmente a imprensa traz todo dia, eu tenho lá um mundo de recortes de vários programas que se desviaram. E o nosso marco regulatório deve impedir esse descaso. E eu lamento que esse Decreto tenha prorrogado os seus efeitos de 30 de janeiro para junho, ainda mais num ano eleitoral. Nós temos que ver todas essas coisas. Mas o debate é próprio, evidente que às vezes se comete algum excesso, a gente diz na emoção alguma palavra mais pesada, mas nós temos uma grande responsabilidade com a Nação. Nós precisamos eliminar esses vícios, punir as pessoas responsáveis, a CPI tem dois vetores fundamentais que precisam ser perseguidos: Um, é realmente modificar a legislação, avançar, evoluir. De tal forma que nós tenhamos um marco regulatório. Agora, é impossível não investigar. Tem que haver a investigação. Senão nós temos que mudar o nome da CPI. Aqui pode haver a briga partidária, pode haver a disputa, eu não tenho controle sobre isso. Acho que ninguém tem. Mas ela precisa ser minimizada e esse é o apelo que eu faço a todos os Senadores. Agora, necessariamente nós vamos ter que aprofundar a investigação. Lamento muito que essa matéria tenha saído na imprensa, lamento que outras estão pipocando. Agora, isso não pode tomar de nós toda a atenção e a gente deixar de caminhar. Amanhã temos depoimentos importantes do Presidente da FINATEC, depoimento importante do diretor da editora e isso funciona como uma questão pedagógica para toda a população brasileira. Quer dizer, é do nosso dever fazer isso. Eu tenho certeza que todos os Senadores que estão aqui se houver erro seja de quem for, do partido que for, precisa ser punido.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, é amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Falei hoje. Perdoe. Me desculpe. Esses dois depoimentos são amanhã. E na Sessão de quinta-feira, aí vai ter um debate mais forte sobre a questão de Requerimento. E eu até sugiro que a gente faça uma reunião prévia para ver se há algum excesso, se há alguma coisa mal fundamentada para que a gente não tenha que ficar perdendo um tempo enorme com alguma coisa que às vezes não tem fundamento. Eu na Sessão passada dei o meu exemplo, de três requerimentos retirei dois para não criar o conflito, para realmente nós podermos avançar. Então esse é o meu espírito, acho que esse é o compromisso de todos nós, e eu queria passar então ao Senador Heráclito e depois ao Senador Valter Pereira que está há bastante tempo aguardando para que a gente possa ir para o finalmente. Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu quero apenas que o Senador Sibá Machado entenda que o melodrama que ele tenha representar aqui, eu compreendo. Mas não confunde. Em nenhum momento quis ser seu pai. Até porque a idade não permite. Gostaria, mas não tenho condições. E também dar recado não é meu estilo. Se há uma pessoa franca e direta nessa Casa sou eu, Senador. Em nenhum momento. Não interprete como recado. Interprete como sentimento. Se às vezes elevo minha voz é de indignação. Vê como vocês jogaram uma história bonita na lata do lixo. Vê como vocês estão tentando colocar debaixo do tapete irregularidades praticadas em nome das ONGs. Ou no exercício delas. Fique V.Ex^a totalmente tranquilo. A minha indignação é ver como, por exemplo, a ira com que se fala hoje com relação à imprensa. Aquela imprensa que tanto ajudou o partido de V.Ex^a. O que me deixa triste, por exemplo, é ver o tratamento que o partido de V.Ex^a deu ao bispo de Sobradinho no episódio da transposição do Rio São Francisco. Alguns que cresceram nas sacristias, de repente viraram as costas para uma história toda de passado. O que me deixa triste e faz elevar a voz, é quando vejo Senador Sibá Machado essa vocação de perseguição a imprensa brasileira hoje fazer com que o partido de V.Ex^a, que elegia como prioridade a Comissão de Constituição e Justiça, estou falando da Câmara, Comissão de Justiça, Direitos Humanos, minoria... Trocou tudo pela Comissão de Comunicação que é aquela que analisa a renovação de contratos de grandes empresas de televisão.

Aí elevo minha voz. Eu não consigo, de maneira nenhuma, Senador Sibá, ver uma história toda ser jogada na lata do lixo. Eu não me conformo, por exemplo, ver o Presidente da República que é membro do seu partido ir para o morro do Rio de Janeiro e dizer que

ladrão tem em todo lugar. Ladrão tem aqui, tem lá, tem acolá... Como se fosse a coisa mais normal do mundo. Porque não é ninguém, é o Presidente da República. E às vezes isso me revolta.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não entendi. Como?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Quem preside essa Comissão também está sob suspeita?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O que tem a ver uma coisa com a outra?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É o que eu estou perguntando.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Desculpe, eu não entendi. Por favor, o senhor seja mais claro. O senhor tenha respeito comigo. O senhor seja mais claro. Qual a Presidência? Desculpe, eu não entendi. Posso ter ouvido errado. Essa Presidência está sob suspeita?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, pelo amor de Deus! Ele acabou de falar de uma série de Comissões aqui. Eu estou...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu não falei Comissões?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Não, não senhor...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Falou. Acabou de citar as diversas Comissões, que diz que foram todas trocadas em substituição à Comissão que analisa a questão das comunicações. Então estou perguntando a ele...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, não, não...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – ...se quem preside essa Comissão está sob suspeita.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Não, eu não aceito isso.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Todas as pessoas... Só pediria que V.Exª tivesse um pouco mais de cuidado também.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu fui citado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não foi citado. Estamos conversando.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Quem é o Presidente dessa CPI?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Ele citou que o PT trocou três, quatro Comissões na Câmara

dos Deputados por outra, porque disse que dá aval a meios de comunicação. Só estou perguntando...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Aval é termo de seu partido. Aval eu não gosto.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só estou aqui, Senador Heráclito, que a gente também... Vamos nos tratar um pouquinho mais com respeito. Pouquinho mais. Não sou ingênuo. Estou ouvindo, a palavra saiu atrasada porque eu estava raciocinando se ia ou não fazer. Resolvi fazê-la. Então é isso, porque fica falando num tom aqui e quem está vendo ali pela câmara vai ficar achando o que desse diálogo que nós estamos fazendo?

Então eu só estou pedindo encarecidamente que a gente tenha um diálogo no outro nível. A cada momento que for interrompido para fazer esse tipo de avaliação eu sou obrigado também a interromper porque não vou ficar calado, Sr. Presidente. Desculpe. Estou falando apenas sobre isso. Ele citou quatro Comissões da Câmara dizendo que foi trocada por uma outra porque tem uma questão de meia comunicação. Estou perguntando então se quem preside essa Comissão tem por princípio uma pessoa que tem outras vontades na vida e não da seriedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Acho que o senhor foi infeliz, eu vou considerar, mas acho que foi...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Nós precisamos caminhar. Já é quase duas horas da tarde.

(soa a campainha)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O que eu disse aqui e vou repetir. O que me dá indignação, o que me assusta é que o Partido dos Trabalhadores, antigamente, brigava pela Comissão de Constituição e Justiça. Está entendendo bem, não está? Brigava pela Comissão de Direitos Humanos...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas continua. As razões de lá, de cada Casa, os líderes lá resolvem de outra maneira. Sei lá que maneira eles estão se acertando.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Acho que nós estamos desviando o foco aqui, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Vou fazer um apelo aos Senadores, nós estamos aqui com nosso convidado...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Inverteu a prioridade. E passou. Hoje a prioridade passou a ser a Comissão de Comunicação.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Tá vindo, Sr. Presidente. Aí pode dizer uma coisa dessa eu não posso reagir?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Estou caluniando?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não, está me dizendo aqui com todas as letras que... (soa a campainha) ou foi o possível(F) de chegar à negociação, Senador. Vontade eu gostaria...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não pode ser tratado dessa forma. Não pode.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Vou fazer um apelo...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não pode. Dessa forma é difícil.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu vou explicar, Senador. Nas prioridades quem tem direito de escolher primeiro é o seu partido.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – A vontade é grande e o PT não é a maior bancada da Casa. Não é a maior bancada.

(soa a campainha)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A escolha cabia a seu partido. E seu partido antecipadamente anunciou aos jornais...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Certamente por causa dos blocos, porque tem que abrir espaço para negociar a capacidade de governabilidade...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senadores, vou pedir a compreensão dos senhores.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu vou terminar mostrando a última incoerência. A convocação com fatos concretos. Por que é que a Sr^a. Mariza Rotenberg veio para cá? Só porque serviu ao Governo Fernando Henrique?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Pode ser.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V.Ex^a convocou. Ah, bom. Então está claro. V.Ex^a que convocou, então V.Ex^a está confessando...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Estou querendo só que o Senador Heráclito, este assunto foi o motivo da nossa... problema de hoje. Este assunto foi nosso... Eu esperaria que a gente não tratasse disso porque um Requerimento apresentado...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Vou fazer um apelo aos Senadores...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só um minuto. O Requerimento apresentado o momento da discussão dele é antes da votação. O momento que ele é votado ele é Requerimento da Comissão, não é

mais Requerimento de Parlamentar nenhum. E eu só pediria... Porque o Senador Heráclito tirou o dia hoje para puxar esse assunto. Complicado. Agora qualquer pessoa que vem aqui é do partido A, do partido B, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Senador Sibá, por favor. Peço que o Senador Heráclito encerre.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não dá para ficar assim, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Ele está com a palavra. Não posso cassar a palavra dele. Peço só um minuto estou fazendo um apelo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Calado também não posso ficar. Pelo amor de Deus.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Grite mais alto. Está falando baixo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Eu vou fazer um apelo, senão eu vou ter que encerrar, vai ser extremamente desagradável para todos nós...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O desespero da base do Governo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não sei quem está desesperado. Até aqui estava tudo bem.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não é motivo desse assunto hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Vou fazer um apelo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O Requerimento já foi aprovado um mês atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Srs. Senadores.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu estou mostrando que essa história de dizer que as convocações aqui tem que ser fundamentadas, não são verdadeiros esses argumentos. Quando interessa vocês fazem de qualquer jeito.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu apresentei aqui o Relatório do Tribunal de Contas determinando, a pessoa veio e explicou como foi o Requerimento da UNITRABALHO. Eu entendi, o Presidente veio aqui e explicou. Qual é o problema?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, com a concordância do Sibá, ele é um homem justo, um homem próximo a Deus, vamos trazer esses cinco acusados aqui.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não tem acusação. Precisa ter fundamento. Não vem esses, não vem nenhum, sem fundamentação. Sem fundamentação não vem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – General Pinochet. Eu me calo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço aos Senadores vou passar a palavra ao Senador Valter Pereira, que ele está há bastante tempo. Pois não Senadora Fátima Cleide, Pela ordem, a senhora tem a palavra e peço que seja objetiva, por favor.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Meio minuto. Apenas para esclarecer com relação ao caso Santa Catarina, a matéria diz respeito ao pronunciamento de um promotor que esteve aqui. Só para... Não é nem Deputado nem um Senador que esteja fazendo briga política.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Qual a matéria?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – A que ele citou com relação ao Estado de Santa Catarina, da Deputada suplente, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Exatamente.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Então só para dizer que a imprensa pinçou uma fala de um promotor que aqui esteve.

E Sr. Presidente, eu gostaria de deixar um registro aqui. Eu peço encarecidamente ao Senador Heráclito que não mais se dirija à base do Governo com o termo palhaçada. Porque eu não sou palhaça. Eu respeito todos e todas as pessoas aqui e gostaria de ter o mesmo respeito, Senador Heráclito. Eu não estou aqui para servir de palhaça. Estou fazendo com todo o esforço do mundo aqui o meu papel, da mesma forma que o senhor.

Então, por favor, eu peço que o senhor não use mais, não se utilize mais deste termo para ninguém. Porque se nós estamos aqui colaborando com esta Comissão, que, aliás, nasceu por um Requerimento seu, nós também o fazemos na medida em que vem pessoas ligadas às nossas entidades, ou a nosso partido, ou quem quer que seja. Nossa obrigação é estar aqui. E nós estamos aqui cumprindo nosso papel. Então ninguém aqui é palhaço. Por favor. Não repita mais esse termo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Presidente, o poder da censura tomou conta. Até cercear o meu direito que com muita dificuldade, eu tenho muita dificuldade de me expressar, até isso a base não quer mais. Quer me cercear, quer fiscalizar minhas palavras... Peça para censurar na taquigrafia...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Então eu peço, Sr. Presidente, para que seja censurado. Porque eu nunca chamarei o senhor de palhaço.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu não chamei de palhaço.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Srs. Senadores, eu vou fazer mais uma vez um apelo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Disse que nós não podemos fazer palhaçada.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Eu não sou palhaça, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não chamei V.Ex^a de palhaça. Eu disse que nós estamos fazendo aqui uma palhaçada. Há uma diferença muito grande. Se a carapuça lhe caiu, me perdoe. E é porque nós não chegamos nas ONGs do Estado dela. Imagina quando chegar. Vamos ter calma, gente. Vamos ter calma. Um pouco de paciência.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço aos Srs. Senadores. Passo a palavra ao Senador Valter Pereira e peço a compreensão dos Srs. Senadores senão vão ser muito difícil a gente... Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, inicialmente para dizer que eu espero que a palhaçada não acabe se tornando numa peça de uma CPI, porque aí seria o fim dela.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui uma consideração sobre CPI. Inicialmente. No meu entendimento, essa... Esse entrevero que se estabeleceu entre PSDB e PT, contraria extremamente o espírito da CPI. A CPI não poder ser instituída para enfrentar questiúnculas partidárias. Entendo que a partir do momento que foi constituído este órgão, que tem como finalidade específica investigar, o papel que nos reserva é exatamente o da investigação. Infelizmente nós estamos percebendo que há um direcionamento. Eu componho a base do Governo. Componho a base do Governo. E quero dizer que não posso, de forma alguma, apoiar qualquer tipo de atitude que leve a CPI não para a investigação, mas para a peleja eleitoral. Eleitoral e partidária. Nós ouvimos aqui hoje depoimentos importantes. Não assisti a todo depoimento. Mas, tomei em minhas mãos um relatório, da ADEBRAC. E não posso deixar de fazer algumas avaliações. A primeira avaliação: O que é que a CPI está investigando? A CPI quer saber quais são as entidades de fachada que receberam dinheiro público e que dilapidaram. Esse é o objetivo da CPI. Quais são os sinais de uma instituição de fachada? De uma Organização Não-Governamental? Tem muitos sinais. Um dos sinais, a idade. Outro sinal, a sua conformação física. Existe a entidade, ou

ela é fantasma? Estamos aqui neste momento diante de uma entidade. Eu procurei ver o relatório. Nesse relatório a primeira coisa que eu encontrei, que me chamou atenção e que eu queria saber, não vou nem perguntar porque está escrito aqui, é que essa entidade foi fundada em 1977. Lá se vão... Aqui está 1977. Mas 1997. Lá se vão 20 anos de funcionamento. Com 20 anos de atuação, ela já conquistou um estágio que no direito nós chamamos de tradição. Quer dizer, é uma entidade consolidada. A outra coisa que me chamou atenção foi a companhia dessa entidade. Vejo aqui no relatório... Vou até fazer uma leitura sintética. A necessidade de investir fortemente na capacitação profissional levou a celebrar parceria com o Banco Mundial, tendo como entidades mantenedoras ADEBRAC, a FUNDAMEC, Fundação Maçônica de Educação, Cultura e Assistência Social. Eu quero lhe dizer aqui o seguinte, eu fui Secretário de Educação, Senador Heráclito, e fiz variz convênios com a Maçonaria. E fiz de olhos fechados. Porque é uma instituição que tem a tradição, que tem a seriedade, que tem a idoneidade para se fazer uma boa parceria. E nunca me arrependi. Então, sinto aqui que a entidade está em boa companhia.

Outra coisa que me chamou atenção aqui foi que a entidade não mora, não habita, não está instalada em nenhuma arapuca, como bem lembrou aqui o Senador Heráclito Fortes, vocês mostraram aqui um retrato da entidade, uma fotografia da entidade, aliás, num prédio bonito, embora não luxuoso. Mais além, eu encontro alguns questionamentos. Um deles aqui diz respeito à cessão de área pertencente à ADEBRAC, aliás... é, da ADEBRAC de uma área construída de cinco mil metros quadrados. É isso que a entidade tem?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Estava funcionando no mesmo prédio.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – No mesmo endereço. Isso.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Aí vocês fizeram aqui a demonstração...

SR. JAIR HEITOR DUARTE – E na frente tem o termo de cessão de uso da FUNDAMEC, cujo prédio é de propriedade da Fundação Maçônica.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – É uma cessão de uso que vem de 2004, Senador Heráclito Fortes. Portanto não foi uma cessão de uso para arrumar. Para arrumar processo. Então... E o senhor que é o Presidente da... Diretor Executivo, está falando aqui hoje não para a CPI, o senhor está falando aqui para o seu Estado, que está ligado na TV Senado. Portanto, se o senhor estiver mentindo, amanhã vai aparecer a prova da mentira.

Pois bem, então é uma entidade que tem um patrimônio, que tem uma tradição, que tem boas companhias, e o senhor falou aqui sobre uma... O senhor tirou uma pergunta da minha boca, que eu ia fazer e que tenho feito em várias ocasiões que eu discuto a questão do investimento público. Os resultados. Porque hoje, Senador Inácio, o que a gente observa é que em muitos lugares, tanto na Administração Federal como nas administrações estaduais e municipais, o que menos se indaga é sobre o resultado do investimento.

Então, o dinheiro público, como vem de impostos, como é fácil de arrecadar, como é só melhorar a alíquota, ou instituir uma nova contribuição, então esse dinheiro não precisa ter controle. Qualquer empresa, qualquer investidor privado, a primeira coisa que faz anualmente é saber o resultado do dinheiro dos recursos que foram aplicados. O senhor aqui falou dos resultados. Quando disse aqui para a TV Senado que uma grande parte da população que está empregada, dos empregos que foram gerados passaram pelos cursos ministrados por essa instituição.

Então, o que nós assistimos aqui, o que nós vimos aqui, Senador Heráclito Fortes, é que a entidade não mostra nenhum sinal de que se trata de uma arapuca feita para receber recursos públicos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V.Ex^a me permite um aparte?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Honra-me.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O mais grave de tudo isso é tentar se envolver o nome do Deputado Nárcio nessa questão. O Deputado Nárcio todos nós conhecemos, é um Parlamentar de respeito, é Vice-Presidente da Câmara, Vice-Presidente do Congresso Nacional. É aquela velha teoria, meu caro Presidente, já que eu estou no banco do réu, eu quero companhia. Ninguém aceita isso. Eu lamento essa tentativa politizada, meu caro Relator, de tentar envolver um Parlamentar que fez uma doação para uma entidade da qual ele acredita. Até se a entidade não estivesse na circunstância que está e fosse entidade com problemas, cabia ao Tribunal de Contas, caberia aos órgãos fiscalizadores e não ao Deputado. Queria apenas fazer esse registro.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – E eu gostaria de ponderar aqui ainda, Senador Colombo, que se eu fosse instado por uma ONG do meu Estado ou de qualquer outro lugar em busca de apoio para celebração de convênios em projetos consistentes, eu, enquanto Senador, daria meu apoio tranquilamente. Porque eu acho que as ONGs, quando bem estruturadas, quando alicerçadas no idealismo, na vontade de trabalhar, na vontade de fazer uma parceria para

ajudar a construir, a construir uma condição de vida melhor para a população, tem que merecer o apoio do Parlamentar, sim.

Então, não quero aqui fazer um julgamento do Parlamentar que fora envolvido nesse caso, mas o simples fato de ele ter intermediado algum tipo de apoio, merece não a reparação, mas merece aplausos. Eu gostaria de fazer aqui uma indagação. Quando ocorreu a primeira parceria com o setor público? Quando foi a primeira vez que essa entidade recebeu algum tipo de recurso?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – No final do relatório, Senador, aqui a gente discorre sobre todos os convênios celebrados pela ADEBRAC, e pelo CENEP durante todos esses anos. Inclusive esse que está grifado é onde teve esse problema que foi respondido por esse relatório, inclusive faço questão de grifá-lo porque realmente tem pendência de 7.604 reais na contratação de uma consultora. Primeiro foi um... Em 1997, 5.482 reais, um projeto de fruticultura irrigada que executada no município de Tapagi(F), Minas Gerais. Foi o primeiro recurso.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Bom, a iniciativa privada tem dado apoio também para essa entidade?

SR. JAIR HEITOR DUARTE – A iniciativa privada é uma das grandes parceira, mesmo porque é uma das grandes beneficiárias nesse projeto de desenvolvimento. Nós temos preparado o desenvolvimento lá.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Então a entidade não sobrevive apenas com recursos públicos. Ela tem uma parceria com a iniciativa privada e com o Poder Público também.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Vou dizer uma coisa. Os recursos públicos não levam custo. Porque quando você vai executar um projeto, você tem custos de telefone, custos adicionais que não estão no plano de trabalho. Você acaba tendo que ter algum outro recurso para dar suporte à execução dos projetos. Quer dizer, então não sobrevive de um real de recurso público.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Então o senhor ao prestar esse esclarecimento, e acredito que são verídicos, até porque o senhor está falando como eu já disse anteriormente está falando para todo o seu Estado, as pessoas certamente conhecem a entidade, as pessoas passaram pela frente já viram esse prédio, alguém já se matriculou, alguém já fez o curso, alguém já se empregou como o senhor falou, então se por acaso o senhor estiver faltando com a verdade seria assim um risco de grande monta de amanhã essa Comissão ser surpreendida com um caso de falso testemunho.

Então, o que eu quero dizer é que aparentemente, Sr. Presidente, eu não enxergo aqui nenhum motivo para a sua convocação para essa CPI, a não ser para mostrar ao Brasil que existem entidades sérias sim, que existem ONGs que estão habilitadas efetivamente para fazer essas parcerias com o setor público, como essa entidade, como a ADEBRAC está fazendo. Não vejo outra utilidade. Prestou os esclarecimentos, e com esses esclarecimentos eu acho que a CPI está satisfeita com o resultado dessa reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Pois não, eu agradeço a V.Ex^a. Passo a palavra para o encerramento ao Sr. Jair.

SR. JAIR HEITOR DUARTE – Queria agradecer as palavras do Senador Valter Pereira, e dizer que fiquei muito feliz em estar aqui. Acho que Senadores foram de extremo respeito comigo. Acho que a oportunidade que nós tivemos de sanar qualquer dúvida que pudesse pairar sobre a atuação da ADEBRAC, do CENEP, eu acho que foi colocado aqui. E eu só queria deixar um apelo a essa Comissão e ao Senado da República. O Senador Valter Pereira relatou aqui de parcerias importantes que ele teve enquanto foi Secretário de Educação do seu Estado, em Mato Grosso do Sul, porque se esse debate for levado para o campo político, certamente irá desestimular grande parte das OSCIPs e das ONGs no Brasil que prestam um grande trabalho à comunidade.

Então, eu acho que esse desestímulo, se for banalizar a questão da atuação das ONGs, essas pessoas da grande maioria voluntárias, que dedicam seu tempo, sacrificando o lazer ao lado de suas famílias, de seus negócios, para trazer algum benefício para as comunidades as quais representam, se o debate for levado para esse campo, certamente os reflexos na questão do voluntariado desse País, que tantos serviços importantes têm prestado ao Brasil, vai desestimular muitas pessoas dediquem parte do seu tempo para minimizar o sofrimento de suas comunidades.

Então gostaria de agradecer a todos os Senadores que aqui estiveram e esclarecer que esse CD que eu distribuí aos Senadores, aos membros da Comissão e à Comissão é um CD que complementa esse relatório, relatório fotográfico, com mais de 200 fotos, onde mostra os projetos que nós desenvolvemos, nossa estrutura física porque infelizmente apenas o relatório que entreguei à Mesa, ao Presidente e ao Relator, ele possui algumas fotos que demonstram seu espaço físico. Pelo menos parte dele. Então esse CD contempla alguns outros relatórios, as atividades desenvolvidas e do espaço físico como um todo e das dezenas de laboratório de altos níveis que são desenvolvidas pelo CENEP.

Queria agradecer a essa Comissão, me colocar à disposição, agradecer ao Senador Raimundo Colombo, ao Senador Inácio Arruda, ao Senador Valter Pereira que esteve aqui até esse momento e dizer que eu volto para Minas Gerais de alma lavada porque eu acho que consegui salvar a honra não de um cidadão, mas de toda a comunidade de região que estava sendo maculada de forma irresponsável, leviana e covarde. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Agradeço a V.Ex^a e concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Primeiro acho que deveríamos clarear o seguinte, tem mais de 40 ONGs entre convocadas e convidadas, já em requerimentos aprovados, independente de ter saído em jornal ou não ter saído em jornal.

Então, já estão convocadas e dentro da nossa programação nós vamos buscar ouvir a todas as pessoas e representantes das ONGs e muitas outras estão ainda para serem examinados os requerimentos que estão na pauta da Comissão. E eu proporia a V.Ex^a que se a gente pudesse, amanhã nós vamos ter duas oitivas, se nós pudéssemos realizar a Sessão de apreciação dos requerimentos logo após as oitivas. Pra gente poder se antecipar de quinta-feira para amanhã essa discussão dos requerimentos. Acho que V.Ex^a poderia examinar se nós poderíamos fazer essa convocação já para amanhã ou amanhã a noite, ou logo em seguida as duas oitivas que nós pudéssemos realizar esse debates sobre os próximos requerimentos que iremos aprovar além de todos que já estão na nossa relação de pessoas para serem convocadas e convidadas.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Relator, V.Ex^a me permita um...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Claro.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – ...uma breve intervenção. Sr. Presidente, eu acho que a nossa Comissão está laborando em alguns equívocos que precisam ser corrigidos. Pelo que eu estou observando de uns tempos para cá, simples decisões do Tribunal de Contas da União, decisões que têm o cunho até administrativo, porque são pedidos de explicações, são julgamentos de contas simples... Estão servindo de base para inquirir esta ou aquela instituição de irregular. Na verdade, é preciso que se compreenda o papel do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar do Poder Legislativo. E os técnicos deste órgão são pessoas falíveis, são pessoas que... Pessoas humanas que têm todas as condições de falhar. E eu como Advogado que militou

na área administrativa por longo tempo, sei de numerosos equívocos administrativos que são reparados inclusive na própria instância do Tribunal. Existe uma infinidade de recursos, e às vezes na última instância do próprio Tribunal de Contas a reparação é feita com o reconhecimento de que houve algum exagero na fiscalização por parte dos técnicos daquela corte. Então, eu acho que nós não podemos pegar...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Às vezes ainda é na fase de auditoria. Ainda está na fase de exame. Não foi ainda ao pleno, não teve o acórdão. Mas já é motivo de... Colocar uma organização publicamente como irregular.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Exatamente. Então acho que temos que ter um pouco de cautela com relação a esse tipo de prova. Acho que seria de bom alvitre que todos Parlamentares que compõem essa Comissão, antes de trazer denúncias com base em manifestações do Tribunal de Contas, que consultasse as suas Assessorias técnicas, que consultasse pessoas mais abalizadas a fim de que a gente não cometesse também injustiças.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Sr. Relator, para antecipar a reunião de quinta, teria que consultar os demais membros. E depois eu lhe dou uma resposta. Se for possível, claro que seria ótimo que pudéssemos fazer na quarta-feira.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Por último, Sr. Presidente, achei muito interessante os depoimentos de hoje. Longe de eles causarem algum prejuízo, mas ele é significativo porque nessa discussão toda sobre a questão do embate político, eu sempre tenho deixado muito claro aqui qual é a minha posição e qual é meu lado. Pra ninguém ter dúvida em nenhuma instância. Todo mundo sabe quem eu sou e de onde eu sou. E é importante que uma organização que tem relação com um Parlamentar, que tem dedicado boa parte das suas Emendas que tem direito a essa organização, ou a essas organizações, tenha sido examinado, e que mostre que os Parlamentares, Senadores, Deputados Federais, os Deputados Estaduais nas assembleias, mesmo os Vereadores em capitais, dentro da legislação, legalmente podem fazer das suas Emendas destinando para essas entidades. Nós podemos concluir ao final da CPI que esse ato, embora legal, deva ser motivo de modificação no sentido de ter uma legislação que impeça. Até chegar a essa conclusão. Antes essas organizações recebiam as subvenções, na CPI do Orçamento que acabaram as subvenções, depois voltaram como Emendas Parlamentares destinando recurso direto a uma ONG. E o Nárccio que conheço como Parlamentar, não só como

Vice-Presidente do Congresso Nacional e da Câmara, mas como um Deputado que como os colegas ali no Congresso desenvolvem esse trabalho dirigindo para uma entidade que não conhecem. Há irregularidade na instituição? Bom, é nossa responsabilidade examinar frente aos fatos que foram motivo de apreciação do TCU, da CGU. Estamos lá examinando. Se não houver, então nós mesmos temos a responsabilidade de resolver isso. De mostrar que não houve nenhuma irregularidade, que ela foi examinada, a instituição foi examinada e tem então o amparo da CPI. Eu digo isso para mostrar então essa relação. Porque sempre qualquer relação dessa ordem tem sido motivo de suspeição. Para a gente ter realmente tranquilidade, ter cautela, não se desesperar em nenhum momento em razão de uma informação, de um dado, seja de uma revista, seja de um jornal, seja da televisão. Acho que não tem que ter nenhum desespero, não. Tem a informação, examinamos. Foi justa? Vamos aprofundar aquela investigação. Porque se você ficar aperreado com que a imprensa vai dizer, cada órgão de comunicação também tem o seu lado. Também tem o seu posicionamento político. E muitos se posicionam dessa forma. O que nós vamos fazer frente a isso? Nada. O que é que se pode fazer? Saiu no jornal, é uma decisão. Às vezes não é só a informação jornalística. Também tem a opinião dos órgãos de comunicação, nos seus editoriais, nas suas comunicações que vão tomando partido. É um órgão de comunicação, mas vai tomando partido. Contra isso nada pode ser feito. Porque esses órgãos também têm todo direito de tomar partido. Então eles podem tomar partido da direita, do centro, da esquerda... Normalmente os grandes órgãos de comunicação brasileira têm tomado partido da direita. Infelizmente ainda não tem adotado...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – (risos) O Lula foi muito agendado pela imprensa.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Quer dizer, então... Foi muito insufla-

do numa época, muito inflado em determinada época. Mas os órgãos de comunicação via de regra, os que têm mais força econômica, têm mais relações com o poder econômico, tem mais publicidade do poder econômico no Brasil, a posição é mais conservadora, mais de direita. Mas é um direito legítimo. Eles vão lá e dão a opinião. Nossa opinião é essa, é mesmo nesse setor. Esse lado. Então nós não podemos... não vai ser a CPI, ou o Congresso Nacional que vai dizer, bom esse órgão tem que ter tal posição, aquele outro tal posição. Cada um adota a sua posição, assume a sua posição e responde por ela também. Como nós. Quer dizer, o senhor é do PSDB, o senhor responde pela sua posição política. É a minha opinião. Eu sou do PCdoB, respondo pela minha. O Presidente é dos Democratas, repõe pela dele. Do ponto de vista político. Outra coisa é a CPI. Uma hora ou outra você pode ter um engalfinhamento Parlamentar na CPI. Mas não é a natureza da CPI. A nossa responsabilidade é outra. E a Relatoria não vai fazer um relatório político. Ideológico. Nós não vamos aqui saber...

Bom, o Relator é da esquerda, vai condenar a direita. O Relator da direita vai condenar a esquerda. Nosso relatório tem que ser baseado nos fatos. Examinando. Ninguém vai ser condenado a priori na nossa CPI. Mesmo que vaze as informações. As informações que forem vazadas, de cara uma boa parte já estão prejudicadas. Elas já perdem grande força de serventia porque a utilização e a manipulação dessa informação prejudica a investigação que está sendo patrocinada pela CPI. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Bom, agradecendo a presença de todos, principalmente do Dr. Jair, eu declaro encerrada então a presente reunião, convocando a próxima para o dia de amanhã. Obrigado.

(Sessão encerrada às 14h13.)

Senador **Raimundo Colombo**, Presidente.



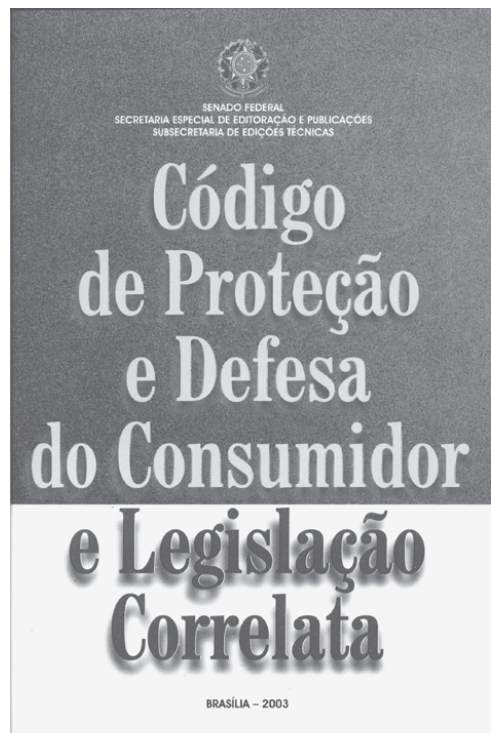
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 180 PÁGINAS